

UM "CAMPO DE PACIFICAÇÃO"?

Algumas considerações sobre o programa das
Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro

Eduardo de Oliveira Rodrigues



Orientador:
Prof. Dr Marcelo Lopes de Souza



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Geociências - Departamento de Geografia

NUPED

Núcleo de Pesquisas sobre
Desenvolvimento Sócio-Espacial

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NÚCLEO DE PESQUISAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL (NuPeD)

UM “CAMPO DE PACIFICAÇÃO”?

Algumas considerações sobre o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro

EDUARDO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Rio de Janeiro, abril 2013

UM “CAMPO DE PACIFICAÇÃO”?

Algumas considerações sobre o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Aprovada em ____ / ____ / ____

Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza (Orientador)
(PPGG / IGEO / UFRJ)

Prof. Dr. Luiz Antônio Machado da Silva (Membro)
(IESP / UERJ)

Prof^a. Dr^a. Rebeca Steiman (Membro)
(PPGG / IGEO / UFRJ)

Agradecimentos

Espero sinceramente que esta sessão não cause qualquer tipo de problema. O número de pessoas que contribuíram direta e indiretamente para a presente dissertação é enorme, assim como é diametralmente oposto o espaço destinado a se agradecer por isso. Sendo assim, começo por um sincero agradecimento a você que não verá seu nome escrito nas linhas abaixo, nem ao menos de maneira geral através de algum substantivo comum como “morador”, “amigo”, “professor” ou “aluno”. São nas entrelinhas, nas esquinas mais mudas, nos portos dos mais terríveis destierros que encontrei por vezes a solução para algumas questões referentes ao trabalho. Para você, o não-dito, é o meu agradecimento inicial.

Dentro das mulheres e homens predicáveis, o presente trabalho não seria realizável sem a ajuda e paciência dos meus pais – Rosa Maria e Eduardo, que ao longo de quase três décadas me apoiam nos caminhos às vezes sinuosos que tomei. Na rotina solitária dos estudos, aquela prosa em família que ganhava vida na hora do almoço, num café da manhã, ou mesmo nos rápidos encontros na correria de cada dia eram sempre um alento em meio ao cansaço do corpo e da alma. Nunca tudo isso se dava sem brigas, é verdade. Mas é verdade também que nossa dissonância em família bem que produz alguns sons deveras bonitos.....

Agradeço da mesma forma ao meu orientador – Marcelo Lopes de Souza, pelos elogios e inúmeras críticas ao trabalho. Durante nossos três anos de convivência sua orientação me proporcionou uma experiência mais densa no campo da pesquisa científica, que contribuiu enormemente para o meu amadurecimento acadêmico. Além do orientador, todos os integrantes do NuPeD – sejam os mais próximos ou os que estão agora distantes, sempre me proporcionaram momentos de amizade, companheirismo e reflexão crítica dentro do grupo. Agradeço a Amanda, Glauco, Tatiana, Marianna, Rafael, Eduardo Teixeira, Rafael Zillo, Gustavo e Eduardo Knopman por toda a ajuda direta e indireta. Faço um agradecimento especial a Rafael Almeida, pelas conversas sobre temas em comum a nossas pesquisas que contribuíram para as reflexões aqui contidas, assim como a Matheus Grandi. Sua ajuda na elaboração de alguns mapas, esquemas gráficos e na própria capa da dissertação é incalculável. Agradeço também especialmente à professora que compôs minha banca de qualificação de mestrado – Vera Malaguti Batista. Suas críticas ao trabalho foram fundamentais no redirecionamento que a pesquisa ganhou no último ano. Sua atenção, sensibilidade e mesmo generosidade em outros momentos – como pelas dezenas de livros e revistas que me foram doados, além da disponibilidade em consultar todo o acervo da biblioteca do Instituto Carioca de Criminologia são algo que não esquecerei. Muito, mas muito obrigado mesmo!

A paciência e o carinho dos amigos fora da universidade foi igualmente fundamental ao apoio acadêmico e familiar. Presto agradecimentos aos meus dois irmãos que a vida me trouxe – Luizinho e Pedro, por todos os momentos de tristeza e alegria plena que passamos juntos. Despejos, prisões, amores findados, lutos familiares... mas também outros amores, sobrinhas, casinhas novas e a alegria da liberdade. O caos do Rio: a placidez dos pastos serranos. Viva a amizade! Outros amigos e amigas, da mesma forma, não poderiam deixar de se inscrever neste pequeno parágrafo. Falo da galera da militância, seja ligada ao Grupo de Educação Popular ou não, que nos últimos 5 anos abocanharam um pedaço enorme da minha vida. Falo de Aninha – a única pessoa de bom humor que eu ainda tolero; Ratão – o único punk com mais de 30 que existe (e por isso eu também tolero); a novidade tropical vinda de “Sampa” – Kim Ramos; Vladimir Santafé, Vladimir Ribeiro, Gláucia, João Barbosa, Anjinha, Luisa e tantas outras pessoas que se foram e ainda estarão por vir. Pro pessoal de São Cristóvão, meu “alô” todo especial por uma amizade que atravessa décadas desde os tempos de Pedro II: David, Felipe, Diego, Marcelo e outros que se inserem nos afetos que tenho por esse bairro ou pelo colégio: Maurício, Lari, Guto, Colubas, Dente e, mais recentemente, Demian, Yan e Isaac – meus colegas de magistério nos tempos de CPM em Realengo. Não obstante, os amigos e amigas da graduação do Fundão, que hoje andam tão distantes, foram uma parte muito importante da vida até aqui. Falo de Fabi, Henrique, Alan, Isis e Mineiro.

Não poderia deixar de agradecer também a todos aqueles que foram entrevistados formalmente ou informalmente ao longo do trabalho, em especial os moradores da Providência – principais interlocutores da dissertação. Agradeço também aos meus alunos e alunas ao longo dos últimos três anos, que me ajudaram – de forma direta e indireta, a pensar algumas questões que não eram tão claras no início da pesquisa. Sem a minha inserção em escolas públicas localizadas em áreas “pacíficas” ou não seria muito difícil ter conseguido realizar o presente trabalho no formato que ele tomou.

Agradeço, da mesma forma, todo o apoio que o CNPq, o Programa de Pós-Graduação da UFRJ, os funcionários da biblioteca do PPGG, os demais funcionários do CCMN e alguns professores da pós me deram ao longo dos anos de graduação e mestrado. Sem o seu auxílio a presente dissertação não estaria concluída.

Finalmente, um agradecimento que supera infinitamente as páginas que se sucedem vai para Gabriela Delgado, ou, simplesmente, a Gabi. É difícil expressar sua importância na minha vida. Seja nas palavras que foram ditas ao pé do ouvido, pelos cheiros trocados com cor de amor, ou por todo o companheirismo que sempre te acompanhou – na militância, nos afazeres do cotidiano em nossa casa, ou até no absurdo de me ajudar a transportar quatro pneus de um Chevette 1976 dentro de um trem de São Francisco Xavier até Santíssimo. São coisas bobas. São coisas nossas. São

coisas inesquecíveis. Mesmo pelos nossos desencontros terem nos colocado em rumos diferentes, sua vontade de vida foi capaz de me fazer acreditar de novo na loucura necessária de entrega ao outro, ainda mais nesses tempos de dias tão estranhos, onde insistimos – felizmente – em viver. Essa dissertação não poderia jamais ter existido sem teus comentários, carinhos e paciência ao longo de quase todo o tempo que estive no mestrado e contigo.

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) a partir de um “estudo de caso” da UPP do Morro da Providência. A dissertação compreende o estudo de três problemas relacionados ao processo de territorialização da polícia nas favelas cariocas: 1) a proposta de “integração” de favelas por parte do Estado; 2) O desenvolvimento de novos mecanismos de controle sócio-espacial sobre os favelados; 3) A inserção das UPPs numa geopolítica urbana em curso no Rio de Janeiro. Argumentamos que as UPPs são uma iniciativa do Estado que vai mais além de uma simples política de segurança pública. Elas são, em sentido estrito, uma das expressões possíveis de conceber a cidade do Rio de Janeiro atualmente. Em sentido mais amplo, as UPPs podem ser analisadas como uma forma de expressão do próprio modelo de desenvolvimento do Brasil e do Rio de Janeiro dentro do campo da segurança. O programa, neste sentido, está relacionado com processos em curso em outras escalas de análise, muito mais amplas do que o limite dos territórios das favelas “pacificadas”.

ABSTRACT

This study aims to analyze the program of Pacifying Police Units (UPPs) using as a "case study" the UPP of Morro da Providencia. The dissertation includes the study of three issues related to the process of police territorialization in slums: 1) the proposal of "slums integration" by the state; 2) the development of new mechanisms of socio-spatial control over the inhabitants of slums; 3) The insertion of the UPPs in an urban geopolitics in progress in Rio de Janeiro. It is argue that the UPP is a state initiative that goes beyond a simple public safety policy. In the narrow sense, they are one of the possible expressions of a way of conceiving the city of Rio de Janeiro today. In a broader sense, the UPPs can be analyzed as an expression of Brazil and Rio de Janeiro development model within the field of security. Therefore, the UPP program is related to ongoing processes in other scales of analysis, beyond the limits of the the slums already occupied by the police.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I – Apontamentos teórico-conceituais e metodológicos	9
1.1 – Poder e Território	9
1.2 – Poder Autônomo e Desenvolvimento Sócio-Espacial	14
1.3 – Disciplina e Biopolítica: o poder heterônomo e suas estratégias de controle	22
1.3.1 – O poder disciplinar e o corpo	23
1.3.2 – A biopolítica e a população	26
1.4 – Geopolítica Urbana: a cidade como “palco” de territorialidades beligerantes	29
1.5 – Metodologia	45
Capítulo II – O sentido da “pacificação” ou o por quê de “pacificar” algumas favelas na cidade do Rio de Janeiro	54
2.1 – UPPs: os delineamentos gerais que dão forma e conteúdo à “paz”	55
2.2 – A “integração” dos pobres e a “militarização da segurança pública”: dois pressupostos fundamentais da política de “pacificação”	65
2.2.1 – Sobre as origens da “integração”	66
2.2.2 – Sobre as origens da “militarização”	74
2.3 – UPPs: segurança para um “novo tempo” da cidade do Rio de Janeiro?	88
Capítulo III – “Vocês estão fazendo uma festa na minha casa e não me convidaram!”: a conquista do território do Morro da Providência	119
3.1 – Controle sócio-espacial e segurança pública: considerações iniciais sobre sua dinâmica na cidade Rio de Janeiro	125

3.2 – A abordagem policial das UPPs: pressupostos e padrões de policiamento	139
3.2.1 – Sobre o conceito de “policiamento comunitário”.....	140
3.2.2 – Os antecedentes do “policiamento comunitário” das UPPs	142
3.2.3 – Os padrões de policiamento da UPP no Morro da Providência.....	148
3.3 – A UPP Social e sua função biopolítica.....	160
3.4 – Notícias do “front”: alguns impactos da UPP em curto prazo na Providência	171
3.4.1 – Os desdobramentos sobre a violência no cotidiano da Providência.....	172
3.4.2 – Os desdobramentos sobre a “integração com o asfalto”	179
3.4.3 – Os desdobramentos sobre a dinâmica do tráfico de drogas de varejo.....	183

Capítulo IV – A “paz” enquanto categoria geopolítica: a caserna onde a segurança interna e externa se encontram e a dissertação finalmente termina

197

4.1 – Os pressupostos da geopolítica urbana carioca	200
4.1.1 – O papel do tráfico de drogas de varejo	201
4.1.2 – O papel das milícias	208
4.2 – O Estado e sua “guerra interna”: os impactos das UPPs sobre a dinâmica da violência urbana carioca	218
4.3 – Por uma abordagem geopolítica da “segurança”: breves apontamentos para uma agenda de pesquisa futura	234

Considerações Finais	244
-----------------------------------	------------

Bibliografia	253
---------------------------	------------

Anexos	265
---------------------	------------

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Etapas do processo de instalação de uma UPP	58
Figura 2: Gráfico sobre a relação do número de policiais por 1000 habitantes entre a média das UPPs, a UPP Providência e o Estado do Rio de Janeiro	60
Figura 3: Quadro-síntese da atuação do Poder Público nas políticas voltadas para as favelas (década de 1960 e 70)	72
Figura 4: Fotos das “facetas sociais” da paz em perspectiva comparada: o Caso do Rio de Janeiro e de Medellín	84
Figura 5: Gráfico sobre a relação da taxa de homicídios por 100.000/hab entre o município do Rio de Janeiro e as outras cidades com mais de 1.000.000 habitantes no Brasil	86
Figura 6: Gráfico sobre a variação anual do PIB do Brasil e do estado do Rio de Janeiro (1996 – 2010)	90
Figura 7: Gráfico sobre a participação do Rio de Janeiro no PIB brasileiro segundo a indústria extrativa de petróleo (1996 – 2009)	90
Figura 8: Mapa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no município do Rio de Janeiro (março 2013)	93
Figura 9: Mapa do número absoluto de homicídios por Delegacia Policial (DP) no município do Rio de Janeiro (2002 – 2008)	94
Figura 10: Mapa da distribuição do rendimento médio em salários mínimos por bairro no município do Rio de Janeiro (2010)	95
Figura 11: Tabela sobre a valorização de habitação “Quarto-sala” após instalação de UPP (dezembro 2008 – julho 2010)	97
Figura 12: Imagem da capa da revista “Bons Negócios” (dezembro 2010)	103
Figura 13: Exemplos de emprego oferecidos pela UPP Social	106
Figura 14 e 15: Foto dos protestos e da ação policial no episódio de destruição da praça “Américo Brum” no Morro da Providência	111 / 112
Figura 16: Mapa dos impactos do programa “Morar Carioca” no Morro da Providência e no seu entorno	113
Figura 17: Foto de casa demarcada pela Secretaria Municipal de Habitação na Providência	114
Figura 18: Mapa da Área de estudo	124
Figura 19: O “Big Brother” da UPP	159
Figura 20: Tabela sobre a variação das taxas de ocorrência de crimes na jurisdição da UPP Providência por 100 mil/hab (2007 – 2012)	177

Figura 21: Tabela sobre a variação das taxas de ocorrência de crimes na jurisdição da 4ªDP por 100 mil/hab (2007 – 2012)	190
Figura 22: Tabela sobre a variação das taxas de ocorrência de crimes no município do Rio de Janeiro por 100 mil/hab (2007 – 2012)	191
Figura 23: Esquema gráfico sobre a dinâmica do tráfico de drogas no Morro da Providência e no seu entorno (antes e depois da UPP)	193
Figura 24: Gráfico sobre a evolução da porcentagem de favelas controladas pelas diferentes por facções do tráfico de drogas de varejo (2005-2013)	204
Figura 25: Quadro-síntese da organização de uma quadrilha ligada ao tráfico de drogas de varejo	205
Figura 26: Gráfico sobre a evolução da porcentagem de favelas controladas por milícias (2005-2013)	212
Figura 27: Gráfico das favelas “pacificadas” segundo grupo armado criminoso atuante no município do Rio de Janeiro (2013)	219
Figura 28: Gráfico da evolução da porcentagem de favelas segundo grupo armado atuante na cidade do Rio de Janeiro (2005 – 2013)	219
Figura 29: Modelo seletivo de organização de redes criminosas	223
Figura 30: Mapa sobre o quadro da (in)segurança pública e a luta pelo controle territorial no município do Rio de Janeiro	225
Figura 31: Tabela sobre a variação das taxas de ocorrência de crimes na jurisdição da AISP 41 por 100 mil/hab (2007 – 2012)	228
Figura 32: Tabela sobre a variação das taxas de ocorrência de crimes na jurisdição da AISP 9 por 100 mil/hab (2007 – 2012)	229
Figura 33: Tabela sobre a variação das taxas de ocorrência de crimes na jurisdição da AISP 3 por 100 mil/hab (2007 – 2012)	230
Figura 34: Tabela sobre a variação das taxas de ocorrência de crimes na jurisdição da AISP 14 por 100 mil/hab (2007 – 2012)	231

Introdução

“Todos os encontros, todos os ataques, todos os combatentes conhecidos desde Coimbra até Tuiuti, mostram e reafirmam de uma maneira incontestável que os soldados paraguaios são caracterizados por uma bravura, uma coragem, uma intrepidez e uma valentia que beiram a ferocidade, sem exemplo na história do mundo. Quanto tempo, quantos homens, quantas vidas e quantos itens e recursos precisaremos para acabar com a guerra, ou seja, para transformar em fumaça e poeira todos os paraguaios, para matar até o feto do ventre da mulher?”¹

O exercício da guerra é antes de tudo um movimento de encontro ao *Outro*. É um movimento tão antigo como a história do homem, que possibilita a descoberta, a destruição, a conquista, a escravidão ou até mesmo a antropofagia do outro. Podemos tomar inúmeros exemplos de conflitos que corroboram a afirmação da *alteridade* da guerra. Mas a escolha do fragmento acima, referente à Guerra do Paraguai (1864 - 1870), possui uma motivação especial. O exemplo paraguaio nos mostra uma outra possibilidade e sentido da guerra: a *pacificação*. O fragmento selecionado é parte de uma carta escrita pelo Marechal Duque de Caxias ao então imperador do Brasil, Dom Pedro II, em 18 de novembro de 1867. Este pequeno trecho nos fornece uma amostra da atmosfera carregada de drama e violência do conflito, além de versar sobre a dificuldade encontrada pelo exército brasileiro em avançar suas fileiras sobre o território paraguaio. Entretanto, apesar de todas as intempéries, a atuação do Marechal Duque de Caxias no desfecho da guerra consolidou seu rótulo enquanto “pacificador” de conflitos. Entenda-se aqui a dimensão e o saldo da referida “pacificação”. De acordo com MOTA (1995), a população do Paraguai, antes da guerra, era estimada em 800 mil pessoas. Após o conflito, a população foi reduzida para 200 mil, das quais apenas cerca de 15 mil eram do sexo masculino e, destes, cerca de 2/3 tinham menos de 10 anos de idade. O saldo da guerra condenou o país a uma redução de 60% de sua população total, além de uma redução de 99,4% da população adulta masculina. O Paraguai “pacificado” foi transformado assim em um país de cadáveres, ocupado apenas por alguns sobreviventes do conflito.

Percebemos por este exemplo um dos significados ambíguos que a palavra “pacificação” possui. O verbo pacificar, ao longo de todo o século XIX, foi conjugado na agenda geopolítica brasileira em meio a uma trama de casos exemplares de violência. O relato de Caxias, assim como os números da guerra são estarrecedores neste sentido. Além deles, outros episódios de extrema violência, envolvendo diretamente o “Marechal Pacificador”, são inúmeros. A maioria dos casos diz

¹ Trecho de carta escrita pelo Marechal Duque de Caxias contida em POMER (1968), p. 230-231.

respeito ao desfecho das guerras internas que ocorreram pela manutenção da unidade territorial brasileira, no período compreendido entre 1813 e 1870, como bem nos lembra DONATO (1996). As ações do governo imperial na resolução de disputas, sejam elas em termos de política interna ou externa, foram pautadas por iniciativas que, via de regra, sustentavam uma espécie de “diplomacia” baseada na “pacificação” violenta de tais revoltas.

O século XIX, no entanto, não parece assim tão distante. Na verdade, algumas vezes “*o passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado*”². O termo “pacificação” parece constituir-se hoje em um elo que liga ao mesmo tempo o global ao local, o presente a um pretérito ainda imperfeito. Da política externa norte-americana, pautada pelo belicismo de suas manobras militares orquestradas em escala global, até mesmo as ações do Poder Público no combate à violência nas cidades em todo o mundo, percebemos uma série de iniciativas que se articulam e complementam a necessidade do Estado em garantir maior “segurança” e controle sobre territórios e populações. No plano externo, as intervenções militares dos Estados Unidos em outros países, visando o combate aos seus novos “inimigos externos” do pós-Guerra Fria – o tráfico de drogas e o “terrorismo”, possuem desdobramentos claros nas estratégias de combate à violência interna em escala local, seja no centro, na periferia ou na semi-periferia do Capitalismo³. Assim como o controle territorial de países do Oriente Médio fora fundamental no contexto da “Guerra ao Terror” dos EUA, a “(re)conquista” de territórios controlados por traficantes de drogas ou grupos “terroristas” em algumas cidades como Medellín, Rio de Janeiro, Bagdá ou Kandahar fazem parte de um mesmo quadro beligerante, cujo ponto de fuga direciona o olhar dos Estados para um interesse comum à sua política interna e externa: a necessidade de cuidar da sua própria “segurança”.

Mas não devemos supor que o mundo atual viva só de guerras. Quando, nos anos 30 do século XIX, o general prussiano Carl Von Clausewitz proferiu a célebre frase “*a guerra é a continuação da política por outros meios*”, não imaginaria que, quase dois séculos depois, ela deveria ser corrigida quando nos deparamos com o contexto vivente na cidade do Rio de Janeiro. Na metrópole carioca a “paz”, e não a guerra, desponta atualmente enquanto a nova face de continuação da política e da militarização dos conflitos urbanos. O programa de ocupação militar

² Frase do escritor estadunidense William Faulkner, contida no livro *Requiem for a Nun*.

³ Como nos mostra GROSSMAN (2011), os EUA somam, de 1890 até o ano de 2011, 144 intervenções militares diretas em países estrangeiros, notadamente, após a 2ª Guerra Mundial, na América Latina e na Ásia. No entanto, para GRAHAM (2010), questões primordiais de “segurança nacional” atuais dos países centrais já influenciam, direta e indiretamente, as estratégias de “segurança” também nas grandes cidades europeias e principalmente estadunidenses. A título de exemplo, desde os atentados de 11 de setembro de 2001, o departamento de polícia de Nova York possui uma força especial de inteligência e ação em práticas de “contra-terrorismo”, que inclusive foi acionada para investigar o movimento “Occupy Wall Street” ao longo de 2011. A categoria de “inimigo interno”, aplicada comumente pelos EUA aos traficantes de drogas e “terroristas”, foi na ocasião ampliada para a investigação e posterior repressão a um ativismo social urbano insurgente. É importante sublinhar, desde já, que a estratégia de dar vida a um “inimigo” comum nas questões de política interna e externa dos Estados será um dos pilares fundamentais que ligam questões geopolíticas de segurança “nacional” e “pública” no mundo contemporâneo. Discutiremos esse ponto com maior detalhe mais à frente.

permanente de favelas por parte da polícia, chamado de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), vem possibilitando observar a emergência de uma nova problemática derivada da relação entre dois verbos, capazes de expressar ideias por vezes distintas, por vezes complementares. Nos referimos aqui precisamente ao ato de *excluir* e *integrar*. Dois verbos que necessitam transitar, isto é, seguir adiante, buscando complementos capazes de fornecer-lhes um sentido completo. É justamente o complemento dos verbos que irá colocar algumas vezes o ato de excluir e integrar em lados opostos e, outras vezes, curiosamente, em lados similares. As ideias expressas pelo ato de excluir e integrar variam de acordo com o contexto a ser considerado, com os objetivos a serem atingidos. No caso de nosso trabalho, o complemento que emprega sentido aos verbos é a relação estabelecida entre o Estado e o problema da criminalidade violenta ligada às favelas. Se antes, o Poder Público procurava excluí-las do espaço da cidade, a proposta agora é de “integração” das favelas através de alguns novos parâmetros das políticas públicas na área da “segurança”⁴.

* * * * *

Sem dúvida, a violência urbana e o interesse da opinião pública sobre seus desdobramentos ocupam hoje lugar de destaque nas inquietudes dos brasileiros. Tal fato não nos parece algo gratuito. Ele diz respeito, em primeiro lugar, à reação das pessoas ao aumento da criminalidade – em especial a chamada “criminalidade violenta”, nos últimos tempos⁵. O fenômeno pode ser explicado a partir de diferentes linhas de pensamento, que por vezes se complementam e por outras seguem sentidos opostos.

⁴ A exclusão aqui diz respeito ao fato das favelas cariocas estarem excluídas no tocante à oferta de bens e serviços, como saúde e educação, rede de transportes, infraestrutura de água e esgoto, etc. A exclusão faz referência também ao seu “fechamento” em relação a restante da cidade, que as colocam enquanto uma das mais perversas faces do processo de fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial estudado por SOUZA (2000, 2002, 2006, 2008, entre outros). Devemos ressaltar, no entanto, que este “fechamento” é “relativo”, uma vez que as drogas e armas utilizadas pelos traficantes não são produzidas nas favelas, e nem tão pouco os consumidores de drogas da classe média e alta moram nestes espaços. Para uma discussão mais aprofundada consulte SOUZA (2008) pp. 103-106.

⁵ Sabemos que o interesse da opinião pública pelo tema é influenciado também pela enorme exposição midiática que a violência urbana adquiriu no rádio, imprensa escrita, telejornais e mais recentemente na internet. Alguns autores inclusive como COELHO (1987), SOARES (1996) e BEATO (2012) nos lembram que a criminalidade violenta e a sensação de insegurança nem sempre caminham juntas. Muitas vezes, a insegurança não tem relação direta com a incidência “real” das manifestações de violência e crime, estando ela associada à cobertura sensacionalista da mídia sobre o fenômeno. Entretanto, apesar da ressalva ser válida, o aumento da criminalidade violenta é um fenômeno concreto que atinge, de maneira maior ou menor, todos aqueles que vivem em cidades no Brasil. De acordo com dados trabalhados a partir da base do DATASUS (Ministério da Saúde), a variação da taxa de homicídios, de 1980 até o ano 2000, dos três municípios mais populosos do país são: São Paulo – 20,3 (1980) / 48,1 (1990) / 64,8 (2000); Rio de Janeiro – 36,1 (1980) / 66,6 (1990) / 56,6 (2000); Salvador – 2,1 (1980) / 13,0 (1990) / 12,9 (2000). Se calcularmos a taxa de homicídios dos municípios com mais de um milhão de habitantes em conjunto, obteremos a seguinte variação: 21,1 (1980) / 40,7 (1990) / 49,2 (2000). Embora na última década algumas metrópoles brasileiras venham apresentando tendência de diminuição da taxa de homicídios, os assassinatos nas cidades pequenas e médias aumentaram sensivelmente. Segundo WASELFISZ (2010), no período de 1997 até 2007, a taxa de homicídios no interior dos estados cresceu 37,1%, enquanto os homicídios nas capitais e regiões metropolitanas caíram 19,8% e 25% respectivamente. A nova tendência de “interiorização da violência” verificada pelo autor, pode nos indicar um novo ingrediente no receituário das preocupações com violência urbana e “segurança pública” no Brasil: a ampliação da insegurança também para o interior do estados.

Autores conservadores como FERREIRA (2011) apontam que o baixo rigor das instituições juridico-legais são os principais responsáveis pelo aumento da criminalidade no país, uma vez que o baixo custo de oportunidade para cometer um delito é visto enquanto a maior causa da ocorrência de crimes. De maneira discordante, ZALUAR (1985) nos mostra que a geração da violência passa por fatores que mesclam, por um lado (mas não só por isso, é importante destacar), um ambiente de extrema pobreza e privação – que atinge grande parte das periferias e favelas das grandes cidades brasileiras, aliada a uma certa perda de determinados valores culturais-simbólicos de “coesão social” (como aqueles referentes à família, à religião, entre outros). Já na visão de BEATO (2012), as causas da criminalidade, assim como as estratégias para o seu combate, não devem limitar-se à iniciativas de “cunho social” ou puramente “repressivas” por parte da polícia. O autor, ao propor iniciativas de enfrentamento ao crime, enxerga o Estado como o maior responsável pelo seu combate, ao enfatizar ações de “sucesso” já realizadas no campo da “segurança pública” pautadas pelo aprimoramento do aparato repressivo, jurídico e judiciário do governo (BEATO, 2012 p. 131 e segs.). Como salienta SOARES (2002), além do problema da degradação institucional brasileira – que significa, em outras palavras, a ineficácia das instituições públicas no combate ao crime pela corrupção, por práticas policiais brutalizadoras e racistas, por preconceitos de classe, etc., o aumento da violência e sensação de insegurança deriva também da conjugação de outros dois fatores igualmente importantes. Em primeiro lugar, pelo aumento significativo dos crimes violentos reportados nas últimas décadas. Em segundo, pela imensa exclusão social de setores significativos da sociedade brasileira – em especial os moradores das áreas mais pobres dos centros urbanos, que não têm acesso aos seus direitos mais básicos enquanto cidadãos como liberdade de expressão e organização, além do direito de ir e vir. Para além das referidas causas, SOUZA (2008 p. 176 e segs.) argumenta que a maioria das abordagens de explicação do fenômeno irão cair, via de regra, nos limites que as teorias “institucionalistas”, culturalistas” e “redistributivistas” do crime trazem. A grande insuficiência delas, na visão do autor, é que, em primeiro plano, existe uma falta de diálogo e complementariedade maior entre os autores de cada “linha”. De maneira específica, assim como “institucionalistas” e “culturalistas” não conseguem ir mais além das possíveis causas imediatas do problema (ao negligenciar, principalmente, o fato do nosso próprio modelo social vigente – ainda mais em um país semi-periférico e profundamente desigual como o Brasil, ser também gerador de insegurança e violência), os “redistributivistas” tendem a dar maior ênfase a fatores materiais – como pobreza e privação, para explicar a criminalidade violenta. O problema aí reside no fato dos referidos autores negligenciarem tanto as mediações culturais existentes nas causas do fenômeno, quanto os fatores tradicionalmente apontados pelos autores “institucionalistas”. É bom ressaltar desde já que a pobreza e a privação, sozinhas, não são os únicos fatores a serem considerados quanto à explicação da violência.

Todavia, seja pela exclusão social, degradação institucional, ou mesmo pelo simples aumento da

sensação de insegurança, a centralidade que a violência urbana adquiriu nos “corações e mentes” dos brasileiros redesenhou o papel institucional da “segurança pública”, dando a ela um enorme peso na agenda política do Estado. É no mínimo curioso, no entanto, que tal fato não foi capaz de gerar mudanças significativas nas estratégias do Poder Público quanto ao enfrentamento do crime. Elas continuaram a seguir uma tendência já tradicionalmente consolidada no Brasil, que limita o debate e a maior parte das iniciativas de “segurança” à esfera policial. Tais estratégias concentraram-se majoritariamente em empregar tentativas de repressão ao comércio ilegal de drogas de varejo, que dentro de um contexto de ineficiência, autoritarismo e corrupção – ainda presentes no aparato policial brasileiro, traduziram-se até hoje em programas de “segurança pública” que seguem a linha geral do “enfrentamento” direto ao tráfico. O saldo desta política foi um aumento brutal da letalidade e morbidade da polícia por um lado, sem que isso significasse uma redução significativa dos índices de violência nas cidades brasileiras do outro.

A ineficiência de tal modelo abriu caminho para que outras estratégias de combate à violência fossem pensadas e aplicadas. É neste contexto que, de acordo com o discurso oficial do Estado, o programa de “pacificação” de favelas foi operacionalizado. Desde dezembro de 2008, as UPPs constituem-se como o principal vetor do projeto de “segurança pública” adotado pelo governo do estado do Rio de Janeiro, na duas gestões consecutivas do governador Sérgio Cabral Filho (2006-2010 & 2010-2014). Entendido enquanto modelo de atuação e policiamento que, em teoria, baseia-se na parceria entre a população e as instituições da área de “segurança pública”, o projeto, segundo texto contido em seu antigo sítio oficial, tem como principais metas o resgate de territórios antes dominados pelo tráfico de drogas, assim como a promoção da “aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades”⁶. De maneira geral, a política de “pacificação” pressupõe a ocupação permanente de algumas favelas ao invés do enfrentamento direto ao tráfico, como propunham as incursões sazonais, de caráter belicista, realizadas pela polícia anteriormente. Em concordância com TEIXEIRA (2010), o que define as UPPs enquanto “novidade” não é a ocupação das favelas, uma vez que isto já fora feito anteriormente por outros governos em outras localidades. A novidade diz respeito à pretensão de resgatar a abordagem do “policiamento comunitário”, há muito deixada de lado na metrópole carioca. O projeto busca a construção de estratégias colaborativas de policiamento entre moradores e policiais, para que, a partir daí, seja possível identificar as demandas sociais e os problemas de cada favela. Ademais, outro ponto fundamental de mudança é que, em teoria, o foco da repressão do Estado passa a ser agora as armas e não mais as drogas. A “pacificação” objetiva colocar fim ao “domínio armado” ostensivo exercido pelo tráfico sobre alguns territórios da cidade.

Por outro lado, o advento das UPPs favorece o fomento e a conjugação de novos processos após a

⁶ O antigo sítio oficial do projeto era <http://upprj.com/wp/>. Atualmente, uma página web mais elaborada foi construída para as UPPs, que pode ser visitada em <http://www.upprj.com>

ocupação permanente da polícia. Sabemos que uma vez “pacificadas”, as favelas passam por uma série de impactos em relação à oferta e regulamentação de serviços, como também melhorias na sua infraestrutura. A dimensão “social” da “pacificação”, batizada não por acaso de “UPP Social”, compreende a realização de projetos em parceria com a iniciativa pública e privada, com o objetivo de promover melhorias no espaço das favelas, indo desde projetos educacionais, esportivos e culturais, até mesmo a cursos para a capacitação profissional e empreendedorismo. Tais propostas, inseridas dentro da agenda de “integração” proposta pelo Poder Público, visam, em primeiríssimo lugar, regulamentar a oferta de serviços básicos (como luz, água, telefone, etc.) antes ausentes ou precários nessas localidades, em troca da formalização do seu pagamento por parte do consumidor. Além disso, a oferta de cursos profissionalizantes e outros projetos ditos “sociais” é pautada pela “incorporação” das favelas à lógica formal do sistema capitalista, ou seja: a formação, por parte da sua população, de um exército de mão-de-obra de baixa qualificação que, ao mesmo tempo, possui possibilidades de inserção mais plena na economia formal da cidade enquanto novos consumidores e empreendedores “legalmente regularizados”.

* * * * *

A lufada de “otimismo” trazida pelas UPPs para o campo da “segurança pública” nos parece, em certo sentido, um exercício fundado na permanente alteridade espacial que marca a metrópole carioca. De um lado acontece a Cidade, apeada sob a planície e que se entrega à embriaguez do mar para esquecer dos morros – barreiras intransponíveis aos seus passos. Da mesma forma, não tão distante acontece a Favela, o *Outro* maldito do urbano, que cresce e se equilibra entre os morros e as periferias. O Rio é cidade que fora dividida em duas, “partida” nas palavras de VENTURA (1994), mas que através da “pacificação” lança um novo convite ao encontro entre pedaços de um mesmo espaço partido. O movimento que a cidade faz para fora, em busca de uma outra imagem para si, coloca o Rio de Janeiro em uma nova posição dentro da conjuntura política e econômica nacional e internacional. Impulsionada pela indústria do petróleo, palco de vultuosos investimentos no setor de comércio, serviços e infraestrutura, e ainda sendo sede dos próximos principais eventos esportivos e religiosos mundiais (a Copa das Confederações e a 38ª Jornada Mundial da Juventude Católica em 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016), o Rio busca fora de si, no caminho trilhado por outras cidades, uma outra imagem para ela mesmo. Mas tal movimento irá coincidir no encontro com um ente deveras renegado pela cidade, visto como incompatível dentro deste novo momento vivido: as favelas. A proposta de “pacificá-las” promoverá antes de mais nada uma hierarquização do espaço urbano. Algumas áreas terão prioridade para receber UPPs, enquanto outras permanecerão ainda sob as mesmas velhas estratégias do Poder Público no combate à criminalidade violenta. A “pacificação” tentará construir uma estratégia de superação da dicotomia “asfalto-favela” pela

imposição de uma determinada lógica e organização de um espaço sobre o outro. Em outras palavras, a cidade procurará “conquistar” o morro como nunca antes havia feito, impondo à favela uma nova estética – com outras cores, cheiros, afetos e regras.

Diante disso, o presente trabalho pretende trazer uma pequena reflexão crítica que procurará responder a seguinte pergunta: *para que servem as UPPs?* Nosso objetivo é analisar o seu funcionamento e como elas contribuem para o fomento, desenvolvimento e consolidação de processos que vêm sendo levados a cabo no espaço urbano do Rio de Janeiro, mas que possuem articulação com fenômenos recorrentes em outras escalas de análise. É óbvio que não pretendemos esgotar o tema. O processo de “pacificação” é algo muito recente e complexo, que articula diferentes processos e diferentes escalas de ação do Estado e de outros atores – como o tráfico de drogas de varejo, o empresariado urbano, moradores de áreas “pacificadas” ou não, ativismos sociais, etc. Nos ateremos assim a três problemas fundamentais e correlacionados que acreditamos estar imbricados dentro do projeto de “pacificação”: 1) *Qual a proposta de “integração” espacial de favelas que trazem as UPPs?* 2) *Como as UPPs abrem caminho para o desenvolvimento de novos mecanismos de controle sócio-espacial sobre a população favelada carioca?* 3) *De que maneira as UPPs se inserem na atual geopolítica urbana em curso na cidade do Rio de Janeiro?*

Sabemos todavia das inúmeras limitações que uma pesquisa de mestrado possui, tendo em vista os recursos disponíveis e o tempo para a redação da dissertação. Isso nos traz alguns perigos que podemos correr ao traçar objetivos que não possam ser atingidos no tempo que dispomos. Nosso trabalho tomará assim uma das favelas “pacificadas” da cidade do Rio de Janeiro enquanto principal referencial empírico da análise. Dentre as 30 favelas que já contam com a presença permanente da polícia, o Morro da Providência, localizado na região central da cidade do Rio de Janeiro, será nosso recorte no espaço⁷. A escolha é de fundamental interesse para o trabalho e se justifica por vários motivos que encontram-se fortemente interlaçados, sejam eles políticos, econômicos ou culturais. Em primeiro lugar, o Morro da Providência, ainda no final do século XIX, foi uma das primeiras favelas surgidas na cidade do Rio de Janeiro. Encravado no coração da Zona Portuária carioca e berço de figuras ilustres brasileiras como o escritor Machado de Assis, a Providência é dotada de imenso valor simbólico e cultural, sendo sua história indissociável da própria história da cidade do Rio de Janeiro.

Além do sentido cultural, sua posição geográfica, no centro da cidade, nos fornece ainda outras justificativas para sua escolha enquanto principal referencial empírico. Sua “pacificação” é ponto fundamental de um projeto maior, intitulado “Porto Maravilha”, que prevê a “revitalização” de toda a Zona Portuária carioca. O interesse na ocupação da favela é enorme por parte de diferentes agentes produtores do espaço urbano, que encaram a região como local para vultuosos investimentos em infraestrutura urbana, especulação imobiliária e exploração do seu potencial turístico. A presença

⁷ Dados referentes ao mês de março de 2013.

permanente da polícia no local inscreve-se também na tentativa de construção de uma espécie de “arco da pacificação”, que engloba as áreas de interesse do capital imobiliário e de setores estratégicos para a operacionalização dos eventos esportivos mundiais a serem realizados na cidade. A Providência inclusive já contara, ao longo de parte do ano de 2008, com uma ocupação permanente das Forças Armadas, com o objetivo de garantir a “segurança” do local para a realização de algumas obras de infraestrutura. Tal fato nos chamou atenção para a escolha da Providência, uma vez que ele mostra como a militarização do seu cotidiano é um processo anterior ao das UPPs.

Por fim, uma última justificativa acerca do nosso recorte espacial, e que encaminha também nosso recorte temporal, é o acesso à vida cotidiana do morro. Desde 2009, o autor do presente trabalho participa de um coletivo de Educação Popular na Providência (o GEP – Grupo de Educação Popular), onde é, além de militante, professor de Geografia do pré-vestibular popular do Morro da Providência ou, simplesmente, Pré-vestibular Machado de Assis. A atuação na favela remonta a um período anterior à implementação da UPP, iniciada no mês de abril de 2010. Sendo assim, foi possível acompanhar até agora os desdobramentos do projeto da “pacificação” no local, as transformações já ocorridas em curto prazo, bem como o acompanhamento contínuo das tendências que podem vir a se confirmar numa periodização mais longa. Por todas essas justificativas, acreditamos ser o Morro da Providência um excelente recorte espacial para o desdobramento do projeto, assim como a data entre o implemento do projeto na favela e a redação final da dissertação uma periodização que nos possibilite responder aos três problemas aos quais nos deteremos.

Nosso trabalho será organizado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro será dedicado aos apontamentos teórico-conceituais que balizam nossas análises, além da descrição da metodologia da pesquisa. Os capítulos subsequentes – dois, três e quatro – serão dedicados às questões referentes à nossa problemática. Procuraremos mostrar, ao longo do texto, como os problemas referentes ao processo de “integração de favelas”, “controle social” e “geopolítica urbana” encontram-se fortemente imbricados no projeto das UPPs. Mas por questões que dizem respeito à organização da estrutura interna da dissertação, como também no intuito de tornar a análise mais clara, optamos por dividir os três problemas pelos três capítulos subsequentes ao dedicado à discussão teórico-metodológica. Esperamos sinceramente que nossa escolha não aja no sentido inverso: o de trazer dificuldades ao leitor em compreender como a relação entre eles complexifica ainda mais o projeto da “pacificação”.

Capítulo I

Apontamentos teórico-conceituais e metodológicos da pesquisa

O primeiro capítulo do nosso trabalho será todo dedicado às discussões de ordem teórico-conceitual e metodológica. Os principais conceitos que serão trabalhados ao longo da dissertação, as teorias por nós utilizadas, assim como as justificativas no que diz respeito às opções metodológicas serão discutidas nesta primeira parte, para que a partir daí possamos ter bases para dar início à análise do material empírico. Como exposto anteriormente, nossa opção por separar a parte teórica da empírica foi uma tentativa de tornar mais clara e coerente a organização final do texto.

Inicialmente, procuraremos dar maior atenção aos conceitos e teorias que serão utilizados no trabalho. O capítulo se divide em cinco subseções interligadas. As quatro primeiras são cada qual dedicadas a uma discussão teórica específica. O fio condutor que serve como ligadura e “norte” entre elas reside na relação estabelecida entre a ideia de poder e espaço. Acreditamos que nossa preocupação em discutir esses dois conceitos, assim como alguns dos seus possíveis desdobramentos é válida, devido aos objetivos aos quais iremos nos deter ao longo de todo o texto. Se nossa dissertação pretende, a partir do processo de territorialização de uma UPP, discutir seus desdobramentos do ponto de vista da *integração* e do *controle social* sobre favelas, assim como sua dimensão *geopolítica*, nos parece bastante razoável que as relações entre poder e espaço ganhem um papel central em nossa análise. Mais precisamente, tratando-se de uma dissertação cujo interesse principal é a espacialização das relações de poder, o conceito de *território*, tão caro à Geografia, será de grande valia para conseguirmos dar conta dos objetivos traçados.

Na última seção do capítulo, nosso esforço terá como principal objetivo justificar a metodologia por nós empregada. Nesse momento, procuraremos explicitar melhor nossas opções metodológicas, que acabaram consequentemente por construir o caminho seguido para a realização do trabalho. Nos capítulos subsequentes, os conteúdos teórico-conceituais e as escolhas metodológicas que tomamos serão retomadas, na medida em que o texto e as análises forem desenvolvidas.

1.1 - Poder e Território

O *poder* possui diferentes acepções. Algumas delas de certa forma se complementam, enquanto outras fortemente se contrapõem. O que nos parece ser uma ideia no entanto comum dentro das diferentes concepções de poder, e que serve como primeira aproximação ao conceito, é sua força objetiva enquanto realização de um determinado objetivo. Em outras palavras, a primeira ideia que defendemos aqui é que o poder diz respeito à capacidade de um determinado indivíduo ou grupo em

atingir determinados resultados pretendidos, sendo que o seu exercício só é feito com base em alguma intencionalidade. O poder todavia não é uma grandeza que possa ser delineada com clareza a partir do embate entre dois pólos opostos, ou seja, entre aqueles que detêm ou não detêm maior ou menor quantidade de poder. Sua grandeza não seria assim algo claramente quantificável. Ele possui uma natureza antes de tudo relacional, que não se realiza através de sua propriedade individual. Como aponta RAFFESTIN (1993), o poder pode ser entendido enquanto um processo de troca ou comunicação, onde os atores envolvidos nele colocam-se de acordo sobre determinada questão ou se confrontam. Os atores não detêm o poder de maneira individualizada: ele só se manifesta por ocasião da relação estabelecida entre os próprios atores. Neste sentido, chegamos então a uma segunda ideia preliminar do conceito, que nos diz que além de possuir um caráter *objetivo*, o poder é também fundamentalmente *relacional*.

De maneira semelhante, ARENDT (2009) não relaciona o poder à posse do indivíduo. Para a autora, embora o poder possua também um caráter relacional, ele é visto enquanto a capacidade humana de agir em concerto, ou seja, seu exercício é feito por uma coletividade e sua natureza não pertence à esfera do indivíduo. O poder enquanto entidade coletiva diferencia-se assim do *vigor*, visto como uma grandeza individual. A diferença de grau entre a singularidade e pluralidade dos conceitos se dá assim pois:

“O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; [...] Em seu uso corrente, quando falamos de um 'homem poderoso' ou de uma 'personalidade poderosa', já usamos a palavra 'poder' metaforicamente; aquilo que nos referimos é o vigor. [...] O vigor [...] é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas. Mesmo o vigor do indivíduo mais forte sempre pode ser sobrepujado pelos muitos, que não raro entrarão em acordo para nenhum outro propósito senão o de arruinar o vigor, precisamente por causa de sua independência peculiar.” (ARENDT, 2009, p. 61-62).

O exercício do poder é assim entendido enquanto uma ação levada a cabo pela coletividade. Ele encontra-se ativo enquanto o grupo encontra-se unido, enquanto operam-se relações de mando e obediência. Ele diz respeito à capacidade de agir em uníssono, coletivamente, em prol de um objetivo comum ao grupo. Neste sentido, o poder nem sempre é algo opressor, já que as leis que determinarão as relações de mando e obediência estabelecidas pelo grupo podem ter sido amplamente discutidas e acordadas pela coletividade. Entretanto, a partir do momento em que o grupo se separa e tais relações desaparecem, o poder consequentemente também se dissipa. É neste sentido que o poder diferencia-se do vigor, justamente por ele estar atrelado a um agir coletivo e não individual. O poder só existe na

coletividade, em relação a outras pessoas ou objetos, e nunca a partir de uma natureza individual como o vigor.

A discussão do poder dentro da perspectiva *arendtiana* nos é bastante cara, pois é através dela que o conceito liberta-se das amarras que o limitam à esfera do indivíduo. Além disso, o poder enquanto capacidade de agir em uníssono cria possibilidades para que o afastemos da ideia de violência, vista na verdade enquanto oposta à ideia de poder. Retomando novamente ARENDT (2009), a violência distingui-se do poder por seu caráter instrumental. O uso da violência enquanto ferramenta é planejado e usado com o propósito de aumentar o vigor natural do indivíduo, com o objetivo final de substituí-lo. O poder pressupõe consentimento entre aquele que manda e aquele que obedece, ou seja, o domínio pelo poder necessita de legitimidade. Já a violência age de maneira oposta, tornando-se ativa justamente quando a legitimidade do poder se enfraquece. Um governo que, por exemplo, tenha perdido a legitimidade perante seus cidadãos, será tentado a utilizar-se do terror enquanto estratégia de dominação para assegurar sua sobrevivência. Em uma situação como essa, seríamos obrigados a admitir a vitória da violência sobre o poder, ou seja, da arbitrariedade sobre a legitimidade. Neste sentido, concordamos com SOUZA (1995) quando o autor argumenta sobre a insuficiência de aceitar, como o faz RAFFESTIN (1993:163), que a violência seria a “forma brutal e extrema do poder”. O poder e a violência não são medidas maiores ou menores de uma mesma escala métrica. Eles são diferentes, sendo que o domínio total de um anula o domínio do outro. Em outras palavras, Hannah Arendt nos esclarece que “a forma extrema de poder é Todos contra Um; a forma extrema da violência é Um contra Todos. E essa última nunca é possível sem instrumentos” (ARENDT, 2009:58). Quando uma coletividade investe alguém de poder, está se firmando ali um pacto de obediência e mando dentro daquele grupo. O grupo autoriza aquela pessoa a agir em nome da coletividade, baseado na legitimidade do pacto previamente firmado. Por outro lado, em um grupo pautado pela violência, as relações de obediência e mando não se baseiam na legitimidade do poder, mas na coerção dos instrumentos de domínio pela violência, como, por exemplo, as armas. Concordamos que violência e poder, apesar de opostos, muitas vezes lançam-se imbricados na realidade. Eles não são conceitos estanques, que podem ser claramente identificados e delimitados dentro de uma lógica puramente formal. A fronteira que os divide é bastante porosa e até mesmo difusa. Entretanto, acreditamos que tal visão do poder pode ser de grande valia em nossa análise, pois o implemento das UPPs indicam um salto qualitativo no campo das relações de mando e obediência dentro das favelas. Embora essas duas estratégias encontrem-se, é importante já salientar, imbricadas dentro dos espaços da “pacificação”, as favelas cariocas vivem um momento de aparente transição entre o domínio através da violência *strictu sensu* – operado pelos traficantes de varejo e a própria polícia, para uma dominação fundada cada vez mais no poder por parte do

Estado. Voltaremos a esse ponto no terceiro capítulo.

Diante da discussão acima, como entender a maneira como o poder projeta-se sobre o espaço? Como as UPPs reconfiguram o território das favelas “pacificadas”, alterando as relações de dominação, governo, influência, controle e acessibilidade espacial? O caminho para chegarmos a alguma conclusão, deve necessariamente passar pelo estudo da territorialidade exercida pela polícia “pacificadora”. Entendemos o conceito de territorialidade como a “tentativa de um indivíduo ou grupo em afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e exercício do controle sobre uma área geográfica” (SACK, 1986:19). De acordo com tal definição, o fundamento da territorialidade, enquanto canal de exercício do controle sobre um determinado espaço, é emoldurado por um princípio relacional, assim como compreendemos anteriormente o conceito de poder. A territorialidade também não é um objeto em si, mas antes de tudo uma relação que se dissipa quando os atores envolvidos num determinado processo de territorialização não mais interagem entre si.

Seguindo a linhagem de uma abordagem relacional sobre o poder e a territorialidade, SOUZA (1995, 2006, 2009) apresenta um conceito de território operacional para nossa análise. O autor desenvolve seu argumento a partir de aproximações sucessivas, que tentam delinear, com traços cada vez mais robustos, sua ideia acerca do conceito. Inicialmente o autor entende o território como “um espaço definido e delimitado por e a partir relações de poder” (SOUZA, 1995:78). Por ser o poder o que define em primeiro lugar o território, o conceito nos oferece em primeiro plano um enfoque fortemente político. No entanto, isto não nos legitima a negligenciar outras dimensões da sociedade, como a cultura ou a economia, quando analisamos o espaço. Em trabalho posterior, SOUZA (2009) deixa claro que apesar da dimensão política do território ser a sua dimensão fundadora, razões de cunho econômico e cultural podem ser fundamentais para explicar processos de territorialização e desterritorialização de grupos e indivíduos, justamente porque tais dimensões da sociedade não são claramente distinguíveis e não podem ser tomadas de maneira isolada. Em nossa análise, o território é tomado enquanto conceito central por sua dimensão fundamentalmente política. Nos interessa investigar quem domina, influencia e governa quem nesse espaço, assim como as formas de domínio e o “por quê” da dominação. Mas para enfrentarmos tal desafio, é óbvio que deveremos considerar também interesses econômicos e valores simbólicos para responder aos nossos questionamentos, uma vez que todas essas dimensões (a cultura, a economia, a política, etc.) estão fortemente interrelacionadas. É sempre bom lembrar que a realidade é extremamente complexa e sua apreensão se dá como um todo dinâmico não compartimentado em dimensões estanques.

Além do seu fundamento fortemente político, o território, dentro de uma perspectiva relacional, não deve ser entendido enquanto sinônimo de substrato espacial, e nem confundido com o espaço social:

(...) confundir o território com o substrato espacial material (as formas espaciais, os objetos geográficos tangíveis – edificações, campos de cultivo, feições 'naturais' etc.) equivale a 'coisificar' o território, fazendo com que não se perceba que, na qualidade de projeção espacial de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar, *sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência material para as práticas espaciais mudem*” (SOUZA, 2009, p. 61, grifo no original).

O esclarecimento de tal “confusão conceitual” sobre o território, abre caminho para uma segunda aproximação, expressa na seguinte afirmação: “(...) o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial* (SOUZA, 1995, p. 97, grifo no original).

A dimensão relacional do território, assim como a diferenciação que esta abordagem permite empreender entre este conceito e o substrato material nos é de extrema importância. Vejamos os motivos. Em primeiro lugar, a diferenciação serve como ferramenta para *relativizarmos* o propagandeamento midiático feito sobre o projeto das UPPs, que aponta para sua estratégia de “retomada dos territórios” antes controlados pela criminalidade armada. Procuraremos demonstrar, no decorrer da dissertação, que confundir (intencionalmente ou não) a ocupação permanente da polícia com controle territorial é um erro grosseiro. O erro incide na confusão feita pela mídia e pelo senso comum – e que é claramente alimentada pelo Poder Público, entre o conceito de território (visto enquanto relações de poder espacialmente projetadas) e o substrato material em si (por exemplo o solo, as construções humanas materiais, aspectos físicos do espaço como uma montanha, etc). Simplesmente ocupar uma favela não permite afirmar poder sobre o espaço, até mesmo porque existem diferentes “níveis” e “camadas” no exercício da territorialidade. Insistir neste erro é tomar o território meramente enquanto sinônimo de substrato material.

Em segundo lugar, porque se entendemos o território enquanto uma *relação*, empregamos ao conceito uma dimensão temporal que em nossa análise é muito importante. Territórios se formam, permanecem ativos muito ou pouco tempo, como também podem desaparecer sem deixar vestígios. Como falamos de atores sociais dinâmicos, que se relacionam por e a partir relações de poder assimétricas e não-lineares, não seria possível realizar tal análise partindo de uma perspectiva que materializa o território enquanto “solo pátrio” contida em RATZEL (1974), ou numa perspectiva de apropriação e produção do espaço quase enquanto sinônimo de “espaço social” contida em RAFFESTIN (1993), ou mesmo enquanto base material e simbólica da sociedade e do Estado, de acordo com CASTRO (2005). Os processos de territorialização e desterritorialização são extremamente dinâmicos e, neste sentido, uma análise relacional do território se constitui enquanto importante ferramenta para a compreensão de tais processos em nossa análise.

Faz-se importante ainda ressaltar, nesse primeiro momento, que a construção do nosso arcabouço teórico parte de uma base analítica que entende o conceito de territorialidade enquanto elo possível entre os conceitos de poder e território. Voltando novamente a SACK (1983), o conceito de territorialidade aqui defendido não opera sobre uma ideia de poder exclusiva, o que abre possibilidades para que possamos *articular diferentes visões do poder com a ideia de território*. O autor inclusive argumenta que “formular uma teoria da territorialidade independente de teorias particulares do poder, torna possível articular suas tendências e combinações a mais de uma teoria específica do poder e da organização social” (SACK, 1983:58). O que queremos dizer é que tal abordagem nos permite vislumbrar a articulação de diferentes visões e teorias do poder para atingir os nossos objetivos. O esforço demandado para a análise das mudanças nas relações de mando e obediência trazidas pelo projeto da “pacificação”, por exemplo, é diferente de uma abordagem do poder que objetive compreender os mecanismos de disciplina e segurança, através dos quais as UPPs exercem a sua territorialidade. Elas são diferentes também de uma visão sobre o poder que possibilite pensar a construção de uma sociedade mais autônoma, e que contribua para o Desenvolvimento Sócio-Espacial. Ou ainda, uma outra abordagem do poder é necessária para compreender a dimensão geopolítica das UPPs, enquanto estratégia de “conquista” territorial semelhante a dos Estados-nação numa guerra convencional. Embora diferentes, todas essas problemáticas partem de um problema mais geral que reside na relação entre poder e espaço, como chamamos atenção nos primeiros parágrafos do nosso texto. É importante deixar claro que nossos questionamentos não nos parecem de forma alguma concorrentes entre si. Eles nos parecem, por outro lado, complementares, pois todos possuem relação direta com o conceito de território que defendemos anteriormente. Da mesma forma, para construirmos uma base teórica capaz de dar conta dos problemas supracitados, faz-se necessária a articulação de diferentes – mas não, é importante repetir, concorrentes – concepções de poder. As próximas três subseções dizem respeito justamente a esse esforço de modulação do conceito.

1.2 – Poder Autônomo e Desenvolvimento Sócio-Espacial

A ideia da *autonomia*, segundo CASTORIADIS (1982), remonta ao princípio básico de dar a si mesmo sua própria lei. Para o autor, o indivíduo autônomo é aquele capaz de tomar para si seu destino, de se perceber enquanto um agente ativo da história, e, ao mesmo tempo, poderíamos acrescentar, de se perceber enquanto protagonista na produção do seu próprio espaço⁸. De maneira

⁸ O “projeto de autonomia” de Castoriadis é a pedra angular que direciona as reflexões deste autor ao longo de toda a sua obra. Como aponta SOUZA (2006), apesar da enorme profundidade dos seus trabalhos, Castoriadis não deu maior atenção à dimensão espacial da sociedade, sendo ela, via de regra, colocada em segundo plano. Não é nosso objetivo, por razões de tempo e de espaço, realizar uma discussão aprofundada do projeto castoriadiano. Ele está presente em nosso trabalho enquanto balizamento teórico necessário, assim como “norte” político para o desenvolvimento da análise. Como referência sobre o projeto de autonomia, ver principalmente CASTORIADIS (1982, 1983, 1992 e 2002),

análoga, uma sociedade autônoma será aquela onde o conjunto de leis e normas que a governam forem decididas e implementadas pela sua coletividade, através do debate entre os indivíduos pertencentes a ela. Ela será uma sociedade consciente de sua própria condição, e nunca alienada politicamente. Castoriadis nos mostra, por outro lado, que caso as leis e as normas que governem uma sociedade não partirem da deliberação coletiva entre os indivíduos pertencentes a ela, o princípio regulador desta sociedade será por sua vez a *heteronomia*. Diferentemente da autonomia, o *nómos* heterônomo parte de um princípio de opressão interna de um grupo de indivíduos em relação aos demais, ou de opressão externa, como um Estado-nação que subjuga o outro, ou até mesmo por leis oriundas de divindades ou mesmo naturalizadas (Deuses, mitos, teogonias, etc.) numa espécie de “heteronomia transcendental”. Poderíamos dizer que as sociedades heterônomas são sociedades que constroem-se basicamente contra, e não a favor do indivíduo. Como aponta CASTORIADIS (1983), a sociedade capitalista proclama-se enquanto ao mesmo tempo “liberal” e “individualista”. Isto significa que em tal sociedade, uma pequena parcela da população oprime e explora a grande maioria, impondo-lhe suas leis e excluindo a maioria das pessoas dos processos de tomada de decisão. Além de liberal e individualista, as sociedades dentro do Capitalismo funcionam, em um grau maior ou menor, por um princípio heterônomo, cujo mote é a construção de um *nómos* muitas vezes contrário ao desejo da maior parte das pessoas⁹. Não é à toa que, via de regra, o poder heterônomo seja exercido a partir da instrumentalização da violência de forma direta e/ou indireta, o que aproximaria tal concepção à ideia de violência arendtiana discutida anteriormente.

Se observarmos com mais atenção o conceito de autonomia, veremos que ele se sustenta sobre dois pilares básicos: a *autonomia individual* e a *autonomia coletiva*. A primeira diz respeito “à capacidade psicológica e à possibilidade material e institucional efetiva de cada indivíduo adulto de estabelecer fins para a sua existência e persegui-los de modo lúcido em igualdade de oportunidades com outros indivíduos pertencentes à mesma sociedade” (SOUZA, 2006:70). A segunda se caracteriza pela:

e para a crítica sobre a negligência da dimensão espacial contida nele ver a parte I de SOUZA (2006).

⁹ Não devemos supor que a heteronomia se inscreva somente na dinâmica do sistema capitalista. Vale a pena ler a profunda crítica contida na introdução de CASTORIADIS (1982) sobre o caráter heterônomo que o regime comunista soviético assumiu ao longo do tempo, em meio aos processos de burocratização, centralização do poder, ausência de autonomia individual e coletiva, etc. No entanto, como nosso trabalho se atém a uma problema que, em primeiro plano, ocorre no bojo de uma sociedade capitalista semi-periférica, a heteronomia aqui terá como referência principal a sociedade capitalista brasileira.

[...] “presença de instituições sociais que garantam igualdade efetiva – e não apenas formal – de oportunidades aos indivíduos para a satisfação de suas necessidades e, muito especialmente, para participação em processos decisórios relevantes para a regulação da vida coletiva; em outras palavras, ela tem a ver com as instituições sociais que permitem a existência de indivíduos autônomos (livres) e de indivíduos educados para a liberdade, a sua própria e a dos outros”. (SOUZA, 2006:70)

Como salienta o próprio CASTORIADIS (1996), a autonomia individual e coletiva são dois pilares indissociáveis que se complementam, já que a instituição da sociedade permite a criação de indivíduos autônomos, que por sua vez são capazes de criar as instituições que sustentam a autonomia coletiva. Neste sentido, a sociedade autônoma é uma sociedade à favor do indivíduo, já que a liberdade e a autonomia individual só podem ser expressas através da coletividade. Dentro da perspectiva autonomista proposta pelo autor, a ideia de liberdade nos parece bem próxima da visão anarquista contida em BAKUNIN (1971). No entanto, esta semelhança infelizmente é negligenciada dentro da visão castoriadiana:

“O homem só percebe completamente sua liberdade individual, assim como sua personalidade, através dos indivíduos à sua volta, e graças somente ao trabalho e à força coletiva da sociedade. Sem a sociedade ele certamente permaneceria como a mais estúpida e desgraçada criatura junto com outras bestas ferozes. A sociedade, longe de diminuir sua liberdade, pelo contrário, cria a liberdade individual de todos os seres humanos. A sociedade é a raiz, a árvore, e a liberdade é seu fruto.” (BAKUNIN, 1971:5 – tradução livre.)

O problema do exercício da autonomia e da liberdade parte então de um princípio fundamental de *igualdade*. Por igualdade, CASTORIADIS (1983) pressupõe a igualdade de direitos e deveres, ou seja, a possibilidade *efetiva* de participação de todos no poder instituído pela sociedade. Daí, coloca-se um problema fundamental para as atuais sociedades heterônomas, que encontra seu foco na impossibilidade de exercício da liberdade sem condições reais de igualdade social e de poder. Como, dentro de uma sociedade com enormes desigualdades sociais como, por exemplo, a brasileira, é possível assegurar um grau de participação democrático nos processos de tomada de decisão para as pessoas? A desigualdade social, neste sentido, se transforma numa desigualdade de participação também no poder instituído. De outra forma, uma sociedade só é de fato livre para CASTORIADIS (1983:16), quando o poder efetivamente se exerce pela coletividade, onde todos possam ter a oportunidade de “participar na igualdade”. Desta forma, percebemos como mais uma vez a autonomia individual e coletiva se complementam, uma vez que as instituições

sociais em uma sociedade autônoma é que vão garantir condições de igualdade de participação no poder, para que seus indivíduos possam assim exercer sua autonomia individual.

A ideia de um poder exercido pela coletividade na perspectiva autonomista, vai assim ao encontro do conceito de poder na visão arendtiana (SOUZA, 2002, 2006). Retomando a autora, vemos que o poder para ela diz respeito a capacidade de agir em uníssono, coletivamente, em prol de um objetivo comum a determinado grupo. O poder, tanto na perspectiva arendtiana quanto na de Castoriadis, nem sempre é algo opressor, uma vez que as leis que determinam as relações de mando e obediência estabelecidas pelo grupo podem ter sido amplamente discutidas e acordadas pelo próprio grupo. O poder para ambos os autores só existe na coletividade, em relação a outras pessoas ou a objetos, e nunca a partir de uma natureza meramente individual. Ademais, a articulação entre as ideias de poder na perspectiva de Castoriadis e Arendt nos parece bastante interessante, pois através dela o conceito liberta-se das amarras que o prendem à esfera do indivíduo, ou mesmo a uma roupagem sempre negativa e opressora, como dentro do anarquismo clássico¹⁰.

É importante reforçar que a coletividade dentro do projeto de autonomia é a base através da qual o poder se exerce. Iniciativas participativas de planejamento e gestão do espaço, como, no caso do nosso trabalho, de políticas na área de “segurança pública”, podem, dependendo de como forem feitas, tornarem-se importantes tentativas de minimizar a separação entre aqueles que de fato participam dos processos de tomada de decisão em sociedades heterônomas (burocratas, políticos profissionais, a elite econômica, latifundiários, etc.), e o restante da população. Mesmo pequenas experiências interessantes de participação popular na gestão e planejamento do espaço não devem deixar de ser valorizadas, uma vez que elas possuem um importante papel pedagógico na construção do projeto de autonomia. É o que SOUZA (2006) defende enquanto diferenciação entre a autonomia “em sentido forte” e autonomia “em sentido fraco”:

“Em 'sentido forte', a referência à autonomia equivaleria a ater-se a um horizonte de pensamento e ação: o projeto de construção de uma sociedade basicamente autônoma. Já o 'sentido fraco' refere-se à necessidade de valorizar conquistas táticas e conjunturais em meio a uma navegação de longo curso, durante a qual, mesmo sem superar os marcos gerais heterônomos, avanços menores, localizados, para além do significado positivo que possam ter em si mesmos (redistributivo, político ou outro), podem colaborar, politicamente-pedagogicamente, para abrir caminho para conquistas mais ambiciosas no futuro.” (SOUZA, 2006:82)

¹⁰ Ver SOUZA (2006) p. 71-72

Na tentativa de articular a linha político-filosófica de Cornelius Castoriadis com os limites e possibilidades de maior participação popular no planejamento e gestão do espaço das cidades, procuramos buscar maiores ganhos de autonomia “em sentido fraco” no presente, mas tendo sua dimensão “em sentido forte” como um horizonte de pensamento e ação. A autonomia, desta forma, nos parece um pressuposto fundamental para a realização de uma democracia autêntica (ou seja, onde, principalmente, o poder exerça-se da maneira mais horizontal possível, com ampla possibilidade de participação política consciente das pessoas nos processos de tomada de decisão), como também para o desenvolvimento de, por exemplo, políticas de segurança que sejam de fato públicas. Uma política de “segurança pública” que pretenda ser genuinamente pública, deve ser entendida enquanto segurança do que é público, isto é, como segurança da coletividade e dos cidadãos, não limitando-se à mera defesa da propriedade privada e do aparelho de Estado. Em nossas sociedades heterônomas é justamente essa a principal função do aparelho repressor do Estado, executada através das ações do aparato jurídico-policial.

Com base no que foi exposto acima, podemos inferir que uma maior participação consciente das pessoas nos processos de tomada de decisão da sociedade, que sejam feitos para além dos marcos representativos do atual modelo de “democracia”, pode nos indicar significativos ganhos de autonomia. Tal caminho é visto por SOUZA (1996, 1997, 2002, 2006) como uma importantíssima contribuição para o Desenvolvimento Sócio-Espacial¹¹. A construção deste conceito parte, ao mesmo tempo, de uma recusa à ideia de desenvolvimento atrelada ao economicismo, etnocentrismo e mesmo teleologismo ofertada pelo capitalismo, e as tentativas de teorização, sejam elas por um viés conservador ou mesmo crítico, como na teoria marxista, que negligenciam o papel fundamental que o espaço possui para a sociedade. De acordo com SOUZA (1997), o termo “desenvolvimento” vem sendo historicamente apropriado ideologicamente enquanto “desenvolvimento econômico” das forças produtivas capitalistas, através da mera conjugação do binômio crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) com modernização tecnológica. Se por um lado, o crescimento do PNB não necessariamente indica um melhor acesso à renda produzida em uma determinada sociedade, a modernização tecnológica, por sua vez, não vem proporcionando necessariamente ao homem uma melhoria significativa nos seus padrões de vida como um todo:

¹¹ O conceito de Desenvolvimento Sócio-Espacial é trabalhado em diversos livros e artigos ao longo dos últimos vinte anos pelo autor. Limitaremos o debate aqui acerca das reflexões contidas em SOUZA (1996, 1997, 2002 e 2006)

“Em virtude do contínuo desenvolvimento do trabalho maquínico, redobrado pela revolução informática, as forças produtivas vão tornar disponível uma quantidade cada vez maior do tempo de atividade humana potencial. Mas com que finalidade? A do desemprego, da marginalidade opressiva, da solidão, da ociosidade, da angústia, da neurose, ou da cultura, da criação, da pesquisa, da reinvenção do meio ambiente, do enriquecimento dos modos de vida e de sensibilidade?” (GUATTARI, 2004:8)

Ao balizarmos nossa discussão dentro de um horizonte autônomo, percebemos que a modernização tecnológica, além disso, não fora capaz de estimular, ou mesmo contribuir para o desenvolvimento de uma cultura política crítica, capaz de promover uma maior quantidade e qualidade da participação popular nos processos de tomada de decisão na sociedade. Em outras palavras, a ideia de “desenvolvimento” é tradicionalmente atrelada à “modernização” da sociedade, em um sentido capitalista e ocidental, que se configura como uma espécie de “passaporte” para uma “etapa” seguinte desta mesma sociedade, numa espiral teleológica garantidora de maior qualidade de vida e justiça social.

Pelas limitações expostas acima, SOUZA (2002) entende o desenvolvimento, em uma primeira aproximação, enquanto uma mudança sócio-espacial positiva, com o aprimoramento das condições gerais da vida em sociedade. O conteúdo do desenvolvimento, no entanto, deve ser relativizado a cada universo cultural e social em particular, não sendo ele um valor *a priori* universal (SOUZA, 1996:7 e segs). No entanto, tal mudança não se limita apenas às relações sociais. Para a mudança social, torna-se fundamental, da mesma forma, a mudança da organização espacial que amparava as antigas relações sociais, uma vez que o espaço é, ao mesmo tempo, “palco, fonte de recursos, recurso em si [localizações], arena, referencial simbólico/identitário e condicionador; que é substrato material, lugar e território” (SOUZA, 2002:61). Assim, é necessário reforçar que o esforço na formulação de um outra ideia de desenvolvimento passa pela criação de um novo conceito, capaz de englobar a importantíssima dimensão espacial da sociedade. É justamente daí que surge o termo que dá nome à teoria do Desenvolvimento Sócio-Espacial.

Retomando SOUZA (2002), um autêntico processo de Desenvolvimento Sócio-Espacial pode ser verificado através da constatação de uma *melhoria na qualidade de vida* e um *aumento da justiça social*. Por melhores condições de vida, o autor entende a “crescente satisfação das necessidades – tanto básicas quanto não-básicas, tanto materiais quanto imateriais – de uma parcela cada vez maior da população” (SOUZA, 2002:62). Já o termo justiça social, mesmo devido a sua polissemia, é clarificado através do aforisma aristotélico “tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente” (cf. HELLER, 1998:16, *apud* SOUZA, 2002:62). Isto nos parece, grosso modo,

fornecer um tratamento mais justo de acordo com as necessidades de cada indivíduo, tendo em mente suas condições materiais e o contexto cultural e social no qual ele vive. Entretanto, as duas dimensões do Desenvolvimento Sócio-Espacial devem ser entendidas enquanto medidas complementares. Enxergar a melhoria da qualidade de vida e a justiça social isoladamente não é suficiente para criar bases para avaliações e estratégias de desenvolvimento. Cada uma das duas variáveis calibra e complementa a outra.

Se a melhoria dos dois indicadores nos mostram a existência de um autêntico Desenvolvimento Sócio-Espacial, quem mais legítimo do que os próprios indivíduos e grupos específicos para estabelecer metas e prioridades quanto à melhoria da qualidade de vida e justiça social? Neste sentido, o princípio da autonomia se transforma em um elemento chave dentro da teoria, uma vez que o seu princípio é a base para construção de uma escolha radicalmente democrática. É através da livre instituição de suas próprias leis, gozando de liberdade, e com condições asseguradas de participação nos processos de tomada de decisão, que os indivíduos podem criar condições para a realização dos seus desejos.

Sem embargo, como alerta SOUZA (2006), embora a justiça social seja um parâmetro que deriva diretamente da autonomia, não devemos cair na tentação de atrelar à autonomia a garantia intrínseca de maiores ganhos de qualidade de vida e mesmo de Desenvolvimento Sócio-Espacial. Um indivíduo, ou mesmo uma sociedade livre, tendo em vista a ligadura indissociável entre a autonomia individual e coletiva, não necessariamente, estando ela imbuída de liberdade para decidir sobre sua vida, tomará a decisão correta que garanta, por exemplo, uma distribuição de renda mais igualitária. A autonomia, enquanto princípio, é a garantia de que o indivíduo e a sociedade sejam capazes de decidir sobre seu próprio destino, o que não pressupõe apenas acertos, mas que prevê, da mesma forma, retrocessos e equívocos. Em outras palavras, um indivíduo e uma sociedade autônoma podem também errar em liberdade, por mais cruel que tal afirmativa possa parecer. Isso no entanto não exclui a importância da luta por uma sociedade autônoma, pois sem ela o processo de Desenvolvimento Sócio-Espacial não pode acontecer.

O caráter “aberto”, passível de avanços e retrocessos do projeto de autonomia, confere o fio sobre o qual transita o Desenvolvimento Sócio-Espacial, visto enquanto uma “teoria aberta”, oposta à concepção teleológica de desenvolvimento criticada por SOUZA (1996, 1997, 2002, 2006 e outros). Em uma segunda aproximação, o Desenvolvimento Sócio-Espacial poderia ser definido como “o processo (aberto, não predeterminado, ainda que animado por valores e por vontades conscientes) de mudança para melhor, [...] uma incessante busca por mais justiça social e melhor qualidade de vida sobre a base da autonomia individual e coletiva” (SOUZA, 2006:111). O foco da teoria, diferentemente do “desenvolvimento” atrelado ao imaginário capitalista, está no contexto de

superação da heteronomia instituída em nossas sociedades, através da mudança radical das relações sociais e do espaço social.

Neste sentido, dentro da perspectiva teórica e política deste trabalho, ter em mente a autonomia enquanto horizonte de pensamento e ação no momento de avaliar, por exemplo, se uma política pública contribui *de fato* para ganhos de autonomia individual e coletiva é fundamental. De maneira mais específica, poderíamos formular o seguinte problema: até que ponto, determinado ganho de qualidade de vida a curto prazo, pode, em um segundo momento, trazer um retrocesso maior quanto aos ganhos de autonomia coletiva e individual? Será que, diante de tal quadro, poderíamos falar em Desenvolvimento Sócio-Espacial? Voltando a SOUZA (2002), o autor esclarece que:

“[...] sim, é possível; no entanto, com muitas reservas, pois se trata de um ganho não defensável quando se alargam os horizontes analíticos (longo prazo e grande escala). Melhorias materiais com tutela significam uma *infantilização* dos dominados/dirigidos. Considerando uma situação limite, escravos podem ser, materialmente, melhor ou pior tratados... Daí não ser razoável postular que haja um Desenvolvimento Sócio-Espacial pleno ou autêntico se o melhor desempenho de alguns parâmetros subordinados, notadamente os relativos à qualidade de vida, não se fizer acompanhar por melhorias do desempenho de outros parâmetros subordinados, referente à justiça social, e, no limite, por melhorias no desempenho do parâmetro subordinador (autonomia).” (SOUZA, 2002:71, grifo nosso)

Diante de tal advertência, e já trazendo a problemática para o campo analítico do nosso trabalho, até que ponto uma política de “segurança pública” que reduz alguns índices de criminalidade em curto prazo, poderia apresentar maior privação da liberdade ou maior grau de “tutela” por parte do Poder Público e conseqüentemente perda de autonomia em um segundo momento? Devemos ter em mente, por todas essas razões, que a avaliação do Desenvolvimento Sócio-Espacial é um processo complexo, cuja análise deve ser feita sempre considerando-se uma periodização mais longa, além de escalas espaciais, da mesma forma, mais abrangentes.

A advertência nos parece muito pertinente também para as iniciativas na área da “segurança pública”. O sucesso de uma política não pode ser pautado por avaliações em curto (ou, o que é ainda mais temerário, curtíssimo) prazo, nem limitado a uma escala de abrangência deveras limitada. Nunca é demais lembrar que os índices de criminalidade – além de só deixarem transparecer parte dos crimes, ou seja, aqueles que são reportados à polícia e não a violência de fato sentida pela população, variam de maneira extremamente dinâmica no tempo e no espaço, com o seu aumento e/ou redução estando condicionados a fatores que não passam *necessariamente e exclusivamente* por determinada ação do Poder Público.

Ademais, nos parece sintomático a falência do adjetivo “público” para uma política de “segurança” que, porventura, venha a gerar maior sensação de “segurança” para uns à custa do aumento de “insegurança” para outros. Mesmo as leis que regem nosso “Estado Democrático de Direito” – para nos limitarmos aqui aos marcos da “democracia” representativa, garantem teoricamente a mesma oferta e qualidade de serviços prestados pelo Estado para todos. Voltaremos a esse ponto com maior atenção em outro momento.

1.3 – Disciplina e Biopolítica: o poder heterônomo e suas estratégias de controle

Na seção anterior, nos debruçamos sobre o entendimento do que seria o poder dentro do projeto de autonomia e sua importância para a teoria do Desenvolvimento Sócio-Espacial. De maneira mais precisa, procuramos mostrar, em linhas gerais, que o projeto de autonomia castoriadiano, assim como a ocorrência de desenvolvimento (no sentido crítico visto anteriormente) em longo prazo, só serão realizáveis através do exercício de um poder autônomo. Vimos também, por outro lado, que em nossas sociedades capitalistas, as linhas gerais que emolduram as relações de poder são pautadas por dinâmicas distintas, ligadas ao horizonte da heteronomia. A dinâmica sócio-espacial das sociedades capitalistas funda-se numa economia do poder distinta, baseada em relações verticais e extremamente assimétricas, onde a grande maioria das pessoas estão excluídas dos processos de tomada de decisão mais amplos. Em tais sociedades – e, como não poderia deixar de ser, a brasileira inclui-se neste mesmo conjunto, existem diferentes mecanismos através dos quais o poder heterônomo se exerce. Tais mecanismos possuem um duplo sentido: ao mesmo tempo que viabilizam estratégias para vitalizar o poder, tornando o controle mais efetivo, eles também pavimentam caminho para a manutenção do domínio de uma minoria sobre a maioria. A maneira como tais mecanismos são pensados, desenvolvidos, geridos, aplicados e corrigidos constitui-se enquanto um corpo específico de conhecimento, que vem sendo desenvolvido no seio das sociedades capitalistas ocidentais há muito tempo. Se entendemos a *técnica* enquanto um conjunto coerente de conhecimentos que objetivam atingir determinado resultado, podemos considerar que as *tecnologias do poder* são antes de tudo os mecanismos responsáveis pelo seu fortalecimento, manutenção e reprodução. Entretanto, como exposto acima, as tecnologias do poder, em especial do poder heterônomo, não são algo novo. Se por acaso desejássemos traçar uma genealogia do conjunto de conhecimentos sobre ele, seríamos obrigados a traçar antes de tudo uma genealogia do próprio homem, uma vez que as estratégias de controle, dominação, influência e governo sempre foram partes integrantes da dinâmica humana.

O nosso objetivo aqui, no entanto, não é esse, já que o delineamento de uma genealogia do

poder já fora feito com competência por FOUCAULT (1977, 1981, 2005, 2008, 2008a, 2010). Entretanto, mesmo não partilhando, pelo menos explicitamente, das reflexões de Castoriadis sobre a autonomia e heteronomia, nos parece que a discussão de Foucault sobre as diferentes modulações do poder na sua passagem da *soberania*, para a *disciplina* e finalmente para a *biopolítica*, se inscrevem dentro do horizonte da heteronomia¹². Em todo caso, é com base em suas discussões sobre as tecnologias de poder e nos seus mecanismos de controle que procuraremos ferramentas para compreender melhor a forma como as UPPs se constituem enquanto nova estratégia de controle sobre determinados espaços e sua população.

1.3.1 – O poder disciplinar e o corpo

A passagem da Idade Média para a Idade Moderna marca o surgimento de mudanças no campo do poder. As mudanças estão inscritas no contexto da época, que indica o alavancamento do capitalismo enquanto sistema econômico e as profundas mudanças que ele provoca na estrutura social e política da sociedade. O *corpo* passa a ser a arena por excelência do poder. Todos os seus movimentos, gestos, sinais e sua postura são agora do seu interesse, e o objetivo do domínio se traduz pela submissão e transformação dos corpos em unidades produtivas úteis ao sistema que ganhava cada vez mais força no mundo. Tornar os corpos úteis e dóceis, de acordo com determinado objetivo: esta era a principal meta do que FOUCAULT (1981, 2005, 2007, 2008, 2010) chamou de *poder disciplinar*. Para ele, através do poder disciplinar:

¹² Foucault, assim como Castoriadis, possui um hábito não tão “saudável” de fazer poucas, ou mesmo nenhuma referência quanto à bibliografia utilizada em seus trabalhos. Como exposto anteriormente, toda a discussão sobre a autonomia individual e coletiva em Castoriadis possui algumas semelhanças com pensamento Anarquista Clássico, assim como algumas críticas direcionadas ao comunismo soviético, que foram feitas pelo autor, já havia sido realizadas anteriormente por socialistas libertários como Rosa Luxemburgo e Anton Pannekoek. Da mesma forma, as discussões sobre o poder disciplinar e seu desenvolvimento nas prisões possuem ligação direta com as reflexões, feitas pioneiramente, sobre a dinâmica do capitalismo e o sistema carcerário contidas em RUSCHE & KIRCHHEIMER (1999), cuja influência na obra foucauldiana foi minimizada pelo próprio autor. Neste sentido, apesar de contemporâneos no tempo e vivendo no mesmo país (a França), não sabemos até que ponto Foucault e Castoriadis se influenciaram. Mas concordamos com SOUZA (2010) de que diferentemente de Castoriadis, Foucault sempre teve uma certa “aversão” ao poder, tratando-o sempre como uma força opressora, ligada ao horizonte de sociedades heterônomas. Mesmo assim, tal fato não retira a enorme importância da obra foucauldiana, assim como a preciosa utilidade de suas reflexões para a realização de nossas análises sobre a dimensão disciplinar e biopolítica das UPPs.

“O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma 'anatomia política', que é também igualmente uma mecânica do poder, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. *A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).*” (FOUCAULT 2010, p. 133, grifo nosso)

Chamamos atenção para o fato da vitalização do corpo em termos econômicos, ou seja, a potencialização da sua exploração econômica, e o seu enfraquecimento em termos políticos. A dominação através da disciplina se dá pela perda de poder do corpo, ou seja, do agir em uníssono em prol de um objetivo comum. É uma estratégia de dominação que envolve consentimento e legitimidade, mas que possui tinturas comumente encontradas no espectro da violência. Em outras palavras, a operacionalização dos mecanismos disciplinares envolve, via de regra, a instrumentalização da violência, seja ela física ou mesmo simbólica, para que estes corpos tornem-se dóceis e úteis. Isto dá a tal tipologia de poder uma força de legitimidade relativamente inferior aos mecanismos de segurança, cujo funcionamento ocorre de maneira diferente dentro da biopolítica. Voltaremos a este ponto ainda nesta subseção, mas é importante desde já marcar as diferenças entre estas duas tecnologias de poder, assim como suas possíveis complementariedades.

Entretanto não é só o corpo em si que ganha visibilidade sob o prisma do poder disciplinar. A relação que o corpo estabelece com o outro, assim como sua própria distribuição no espaço passam ser agora pensadas, de maneira a criar mecanismos capazes de controlar os corpos por e através do espaço. As mudanças geram necessidades em pensar novas formas de organização espacial: a produção nas fábricas, o local de tratamento dos doentes nos hospitais, ou ainda o espaço dos detentos nas prisões, e até mesmo o planejamento espacial das cidades.

Tomemos um exemplo do que queremos dizer com tudo isso. De acordo com PINTO (1995), as grandes epidemias de lepra que assolaram a Europa durante a Idade Média propiciaram a criação de um forte aparato de exclusão dos indivíduos infectados por esta doença. Os leprosários, espaços destinados aos doentes de lepra, se disseminaram na Europa ao longo do tempo e já encontravam-se espalhados por todo o continente no século XIII. A eficácia do método de exclusão dos leprosos do convívio social foi tamanha, que este método ganhou dimensões para além do tratamento das doenças. Para o autor, o advento da exclusão obteve um enorme sucesso enquanto técnica, sendo incorporado pela civilização ocidental no tratamento de doentes, presos, loucos, entre outras “categorias” (PINTO, 1995:132).

Voltando a FOUCAULT (2010), percebemos que a peste, doença que marcou a Modernidade assim como a lepra o Medieval, proporcionou o abandono do confinamento e a emergência das chamadas “disciplinas” no tratamento dos doentes. Em uma cidade, por exemplo, onde era declarada a peste, o Poder Público instalava diferentes intendentess, agentes, síndicos e guardas, afim de restringir ou mesmo proibir o deslocamento espacial das pessoas enquanto a peste não fosse curada. Ao mesmo tempo, inspeções sanitárias às casas eram constantes, assim como o controle sobre os infectados, as pessoas ainda saudáveis, e sobre o destino dos mortos produzidos pela peste. Todo este aparato de vigilância era por sua vez baseado em um sistema de registro permanente. Tudo aquilo que era visto era também registrado, e a informação era passada dos médicos para os síndicos, transitando para outras esferas de poder até o prefeito, a figura máxima responsável pelos processos de tomada de decisão.

Este controle minucioso das operações do corpo não pode ser conseguido, por sua vez, sem a disciplinarização do tempo e do espaço. Em vez da exclusão dos corpos, criam-se mecanismos de controle em sua distribuição espacial, como na escola, no hospital, na prisão ou no quartel do exército. Ao invés do confinamento a um espaço sem marcação precisa do tempo, ou, a um espaço cujo tempo era controlado de maneira autônoma – como pelos artesãos nas oficinas, o controle das atividades com o estabelecimento de um horário passa a ser fundamental para os processos de disciplinarização. As fábricas na Revolução Industrial inglesa do século XVIII, ou as escolas católicas na França no mesmo período, são um bom exemplo do que estamos a falar. Desta forma, integram-se assim os corpos que antes eram excluídos, de maneira a estabelecer um uso útil para eles do tempo e do espaço.

A figura arquitetural por excelência do poder disciplinar é a figura do *Panóptico* (FOUCAULT, 1981, 2010). A construção desta figura, proposta pelo filósofo Jeremy Bentham em 1785, nos remete ao princípio de uma construção feita em anel, dividida em celas que atravessam toda a espessura da construção, deixando um espaço vago no centro do círculo destinado ao pátio. No meio do pátio encontra-se uma torre, dotada de janelas largas e vazadas, pela quais se tem uma visão de 360° que engloba a vigilância de todas as celas. A contra-luz possibilita observar a silhueta do habitante de cada cela, ao mesmo tempo que impossibilita a contra-observação do observador da torre. Luz e espaço unem-se assim para criar um olhar que ao mesmo tempo vigia, mas que não pode ser vigiado. O Panóptico é apontado pelo próprio BENTHAM (2000) como uma construção multifuncional. A organização espacial proposta pelo panoptismo pode ser aplicada na formatação de diferentes instituições, desde prisões, passando por escolas ou até fábricas. A aplicação do Panóptico enquanto estratégia disciplinar parte de um princípio fundamentalmente criativo, da mesma forma que sua aplicação se dá pela necessidade de controle e ordenamento do espaço.

3.3 – A biopolítica e a população

Vimos que o desenvolvimento dos mecanismos disciplinares ao longo da Modernidade tomaram o corpo enquanto arena por excelência do poder. No entanto, a partir do século XIX, uma nova problemática desloca o foco do poder do indivíduo para a população. A mudança de escala promove também uma mudança profunda em suas tecnologias, a partir da emergência de um novo dispositivo de controle: os mecanismos de segurança.

Como argumenta FOUCAULT (2008), a ideia de segurança foi modulada ao longo do tempo de maneira distinta. Inicialmente, na Idade Média, a segurança compreendia as punições para alguma infração cometida pelo indivíduo, como o enforcamento público ou castigos físicos. Posteriormente, na Modernidade, o suplício do corpo deu lugar a sua disciplinarização, cujo objetivo era tentar, através da vigilância e do controle, prevenir infrações, ou seja, antever o desejo de, por exemplo, um ladrão cometer um roubo. Por fim, já na Idade Contemporânea, a segurança parte de uma mesma matriz punitiva e preventiva, mas irá se apoiar em todo um arcabouço de conhecimento teórico e estatístico sobre aquele crime. A punição e a vigilância continuarão a ser operadas, mas com base em um corpo de conhecimento amplo o suficiente para um salto de qualidade na repressão e na prevenção do crime. O que queremos dizer é que a segurança na contemporaneidade diz respeito a saber como manter um determinado tipo de crime dentro de determinados limites que sejam social e economicamente viáveis, de maneira que o crime fique em níveis aceitáveis para a continuidade de um funcionamento social dado.

Essas três modulações da ideia de segurança relacionam-se com três dispositivos de poder distintos: o estabelecimento de um código penal, o estabelecimento de um poder disciplinar e, por fim, a criação de mecanismos de segurança. No entanto, eles possuem forte interrelação, e o exercício de cada um depende da existência dos outros. Devemos ter em mente que não existe uma espécie de “evolução” dos mecanismos de controle. Eles permanecem coexistentes, mas determinado mecanismo será o elemento dominante em um determinado momento do tempo. Já havia, por exemplo, mecanismos disciplinares no código penal medieval, assim como mecanismos de segurança nas prisões construídas dentro de um paradigma de arquitetura panóptico na Modernidade:

“Do mesmo modo, o corpus disciplinar também é amplamente ativado e fecundado pelo estabelecimento desses mecanismos de segurança. Porque, afinal de contas, para de fato garantir essa segurança é preciso apelar, por exemplo, e é apenas um exemplo, para toda uma série de técnicas de vigilância dos indivíduos, de diagnóstico do que eles são, de classificação de sua estrutura mental, de sua patologia própria, etc., todo um conjunto disciplinar que viceja sob só mecanismos de segurança fazê-los funcionar.” (FOUCAULT, 2008, p. 11)

A necessidade de levantamentos estatísticos e da formulação de um corpo de conhecimento que fornecesse maior efetividade ao poder, não poderia continuar circunscrevendo-se somente à mecânica do corpo. Para a formulação de previsões, leis gerais e visões mais globais sobre determinado fenômeno, era necessária uma mudança na escala de análise, ou melhor, uma mudança na escala de atuação do poder. Essa mudança tinha profunda relação com a mudança nas formas de governo empreendidas pelo Estado na contemporaneidade, emergindo daí a necessidade de pensar políticas e formas de administrar e controlar uma determinada *população*. Podemos compreender, desta forma, uma diferença fundamental entre os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança. Segundo FOUCAULT (2005), a disciplina age em modificações no nível do indivíduo, no corpo de cada um. Já a segurança procura operacionalizar-se nas modificações em um nível mais geral, estabelecendo mecanismos regulatórios capazes de manter um padrão “ótimo” para o funcionamento regular de uma determinada população. Trata-se assim de assegurar não somente uma disciplina, mas uma regulamentação mais precisamente no nível da *vida*. É justamente neste processo, de tomada da população enquanto categoria pelo poder, que podemos localizar com maior precisão o nascimento da *biopolítica*. Para FOUCAULT (2008a:431), a “biopolítica” ou o “biopoder” consistiria na “maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças, etc”. Essa nova técnica não se dirige mais ao corpo, mas sim ao homem enquanto ser vivo. Não mais ao “homem-corpo”, mas sim ao “homem-espécie”. Mais precisamente, FOUCAULT (2008) esclarece que a biopolítica não tenta se relacionar com a multiplicidade dos homens, pela individualização de cada corpo, como na disciplina. Ela trata da multiplicidade dos homens na medida que eles formam uma população, afetada por processos de conjunto que são naturais da vida, como o nascimento, a morte, a doença, etc. Se antes, na Idade Média, o poder era caracterizado pelos dispositivos de punição, que encontravam na figura “soberana” do rei o poder de “fazer morrer e deixar viver”, agora, na contemporaneidade, a lógica da biopolítica é justamente o contrário. É antes de tudo um direito de poder “fazer viver e deixar morrer”. Mas, entenda-se aqui, que esta não é uma passagem gratuita. Juntamente com este “fazer viver”, está aí também um *como* viver, ou seja, a vida pelo viés da biopolítica é produzida a partir de fenômenos globais, que permitam análises e previsões gerais sobre o comportamento da população. Esta previsão é gerada, ao mesmo tempo, para criar possibilidades de intervenção sobre ela, para direcionar o seu comportamento de acordo com algum objetivo. Se, por exemplo, deseja-se que a população haja de acordo com os recursos de um determinado Estado, é necessário agir sobre toda uma série de fatores que, muitas vezes, podem aparentemente se encontrar distantes dela. O controle direto do soberano, num exercício de poder sobre “a vida e a morte” dos súditos torna-se insuficiente, quando, por exemplo, eles são afetados por uma determinada doença, com a queda do seu crescimento vegetativo e a possibilidade de crise econômica na

produção de alimentos pela falta de força de trabalho. Não se trata assim de atuar diretamente na relação entre soberano e súditos. Trata-se, em primeiro lugar, de trabalhar coisas que aparentemente encontram-se distantes da população, mas que por obtenção de informação, análise e previsão, podem influenciar o seu comportamento. O controle aqui objetiva, fundamentalmente, manter determinada população em pleno funcionamento, de acordo com determinado objetivo.

Os mecanismos de controle da biopolítica, ou seja, os mecanismos de segurança, operam, todavia, de maneira diferente dos mecanismos disciplinares não só em relação à escala de atuação. A diferença se dá também na forma como o próprio controle se opera. Queremos chamar atenção aqui para o seguinte ponto. Se a disciplina age a partir de uma matriz que aponta parâmetros com “certo X errado”, ou “proibido X permitido” no intuito de balizar as estratégias de controle, o mecanismo de segurança não realizará tal divisão, mas sim um afastamento para ver como as coisas funcionam no plano de sua realidade efetiva. Enquanto a disciplina vigia e pune, a segurança responde a uma determinada realidade partindo do que é dado, incorporando suas informações de maneira a direcionar determinados processos, em concordância com a dinâmica intrínseca à própria população. Os mecanismos de segurança tendem a uma relação de anulação dos fenômenos não na forma de proibição, mas a uma anulação progressiva dos fenômenos pelos próprios fenômenos. “Trata-se de delimitá-los em marcos aceitáveis em vez de impor-lhes uma lei que diga não” (FOUCAULT 2008:86). Não existe, portanto, uma norma pré-estabelecida pela segurança. Ela não parte de um modelo exterior à população para moldá-la. O molde é formulado assim a partir da própria população:

“Temos portanto um sistema que é, creio, exatamente o inverso do que podíamos observar a propósito das disciplinas. Nas disciplinas, partia-se de uma norma e era em relação ao adestramento efetuado pela norma que era possível distinguir depois o normal do anormal. Aqui, ao contrário, vamos ter uma identificação de normal e do anormal, vamos ter uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação as outras e em fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis”. (FOUCAULT., 2008:83)

O mecanismo de segurança é assim, antes de tudo, inclusivo. Ele só se torna operacional a partir das informações colhidas em relação à determinada realidade. Sem essa alimentação direta o mecanismo de segurança padece e morre. Ele não cria um espaço, uma nova estética do controle como a disciplina. Ele irá trabalhar sobre algo dado, de maneira a maximizar os elementos positivos e minimizar os riscos e possíveis inconvenientes. O mecanismo de segurança torna-se muito mais flexível do que o disciplinar

justamente por ele ser mais perene. A produção do controle se dá pelo convite à participação da população, e não pela “docilização” e adestramento do indivíduo. É por isso que a biopolítica, do ponto de vista do poder, possui um refinamento maior do que a disciplina, pois o fator “legitimidade” é muito mais facilmente alcançável e até desejável através da intensa participação e integração que a biopolítica propõe e necessita para se realizar. As relações de biopoder aí estabelecidas nos parecem mais fortemente construídas do que as do poder disciplinar, pelo seu afastamento da instrumentalização da violência e pela participação levar a possibilidade um agir coletivo, mesmo que este “agir” esteja subordinado a determinados interesses muitas vezes exteriores à população, inscritos no horizonte da heteronomia.

Entretanto, apesar das diferenças, a biopolítica e a disciplina não devem ser encaradas enquanto pólos opostos de poder. Elas podem ser diferentes, mas, ao mesmo tempo, não são concorrentes e sim complementares. A atuação de uma não exclui a outra. Elas, pelo contrário, acabam por se potencializar mutuamente. O mecanismo de segurança, para se operacionalizar, necessita que o espaço seja antes disciplinado. A técnica disciplinar abre caminho para que os mecanismos de segurança sejam implementados, agindo no sentido de tornar o espaço e a população inteligíveis para eles. A disciplina e a biopolítica são duas tecnologias de poder que operam em escalas diferentes, sobre superfícies diferentes, utilizando-se de instrumentos diferentes para se realizar (FOUCAULT, 2005). Neste sentido, a conjugação dos mecanismos disciplinares e de segurança criam bases para que elas se transformem em um poderoso conjunto técnico de controle social.

1.4 – Geopolítica Urbana: a cidade como “palco” de territorialidades beligerantes

A palavra *Geopolítica* possui inúmeros significados e acepções. O seu surgimento remonta à passagem do século XIX para o XX (1899), a partir dos estudos do jurista, geógrafo e cientista político sueco Rudolf Kjellen. Inicialmente, o termo Geopolítica, como aponta DEFRAGES (1994), foi empregado para designar o “fenômeno do Estado” e sua espacialidade, ou seja, ele era utilizado principalmente no estudo das relações que um Estado-nação mantinha com os demais. Em um momento onde a Europa passava por um profundo processo de redefinição de suas fronteiras – com a unificação política de alguns países, fim de impérios, assim como o surgimento de novos Estados, o termo Geopolítica logo transformou-se num campo de estudo cujo principal interesse repousava sobre os conflitos territoriais travados entre diferentes países. Poder-se-ia dizer, em outras palavras, que o termo fora cunhado originalmente à sombra das necessidades e interesses dos Estados na época. Esse fato, para LACOSTE (2008:18), deriva do espriamento dos movimentos nacionais pela Europa no final do século XIX, que obrigou cada país a justificar sua política externa perante sua respectiva população, através da construção de um discurso particular que enredasse elementos

em prol da defesa nacional contra “projetos ameaçadores de poderes adversos” – ou, caso o leitor queira, contra “projetos ameaçadores de inimigos externos da pátria”. A aparição da Geopolítica na virada do século XIX para o XX resulta assim, em grande medida, do desenvolvimento das ideias nacionais no seio da Europa.

É neste sentido que a ideia de nação passa a ser tomada enquanto uma ideia geopolítica essencial. Ela vai animar todo um discurso legitimador da guerra, de maneira a criar um vínculo quase telúrico entre determinado povo e o seu território. A guerra nacional moderna, como nos mostra CLAUSEWITZ (1979), irá surgir no século XIX em contraposição aos conflitos do Antigo Regime. Se antes ela era enredada por mercenários ligados ao rei, a guerra moderna será feita por homens e mulheres inflamados pelo nacionalismo, entrincheirados no campo de batalha na luta pela independência, reconhecimento de supremacia e/ou expansão territorial dos seus respectivos Estados. A guerra passava a estar subordinada à política externa dos Estados. Ela era sua continuidade por outros meios.

A Geopolítica em seus primórdios se sustentará sobre duas ideias correlatas. Se por um lado ela faz referência a ideia de nação, por outro ela também estará atrelada a ideia de território¹³. Não é à toa que nas primeiras décadas do século XX, uma série de geógrafos tenham se debruçado justamente no desenvolvimento de teorias geopolíticas que buscassem defender os interesses do seu Estado. Tais teorias baseavam-se, não por acaso também, nas relações que se estabeleciam entre nação e território. Vejamos dois pequenos exemplos. O geógrafo inglês Halford John Mackinder, ao observar o mapa do mundo, vai realizar uma contraposição entre as partes de terra e mar, dando especial atenção à terra, ao espaço onde cada povo vive e que dele se apropria politicamente, transformando-o assim no seu próprio território. Mackinder percebe que nosso planeta é composto de 9/12 de água e 3/12 de terras. Dessas, 2/12 são o que ele chama de “Ilha Mundial”, correspondente aos continentes da Europa, Ásia e África. O restante das terras formam os continentes periféricos, a América e a Oceania. Neste sentido, aquele que consegue dominar o *heartland*, ou seja, a porção central da “Ilha Mundial”, conseguiria a princípio exercer enorme capacidade de influência sobre todo o mundo. A teoria geopolítica mackinderiana não era algo gratuito, criado a partir dos devaneios de um geógrafo desligado do seu tempo e espaço. Ela expressava as preocupações dos ingleses com a ameaça, que se colocou de maneira latente no período entreguerras, que a URSS e a Alemanha hitlerista apresentavam. A Inglaterra teria que lutar com todas as forças contra a formação de um império continental europeu, que conseguisse dominar o *heartland* e com isso isolar a Grã-Bretanha devido à sua condição insular.

¹³ Visto, nesse caso, em seu sentido mais estrito, enquanto território de um determinado Estado-nação, concepção esta que marcou a Geografia Política durante longo tempo. Para maiores detalhes sobre essa discussão, ver SOUZA (1995).

Já para outro geógrafo, o holandês radicado nos EUA Nicholas Spykman, o eixo nevrálgico de sua teoria não será o *heartland* mas sim o *rimland*, ou seja, as terras costeiras dos continentes. O domínio do *rimland* permitiria a conexão entre o continente e o mar: quem em teoria domina o *rimland* é capaz de deter o controle sobre as redes estratégicas que interligam ambas as partes. É interessante observarmos que o desenvolvimento de tais ideias permitiu ao autor prever a “ameaça” geopolítica que a China poderia representar para os EUA, pelo seu poderio em recursos naturais, população, pela sua tradição histórica como império e pelo seu amplo domínio do *rimland* asiático. Em decorrência dos constrangimentos físicos do seu território, o Japão, por sua vez, não era apontado pelo autor como o “grande rival” a ser combatido na bacia do Pacífico. Tais previsões soam proféticas para alguém que não as escreveu a partir dos anos 80, mas sim antes do final da 2ª Guerra Mundial, quando a China nem de longe possuía a enorme importância geopolítica dos dias atuais.

De qualquer maneira, a Geopolítica encontrou o terreno mais fértil para o seu desenvolvimento no seio da escola alemã, encabeçada nos anos 30 e 40 do século XX pelo general Karl Haushofer. A *Geopolitik* do III *Reich* levou ao extremo as teorias ratzelianas do “espaço vital”, tornando a anexação e domínio territorial da Alemanha sobre boa parte da Europa como uma necessidade política de sobrevivência para o próprio país. A ideia de um “solo cultural alemão”, assim como a formação de um grande império, capaz de englobar os alemães de dentro e fora das suas fronteiras nacionais, justificaram uma série de manobras militares alemãs durante a 2ª Guerra como a *Anschluss* com a Áustria em 1938, a posterior invasão e anexação dos sudetos tcheco-eslovacos, ou ainda a brutal ocupação da Polônia – um Estado “tampão” na visão da Alemanha e que aumentara seu território através da sanção fronteiriça sofrida pelos alemães através do Tratado de Versalhes em 1919.

A escola haushoferiana, todavia, dedicou notável atenção não só aos problemas referentes às fronteiras nacionais do país, como também ao problemas de “segurança” referentes às cidades e ao fenômeno da urbanização. De acordo com SOUZA (1993), a *Geopolitik* é tradicionalmente vista como uma espécie de prosseguimento da doutrina de Ratzel e Kjellén, notadamente nas questões que dizem respeito ao imperialismo e determinismo. Mas em relação ao fenômeno da urbanização, os geopolíticos do III *Reich* tinham uma visão distinta de Ratzel, ao avaliarem com preocupação o fato da Alemanha ter se transformado em um país urbano e industrializado – dotado de cidades “contaminadas” por greves, movimentos da esquerda “espartaquista”, judeus, homossexuais, ciganos, altos índices de desemprego e inflação, além de outras características que se contrapunham a uma visão idílica do campo, o *locus* onde repousavam os valores “genuínos” e “superiores” da cultura alemã (SOUZA, 1993 p. 12 e segs.). Seja no que concerne questões internas ou externas, a

aventura geopolítica alemã teve fim juntamente com o término das hostilidades em 1945. Haushofer e outros responsáveis pela *Geopolitik* foram presos ou morreram, e a escola haushoferiana foi desmembrada juntamente com a derrota e ocupação do país pelos aliados. Em meio a tudo isso, o próprio termo Geopolítica passou a ser tratado com maior cautela, caindo em relativo desuso no período posterior à 2ª Guerra Mundial.

No entanto, AGNEW (2003) nos mostra que nas últimas décadas o termo veio sendo retomado no vocabulário político internacional (científico e não-científico). A retomada trouxe, segundo o autor, um alargamento considerável quanto ao horizonte analítico que o conceito tinha inicialmente. Geopolítica hoje pode ser usada para descrever uma série de fenômenos do mundo contemporâneo, como disputas fronteiriças entre países, a estrutura financeira global, resultados de eleições nacionais que tenham impacto na conjuntura política em escala regional ou mundial, etc. Por outro lado, o resgate do conceito trouxe também problemas ligados justamente a atual polissemia de significados quanto ao que entendemos por Geopolítica. A confusão é tamanha, que trabalhos como o de WALLERSTEIN (1991) chegaram a indicar a inutilidade do conceito, dada que sua polissemia atual teria supostamente retirado toda sua capacidade analítica. Acreditamos que, apesar dos abusos que o conceito vêm sofrendo nos últimos anos, o uso do termo Geopolítica ainda assim pode revelar aspectos importantes da dinâmica política do espaço. Um dos pontos positivos da retomada do conceito diz respeito ao fim das amarras que o prendiam à escala do Estado-nação. A Geopolítica hoje, assim como o conceito de território, não significam mais necessariamente o estudo de relações de poder de um determinado Estado projetadas sobre o espaço – ou melhor, sobre o seu “território nacional”. O termo Geopolítica, ainda nos dias de hoje, continua a ser empregado em grande medida para o estudo ligado a sua faceta *externa*, ou seja, na análise das relações de poder entre países em escala mundial. Qualquer manual de Geopolítica deixa claro que esta é a abordagem privilegiada pela maioria dos estudos. Mas, devido à emergência de uma série de novos atores e problemáticas que cada vez mais desafiam a soberania dos Estado-nação (conflitos étnicos e/ou separatistas no interior dos países, a criminalidade ordinária urbana, conflitos por recursos naturais, conflitos agrários, o tráfico internacional de drogas e suas múltiplas escalas, “terrorismo”, entre outros), hoje é possível falarmos também em uma dimensão *interna* da Geopolítica, uma vez que a resposta para muitas questões do mundo contemporâneo exigem análises para além daquela atrelada à escala nacional. Nos parece que LACOSTE (2008) captou muito bem a exigência de certa “flexibilização” do termo Geopolítica, sem que isso signifique, ao mesmo tempo, abrir mão do seu poder analítico¹⁴. Para o autor, o termo Geopolítica, ao qual

¹⁴ Flexibilização aqui no sentido de tornar menos rígida a definição inicial do termo Geopolítica, que o atrelava exclusivamente à escala de análise do Estado-nação.

fazemos alusão nos dias de hoje, designa:

“[...] na verdade tudo aquilo que diz respeito às rivalidades de poder ou de influências sobre territórios e as populações que neles vivem: rivalidades entre poderes políticos de todo tipo - *e não somente entre Estados, mas também entre movimentos políticos ou grupos armados mais ou menos clandestinos* -, rivalidades pelo controle ou pela dominação de territórios de grande ou pequeno porte. Os raciocínios geopolíticos nos ajudam a *compreender melhor as causas de qualquer conflito, dentro de um país ou entre Estados*, como também a considerar o que pode ser, ao contrário, as consequências dessas lutas dentro de países mais ou menos distantes e talvez mesmo em outras partes do mundo”
(LACOSTE, 2008:8, grifo nosso, tradução livre)

O alargamento do campo de interesses da Geopolítica terá relação também com uma mudança, que opera tanto na tipologia quanto principalmente na escala segundo a qual as guerras no mundo ocorrem desde as últimas décadas. Na visão de ENZENSBERGER (1995:15), os conflitos pós-Guerra Fria são marcados pelo seu caráter *endógeno*, ou seja, interno aos países. O autor argumenta que hoje, na maioria das grandes cidades pelo mundo, uma guerra civil despolitizada ganha as ruas e se articula através da relação entre diferentes atores. Ela é travada não só por traficantes de drogas, esquadrões da morte, mafiosos, neonazistas e seguranças particulares, mas por cidadãos comuns que à noite se transformam em baderneiros, assassinos, estupradores, etc. Não é raro ouvirmos notícias sobre franco-atiradores que entram em cinemas e atiram a esmo sem nenhum motivo aparente, ou mesmo torcedores de futebol que se enfrentam até a morte dentro e fora dos estádios pelo mundo. A esses conflitos travados diariamente, que cada vez mais assolam o cotidiano principalmente (mas não exclusivamente) das grandes cidades, ENZENSBERGER (1995) deu o nome de *guerra civil molecular*.

A guerra civil molecular se difere da guerra convencional por dois motivos principais. Em primeiro lugar pela sua libertação, em muitas situações, do caráter estritamente ideológico que marcaram os conflitos da Velha Ordem Mundial. Apesar de ainda existentes, muitos conflitos de hoje perderam seu caráter enquanto “luta de classes” dentro do modelo dicotômico Oeste X Leste. Em outras palavras, se antes a maior parte dos atores que animavam as guerras convencionais vestiam farda e alistavam-se em exércitos formais, a guerra molecular é enredada por cidadãos civis comuns, sem uma ideologia clara, cujo campo de batalha é o próprio local onde realizam suas atividades cotidianas como o trabalho, lazer, estudos, etc. Mesmo o tráfico de drogas, um problema tão caro à realidade sócio-espacial brasileira, que inclusive foi durante muito tempo visto, particularmente por parte da “esquerda” do nosso país, como uma espécie de “luta de classes” sem

“consciência de classe”, não deve ser analisado segundo tal perspectiva, uma vez que a maior vitimização dessa dinâmica violenta recai sobre o perfil da maioria dos agressores: a população pobre e negra de nossas cidades (ZALUAR, 1994; MISSE, 1995; SOARES, 1996; SOUZA, 2008, BEATO, 2012; entre outros). Em segundo lugar, a guerra civil molecular, como o próprio nome já diz, se difere da guerra convencional por ela ser um conflito de “pequena escala”, que se passa no interior dos Estados, no cotidiano da sua população. Se levarmos em consideração que vivemos num mundo onde a grande maioria das pessoas vive em cidades – seja no centro, semiperiferia ou mesmo (mas em menor grau) na periferia do sistema capitalista, são justamente nas suas ruas que ocorrem os conflitos da guerra civil molecular. No caso brasileiro, que experimentou um processo de rápida metropolização com a decorrente macrocefalia dos grandes centros urbanos, a guerra molecular envolve não só as ruas, como também as vielas e becos das favelas presentes em todas as metrópoles do país e que se inserem numa dinâmica ainda mais perversa de violência¹⁵.

Em todo caso, o impacto da violência contida na guerra enzensberguiana é sentida de maneira maior ou menor por todos os cidadãos. A guerra civil molecular, por tratar-se de um conflito que envolve situações de criminalidade mais ou menos organizada, assim como de uso sistemático ou pontual da violência, gera uma enorme gama de respostas por parte do aparelho de Estado, das mais brandas até as mais repressivas. Essa situação aponta também para alguns traços em comum entre um guerra civil convencional e a molecular, uma vez que em ambas ocorrem, em maior ou menor grau, ações e reações violentas por parte dos próprios cidadãos que vivem dentro das fronteiras nacionais de um país. O produto que é comum às duas guerras – além, é claro, da violência e de suas vítimas, é a produção do medo. Só que na sua versão molecular, a produção é ainda mais perversa, pois nesse caso tratam-se de conflitos diários, que favorecem um estado de constante sensação de insegurança. A guerra molecular acaba não sendo um estado de exceção. Ela própria é um estado de permanência emoldurado por tais sensações.

Considerar a influência que o medo possui para a dinâmica sócio-espacial das cidades é um ponto importante em nossa discussão. Vejamos por partes. É sabido, em primeiro lugar, que as preocupações com “segurança” sempre acompanharam o fenômeno urbano ao longo da sua história. Como nos mostra TUAN (2005), o medo de um indivíduo sofrer um agressão sempre foi um elemento presente ao longo de todo o percurso histórico das cidades europeias. Em momentos mais críticos, como durante a Idade Média, SIEBEL & WEHRHEIM (2003) nos falam de um período de relativa “segurança”

¹⁵ Alguns trabalhos no Brasil como BEATO (2010) e CANO (1997) mostram que as periferias e favelas das grandes cidades brasileiras (como Belo Horizonte e Rio de Janeiro, áreas de estudo dos dois trabalhos supracitados), possuem uma incidência muito maior de crimes violentos contra a pessoa (homicídios dolosos, lesão corporal dolosa, estupro, etc.) do que bairros mais abastados. CANO (1998) ainda irá mostrar, em outra pesquisa, que a letalidade policial, ou seja, o número de mortes produzidas pela polícia (através dos “autos de resistência), é muito maior nas áreas de favelas do que no restante da cidade do Rio de Janeiro.

das cidades, em oposição às ameaças vislumbradas fora dos seus muros, nos campos e nas estradas tomados por salteadores. Essa tendência, no entanto, será invertida na Modernidade, com o desenvolvimento da Revolução Industrial e a tomada da cidade por levas de camponeses famintos, que engrossavam as fileiras da pobreza urbana já no século XVIII. A cidade era o local da sujeira, do caos, da violência, em contraposição à requalificação do campo enquanto um ambiente idílico (SIEBEL & WEHRHEIM, 2003:6). No caso brasileiro, BATISTA (2003) apresenta o cenário de medo que as elites brancas brasileiras vivenciavam no Brasil oitocentista, dado a ameaça eminente de uma possível revolta de escravos negros contra seus “senhores” brancos, a exemplo da Revolução Haitiana de 1791, ou da Revolta dos Malês em 1835. Seja na Europa ou no Brasil, a violência e a insegurança, de uma forma maior ou menor, sempre se manifestaram no cotidiano urbano. Mas o que nos parece interessante, é que a partir de determinado momento, a violência e a insegurança passaram a influenciar mais diretamente na vida diária, nos padrões de circulação e no habitat dos cidadãos. Em nossa época, o medo é um dos fatores condicionantes das relações sociais e da organização social. Isso nos parece marcar uma certa diferença em relação ao século XIX, ou mesmo com relação aos “anos dourados” do Capitalismo do século XX¹⁶.

Em nossos dias, é notável a enorme importância que o medo crescentemente assume tanto no cotidiano ordinário das pessoas, assim como na posição que ele ocupa na geopolítica mundial. É pela estratégia do medo, por exemplo, que grupos como a Al-Qaeda tentam pressionar os EUA e seus aliados a mudar suas políticas para o Oriente Médio, assim como é pelo medo, um sentimento que anima o processo de construção do “inimigo externo” norte-americano, que os EUA justificaram a invasão e ocupação militar do Afeganistão e do Iraque. Para MILLER (2006:165), existe uma divisão entre o “centro” e a “periferia” segundo a forma como o medo é sentido e experienciado por cada um. Nos países centrais, a possibilidade de um inimigo sem rosto, capaz de atacar a qualquer hora e em qualquer lugar, sem motivos que aparentemente justifiquem suas ações, gera uma enorme sensação de vulnerabilidade para as pessoas. De maneira distinta, na periferia do Capitalismo, o medo é sentido através de outros fatores, como pobreza, imposição cultural, medidas de austeridade, guerras, etc. A divisão, apesar de problemática (já que o medo sentido na “periferia” está cada vez mais presente também no “centro” do Capitalismo, em decorrência de crises econômicas, aumento da pobreza e desemprego, etc.), contém uma importante observação sobre como tal sentimento atingiu um estado de latente “globalização” na atualidade. Da mesma forma que ele se “globaliza”, o medo vai sendo usado no mundo todo como uma poderosa tecnologia de

¹⁶ Momento referente à expansão do sistema capitalista, que vai do pós-2ª guerra até a crise Fordista dos anos 70. O período é marcado por uma relativa prosperidade econômica, em especial em relação aos países centrais do Capitalismo, com alta oferta de emprego e consumo, menores tensionamentos sociais (pelo menos aqueles derivados da pobreza), etc. Ver sobre o tema HOBBSBAWM (1997) p. 253 e segs.

governança, que fortalece o controle sobre o comportamento das pessoas por parte dos Estados-nação (MILLER, 2006:166).

O resultado mais eminente do problema, para o ambiente urbano, é a construção de cidades marcadas pelo medo, assim como o engendramento de todo um esforço em prol da “segurança”. Em nome dela, empreende-se uma série de medidas de controle e repressão, que transformam a bandeira da “segurança pública” em uma poderosa justificativa para o desenvolvimento de mecanismos de controle social:

“Pode-se dizer, especificando um pouco mais e transitando da esfera jurídica para aquela das políticas estatais, que a *segurança pública* torna-se, ela própria, um “paradigma de governo”. Nesse ambiente, criminalizam-se grupos específicos da sociedade, e o medo do crime, da “desordem”, do “distúrbio” e da violência é utilizado como pretexto para um eficaz controle social, além de alimentar poderosas engrenagens do capitalismo contemporâneo: o “*mercado da segurança*” e o “*mercado da informação*”. (SOUZA, 2008, p. 152, grifos do autor)

Nos países centrais, a “guerra civil molecular” possui diferentes desdobramentos para a “segurança pública”. Algumas dessas nuances dizem respeito à transformação das periferias das grandes cidades em *guetos*, visão esta muito presente nos locais de moradias dos pobres urbanos. O processo de crescente estigmatização destes espaços passa pela predicação da “periferia pobre” enquanto antro de imigrantes, criminosos ou “terroristas” – categorias tomadas como a “corporificação do mau” por parte da opinião pública, mídia e de setores do próprio Estado. Alguns trabalhos assinados por Loïc Wacquant chegarão a falar na tendência de substituição, em tais países, do gueto pela prisão como estratégia preventiva de “segurança” e de tratamento da pobreza. Em um dos seus trabalhos, WACQUANT (2002b) nos mostra claramente como o aumento brutal da população carcerária nos EUA, ao longo das últimas duas décadas, não se explica pelo aumento da criminalidade violenta, mas sim pela extensão da prisão para crimes e delitos que até então não levavam à cadeia. Infrações menores como distúrbio da ordem pública e, principalmente, quanto aos entorpecentes, irão “inflar” as estatísticas da população carcerária. O autor mostra que ao longo da emergência do chamado “Estado Penal”, os EUA experimentaram o desmonte de garantias sociais oriundas do seu “Estado de Bem-Estar Social”. O fato provocou, simultaneamente, uma elevação no número de pobres que foi, por sua vez, acompanhada pelo aumento no número de presos. O comportamento sincrônico entre as duas populações se fez sentir pela nova posição do Poder Público em relação às classes pobres, que, sem garantias sociais, passaram a ser vistas como potenciais cometedoras de crime. É a chamada “gestão carcerária da pobreza”, que sob a justificativa da manutenção da ordem pública ou

da “guerra às drogas” prende os considerados “indesejáveis” nos Estados Unidos¹⁷.

De maneira complementar, GRAHAM (2010) argumenta que o processo de militarização das estratégias de “segurança” no “Norte” irá objetivar, em grande medida, a prevenção e combate a possíveis “inimigos externos” dos Estados, que se corporificam, mais uma vez, nas figuras do imigrante (principalmente mas não exclusivamente “ilegal”), o “terrorista”, assim como possíveis “simbioses” (propositais ou não) entre eles. A militarização nesse caso reforça a forma como as agendas de “segurança” interna e externa dos Estados vão crescentemente interagir entre si. Questões geopolíticas específicas de “segurança nacional” como “terrorismo”, tráfico de drogas e de armas, migração ilegal, entre outras, transitam cada vez mais da esfera do “nacional” para o “local”, de maneira a influenciar substancialmente a agenda das políticas de “segurança” também das cidades.

Já no Brasil o cenário é ainda mais grave. O desenvolvimento da “guerra civil molecular” e o contexto pelo qual a “segurança pública” torna-se um “paradigma de governo” seguem rumos diferentes, tendo em vista, por um lado, o clima de maior insegurança enfrentado pelas grandes cidades brasileiras – notadamente quando comparadas à realidade norte-americana e mais ainda às metrópoles da Europa Ocidental, e por outro pela ausência de um “Estado de Bem-Estar Social” nos moldes dos países ditos “centrais”. O medo e a violência, no caso brasileiro, já há algum tempo exercem influência direta nos processos de tomada de decisão de indivíduos, famílias, de empresários e até do próprio Estado. A percepção da violência assumiu uma posição central nas conversas, nos noticiários de telejornais, etc., gerando margem de manobra para que o Estado, ou mesmo a sociedade civil, desenvolvam várias estratégias de caráter defensivo, preventivo ou repressor, em uma escala muito mais ampla do que nos países centrais, através do enclausuramento em condomínios exclusivos, fechamento de ruas públicas por guaritas e seguranças privados, uso sistemático do aparato policial e mesmo *militar* para a repressão da violência, etc¹⁸. As características acima, encontradas em larga escala em algumas cidades brasileiras como o Rio de Janeiro e São Paulo, são vistas enquanto constituintes do que SOUZA (2008) chama de “fobópole”, ou seja, uma cidade onde o medo impregna o cotidiano, tornando-se um dos aspectos centrais da vida das pessoas. Para o autor, as “fobópoles” contemporâneas se diferem das situações históricas anteriores pela relação entre dois fatores. Em primeiro lugar, porque o temor gerado pela violência urbana hoje está muito mais ligado a crimes motivados por razões econômicas (roubos, furtos, latrocínios, etc.) do que no passado, quando o medo era alimentado comumente por outras

¹⁷ O mesmo autor, em outro trabalho (WACQUANT, 2002a), irá mostrar que apesar dos EUA serem o maior expoente do “Estado Penal”, já existem tendências se desenhando em menor escala também na Europa. A mescla de fatores como precarização do trabalho e corte de garantias sociais, alinhada ao recrudescimento das leis contra desordem pública, migração e de drogas, coloca a Europa sob a tentação de buscar apoio nas instituições carcerárias para minimizar os efeitos da insegurança social crescente em todo o continente.

¹⁸ Para um balanço da dinâmica da violência sobre o processo de fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial no Brasil, além de sua comparação com a situação nos países centrais e na África do Sul, ver o capítulo 11 da Parte II de SOUZA (2006).

fontes de temor como fome, doenças, violência decorrente de guerras, etc. Nas “fobópoles”, a violência vinculada às motivações econômicas, e todo o desdobramento que se sucede daí, ganha muito maior visibilidade. Em segundo lugar, as “fobópoles” se diferenciam das cidades do passado pela intensificação da violência em sua dimensão “ordinária”, sem motivação política ou religiosa, que acaba criando novos vocabulários como “banalização da morte”, “sociabilidade violenta” (SILVA, 2008), “cultura da violência”, etc. Por tudo isso, as “fobópoles” marcam uma diferença tanto quantitativa como qualitativa da violência urbana, quando comparamos o nosso atual momento com períodos pretéritos (SOUZA, 2008 p. 38-39).

É notável, se considerarmos a reflexão de ENZESBERGER (1995), que a dinâmica da “guerra civil molecular” é uma das fontes de produção de medo e insegurança nas cidades contemporâneas. Se as “fobópoles” marcam uma diferença em relação ao medo no espaço urbano do passado, esse mesmo medo é o resultado prático das mudanças percebidas na *forma* e no *conteúdo* das guerras. Enquanto a Modernidade, como vimos, marcou a passagem das guerras de mercenários do Antigo Regime para as guerras entre Estados, o tempo presente indica uma nova mudança desse padrão, com a emergência de novos atores e conflitos que engendram a guerra molecular. Entretanto, o que parece ser um ponto comum entre todos esses diferentes “tempos” da guerra é o caráter, na maioria dos casos, *territorial* dos conflitos. Se pensarmos em inúmeras guerras moleculares, que ocorrem todos os dias em cidades pelo mundo, a disputa por territórios ainda é um dos objetivos centrais dos grupos beligerantes. Uma guerra entre gangues numa cidade estadunidense, como também as operações de contra-insurgência operadas pelo Estado colombiano contra os guerrilheiros ligados às FARC, ou ainda as disputas pelos pontos de vendas de drogas nas favelas cariocas. Em todos esses conflitos, como em muitos outros, o componente de disputa e conquista territorial permanece, mesmo tratando-se de conflitos de “baixa intensidade”, no contexto da guerra enzesberguiana. Neste sentido, a guerra civil molecular é um dos pilares que sustentam a discussão realizada por SOUZA (2008, 2010, 2011) sobre a geopolítica em sua dimensão *urbana*. No caso do nosso trabalho, as disputas por território nos últimos vinte anos na cidade do Rio de Janeiro, vinculadas, pelo menos a princípio, pela dinâmica do comércio de drogas de varejo, são o “motor” que colocam em curso o desenvolvimento de uma geopolítica urbana animada por uma série de atores, dentre os quais destacamos as diferentes facções do tráfico de drogas de varejo, o crescente envolvimento das chamadas “milícias” no controle territorial e domínio sobre uma série de atividades econômicas (como pontos de TV por assinatura e internet clandestinos, transporte alternativo, distribuição de gás, compra e venda de imóveis, etc.) realizadas em favelas, agentes ligados ao mercado da segurança privada e, mais recentemente, o Poder Público, pela sua proposta

de “retomada” de antigos territórios dominados pela criminalidade armada através das UPPs. É por isso que insistimos na dimensão geopolítica que o projeto da “pacificação” tem.

É sempre bom lembrar, entretanto, que assim como a Geopolítica possui sua dimensão interna, ela também possui, por sua vez, um caráter exógeno, que compõe a sua dimensão externa. Ambas são partes constituidoras de um mesmo todo, possuem forte ligação entre si, mas, em termos analíticos, devem ser separadas sem que, ao mesmo tempo, perca-se de vista as possíveis relações entre elas. Se por um lado a guerra civil molecular se constitui como um dos pilares que sustentam a “geopolítica urbana”, por outro, a relação entre dois processos, característicos do capitalismo de nossos dias, fazem de sua simbiose a outra parte constituidora da nossa abordagem, abrindo caminho para que a dimensão interna da geopolítica se encontre com a sua faceta externa. Nos referimos aqui a maneira como os processos de urbanização e militarização vêm se apresentando nos dias de hoje, de maneira a caminhar cada vez mais em conjunto na esteira do agravamento da guerra civil molecular.

Alguns autores, já há alguns anos, vêm se debruçando sobre a análise do processo de militarização da vida cotidiana nas cidades¹⁹. Em sua dimensão mais objetiva, a militarização pode ser compreendida pelo uso cada vez maior das Forças Armadas em questões atreladas à “segurança pública” (SOUZA, 2008). Tal processo diz respeito, num primeiro momento, ao fato dos militares constantemente virem a assumir o papel da polícia nas operações ostensivas de combate ao crime, em especial nas grandes cidades brasileiras²⁰. Já CERQUEIRA (1998) argumenta que a militarização tem desdobramentos também sob a adoção e uso de modelos, conceitos, doutrinas e procedimentos militares em atividades de natureza civil, dentre elas a “segurança pública”. Aliada a tal perspectiva, ZAVERUCHA (2003) entende que a militarização ocorre quando os valores do exército ganham uma dimensão maior do que os limites dos seus quadros, tornando-se, em certa medida, os valores da própria sociedade. Essa observação, que revela a proliferação dos valores e códigos de conduta ligados ao militarismo dentro da sociedade brasileira, não deve ser tomada

¹⁹ O termo “militarização” será trabalhado em dois momentos ao longo do trabalho. Procuraremos debater agora o que estamos entendendo por “militarização” através de algumas referências teóricas que julgamos mais pertinentes. Em um momento mais adiante, no segundo capítulo, o termo será retomado em uma perspectiva histórica, dentro da discussão dos pressupostos da atual política de “pacificação” de favelas no Rio de Janeiro.

²⁰ De 1988 até 2007, tiveram lugar, só na cidade do Rio de Janeiro, cinco missões das Forças Armadas destinadas a dar combate a traficantes de drogas, além das situações de presença das Forças Armadas nas ruas para auxiliar na segurança de determinados eventos (como a Eco-92 e a XVIII Cúpula do Grupo do Rio, em 2004), totalizando nove episódios em que o Exército, sozinho ou com o auxílio das duas outras Forças Armadas desempenhou um papel de polícia. (SOUZA, 2008, p. 35). Adicionaríamos a esta “coleção” de intervenções militares a presença ostensiva do Exército para garantir a realização das eleições de 2008 e 2012, além da presença nas ruas das Forças Armadas para a realização da Rio +20, em junho de 2012. Vale destacar também o papel que as Forças Armadas vêm exercendo dentro do atual programa das UPPs. Os militares assumiram em duas ocasiões funções diretas no processo de “pacificação” de favelas, seja como força auxiliar da polícia – como no caso da Rocinha em 2011, ou mesmo realizando o papel de ocupação permanente dos morros, a exemplo do Complexo do Alemão no período entre 2010 e 2011.

como algo leviano. De acordo com FREITAS (2003), existe no Brasil uma “cultura militar” que é responsável por transformar o soldado em uma espécie de “herói nacional” diante de qualquer problema interno. Na iminência de algum perigo, tende-se a acreditar, por parte da própria população civil, que as qualidades éticas e morais dos militares são virtudes incorruptíveis, que se contrastam com a dos líderes políticos civis atrelados de maneira generalizada à corrupção. O autor nos chama atenção para o vocabulário comumente usado no combate a criminalidade violenta, que evoca metáforas e jargões militares como “guerra” às drogas, “combate” aos traficantes, envio de “forças-tarefa” para combater o crime, entre outras coisas.

A militarização, todavia, é um processo que possui desdobramentos que vão mais além de uma determinada doutrina no campo das políticas de “segurança”, ou mesmo como um conjunto de valores ligados ao militarismo. Tais aspectos são importantíssimos, mas não são os únicos a serem incorporados na presente análise. Nosso principal esforço aqui é tentar trazer a discussão sobre a militarização para o campo do urbano, de maneira a tornar mais clara a maneira como o urbanismo assume uma feição cada vez mais militarizada nos dias atuais. O processo de militarização, visto como o outro pilar fundamental da geopolítica urbana, ganha contornos bastante particulares quando engendrado nas cidades, a partir de um processo complexo que costura vários fenômenos de redefinição de papéis e posições. Em um sentido mais amplo, SOUZA (2008) fala do processo de “militarização da questão urbana” como uma contribuição à discussão travada sobre as relações entre urbanismo e militarização²¹. Estamos entendendo por “questão urbana” o entrelaçamento das tensões resultantes da reação dos indivíduos e grupos aos problemas urbanos primários (como pobreza, segregação sócio-espacial, desigualdades econômicas, etc.), que por sua vez podem ter relação com fatores de maior ou menor alcance, como exploração de classe, racismo, etc (SOUZA, 2000:46). A “militarização da questão urbana” deve ser vista como um processo de crescente solução militarista aos problemas urbanos, que são comumente tratados como mero “caso de polícia” pelo Estado. Ela diz respeito também à falta de espaço para iniciativas de maior democratização e *accountability* dos mecanismos policiais aplicados à sociedade, muito comuns ao caso brasileiro.

Não devemos supor que o fenômeno englobe somente as ações e reações de instituições do Estado (como as Forças Armadas e a polícia) a tais problemas. Existe toda uma gama de organizações com feição e caráter militar voltadas para funções de defesa e/ou coerção, que

²¹ O termo “questão urbana” apareceu originalmente na obra de mesmo nome do sociólogo Manuel CASTELLS e deixou como legado a conceituação do urbano como o local por excelência da reprodução da força de trabalho. Partindo da crítica à referida obra, SOUZA (2000) desenvolve um conceito “alternativo” de “questão urbana”, o qual será tomado como referência no presente trabalho. Para a crítica sobre a obra “Questão Urbana” de CASTELLS, ver SOUZA (2000) p. 41 e segs.

promovem, ao mesmo tempo, uma disputa crescente no espaço das cidades pelo monopólio legítimo da violência (SOUZA, 2008, p.144 e segs.). Diante de tal contexto, circunscrito por um conflito pela legitimidade e exercício do poder, uma série de atores passam a fomentar o exercício de territorialidades beligerantes dentro das próprias cidades²². Estamos nos referindo aqui, em primeiro lugar, ao tráfico de drogas, que contribui para a militarização pelo formato organizativo das facções do crime, organizadas por grupos dotados de armamento de guerra convencional, nos moldes de um pequeno exército. Em segundo lugar, nos referimos também às “milícias”, que assim como o tráfico, possuem uma estrutura organizacional e de armamento semelhante a de um exército paramilitar, e que inclusive disputam, junto com os traficantes de drogas de varejo, o controle territorial de favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais periféricos na cidade. Em terceiro lugar, contribui para a referida militarização a proliferação das firmas de segurança privada, que disputam com a polícia o controle sobre o monopólio legítimo da violência nas ruas, assim como nos enclaves territoriais da elite urbana – os condomínios exclusivos. Por fim o Poder Público, ele próprio, contribui para a militarização ao promover estratégias pautadas por “ações de guerra” na esteira do combate ao crime, como invasões periódicas principalmente à favelas em toda a cidade, ou ainda, como definido em seu sentido mais estrito, pela crescente atribuição do papel de polícia às Forças Armadas. A própria UPP, considerada como uma política de segurança que foge da tradicional abordagem militarista da “segurança pública”, remonta a um modelo de ocupação (ainda) militar, de caráter preventivo, realizada em determinados territórios, com o uso de armamento “pesado” de guerra nos mesmos moldes de ocupações militares de “baixa intensidade” pelo mundo como em Bagdá, Kandahar, Porto Príncipe, Medellín, entre outras cidades. Neste sentido, é correto afirmar que experienciamos hoje não só uma militarização, mas uma verdadeira “paramilitarização da questão urbana”, tendo em vista o formato paramilitar dos atores – para além da polícia e das Forças Armadas, que participam de tal processo (SOUZA, 2008 p. 68-69).

Somado a tudo isso, existe ainda a íntima relação que a “militarização da questão urbana” estabelece com o caráter crimínogeno do capitalismo contemporâneo. O processo de militarização possui uma faceta econômica muito importante, que é sustentada pela relação dialética entre os chamados “mercado da violência”, o “mercado da segurança” e o “mercado da informação”²³. Se

²² É importante ressaltar que a legitimidade tem a ver com a aceitação do controle social armado por diferentes grupos por parte da população, como no caso o controle exercido pelas milícias e o tráfico. O ganho de legitimidade por esses outros atores aumenta e se consolida na mesma proporção que o Estado, na figura principalmente da polícia, perde legitimidade perante a população pobre, em decorrência da violência policial, abuso de poder, corrupção, etc.

²³ A discussão, apesar de extremamente relevante, não passa pelos objetivos principais do presente trabalho. Como referência, ver o trabalho sobre o “mercado da segurança” e a militarização em BRIGAGÃO (1985), o papel do medo como indutor de políticas de controle social autoritárias na cidade do Rio de Janeiro em BATISTA (2003), além da articulação entre a militarização e o caráter crimínogeno do capitalismo pela dinâmica dos mercados da “violência”, “segurança” e “informação” contidos principalmente na seção 1.1 do capítulo 1 e no capítulo 4 de SOUZA (2008).

por um lado a economia da violência gera uma demanda crescente por dispositivos cada vez mais sofisticados de “segurança” (alarmes, câmeras, vidros blindados, condomínios fechados, armas, etc.), ele, por sua vez, acaba retroalimentando o mesmo mercado da violência, por esses mesmos dispositivos de “segurança” (em especial as armas) serem usados na instrumentalização da violência nas cidades. Ao mesmo tempo, o papel que a mídia exerce é fundamental enquanto “amplificadora” da sensação de medo e insegurança nos cidadãos. Como salienta COIMBRA (2000), o discurso midiático sobre a violência e a (in)segurança, assim como sua relação com a formação da opinião pública, são poderosos produtores de subjetividades. A mídia, em especial num país onde os meios de comunicação de massa ainda são o principal canal de informação para a esmagadora maioria da população (como é o caso brasileiro), transforma-se em um eficiente equipamento para produzir formas específicas de sentir, pensar, perceber e agir na cidade. Essa produção subjetiva do medo amplia assim a sensação de insegurança de um número cada vez maior de pessoas, dentro do contexto que RODRIGUES (1996) chamou de “síndrome do colapso iminente da ordem social”. A “síndrome”, produzida pela mídia, é responsável por orientar a leitura dos acontecimentos e notícias de maneira a transformá-las em uma tendência de desastre futuro iminente, sem maior fundamentação em algum tipo de pesquisa que, de fato, corrobore com a tendência premeditada da hecatombe vindoura. A mídia sensacionalista colabora assim diretamente para a agudização da dialética perversa entre esses três mercados que sustentam e fortalecem a militarização.

Um outro ponto fundamental sobre o problema, e que irá proporcionar a articulação entre a face interna e externa da Geopolítica é a construção da figura de um “inimigo” comum a estas duas dimensões. Retornando a CERQUEIRA (1996), todo esforço em conceituar o fenômeno da militarização deve levar em conta, assim como os outros fatores expostos, a ideia de atrelar os ideais e objetivos da “segurança pública” aos parâmetros da “segurança nacional”. A construção de um “inimigo interno”, responsável pelo distúrbio da lei e da ordem, passa a ser transferida para o campo do controle social realizado pelo Estado, baseado em uma doutrina pautada pela submissão das políticas de “segurança pública” aos preceitos da guerra. A militarização das políticas de “segurança” deve ser entendida também como o processo de implantação de uma ideologia militar para a polícia, que trabalha com a lógica do combate e aniquilação a um determinado “inimigo” – que nesse caso é “interno” ao país. Tal fenômeno é hoje experienciado tanto pelo centro quanto pela semi-periferia e periferia do Capitalismo. Na Europa e principalmente nos EUA, ele pode ser visto através do “terrorismo”, que alinha as agendas de segurança nacional (dos Estados) e pública (das cidades) numa marcha contra as possíveis ameaças do “terror” (GRAHAM, 2010). No caso brasileiro, o inimigo a ser combatido parece já há algumas décadas ter se delineado na figura do

traficante de drogas, que no período pós-Guerra Fria assumiu a figura deixada pelos antigos “subversivos”: os comunistas. A construção de um “inimigo” comum entre as duas agendas – a “segurança nacional” e a “segurança pública”, nos parece servir como uma espécie de “ligadura” entre a geopolítica em sua face interna e externa, transformando as cidades em “laboratórios” de manobras militares a serem usadas no exterior e vice-versa. Foi fartamente noticiado no final de 2010 (época da “retomada territorial” do Complexo do Alemão), que parte do operativo dos fuzileiros navais utilizados na operação fora anteriormente utilizada na campanha brasileira no Haiti, durante a ocupação de favelas em Porto Príncipe. Nada impede, por exemplo, que o acúmulo de experiências no processo de “pacificação” de favelas cariocas seja levado ao exterior, nas intervenções militares que o Brasil cada vez mais vem realizando no Atlântico Sul, como no próprio Haiti, Libéria, Guiné-Bissau ou no Sudão. De maneira análoga, nada impede que a experiência de ocupação militar de territórios em áreas urbanas no exterior seja aplicada no desenvolvimento de política de “segurança pública” em nossas cidades. Um grande problema ligado a isso parece ser a fluidez e imprecisão que a categoria “inimigo” possui, tanto em sua dimensão “interna” quanto “externa”. *Quem seria o terrorista ou o traficante de drogas? Ou, de maneira mais precisa, a que procedimentos e métodos o Estado deverá recorrer para identificar e reprimir os “novos subversivos”?* Chamamos atenção para esse ponto, uma vez que ele abre precedentes para que o combate ao “terrorismo”, ou mesmo a criminalidade ordinária, possa ser usada como pretexto para a repressão de outros tipos de “distúrbios internos” aos olhos do Estado, como protestos, greves, passeatas, entre outras inúmeras manifestações políticas insurgentes²⁴.

É preocupante, neste sentido, que já há algumas décadas as cidades venham a ser vistas, aos olhos de parte dos setores de inteligência e do alto escalão das Forças Armadas, como áreas cada vez mais “perigosas” não só do ponto de vista da “segurança pública”, como também da própria “segurança nacional”. Pelo menos desde a década de 1970, período compreendido entre os anos da ditadura no país, os militares brasileiros vêm expressando crescentemente suas consternações sobre o rápido processo de urbanização e seus desdobramentos sobre os “tensionamentos sociais” nas cidades. Como ressalta SOUZA (1993:25), o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) – lançado em 1975 durante o governo do general Ernesto Geisel e que tinha como um dos seus formuladores o general Golbery do Couto e Silva, já sinalizava para os possíveis problemas que o

²⁴ Voltamos a chamar atenção para o exemplo, por parte do departamento de polícia de Nova York, do esquadrão anti-terrorismo criado após os atentados de 11 de setembro de 2001, que foi usado para investigar e reprimir o movimento “Occupy Wall Street” do centro financeiro de Manhattan, em 2011. Da mesma forma, é preocupante o formato organizativo que algumas divisões militares brasileiras assumem, como a 11ª Brigada de Infantaria Blindada, hoje a força militar melhor preparada para operações de “Garantias da Lei e da Ordem” (GLO) internas no país. Contando com 7.000 homens, a brigada, segundo ZAVERUCHA (2010), é a principal unidade operacional militar que está sendo preparada para combater os próprios brasileiros. Não é à toa que, nos primeiros meses de ocupação do Complexo do Alemão, foi a 11ª Brigada a responsável pela ocupação e policiamento do local.

rápido crescimento das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo poderia trazer para o “equilíbrio social” destas áreas e do próprio país. Pouco mais de uma década após o lançamento do “Plano”, o ex-comandante da Escola Superior de Guerra, o general de Exército Oswaldo Muniz Oliva, expressava suas preocupações com o agravamento da violência gerado pelas disputas territoriais do tráfico de drogas no Rio de Janeiro (SOUZA, 2000:97). Mais recentemente, o lançamento da END (Estratégia Nacional de Defesa) em 2008 é o mais novo marco deste processo, ao reafirmar, do ponto de vista jurídico-legal, o papel que as Forças Armadas devem assumir nas questões de GLO (Garantia de Lei e da Ordem) nas cidades. É sintomático e nada gratuito o crescente apoio logístico dado pelo Exército e principalmente pela Marinha às operações militares urbanas, notadamente no caso da cidade do Rio de Janeiro, como relata o ex-comandante geral da PMERJ – o coronel Mário Sérgio Duarte, em recente livro publicado sobre a operação de “reconquista territorial” do Complexo do Alemão (DUARTE, 2012). Seja como for, o papel do Estado na geopolítica urbana no Rio de Janeiro nos parece, em certo sentido, alinhado com as necessidades de segurança em escala nacional ou mesmo internacional do país, em especial sob o ponto de vista dos interesses geopolíticos brasileiros no Atlântico Sul. É o caráter *supralocal* que o *local* muitas vezes assume, como novamente nos chama a atenção SOUZA (2000, p. 95 e segs.).

De maneira geral, o que procuramos esclarecer nesta seção é que a “militarização da questão urbana” acaba sendo o triste resultado de uma dinâmica social operada nos baluartes de uma “guerra civil molecular”, que produz todo um caldo de violência e sensação de insegurança para a população, sustentada pela própria dinâmica criminógena do capitalismo atual. Em outras palavras, a militarização é vista como a melhor (ou até mesmo a única) saída possível por parte do Poder Público e por uma sociedade cada vez mais amedrontada, de maneira a resolver os tensionamentos causados pelas ações e reações à problemática urbana nas “fobópoles” contemporâneas. Tais vetores de ação e de resposta entre a “guerra civil molecular” e a militarização do urbano são enredados, como vimos, por uma série de atores, que por disputarem o monopólio do exercício do poder no espaço da cidade acabam chegando ao resultado lógico de todo pensamento geopolítico: a guerra por territórios. Além disso, os desdobramentos de tais conflitos vão assumir dimensões para além da escala da geopolítica do “urbano”, quando as cidades passam a ser tomadas como entes “potencialmente perigosos” para a própria “segurança” do país. Voltaremos a nos debruçar sobre o tema no quarto capítulo de nossa dissertação, todo dedicado à análise empírica do problema na metrópole carioca e alguns dos seus desdobramentos para o Brasil.

1.5 - Metodologia

A metodologia de um trabalho de pesquisa diz respeito ao caminho que escolheremos para atingir os questionamentos norteadores dos nossos objetivos. A pergunta fundamental aqui é: qual o caminho, ou melhor, qual o método mais indicado a escolher? Tendo em vista nossos objetivos, julgamos que nosso trabalho parte do que KIDDER (1987a:70) chama de “avaliação de processo”, entendida enquanto categoria de explicação sobre o funcionamento de um determinado fenômeno. Em outras palavras, acreditamos que nossa pesquisa encaixa-se dentro de tal tipologia, uma vez que pretendemos dar conta de três problemas complementares em nosso trabalho: a proposta de “integração” espacial de favelas da UPP, seu funcionamento como uma tecnologia de controle, assim como sua inserção na atual geopolítica urbana em curso na cidade do Rio de Janeiro.

Optamos assim por adotar no presente trabalho o método da *pesquisa participante*, tendo em vista primeiramente a capacidade explicativa que ele nos dá para avaliar o funcionamento de um determinado processo. Esse primeiro passo diz respeito ao caminho que seguimos para a obtenção dos dados primários a serem trabalhados na pesquisa. Em um primeiro momento, nossa pesquisa procurou estabelecer uma primeira fase *exploratória* acerca do nosso objeto de estudo, uma vez que procuramos “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1999:43). A pesquisa participante nos permite trabalhar, na grande maioria dos casos, com dados qualitativos, através de entrevistas informais, formais e notas de campo escrita, além de permitir um maior aprofundamento da informação coletada pela aproximação do pesquisador com o seu objeto de estudo. De acordo com BORDA (1999), a pesquisa participante pode ser entendida como:

“a pesquisa que responde especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios – as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas – levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior”.
(BORDA, 1999:43)

A ideia contida na citação acima fornece à pesquisa participante um caráter geralmente *indutivo*. A partir da aproximação com o seu objeto de estudo, o pesquisador, através da observação e da coleta de dados, gera hipóteses e teorias, de maneira que a pesquisa flua no sentido de baixo para cima. As teorias e hipóteses na pesquisa participante são formuladas a partir daquilo que é observado, diferentemente de um método de pesquisa *dedutivo*, onde, de acordo com SILVA (2001),

o pesquisador, a partir de um referencial teórico, formula uma hipótese e deduz logicamente quais seriam os resultados de seu experimento, caso a hipótese esteja de fato correta.

Como apontado rapidamente na introdução do nosso trabalho, já há quatro anos o autor participa de um projeto de Educação Popular no Morro da Providência. Desde fevereiro de 2009, venho semanalmente lecionando aulas de geografia no Pré-vestibular Popular Machado de Assis, iniciativa que é parte da atuação política do Grupo de Educação Popular (GEP) na Providência. O GEP, fundado no início de 2008 por alguns ex-integrantes da Frente de Luta Popular (FLP), tem como principal objetivo fomentar espaços de formação e articulação política dentro da Providência através de iniciativas no campo da educação²⁵. Além de pré-vestibular, o grupo conta hoje com uma frente de atuação na alfabetização de jovens e adultos, além de outra frente de atuação na área sindical, já que a maior parte dos militantes do grupo (inclusive o autor do presente trabalho) lecionam em escolas públicas do Rio de Janeiro. Durante os últimos quatro anos, o autor conseguiu se inserir melhor dentro do cotidiano da Providência e dos problemas a ele relacionados por meio de algumas atividades como: as aulas semanais no pré-vestibular, iniciativas do GEP na Providência através de trabalhos de campo, eventos culturais e confraternizações entre o grupo e a comunidade, além da atuação nas frentes de luta dos moradores contra algumas iniciativas do Estado no período pós-UPP²⁶. A atuação do GEP e do autor dentro da Providência passaram ser mais intensas principalmente a partir de 2010, com a instalação da UPP e os impactos que a “pacificação”, atrelada a outros projetos do Poder Público como o “Morar Carioca” e o “Porto Maravilha”, trouxeram para o morro. Neste sentido, toda a problemática do trabalho, as hipóteses formuladas, bem como o referencial teórico escolhido foram feitos a partir do nosso envolvimento com o próprio objeto de estudo, ou seja, com toda a nova dinâmica sócio-espacial trazida direta e indiretamente pela ocupação policial. Foram justamente nossas ações, observações e os inúmeros contatos com os moradores ao longo da nossa vivência dentro da Providência que nortearam todas as reflexões contidas até aqui. Esse fato é mais uma justificativa para a escolha de tal método.

É de se supor, no entanto, que a pesquisa participante pressuponha diferentes níveis de participação por parte daquele que realiza o estudo. Retomando novamente KIDDER (1987:73), a utilização da pesquisa participante prevê que o pesquisador deva ser um membro integralmente participante do grupo em observação, ou ainda basicamente um observador que participa apenas de forma eventual do grupo. É necessário abrir aqui um pequeno parêntese, no intuito de clarificar o tipo de *participação* do autor no processo estudado. Até a data de redação do texto, procuramos

²⁵ Para uma discussão sobre o que foi a FLP, seus objetivos e sua atuação principalmente dentro do movimento dos sem-teto do Centro da cidade do Rio de Janeiro, ver FREIRE (2010), GRANDI (2010) e ALMEIDA (2011).

²⁶ A principal frente de luta dos moradores hoje diz respeito à resistência contra as remoções de moradias pelo projeto “Morar Carioca”. Voltaremos a este ponto mais adiante.

tomar parte em dois espaços distintos. Em primeiro lugar, procuramos acompanhar periodicamente as reuniões realizadas pela equipe do “Territórios da Paz” na Providência²⁷. Optamos por acompanhar somente um dos canais de articulação propostos pelo Poder Público pelo simples motivo de não existir, até onde sabemos, um espaço de diálogo permanente proposto pela UPP Social na Providência.

Por outro lado, um segundo espaço de atuação ativa do autor foram as reuniões do Fórum Comunitário do Porto (FCP). O FCP foi um fórum criado em meados de 2010 a partir de uma articulação conjunta entre moradores, ativismos sociais e pesquisadores, numa tentativa de fomentar diferentes atores em prol da luta contra os abusos cometidos pelo Estado na esteira das intervenções do projeto “Porto Maravilha” na Zoa Portuária carioca. O GEP passou a atuar no FCP a partir de 2011, quando as obras do projeto “Morar Carioca” ganharam maior dinamismo na Providência, com a construção de um teleférico para ligar a favela ao asfalto, abertura de novas vias, melhoria de infraestruturas e a polêmica remoção de 800 unidades habitacionais espalhadas por grande parte do morro. A atuação do autor, assim como a de outros militantes do GEP tiveram como foco às iniciativas de mobilização e resistência dos moradores ao projeto das “remoções”.

Embora nossa participação nos dois espaços tenha sido frequente, em especial no FCP, ela não nos permite qualificar a metodologia de análise enquanto *pesquisa-ação* (THIOLLENT, 2008), uma vez que os fundamentos teórico-metodológicos do trabalho e seus objetivos não se colocaram à disposição dos moradores da Providência em nenhum momento. Isso não quer dizer, no entanto, que o autor não tenha colaborado com os moradores em inúmeras situações, através da organização de manifestações, organização de dados, confecção de mapas de partes do morro para auxiliar no processo de regularização da posse de diversas moradias, etc. Por mais que tudo isso tenha sido feito, todas essas iniciativas não foram realizadas no âmbito da presente pesquisa, mas sim, em primeiríssimo lugar, pela atuação política do autor junto ao GEP dentro do FCP. Em todo caso, a vantagem da pesquisa participante nos dois espaços supracitados foi permitir uma maior proximidade com os diferentes atores envolvidos no processo de implemento da UPP e dos projetos posteriores (os moradores, gestores do “Territórios da Paz”, a polícia, a associação de moradores, integrantes ligados direta e indiretamente ao tráfico de drogas, etc.). Isso nos permitiu ter uma visão muito mais “orgânica” do todo, uma vez que a inserção do pesquisador no processo, como parte integrante de um ativismo social atuante na favela, tornou-o mais familiarizado com os demais atores envolvidos no processo. Paralelamente a isso, as aulas semanais no Pré-vestibular permitiram o contato direto com dezenas de outros moradores que não estavam

²⁷ O Territórios da Paz funciona como uma espécie de UPP Social por parte do governo do estado, já que o outro projeto é ligado à prefeitura. Apesar de semelhantes em algumas funções em teoria – notadamente na mediação e articulação de programas “sociais” para as favelas, os projetos da prefeitura e do estado possuem diferenças significativas, que serão melhor exploradas ao longo do segundo e do terceiro capítulo.

ligados diretamente aos dois espaços onde o autor realizou sua pesquisa participante, mas que, da mesma forma, foram importantes interlocutores ao longo do nosso estudo.

Poder-se-ia argumentar, no entanto, que a proximidade “sujeito-objeto” proposta por tal metodologia tem a possibilidade de causar uma análise “enviesada” no trabalho. Acreditamos que tal argumento não possui fundamentos por dois motivos. Primeiramente, assim como a observação e a obtenção de dados qualitativos através de entrevistas informais são passíveis de distorções, os levantamentos estatísticos numéricos estão sujeitos da mesma forma a distorções e vieses. Os números em si não são neutros. Todo levantamento e análise de dados passa pelo crivo intelectual e também ideológico de cada pesquisador, não sendo a ciência e o seu método dotados de neutralidade. Por outro lado, uma abordagem participativa da pesquisa, onde o pesquisador passa bons períodos de tempo junto aos atores envolvidos no projeto, pode compelir as pessoas estudadas a se comportarem de maneira mais espontânea, já que seria muito difícil elas representarem uma contínua “farsa” por longos períodos de tempo no seu espaço de convivência social. O excessivo distanciamento sujeito-objeto, tradicionalmente preconizado enquanto necessidade na metodologia de pesquisa científica, pode por outro lado encobrir um comportamento dissimulado por parte dos atores sociais estudados. Em suma, o método da pesquisa participante nos parece interessante no nosso caso justamente porque:

“quanto mais tempo um observador participante passar com as pessoas que estuda, menos influência ele exercerá enquanto pesquisador, pois embora os sujeitos possam desejar aparecer de uma determinada forma aos olhos do pesquisador, eles não poderão agir de forma não natural se o observador permanecer com eles por muito tempo. Portanto, quanto mais o observador participante estiver inserido na situação da pesquisa, será menos provável que os sujeitos distorçam a pesquisa”.
(KIDDER, 1987a:74)

Nessa primeira fase *exploratória*, realizamos *entrevistas informais com diretriz* com dezenas de moradores presentes nos dois espaços onde o autor atuou, que buscaram colher informações gerais sobre a visão que eles tinham acerca do projeto da “pacificação”. Tal tipo de entrevista é visto novamente por KIDDER (1987b:40) como importante para “(...) levantar os aspectos afetivos e valorativos das respostas dos entrevistados e determinar o significado pessoal de suas atitudes”. Nos limitamos, nessa primeira fase, a realizar apenas “notas de campo”, uma vez que o uso do gravador poderia inibir os moradores a expressarem sua opinião. Tal estratégia nos pareceu de grande importância, devido ao tema “polícia”, por razões óbvias, ser bastante delicado dentro do espaço de uma favela. Nossa opção metodológica aqui serviu principalmente para “desinibir” os moradores a falar. Ainda nessa primeira fase, tivemos acesso a um valioso material, cedido

gentilmente por um amigo e também militante do GEP, professor do Colégio Estadual Licínio Cardoso, cujo maior número de estudantes é de moradores da Providência. O material consistiu em dezenas de redações de estudantes do Ensino Médio da escola, que versam sobre os impactos que a UPP e as posteriores iniciativas do Poder Público causam no morro. O material, assim como as notas de campo colhidas pelo autor nos últimos dois anos, possibilitaram o levantamento de informações cruciais, sem as quais o presente trabalho não poderia ter sido feito.

Em um segundo momento, operacionalizamos a abordagem direta a alguns atores de destaque envolvidos no projeto dentro do nosso campo de estudos. Trabalhamos com um *plano de amostragem não-probabilístico intencional* focado em quatro categorias de população:

- a) moradores que se destacaram como lideranças do ponto de vista político, cultural ou histórico dentro da Providência
- b) os responsáveis pelas ações “sociais” dentro do morro, ou seja, representantes da equipe do projeto “Territórios da Paz” e “UPP Social” na Providência
- c) “oficiais” da polícia responsáveis pelo policiamento da UPP Providência
- d) “praças” que atuam no policiamento da UPP Providência

Com relação a população “a”, realizamos 15 *entrevistas formais semi-abertas ou fechadas*. Estas entrevistas “partem de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVINOS, 1990:146). A diferenciação do tipo de entrevista se deu normalmente pelo grau de intimidade que o autor tinha com alguns dos entrevistados. Muitas vezes, o roteiro de perguntas serviu meramente para “orientar” a conversa, sendo que muitas vezes uma pergunta inicial gerava outros tipos de questionamentos e respostas que deram o caráter “semi-aberto” da entrevista. Outras vezes, quando o entrevistado normalmente não era tão íntimo do autor, a conversa seguiu o roteiro determinado previamente, caracterizando a entrevista como “fechada”. De maneira geral, a ideia desse segundo momento foi colher informações dos moradores tendo como base o mesmo roteiro de entrevista, com o objetivo, no entanto, de obter uma amostra de dados *qualitativos* e não *quantitativos*. Grande parte das entrevistas foi feito com o auxílio de um gravador de voz digital, enquanto outras, a pedido do entrevistado, se limitaram a anotações na “caderneta de campo”. Os assuntos abordados

nas entrevistas com os moradores foram desdobrados a partir dos cinco pontos abaixo:

- As diferenças percebidas entre o modelo de policiamento “tradicional” da PMERJ e o da UPP na Providência
- O tipo de participação da comunidade nas ações do poder público após a “pacificação” (se ela de fato existe, se a participação dos moradores é “consultiva” ou “deliberativa”, etc.)
- A avaliação dos moradores sobre as ações “sociais” pós-“pacificação” (os impactos positivos e negativos, assim como se as ações atuais eram as de maior necessidade para a Providência na opinião do entrevistado)
- A atuação do tráfico de drogas de varejo após a “pacificação”
- A regularização de bens, serviços e as novas “regras de conduta” impostas pela UPP

Após a realização das entrevistas com a população “a”, formulamos um novo roteiro direcionado a população “b”. Nessa etapa, realizamos somente *entrevistas formais fechadas*, novamente com o objetivo de levantamento de dados *qualitativos*. Entrevistamos dentro da amostra um representante do projeto “Territórios da Paz” e outro da “UPP Social Carioca”. Em ambos os casos nos foi permitido o uso de gravador digital de voz. Os assuntos abordados nas entrevistas com os representantes de cada equipe foram desdobrados a partir dos cinco pontos abaixo:

- O tipo de formação recebido pela equipe para trabalhar no projeto
- Os principais projetos sociais coordenados na atualidade e sua articulação com o projeto “Porto Maravilha”
- As maiores dificuldades enfrentadas pela equipe até então na Providência
- A influência do tráfico de drogas nas ações do Poder Público
- As disparidades de prioridades entre a demanda dos moradores e a oferta dos serviços por parte do projeto

Por fim, realizamos a última etapa de entrevista com as populações “c” e “d”, novamente realizando *entrevistas formais fechadas* com o objetivo de levantar dados *qualitativos*. Entrevistamos o capitão responsável pelo policiamento da UPP Providência, sendo possível novamente o uso de gravador digital de voz durante a entrevista com a população “c”. Já em relação à população “d”, entrevistamos cinco soldados responsáveis pelo patrulhamento da Providência, onde nos foi permitido utilizar algumas vezes o gravador de voz digital, e outras vezes somente

anotações na “caderneta de campo”. A escolha dos cinco policiais se deu de maneira aleatória, mas procuramos abordar policiais destacados em diferentes pontos da Providência, assim como de diferentes “turnos”. Recusamos uma possível mediação do capitão da UPP para conseguirmos contato com os soldados, pois sua ajuda poderia nos colocar em contato com policiais que fossem vistos como mais “desejáveis” de serem entrevistados aos olhos dos oficiais. Os assuntos abordados na entrevista com o capitão da UPP foram desdobrados a partir dos seis pontos principais abaixo:

- A diferença de formação e remuneração entre o PM “convencional” e o da UPP
- A articulação entre a UPP e a UPP Social/Territórios da Paz
- As principais ocorrências atendidas pela UPP dentro da Providência
- Os mecanismos de controle sobre os desvios de conduta dos policiais da UPP
- As funções que a polícia “pacificadora” assume dentro da Providência
- A relação entre os moradores e a polícia após a instalação da UPP

Já em relação aos policiais que fazem o policiamento da Providência, os assuntos abordados foram desdobrados a partir dos cinco pontos principais abaixo:

- A formação recebida pelo policial da UPP
- A opinião do policial sobre o tipo de policiamento praticado pela UPP
- As principais ocorrências atendidas pelos policiais na Providência
- A relação entre os policiais e os moradores
- As principais dificuldades enfrentadas pelos policiais no policiamento cotidiano

Com relação aos quatro grupos de população que compõem nossa amostra, não revelaremos, por motivos de segurança e privacidade dos entrevistados, o nome de cada um deles. A exceção é o capitão Glauco Schrocht, já que ele é o chefe do policiamento na Providência e qualquer um que pesquisasse sobre o cargo na internet saberia quem ele é, a despeito de revelarmos seu nome ou não. Ademais, um outro ponto que deve ser ressaltado é que mesmo tratando-se de uma amostra não-probabilística, os moradores que compõem a amostra de população “a” são de diferentes localidades da Providência, assim como de diferentes faixas etárias. Tal fato deve ser considerado, uma vez que a visão do morador sobre o projeto tende a variar em maior ou menor grau dependendo da *localidade* dentro da favela, assim como se ele é *adolescente, adulto ou idoso*. Obviamente, tal variação poderia se estender ao infinito, se considerarmos outras categorias como gênero, classe

social, cor da pele, etc. Sabemos o quão racista, classista e sexista é a polícia do Rio de Janeiro, assim como acompanhamos o preocupante número de casos de abuso cometidos por policiais da UPP nas favelas dentro do espaço da “pacificação”. Mas, pelo menos em princípio, dado o curto tempo para a conclusão da pesquisa e o pouco tempo de instalação da UPP na Providência, as duas variáveis ressaltadas acima nos parecem ser as mais revelantes quanto à visão do morador sobre a nova proposta de policiamento por parte do Poder Público. Todos os roteiros de entrevista podem ser conferidos pelo leitor na seção “anexos”.

Quanto aos dados secundários obtidos na pesquisa, o autor teve como principais fontes de pesquisa os seguintes sítios²⁸:

- Dados sobre “segurança pública” fornecidos pelo ISP (Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro)²⁹
- A base de dados sobre homicídios do Ministério da Saúde (DATA-SUS)
- Dados censitários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)
- A base de dados da plataforma CEPERJ (Centro Estadual de Estatísticas e Pesquisas do Rio de Janeiro)
- Banco de notícias sobre as UPPs e outros temas ligados à “segurança pública” que o autor construiu ao longo dos últimos dois anos, com base em jornais brasileiros de grande circulação, em especial da cidade do Rio de Janeiro

A partir do levantamento e análise dos dados, a pesquisa passou a uma nova fase, onde a abordagem *exploratória* possibilitada pela pesquisa participante criou bases para o aprofundamento das análises. Nesse segundo momento, nossa pesquisa assumiu o que GIL (1999) chama de “pesquisa explicativa”. Para o autor, tais pesquisas “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 1999:44), podendo elas ser a continuação de uma “pesquisa exploratória” ou “descritiva”. Nessa segunda fase, além da redação do texto, procuramos utilizar outros recursos visuais como gráficos, tabelas, mapas e esquemas gráficos, no intuito de tornar mais clara a análise da problemática trazida pelo trabalho, assim como os resultados obtidos. O perfil “explicativo” da pesquisa estará presente nos próximos

²⁸ As fontes listadas são as principais. Queremos deixar claro também que utilizamos em nossa pesquisa outras fontes, que serão respectivamente citadas quando utilizadas ao longo do corpo do texto.

²⁹ O Instituto de Segurança Pública (ISP) é uma autarquia ligada à Secretaria de Estado e Segurança Pública, criado em 1999 em meio aos esforços do então subsecretário de Segurança do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Soares, para melhorar a qualidade de geração e gestão de dados sobre criminalidade no estado do Rio de Janeiro. Dentre suas várias funções, o ISP tem como principal responsabilidade divulgar as estatísticas oficiais dos registros de ocorrência da polícia civil do estado fluminense. O sítio do ISP é <http://www.isp.rj.gov.br>

três capítulos que compõem a presente dissertação.

Sabemos, no entanto, das inúmeras limitações que uma pesquisa de mestrado possui. Tais limitações dizem respeito aos recursos materiais disponíveis para a realização do projeto, o curto espaço de tempo para sua redação, as dificuldades quanto ao levantamento e análise de dados, etc. A escolha do Morro da Providência, enquanto referencial empírico, se justifica por todos os motivos já expostos na “Introdução” do texto. Entretanto, em termos metodológicos, a escolha da Providência como principal recorte no espaço para análise diz respeito ao que GIL (2002) entende como “estudo de caso”. Para o autor, o estudo de caso se caracteriza “pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados” (*idem*, p. 54). Objetivamos, a partir do estudo da UPP na Providência, proporcionar uma análise que parta de uma experiência empírica *particular* para uma possível visão mais *geral* sobre a problemática trazida por nós para as UPPs. Sabemos que o pressuposto da replicabilidade, tão caro às ciências naturais, não pode ser aplicado da mesma forma às ciências humanas, tronco epistemológico no qual se insere tal pesquisa. Mas mesmo assim, acreditamos que, de maneira complementar, o presente trabalho pode ser uma pequena contribuição sobre o tema, que deverá ser completada na medida em que outras pesquisas correlatas forem sendo publicadas. Da mesma forma, um estudo crítico sobre as UPPs pode auxiliar na produção de conhecimento a ser apropriado pelos moradores das áreas de atuação do projeto, como forma de instigar estratégias de organização e possível cooperação e/ou resistência às ações a serem empreendidas pelo Estado.

Capítulo II - O sentido da “pacificação”

ou o por quê de “pacificar” algumas favelas na cidade do Rio de Janeiro

“O mais importante não é esmagar seu inimigo, a abordagem é muito mais sutil: 'A suprema arte da Guerra é de subjugar o inimigo sem lutar'. Assim, como o rio pode invadir a terra, também é possível invadir o espírito do seu inimigo, inundando seu estado de moral até levá-lo para o seu lado, sem perdas nem de um lado nem de outro”³⁰.

O título do presente capítulo pode parecer ao leitor uma proposição descabida. Buscar um determinado “sentido” dentro de uma perspectiva singular e única, capaz de revelar a funcionalidade explícita e definitiva, ou mesmo quase ontológica de um determinado processo, é a porta de entrada para um movimento deveras arriscado, que corre o risco de cair em uma proposição banal de extrema arrogância – e, por que não, de pura ingenuidade. O caminho que procuraremos traçar aqui é outro. O título do presente capítulo deve ser entendido como uma forma de instigar e convidar o possível leitor ao texto, e não de outra maneira, através de algum objetivo espúrio por parte do autor, transparecer arrogância ou ingenuidade. Não acreditamos, é importante frisar desde o início, existir “o” sentido para o processo de “pacificação” de favelas. Acreditamos, todavia, que exista talvez *sentidos* – apontados no plural, que se encontram entrelaçados à medida que o processo de “pacificação” é aprofundado. Em todo caso, nos parece que o objetivo fundamental em deslocar destacamentos da polícia para ocupar permanentemente favelas repousa na retomada, por parte do Estado, do *exercício do poder sobre o espaço*. Este objetivo central, que aparece como fio condutor das reflexões até aqui presentes, não é uma novidade dentro da lógica da “pacificação”. Como veremos, ele na verdade é claramente exposto na própria apresentação oficial do projeto.

De maneira complementar, o autor do presente trabalho acredita que a trama complexa e dotada de múltiplos significados à qual nos referimos pode se tornar um pouco mais clara se ouvirmos com atenção o que a Geografia mais uma vez tem a nos dizer. As feições que o projeto adquire após a ocupação da polícia produzem sentidos diferentes. Eles ganharão formas distintas, sempre de acordo com a dinâmica sócio-espacial de cada favela “pacificada”. Esse é um ponto importantíssimo, que não pode ser negligenciado. O que estamos querendo dizer é que a dimensão do local, ou, mais precisamente, a complexidade que a escala de um microterritório possui, vai obrigar cada UPP a sofrer modulações, de acordo com as diferentes realidades das favelas

³⁰ Trecho retirado da Introdução da edição revisada de SUN TZU (2010:12)

impactadas pelo projeto. Mas mesmo diante disso, mesmo se tratando de um universo múltiplo – já que o número de favelas “pacificadas” vêm aumentando a cada ano, é possível ainda captar algumas linhas gerais que são comuns ao projeto e que, simultaneamente, direcionam as ações do Estado rumo à sua expansão e consolidação. Essas linhas gerais, se considerarmos o objetivo de “retomada territorial” exposto anteriormente, se inscrevem em uma linhagem de longa data, que diz respeito a dois processos entrelaçados. Por um lado, nos referimos a como o Poder Público no Rio de Janeiro desenvolveu estratégias de controle sobre o espaço – em especial o espaço de moradia dos pobres urbanos, vistos tradicionalmente enquanto “classes perigosas” que sempre desafiaram o exercício da autoridade do Estado. Por outro, em conjunto com o controle, observamos a emergência de uma proposta de “integração” das favelas ao restante da cidade que não é nova, sendo ela tributária de outras tentativas já realizadas no passado.

O objetivo central do segundo capítulo é uma análise da proposta de “integração” de favelas que as UPPs trazem. Para isso, dividimos o capítulo em três seções. Na primeira, procuraremos apresentar, de maneira geral, o projeto para o leitor, indicando sua organização e estrutura interna, as diferenciações e semelhanças quanto aos quadros regulares da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), sempre tomando como principal referência o nosso campo de estudos, a UPP Providência. Em um segundo momento, daremos maior atenção ao breve resgate histórico de dois pressupostos fundamentais das UPPs: sua proposta de “integração” de favelas à cidade, assim como o processo de “militarização” das políticas de “segurança pública”. Com base nessa discussão, nosso esforço na parte final será o de responder ao problema central do capítulo: *qual é a proposta de “integração” sócio-espacial das UPPs para as favelas cariocas?* Para responder a tal pergunta, tomaremos como pano de fundo o atual momento político-econômico do estado e em especial da cidade do Rio de Janeiro, para além de uma possível relação fácil, que atrele o advento das UPPs somente à realização dos “megaeventos” esportivos até 2016. Nossa hipótese é que a política de “pacificação” responde a uma demanda diferente no campo da “segurança pública”, que passa por um processo mais amplo (e profundo) de construção de uma nova forma de pensar e gerir a cidade.

2.1 – UPPs: os delineamentos gerais que dão forma e conteúdo à “paz”

O projeto das UPPs teve como marco inicial a instalação da primeira unidade policial no Morro Santa Marta, no bairro de Botafogo, no dia 19 de dezembro de 2008. De lá pra cá, outras 29 unidades de polícia foram instaladas na cidade³¹. No caso da nossa área de estudos, a UPP Providência foi a 7ª unidade a ser instalada, no dia 26 de abril de 2010. Apesar de abarcarem uma

³¹ Os dados referentes ao projeto se situam em relação às estatísticas disponibilizadas até o mês de janeiro de 2013.

gama de realidades sócio-espaciais distintas entre as 153 favelas englobadas pelas 30 UPPs, o projeto possui características organizacionais e de estrutura semelhantes entre todas as unidades, bem como são regradas pelas mesmas regulações político-jurídicas por parte do Estado.

Do ponto de vista jurídico-legal, o projeto possui suas bases de sustentação alicerçadas em três decretos estaduais distintos, além de uma nota no Boletim da PMERJ. O primeiro documento legal sobre o projeto é o Decreto-lei nº41.650, de 21 de janeiro de 2009, que diz respeito somente à sua promulgação oficial, sem emitir maiores informações ao público. No mesmo mês, o Decreto-lei nº41.635 de 22 janeiro de 2009 traz deliberações sobre a gratificação de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada policial militar lotado na UPP, que deve ser repassado ao policial além do salário regular da corporação³². Já a Nota nº 0202 do Boletim da Polícia Militar, emitida no mês seguinte, no dia 5 de fevereiro de 2009, deliberava sobre a garantia da autonomia da UPP perante o batalhão da jurisdição da área. Esse ponto traz uma informação importante sobre a organização do projeto. Cada UPP está contida dentro da jurisdição de uma Delegacia Policial (DP), que por sua vez encontra-se sob a jurisdição de um respectivo Batalhão da Polícia Militar (BPM). A UPP Providência, por exemplo, está na jurisdição da 4ª DP, que por sua vez está na área de abrangência do 5º BPM, ambos localizados no setor geográfico “Centro” da cidade³³. Não obstante, cada uma das 30 UPPs está subordinada a um comando central, a Coordenadoria da Polícia Pacificadora (CPP), hoje encabeçada pelo coronel Paulo Henrique Azevedo. A CPP, por sua vez, está ligada diretamente ao comando geral da PMERJ, órgão de coordenação máxima da Polícia Militar dentro da Secretaria de Segurança Pública. A UPP assim se relaciona com a hierarquia burocrática do Estado por um canal próprio, fora dos marcos organizativos “tradicionais” da PMERJ.

Nos chama atenção, no entanto, que é somente com o Decreto-lei estadual nº 42.787, promulgado mais de dois após o início das UPPs – no dia 6 de janeiro de 2011, que teremos maiores informações oficiais sobre o projeto tanto do ponto de vista institucional quanto “conceitual” (ou seja, com relação ao tipo de policiamento proposto por ele). De acordo com tal decreto, as UPPs baseiam-se num modelo de policiamento baseado na vaga ideia do “policiamento de proximidade”, sem, no entanto, dar maiores esclarecimentos sobre o tipo de abordagem policial que pretende-se operar na prática³⁴. Os espaços de atuação da UPP, segundo o documento, compreendem favelas

³² O pagamento é atualmente realizado pela prefeitura, através de parceria firmada entre o Poder Público municipal e estadual. Na verdade, como veremos ao longo do capítulo, o formato atual do projeto, para ser operacionalizado, prevê a articulação constante não só entre as duas esferas de governo supracitadas, como também o Governo Federal.

³³ Para o leitor facilitar a “localização” do leitor no referido recorte espacial, sugeríamos a leitura do mapa da página 125.

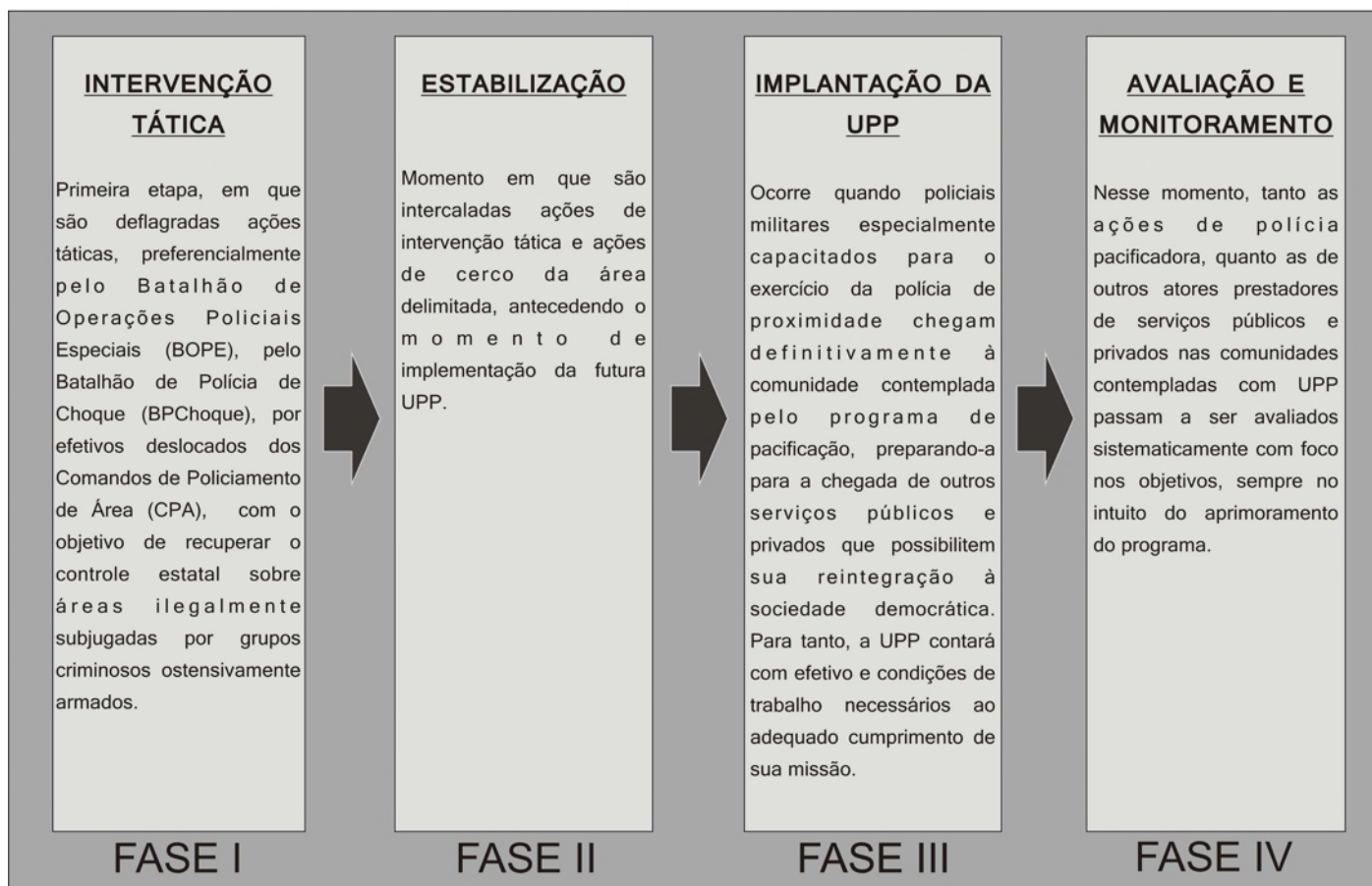
³⁴ Os conceitos de “policiamento de proximidade” e/ou “policiamento comunitário” aparecem indistintamente e sem maior rigor dentro da documentação oficial do projeto. A ideia é muito ampla, o que faz dela uma “colcha” que recobre inúmeras formas diferentes de policiamento no mundo todo. Voltaremos ao problema no terceiro capítulo, quando nos deteremos especificamente na discussão sobre o policiamento da UPP na Providência em sua dimensão disciplinar e biopolítica.

pobres controladas por traficantes ostensivamente armados, com baixa “institucionalidade” (por parte do Estado) e alto grau de informalidade do seu comércio e serviços. Ainda segundo o decreto, os dois objetivos fundamentais do projeto se baseiam na retomada e consolidação do controle estatal sobre favelas (ainda sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada), além da “devolução à população local da paz e da tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico” (Decreto-lei nº 42.787, p. 2). Esses dois objetivos conjugados nos revelam as ideias fundamentais que permeiam todo o projeto: o exercício do poder e controle sobre as favelas, assim como a “integração” delas ao restante da cidade.

Além dos referidos documentos, não existe, até onde sabemos, nenhum tipo de publicação oficial por parte do Estado que procure dar conta, de maneira mais precisa, dos objetivos e métodos de policiamento das UPPs, nem tão pouco de um cronograma de planejamento de atividades em curto, médio ou longo prazo. Tais fatos, na visão de RODRIGUES & SIQUEIRA (2012:13), fazem com que as UPPs ainda não possuam a forma clara de um programa ou modelo de policiamento e “segurança pública”. Os autores tratam o projeto como “um conjunto de experiências de policiamento”, que vêm despertando a atenção de estudiosos, da grande mídia e do público em geral para o seu impacto na cidade até então. Em todo caso, nos parece que se por um lado a falta de maior clareza pode ser apontada como uma “fraqueza”, por outro ela vai se constituir, pelo menos até agora, num dos principais trunfos da “pacificação”. A nosso ver, a falta de um suposto “planejamento” e “objetivo” claro é o que vai permitir, por exemplo, que as UPPs tenham um caráter ao mesmo tempo ambíguo e ambivalente. Ambíguo por elas, só para elencarmos alguns exemplos, conterem elementos aparentemente contraditórios como a realização de um “policiamento comunitário” através de policiais armados para a “guerra”, ou pela sua proposta de término da militarização da segurança baseada numa política de ocupação territorial ainda com um molde fortemente militar. Da mesma forma, as UPPs nos parecem ambivalentes dada a gama de processos relacionados direta e indiretamente à ocupação policial permanente de favelas: a regularização do comércio e serviços em tais locais, a especulação imobiliária do entorno e das áreas “pacificadas”, um controle policial mais próximo sobre a vida da população favelada, seu papel na realização dos “megaeventos” esportivos até 2016, a possibilidade de que novos exercícios das Forças Armadas sejam feitos em áreas urbanas, entre outras funções.

Outro ponto comum ao projeto, e que consta no decreto, são as etapas quanto ao processo de instalação de uma nova UPP. O quadro abaixo nos mostra como se dá o funcionamento de cada etapa do processo:

As etapas do processo de “pacificação” de uma favela



Fonte: Decreto-lei 42.787

Elaboração: Eduardo de Oliveira Rodrigues, janeiro 2013

Todas as descrições contidas são reproduções na íntegra do respectivo Decreto-lei analisado. Não há um cronograma específico para cada fase. Dentro do universo das 30 UPPs, cada uma possui um tempo e um ritmo diferente quanto ao andamento das iniciativas. Na Rocinha, por exemplo, a “Fase II” demorou dez meses, enquanto na Providência ela durou pouco mais de um. Enquanto a “Fase III” parece estar mais avançada em favelas como o Santa Marta, outras localidades, como o Jacarezinho e Mangueiras, ainda só contam com a ocupação da polícia. Faz-se mister ressaltar, no entanto, alguns detalhes de cada “momento” exposto pelo quadro. Logo na primeira fase, o uso dos quadros regulares da PMERJ como primeira ação tática tem um caráter meramente *preferencial*. Isto significa, em outras palavras, que este pequeno artifício no Decreto-lei estadual ratificou a Diretriz Ministerial nº 14, assinada anteriormente pelo então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, que permitiu o uso das Forças Armadas na ocupação do Complexo do Alemão. A diretriz permitiu, além disso, que o Exército assumisse o papel de polícia nos quase dois anos seguintes ao início da referida “pacificação”. A intervenção das Forças Armadas encontra-se assim amparada legalmente no processo de instalação de cada nova unidade policial.

Em relação à “Fase II”, o decreto aponta para o período onde normalmente ocorrem, em cada nova favela ocupada pela polícia, as operações chamadas de “pente-fino”. Via de regra, o objetivo maior desta fase é a efetivação de mandatos de prisão anteriormente expedidos contra traficantes de drogas, além da realização de buscas e apreensões por drogas, armas, carros roubados, etc. Poder-se-ia dizer que a “Fase II” busca, em teoria, desarticular as redes do tráfico de varejo local e abrir caminho para a entrada da UPP.

No momento seguinte, na “Fase III”, inicia-se de fato a instalação do projeto, com a substituição das Forças Armadas ou da polícia “regular” pelo policiamento baseado em técnicas “comunitárias”³⁵. É nesse momento que a ocupação policial passa a ser flanqueada pelas ações ditas “sociais”, com a chegada de uma série de serviços e obras de melhoria na infraestrutura urbana das favelas, principalmente através da articulação das iniciativas pela UPP Social. No momento, é nesta fase que a grande maioria das favelas “pacificadas” aparenta estar, inclusive no caso da nossa área de estudos, o Morro da Providência.

Por último, na “Fase IV”, após certo tempo de implantação da UPP, passa-se ao momento de avaliação e monitoramento do projeto, a partir de dados levantados em cada favela sobre os resultados da ocupação. A “Fase IV” marca a continuidade da articulação entre a esfera “policial” e “social” da UPP, com os dispositivos policiais sendo, em teoria, alimentados pelos dados e estudos fornecidos pela UPP e pela UPP Social.

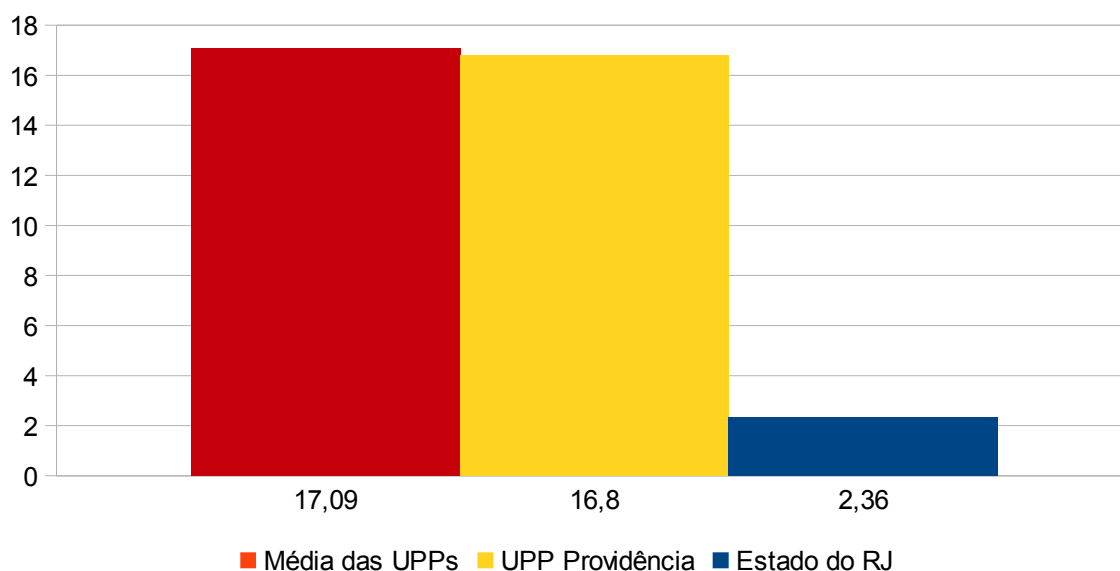
Com relação ao contingente policial empregado, o Poder Público não fixou um número de policiais a serem destacados para cada unidade. No entanto, o contingente mínimo de policiais, salvo em casos que o Estado julgar procedentes, é de 100 homens por UPP. Com relação à sua hierarquia, as unidades são classificadas de acordo com o contingente policial e não populacional das favelas ocupadas. As UPPs de “classe A” são aquelas com um número de policiais superior a 400 homens, e devem ser comandadas, preferencialmente, por um oficial com a patente de “Major”. Já as UPPs de “classe B” são aquelas onde o contingente policial for de até 400 homens, sendo cada uma delas comandada, preferencialmente, por um oficial com a patente de “Capitão”. No caso da Providência, a UPP em questão é da “classe B”, contando com 209 policiais sob o comando do capitão Glauco Schrocht. Além do capitão, outros dois “aspirantes a oficial” compõem o quadros dos “oficiais”. Já os 206 “praças” estão divididos entre sargentos, cabos e principalmente soldados, como foi reportado pelos próprios policiais lotados na Providência.

O que nos chama atenção, não só na Providência mas no projeto como um todo, é a elevada

³⁵ Durante o período de formação, os “praças” da UPP recebem aulas sobre assuntos ligados à temática dos “Direitos Humanos”, além de parte da formação profissional ser direcionada ao “policiamento comunitário”. Além disso, os quadros da UPP são formados por policiais recém-egressos da Academia, no intuito de formar um corpo policial livre de antigos hábitos de policiamento ou mesmo corrupção. Esse ponto foi muito ressaltado por todos os praças e pelo oficial da UPP Providência entrevistado pelo autor.

“densidade policial” entre as favelas abarcadas pelo projeto. O gráfico abaixo versa sobre tal dado, ao compará-lo com as áreas de policiamento “regular” do restante do estado do Rio de Janeiro:

Gráfico 1 – Relação entre o número de policiais por 1000 habitantes entre a média das UPPs, a UPP Providência e o Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria de Estado e Segurança (SESEG)

Em termos metodológicos, procuramos calcular a relação policiais X população por 1000 habitantes, de maneira a ser possível comparar as taxas para o conjunto das UPPs, da UPP Providência e do restante do estado do Rio de Janeiro. Percebemos pelo gráfico a enorme disparidade entre a população referente ao restante do estado e as duas populações de UPPs. Enquanto na primeira o número de policiais por mil habitantes é de 2,36, a média das UPPs fica em 17,09, um pouco acima da Providência, com 16,8. De qualquer forma, tanto a média do projeto quanto a taxa para a Providência nos mostram que a “densidade policial” nas áreas com UPP é quase 8 vezes maior em relação ao restante do estado³⁶. É importante percebermos ainda que o Estado, através do mesmo Decreto-lei analisado, limitou o contingente policial utilizado em “tarefas internas” (serviços burocráticos) em no máximo 5% do total dos policiais lotados em cada UPP. Isso

³⁶ Algumas comparações internacionais são ainda mais interessantes. O parâmetro das Nações Unidas para “segurança” é de 3 policiais para cada mil habitantes. Se tomarmos dados de 2008 (ainda do período da “Era Bush”), quando a ocupação militar estadunidense no Iraque estava na sua fase mais crítica, Bagdá tinha uma taxa de 3,29 policiais por mil habitantes, assim como o Iraque em média tinha 10,53. A menor taxa em Bagdá se explica pela “interiorização” da resistência à ocupação, num momento em que o controle sobre a capital do país já estava mais consolidado pelo exército dos EUA. Os dados estão disponíveis em <http://www.longwarjournal.org/multimedia/OOBpage12-Iraq%20Police.pdf>

nos mostra a enorme preocupação do Poder Público em dar um caráter de “policciamento ostensivo” ao projeto. Da mesma forma, o dado ressalta o peso que o aparelho policial possui nas ruas e vielas de cada favela “pacificada”, dada a relação de policiais por habitante que sustentará o policiamento ostensivo em cada localidade.

Mas o sentido imbricado na “pacificação” não vai se limitar ao que foi exposto acima. Se, por um lado, a retomada do exercício do poder do Estado se dá pelo controle armado da polícia, por outro ele vai abrir caminho, como já apontado anteriormente, para a proposta de “integração” das favelas ao restante da cidade. A instalação de uma UPP favorece o fomento e o “costuramento” de uma série de novos processos após a ocupação da polícia. Uma vez “pacificadas”, as favelas passam por uma série de impactos no que diz respeito a oferta e regulamentação de serviços, como também em melhorias na sua infraestrutura. A dimensão “social” da “pacificação”, batizada não por acaso de UPP (Social), compreende a realização de projetos em parceria com a iniciativa pública e privada, com o objetivo de promover melhorias no espaço das comunidades, indo desde projetos educacionais, esportivos e culturais, até mesmo a cursos para a capacitação profissional e empreendedorismo, além de fomentar melhorias na infraestrutura de tais espaços.

O projeto da UPP Social foi inicialmente coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH). Lançado em agosto de 2010, ele foi elaborado pelo economista Ricardo Henriques, convidado pelo governo estadual para assumir a SEASDH no mesmo ano. No final de 2010 o economista deixou a Secretaria e o programa foi então transferido para o município, a partir de acordo firmado entre as duas esferas de governo. Em 4 de janeiro de 2011 a versão “social” do projeto via prefeitura foi lançada sob o nome de “UPP Social Carioca”, passando a ser coordenada pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), órgão de planejamento urbano da prefeitura que de janeiro de 2011 até agosto de 2012 foi presidido pelo próprio Ricardo Henriques. O interessante é que a mudança provocou uma sobreposição de projetos. Nas favelas onde as ações sociais foram iniciadas antes da prefeitura (como no caso do nosso referencial empírico, o Morro da Providência), o estado continuou a exercer o papel de articulador das políticas sociais através do programa “Territórios da Paz”, criado em substituição ao da UPP Social e vinculado a mesma SEASDH. Todavia, a prefeitura passou a atuar também nas favelas onde o governo do estado já estava presente através da “UPP Social Carioca”, um programa exatamente do mesmo formato que o do estado. Ao que parece, o mentor do projeto, Ricardo Henriques, não queria perder o nome da iniciativa, que acabou sendo transferida para a prefeitura com o mesmo nome que tinha anteriormente no estado³⁷. Só que, por outro lado, o governo estadual não desejava perder o controle sobre a dimensão “social” da UPP, uma boa vitrine política para Sérgio Cabral.

³⁷ Informações obtidas durante conversa informal com uma das gestoras do “Territórios da Paz” na providência em junho de 2011.

Paralelamente ao imbróglio político, a transferência nos pareceu necessária pelo próprio formato que a UPP Social possui. Como veremos melhor no próximo capítulo, uma das funções da UPP Social, e que dá o tom da intervenção biopolítica nas áreas “pacificadas”, será a produção de dados e estudos sistemáticos sobre tais favelas. São a partir deles que o Poder Público e seus “parceiros” da iniciativa privada traçam estratégias e objetivos comuns para as ações “sociais” do projeto. Sua estrutura, neste sentido, necessita de toda uma base técnica para se operacionalizar, não só do ponto de vista de equipamentos, como também de mão-de-obra qualificada. A mudança da SEASDH para o IPP nos pareceu necessária no intuito de “potencializar” o projeto, uma vez que a UPP Social se apoia em toda a tradição de produção técnica de dados e estudos do órgão da prefeitura. O projeto parece ter um perfil muito mais próximo ao que o IPP faz do que a própria SEASDH. De qualquer forma, o resultado prático do trânsito do projeto entre as duas esferas de governo é a atuação concomitante do governo do estado e do município em algumas favelas, através de iniciativas semelhantes mas com nomes diferentes.

A proposta da UPP Social quanto à “integração” das favelas ao restante da cidade possui como um dos pilares de ação os programas de urbanização como o “Morar Carioca”. O projeto, que pretende trazer melhorias na infraestrutura das favelas já “pacificadas”, está em curso atualmente em 17 morros ocupados pela polícia³⁸. A tentativa de integração todavia não é algo novo. Como apontam CUNHA E MELLO (2011), a UPP Social retoma os princípios que nortearam programas como Favela-Bairro na medida em que propõe uma “integração” ampla das favelas ao tecido urbano, através de ações sociais e de fomento à atividades econômicas. Por estar associada a uma política de “segurança pública”, a UPP Social abre novas possibilidades de enfrentamento de um dos maiores obstáculos enfrentados anteriormente pelo Favela-Bairro: a presença e a atuação de grupos de traficantes de drogas ostensivamente armados nas favelas (SOUZA, 2000; VALLE, 2006).

Vale a pena ressaltar que a “integração” proposta pelo Poder Público, a partir da oferta de serviços básicos como luz, água, telefone, etc., visa, em primeiríssimo lugar, regulamentar a oferta de serviços, ou seja, ofertar serviços antes ausentes ou precários nas favelas em troca da formalização do seu pagamento por parte do consumidor. Abaixo reproduzimos um trecho retirado do sítio da “UPP Social” que versa sobre os objetivos gerais do projeto³⁹:

³⁸ Até fevereiro de 2013, o programa atendida as seguintes favelas: Alemão, Andaraí, Borel, Cidade de Deus, Chapéu Mangueira e Babilônia, Fallet-Foqueiteiro e Coroa, Macacos, Providência, São Carlos, São João, Tabajaras, Turano, Vidigal, Chácara do Céu e Cidade de Deus.

³⁹ [http:// www.upp.social.org](http://www.upp.social.org)

“A implantação das UPPs e a pacificação das favelas estão mudando a cidade para melhor. (...) Depois de anos de violência nessas comunidades, o desafio do Rio de Janeiro agora é promover o *desenvolvimento social*, incentivar o exercício da cidadania, derrubar fronteiras simbólicas e realizar a *integração* plena da cidade. Esses são os objetivos do programa UPP Social. (...) A UPP Social *coordena esforços dos vários órgãos* da Prefeitura e promove parcerias com os governos estadual e federal, o setor privado e a sociedade civil para produzir resultados melhores e mais eficientes, evitando o desperdício de recursos e a sobreposição de projetos. Para isso, conta com uma equipe de gestão que atua diretamente nos territórios pacificados, produzindo informações detalhadas sobre cada área de UPP, reconhecendo os que já atuavam no local antes da pacificação, fortalecendo as vias de diálogo entre moradores, lideranças e gestores públicos, mobilizando as instituições capazes de suprir as demandas de cada comunidade e apoiando a execução das ações previstas. A UPP Social começa a sua atuação em cada território pela articulação de ações que consolidem os avanços trazidos pela pacificação e revertam os legados da violência e da exclusão territorial: apoio a organizações e projetos locais; recuperação de espaços públicos; regularização urbana, de serviços e negócios; oportunidades para a juventude e iniciativas cidadãs, culturais, esportivas e de lazer que apaguem de uma vez por todas as fronteiras do passado. (...) Se antes o que valia era a palavra dos 'donos' locais, agora moradores, sociedade e governos decidem *juntos* os caminhos para o exercício integral da cidadania. Chega de *cidade partida*. Vamos construir o Rio que queremos.” (grifo nosso)

No caso da Providência, um dos primeiros serviços a serem ofertados foi a instalação de um “caixa 24 horas” na então Praça Américo Brum. A iniciativa nos parece dotada de uma carga simbólica muito grande, principalmente pela forma e pelos fatos ocorridos a partir de então. É amplamente divulgado, desde a instalação da primeira UPP, que o ritual que simboliza a “conquista territorial” do Estado é o hasteamento no alto do morro de uma bandeira do Brasil, nos mesmos moldes que os Estados proclamam a conquista de um “território inimigo” na guerra convencional. Ao longo de todos os trinta processos de “pacificação” realizados até aqui o ritual sempre se repetiu. Na Providência, após o hasteamento da bandeira, iniciou-se o período da “chegada dos serviços”, com a frente pioneira do processo sendo marcada pela instalação do caixa eletrônico. Próximo a ele foi instalado um totem na esquina da praça, semelhante a um mastro, com a inscrição “24 horas”, que permitia a todos visualizar o local de sua instalação a uma distância considerável. O Estado, através de um duplo movimento, proclamou que aquele território, a partir daquele momento, passava novamente a ser parte contígua de sua jurisdição, ao colocar o símbolo máximo da pátria – a bandeira nacional, no ponto mais alto do morro. Da

mesma forma, o totem do “caixa 24 horas” trouxe um novo marco “civilizacional” a uma terra até então entregue à “barbárie”, através da espessa liga fundida pela relação tão próxima que o Estado mantém com o capital financeiro há tempos. O totem em forma de mastro simbolizou o hasteamento de uma segunda bandeira na Providência, que assim como a outra, é visível aos olhos de todos. Ele inaugurou o período de “integração via mercado” da favela, sucedendo-se daí outras iniciativas importantes como a regularização da TV a cabo, início do processo de cobrança pela luz e IPTU, oferta de cursos para a formação de microempreendedores, e até mesmo a destruição da praça Américo Brum – principal área de lazer para grande parte dos moradores da Providência, que deu lugar a uma das estações do teleférico que ligará o morro à Central do Brasil.

Seja como for, os objetivos que trazem novamente para a pauta do Estado o tema da “integração de favelas” tiveram no Favela-Bairro e no Morar Carioca as iniciativas recentes mais significativas. Mas, como veremos a seguir, essa discussão remonta às ações da Igreja Católica realizadas em favelas já na década de 1950, e que logo depois foram incorporadas pelo governo do então estado da Guanabara nos anos 60. Isso aparece muito claramente quando o projeto atual fala em “integrar plenamente as favelas ao restante da cidade”, da mesma maneira que a Cruzada São Sebastião e o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA) propuseram no passado. Em ambos os casos, é importante colocarmos, em caráter introdutório, como as iniciativas atuais atualizam a chamada “Ideologia do “Desenvolvimento de Comunidade”, que propunha, ainda nos anos 50 e 60, um tipo de “integração” que visava fundamentalmente *integrar* os pobres aos processos de acumulação capitalista no campo e nas cidades. Assim como nos anos 50 havia todo um esforço por parte do Poder Público em indexar os pobres ao modelo econômico nacional “Desenvolvimentista”, hoje, quando se fala no “Novo Desenvolvimentismo” do PT (animado por um contexto de altas taxas de crescimento econômico do Brasil e do Rio de Janeiro, aumento do poder de compra da população, grandes obras de infraestrutura, etc.), a preocupação com a pobreza volta a aparecer de maneira ainda mais forte. Só que, nas iniciativas do atual governo, elas são mais ambiciosas e estão diretamente atreladas às políticas de “segurança pública”, algo não experimentado nesses moldes até então. Em certo sentido, algumas iniciativas do Estado brasileiro atual são muito semelhantes ao que WACQUANT (2002b:22) vai observar sobre o papel do governo para com os pobres no contexto do “Estado Penal”. Segundo autor, o Poder Público, ao ver os pobres como potenciais cometedores de crime, procura, junto a essas classes, “realizar imperativos cívicos de trabalho e moralidade, ao mesmo tempo que as próprias condições de trabalho as quais elas se submetem se precarizam.” A velha “moral do trabalho”, capaz de dignificar o homem e livrá-lo do crime é assim mais uma vez evocada para o tratamento da pobreza. Resta-nos saber de que tipo de trabalho e de “integração” estamos falando.

2.2 – A “integração” dos pobres e a militarização da “segurança pública”: dois pressupostos fundamentais da política de “pacificação”

As preocupações que a pobreza desperta sempre estiveram atreladas – em meio a outras questões, aos problemas ligados ao campo da “segurança pública”. Tal afirmativa deriva de uma tese muito conhecida, de que supostamente os altos índices de pobreza seriam a principal causa da criminalidade violenta. O debate, que abarcava temas como a exclusão e a marginalização, foi realizado principalmente no âmbito da Sociologia e Antropologia Urbana a partir dos anos 1960⁴⁰. Nas décadas seguintes ele foi ampliado para outras disciplinas. No campo da Geografia, as discussões sobre pobreza e marginalização se situavam na constatação dos enormes problemas derivados do processo de metropolização do Brasil. As discussões apontavam de um lado para o processo de aglomeração populacional nas grandes cidades – notadamente no sudeste brasileiro, atrelado a ausência de políticas públicas capazes de gerar boas condições de vida e justiça social nas metrópoles. O resultado desse processo era a formação de um cenário que colocava a cidade como um “pólo de pobreza”, diretamente associado a uma das facetas da crise urbana brasileira: a violência (SANTOS, 1994:10). No entanto, como nos mostra MISSE (1995), a correlação entre pobreza e criminalidade já fora bastante criticada por diversos autores anteriormente (COELHO, 1978; PAIXÃO, 1982; ZALUAR 1985 & 1994). Seja pelo viés das teorias das “classes perigosas”, ou mesmo pela “teoria da marginalidade”, a crítica a esta associação encontra sua força principalmente em argumentos derivados da não constatação direta e causal entre estas duas categorias⁴¹.

No caso dos trabalhos referentes ao tema na cidade do Rio de Janeiro, existe pelo menos há 60 anos estudos que mostram um perfil dos mais humildes divergente de qualquer tentativa em associar pobreza com o crime. De acordo com VALLADARES (2005:70), o Recenseamento Demográfico de 1950, realizado por Alberto Passos Guimarães, já mostrava claramente que a população favelada carioca era composta em sua maioria por moradores que trabalhavam e estavam integrados regularmente à vida social da cidade. Um estudo posterior, realizado pela equipe da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), corroborava com a visão anterior trazida pelo recenseamento do IBGE, ao desmistificar a ideia da

⁴⁰ Para uma leitura sobre tais discussões, ver a revisão bibliográfica contida em VALLADARES (2005 p. 126 e segs.).

⁴¹ MISSE (1995:4) sintetiza os três principais argumentos críticos a associação entre pobreza e criminalidade como: a) o limitado contingente de pobres que se envolve diretamente em alguma atividade criminosa; b) a esmagadora maioria dos presos ser de pobres, pretos e desocupados derivar do fato da polícia tender a criminalizar de antemão os pobres, que no caso brasileiro são constituídos em sua grande maioria por negros; c) o pequeno número de pobres que declaram algum tipo de identificação com a “carreira criminosa”.

favela como local de moradia exclusiva de “bandidos e malandros”⁴². A importância de tais estudos foi inaugurar uma abordagem diferente no tocante às políticas públicas voltadas para os pobres urbanos. A ideia de superação da pobreza e “integração” dos pobres, tão cara ao projeto das UPPs, não é algo novo, em especial se levarmos em conta uma perspectiva espacial, ou seja, de “integração” dos seus espaços de moradia e trabalho. O discurso do atual governo sobre a necessidade de construir uma “cidade inteira” se inscreve em uma tradição de longa data, que com maior ou menor força apareceu na agenda do Poder Público pelo menos nos últimos 60 anos. Mas de onde exatamente partiu a ideia de “integrar” os pobres não só socialmente, mas sócio-espacialmente ao restante da cidade?

2.2.1 – Sobre as origens da “integração”

Como apontado introdutoriamente no final da seção anterior, as ações voltadas para os pobres experimentaram, na década de 1950, uma importante mudança através de uma visão mais “humanista” da pobreza trazida pela Igreja Católica. As iniciativas do clero serão aprofundadas a partir de 1955, quando é fundado um novo órgão para dar conta dos favelados: a Cruzada São Sebastião. As iniciativas para os pobres, antes responsabilidade da Fundação Leão XIII, foram perdendo fôlego ao longo do tempo, notadamente pelas mudanças no comando administrativo da então capital federal do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro⁴³. Tal fato levou os católicos a investir na criação de uma outra frente de atuação nas favelas. De modo geral, a Fundação e a Cruzada tiveram ações que muitas vezes foram operacionalizadas complementarmente. Mas a nova instituição da Igreja trazia algumas diferenças e certos *refinamentos* quanto às iniciativas realizadas até então. A Cruzada São Sebastião introduziu um elemento novo na discussão, que dizia respeito justamente à “integração” dos favelados. Enquanto a Fundação pregava um trabalho de assistência social, de maneira a promover uma “elevação moral e cultural” dos pobres, a Cruzada pretendia transformar as favelas em bairros, de maneira a integrá-los à vida cotidiana do restante da cidade. Na visão de VALLADARES (2005:77), a Cruzada São Sebastião foi responsável por lançar as sementes do que

⁴² O estudo intitulado “Aspectos humanos da favela carioca” é tido até hoje como uma das mais exaustivas análises sobre as favelas cariocas. O “relatório SAGMACS” – que continha na sua equipe de elaboração nomes como o Padre Lebrete e José Arthur Rios, teve forte impacto sobre a maneira de se pensar a favela no Brasil, sendo uma referência constante nos livros e artigos dos autores que se debruçam sobre tal problemática. Uma análise pormenorizada do relatório pode ser encontrada em VALLADARES (2005) pp. 74-118.

⁴³ A Fundação Leão XIII havia sido criada em 1947 com o apoio de políticos ligados à UDN (União Democrática Nacional). Ao longo dos anos seguintes, a coligação entre o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PSD (Partido Social-Democrata) havia aumentado sua importância política na capital federal, assumindo a prefeitura da cidade e boa parte do parlamento. O esvaziamento político da Fundação fez com que a Igreja criasse a Cruzada São Sebastião para dar continuidade aos seus serviços, de maneira a manter seu alinhamento com os políticos que comandavam a máquina administrativa do governo a partir daquele momento (VALLA, 1986:64).

hoje se chama de *urbanização de favelas*, outro ponto importantíssimo dentro da agenda do Poder Público no projeto da “pacificação”. O artigo 2º dos Estatutos da Cruzada São Sebastião versa justamente sobre esse objetivo:

“promover, coordenar e executar medidas e providências destinadas a dar solução racional, humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro; (...) mobilizar os recursos financeiros necessários para assegurar condições satisfatórias de higiene, conforto e segurança, moradia estável para famílias faveladas; colaborar com a *integração* dos ex-favelados na vida normal do bairro da Cidade; colaborar com o Poder Público e com entidades privadas em tudo aquilo que interessar à realização dos objetivos acima enunciados...” (PARISSE, 1969:175-176, grifo nosso).

A nova pauta das ações da Igreja, em parceria com o Estado, não se limita ao esquema da “*integração*” dos favelados na escala local. Na verdade, a agenda da “*integração via urbanização*” era uma das discussões centrais dentro da abordagem chamada de “Desenvolvimento de Comunidade” (ou “Desenvolvimento Comunitário”), que chegava às cidades brasileiras a partir da segunda metade dos anos 50. Institucionalizado por organismos internacionais como a ONU, OEA, UNESCO, etc., após a 2ª Guerra Mundial, o “Desenvolvimento de Comunidade” era uma estratégia que objetivava mitigar a situação de pobreza dos países pobres do mundo, sendo instaurado em um momento histórico em que a hegemonia da ordem geopolítica era disputada entre os Estados Unidos e a União Soviética. Tal abordagem pode ser entendida como uma estratégia operacionalizada pelos EUA através dos organismos internacionais supracitados, para expandir e manter sua área de influência dentro de uma ordem mundial bipolarizada (AMMANN, 1987:29). A base teórica da abordagem parte de um visão “harmônica” da sociedade, onde a cooperação e o equilíbrio entre o todo social são fundamentais para se dar conta dos objetivos propostos. A ONU em 1956, em meio ao esforço de propagandar tal abordagem pelo mundo, definiu o “Desenvolvimento de Comunidade” como:

“o processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, *integrar* essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a *contribuir* plenamente para o progresso do país” (AMMANN, 1987:32, grifo nosso).

De acordo com a definição, percebemos que a abordagem do “Desenvolvimento de Comunidade” parte da conjugação entre as ações da comunidade e as do poder público. O papel do Estado passa a ser “mapear” o que a comunidade faz, para que a partir daí ele possa agir no sentido de potencializar e direcionar tais iniciativas em prol do seu desenvolvimento. A *participação* da

comunidade dentro do processo é assim muito importante, pois sem ela a ação do Poder Público não funciona. A participação consiste destarte em estimular permanentemente a comunidade em escolher quais são suas necessidades, para que assim o Estado possa propor e realizar iniciativas de resposta a elas. Para BEZERRA (1978:69), o que importava quanto à questão da “participação popular” na abordagem do “Desenvolvimento de Comunidade” era que as próprias comunidades adquirissem uma espécie de “mística” quanto à sua autopromoção, ou seja, que tivessem a impressão de estar de fato decidindo sobre os seus próprios destinos. No caso brasileiro, tendo em vista o caráter muitas vezes tecnicista e autoritário das ações do poder público, nunca ficou muita clara como se daria esta participação. Na prática, como argumentam autores como VALLA (1986) e SOUZA (2008), a participação popular “à brasileira” se solidificou numa posição segundo a qual ela se restringe, via de regra, na execução de uma proposta já previamente feita pelo Estado.

Em todo caso, o “Desenvolvimento de Comunidade” ganha assim com a Cruzada São Sebastião sua experiência-piloto nas cidades brasileiras. Entre 1956 e 1960 ela promoveu a melhoria das ligações de luz em 51 favelas, urbanizou algumas outras como o Morro Azul e o Parque da Alegria, além de construir a Cruzada São Sebastião no Leblon, para receber os moradores removidos da favela da Praia do Pinto. A construção da Cruzada nos parece muito importante por dois motivos. Em primeiro lugar, por ela marcar a primeira experiência de alojamento dos favelados em local próximo de onde moravam anteriormente (VALLADARES, 1978:23). Em segundo lugar, porque a forma de atuação da Igreja e do Estado dentro dos novos locais de moradia nos revela como a abordagem do “Desenvolvimento de Comunidade” se operacionalizava na prática. Depois que os moradores eram alocados em seus respectivos apartamentos, as assistentes sociais eram chamadas no intuito de mobilizar a população, procurando orientá-la na sua nova vida “pós-favela”. A orientação consistia em, na maioria das vezes, fazer com que os moradores adotassem hábitos e formas de convivência social que estivessem de acordo com sua nova posição dentro da sociedade. Nas palavras de VALLA (1986:72): “O apelo à participação da população traduzia-se na prática em todo um trabalho de persuasão da população no sentido de levá-la a aceitar e implantar um novo *modus vivendi*”. Grosso modo, a Cruzada tomou a favela enquanto nova “fronteira civilizatória” a ser conquistada pela cidade.

É importante ressaltar que a inclusão aí parte de um princípio fundamentalmente exclusivo: o do próprio modo de vida dos favelados. Mas não é só isso. O que estava em jogo era todo um conjunto de práticas espaciais dos moradores, assim como a maneira como eles mesmos produziam o espaço da cidade. “Integrar” e “desenvolver” a comunidade eram os objetivos, mas deixar de lado aquilo que não fosse compatível com a ideologia que permeava do “Desenvolvimento de Comunidade” era necessário. A melhoria nas condições de vida seria decorrência da passagem de

uma classe social para outra, não sendo feita pelo caminho de uma transformação estrutural da sociedade, mas, por outro lado, pela incorporação das normas de convívio social, morais e cívicas tidas como únicas e legítimas pela ideologia dominante. É a crítica dirigida por AMMANN (1987:32) à tal proposta de “integração”, quando a autora argumenta que ela é concebida segundo uma visão acrítica e aclassista da sociedade, que despolitiza o trabalho social e não realiza nenhuma crítica às estruturas responsáveis pela geração de desigualdades e miséria. Se deseja “melhorar” a vida da favela, substituindo a crítica dos processos que a geraram por um manto tecido por outros interesses, valores e objetivos.

Os pressupostos da “urbanização” e da “integração” de favelas lançados pela Igreja serão logo incorporados pelo Poder Público, quando em 1961 eles passam a fazer parte das ações do SERFHA⁴⁴. A incorporação dos pressupostos do “Desenvolvimento de Comunidade” pelo SERFHA partiram da já comentada publicação do estudo realizado pela equipe do SAGMACS em 1960. Sua elaboração serviu como uma espécie de “ligadura” entre as concepções da teoria “comunitária” do desenvolvimento e as ações do Poder Público para as favelas. Na década de 50, Arthur Rios, um dos responsáveis pelo estudo, já era um dos principais intelectuais brasileiros da área (AMMANN, 1987 p. 37 e segs.), tendo publicado o livro “Educação dos Grupos” em 1957, uma das referências a tratar do tema. O relatório procurava chamar atenção do governo, da opinião pública e dos especialistas para o problema das favelas, apresentando soluções pautadas pelo desenvolvimento, a partir das ações dos próprios moradores, de políticas para melhoria das condições de vida dos favelados.

O que o relatório SAGMACS faz e que posteriormente será incorporado nas políticas da SERFHA é uma tentativa de trazer os elementos do “Desenvolvimento de Comunidade” para o contexto político-econômico que o país vivia naquela época. O Brasil dos anos 50 experimentava um rápido processo de urbanização e crescimento econômico, animado pela doutrina do “Desenvolvimentismo” do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). A noção de integração das populações pobres ao modelo de desenvolvimento nacional era bastante cara à teoria “comunitária” do desenvolvimento, como vimos na sua definição exposta pela ONU anteriormente. Na sua adaptação à realidade brasileira, ela foi implementada ainda na década de 50 pioneiramente no campo, dentro do quadro do “avanço tecnológico” trazido pela “Revolução Verde”. Já nas cidades, toda a preocupação de “integração” dos pobres urbanos fez da favela o espaço de atuação por excelência dos técnicos à serviço de tal abordagem, em especial os assistentes sociais, devido à incorporação do “Desenvolvimento de Comunidade” como disciplina nos cursos superiores desta carreira (BEZERRA, 1978). Não é exagero sublinhar que a ideia de integração das populações

⁴⁴ O sentido do termo “urbanização” aqui deve ser entendido como o de fornecimento de serviços urbanos e melhoramento da infraestrutura. Tal visão era bastante comum durante os anos 60 e 70, sendo o fio condutor das ações tanto do Estado quanto da Igreja. Ver sobre o referido sentido do termo LEEDS & LEEDS (1978).

pobres do campo e da cidade por esse viés possui profunda articulação com as diretrizes econômicas do governo na época, que trabalhando sob a ótica “Desenvolvimentista” de J.K., procurava “modernizar” as bases econômicas como salvaguarda da “paz social” – entendida aqui através da contenção do comunismo e de outras “ideologias exóticas”, que ainda persistiam em rondar os pobres brasileiros na época (AMMANN, 1987:43). Além disso, a ideia de superação da pobreza poderia trazer preciosas contribuições no campo da “segurança pública”, já que um país com menos pobres poderia supostamente, como se acreditava na época, produzir um país com menores índices de violência. É importante frisar, no entanto, que a articulação entre a proposta de “harmonia social” positiva do “Desenvolvimento de Comunidade” com a ideia de harmonia que pregava o “Desenvolvimentismo”, ou seja, do povo unido, em prol do “progresso nacional”, era uma importantíssima ferramenta ideológica para o governo na época. Da mesma forma, é muito interessante percebermos como a articulação presente entre as ideologias dos dois projetos encontram alguns “ecos” no atual programa de “pacificação” de favelas. A pauta atual de ocupação policial atrelada à iniciativas “sociais” nos parece mais uma tentativa de, ao mesmo tempo, “integrar” os pobres urbanos ao modelo de “desenvolvimento” nacional do país, assim como paralelamente desenvolver novas estratégias de controle social sobre eles. Não é por acaso que um dos objetivos do modelo econômico aplicado na última década pelo Partido dos Trabalhadores (PT) seja, em primeiro lugar, a geração de renda e crescimento econômico pela integração dos segmentos de baixa renda à economia nacional. E não é por acaso também que o lema do Governo Federal, nas últimas duas gestões, tenha ressaltado justamente esta estratégia através de dois sugestivos *slogans*: “Brasil: um país de todos” no Governo Lula (2002 – 2010); “Brasil: país rico é país sem pobreza” no governo Dilma Rousseff (2010 – 2014). Em um momento em que se fala de um “Novo Desenvolvimentismo” no Brasil, a preocupação com a “integração” dos pobres em escala nacional ganha importância e é reverberada nas iniciativas do Poder Público em escala local⁴⁵.

Por outro lado, a década de 1960 irá marcar profundamente não só a pauta de preocupações com a “integração” dos pobres, como também mudanças que se articulam com o campo da “segurança pública”. O Golpe civil-militar de 1964 representa uma ruptura no tocante a essas duas questões. A mudança não se deu somente no campo da ação do Estado, que passou de uma visão mais “humanista”, influenciada pela Igreja e pelo “Desenvolvimento de Comunidade”, para o recrudescimento através do uso direto da força e da violência sobre a maneira de tratar a pobreza. O Golpe simbolizou, do ponto de vista das políticas públicas voltadas para as favelas, todo um esforço para reprimir o movimento de crescente mobilização e politização popular dos seus moradores, capaz de criar canais de expressão política e novas formas de resistência aos mecanismos de

⁴⁵ Sobre o conceito de “Novo Desenvolvimentismo” ver o artigo de FIANI (2012)

controle social do Estado. A repressão aos favelados durante os “anos de chumbo” irá lançar também os germes de um processo que vai, ao longo das décadas seguintes, agravar-se na cidade do Rio de Janeiro, no que diz respeito ao uso cada vez maior das Forças Armadas nas questões de “segurança pública”. É a tendência de militarização das políticas de combate ao crime, que começaram já nesta época a se articular com a urbanização de favelas, chegando aos moldes dos dias atuais.

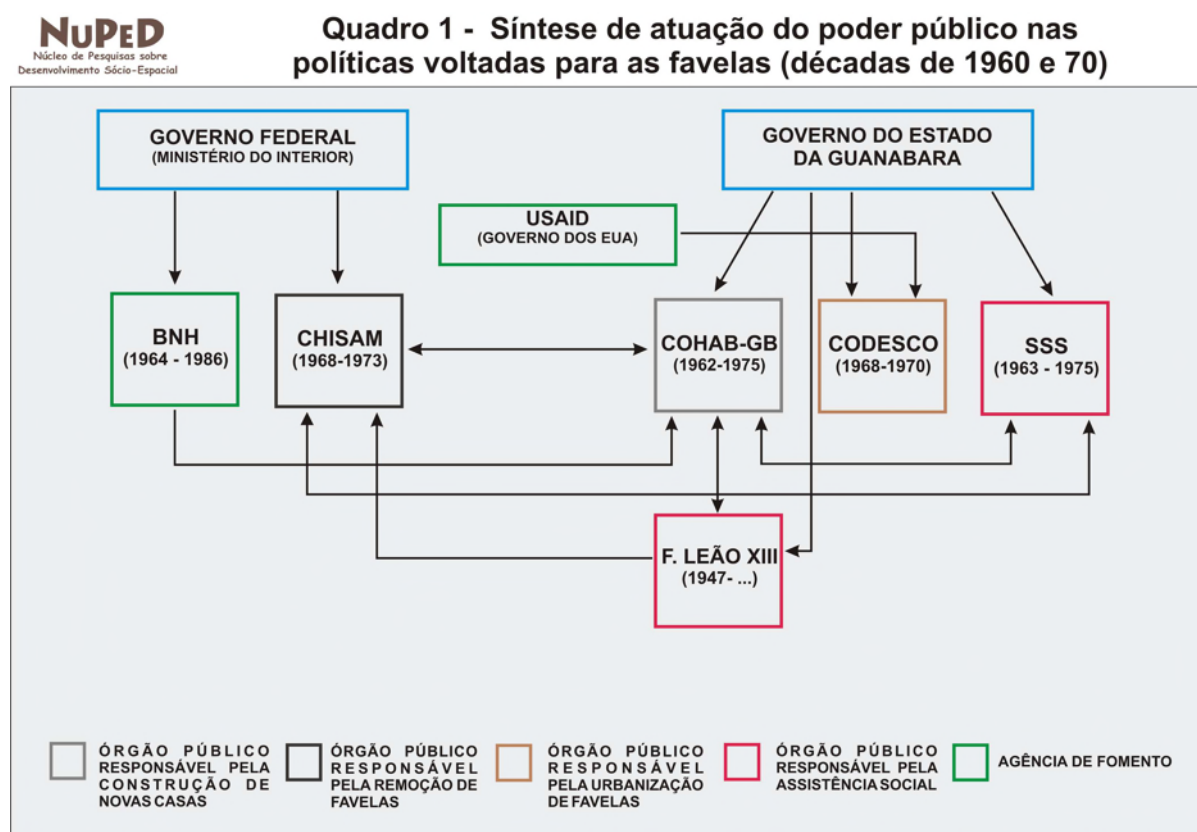
A retomada do tratamento violento à pobreza, aliada ao desenvolvimento de mecanismos de controle social autoritários, vão ganhar corpo através da volta do projeto de remoção sistemática de favelas na cidade do Rio de Janeiro. A vitória das forças pró-remoção se deve principalmente ao rearranjo político que golpe de 64 proporcionou. Sem a necessidade de contar com o apoio favelado para o voto, como acontecia antes da ditadura, o governo passou a tomar atitudes mais duras no tocante às remoções, desalojando moradores de favelas e reprimindo qualquer tipo de resistência ao projeto. O programa “remocionista” foi articulado por diferentes organismos públicos, que foram criados ou refuncionalizados pelo governo militar após 1964. Não é nosso objetivo fazer uma análise pormenorizada do projeto, uma vez que ela já fora feita em trabalhos anteriores como PEARLMAN (1981), ZALUAR (1985) e principalmente VALLADARES (1978). No entanto, acreditamos ser importante um panorama geral sobre o quadro político-institucional da época, para que possamos compreender melhor como foi possível operacionalizar essa nova forma de urbanização, assim como sua articulação com o processo de militarização das questões de “segurança pública”.

O eixo nevrálgico da política para as favelas no período pós-64 é criado pela parceria entre a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB-GB) e a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM). A COHAB, criada em 1963 em substituição ao antigo SERFHA, tinha como função construir casas populares para pessoas de baixa renda. Nos primeiros anos de funcionamento o órgão teve participação tímida nas políticas voltadas para os favelados, principalmente devido à falta de recursos por parte do Estado. Mas quando o Banco Nacional de Habitação (BNH) passa a contar com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1967, ele assume a responsabilidade de financiar diretamente a construção de casas pela COHAB-GB. No outro pilar que sustentava o projeto estava a CHISAM, o órgão responsável pela remoção das casas a partir de 1968, que substituíra a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), última barricada de resistência ao modelo “remocionista” no estado⁴⁶. Em relação à mediação social, dois órgãos ficaram responsáveis

⁴⁶ A criação da CODESCO foi feita durante o governo Negrão de Lima em 1968, a partir de verba proveniente da agência de fomento norte-americana USAID. Ela é mais um capítulo do rosário de ambiguidades e complementariedades sobre as políticas para as favelas cariocas. Enquanto o Governo Federal procurava direcionar seus

por prestar assistência aos moradores durante o processo de remoção e instalação na nova casa. De um lado estava a Fundação Leão XIII – que havia sido incorporada à COHAB-GB e que estava agora alinhada à forma de atuação do governo, além da Secretaria de Serviço Social (SSS) – órgão criado pelo governo já em 1963 para fazer a mediação social antes feita pelo SERFHA. É desta forma, ou seja, através da criação, extinção e modificação na linha de atuação de alguns órgãos, que tornou-se possível abrir caminho para uma estratégia de controle mais autoritário por parte do governo.

No quadro-síntese abaixo, procuramos construir um esquema gráfico para auxiliar o leitor a compreender a forma como os diferentes órgãos públicos se relacionavam, assim como a função de cada um no referido período. O esquema foi baseado naquele previamente construído por VALLADARES (1978:36), mas com a adição de algumas informações extraídas de PARISSE (1969), PEARLMAN (1981), VALLA (1986) e ZALUAR (1985):



Elaborado por Eduardo de Oliveira Rodrigues, janeiro 2013,
a partir de esquema gráfico contido em VALLADARES (1978)

esforços para a linha das remoções de favelas, o governador da Guanabara, único governador de oposição eleito em todo o Brasil, tentava, na pouca margem de manobra que lhe restou, continuar com as políticas de urbanização do período anterior. A CODESCO teve atuação limitada, conseguindo implantar seus projetos de urbanização em três favelas: Brás de Pina, Morro União e Mata Machado, tendo concluído as obras de urbanização nas duas primeiras. As contradições entre as políticas da Guanabara e da União todavia terminaram quando o governo militar cria a CHISAM e fortalece a COHAB-GB através do BNH. Isolado politicamente, Negrão de Lima não conseguiu esboçar reação à ofensiva “remocionista”, tendo que aceitar a unificação das políticas para as favelas sob o prisma da “remoção”. Para maiores informações sobre as ações da CODESCO, ver a obra de SANTOS (1981), que contém um rico relato da experiência do autor na urbanização da favela de Brás de Pina.

Além do rearranjo político-institucional causado pela ascensão do governo militar, a linha-dura seguida nas políticas para as favelas deriva da conjunção de dois fatores complementares, que lograram em colocar os favelados novamente enquanto “mal” a ser extirpado da cidade: sua capacidade de mobilização política e a localização de suas moradias – fixas muitas vezes em áreas de enorme valor para o capital imobiliário. O movimento de favelas dos anos 60 teve como principal expoente a fundação da Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG) em 1963. A federação e sua militância política foram fundamentais para a construção de uma frente de resistência às tentativas de remoção empreendidas, que culminaram com a formulação do famoso slogan do congresso da FAFEG de 1968: *“urbanização sim, remoção nunca!”*. As ações práticas da FAFEG, como nos lembra PEARLMAN (1981), se deram diretamente na resistência ao processo de remoção de favelas principalmente na Zona Sul da cidade, região de maior valor para o capital imobiliário e palco das maiores intervenções do Poder Público na época⁴⁷. A favela Jardim América, por exemplo, só foi removida debaixo de tiros e estilhaços de balas por parte da PMERJ, assim como a favela da Praia do Pinto só conseguiu ser removida – após alguns episódios de feroz resistência por parte dos moradores, por um incêndio criminoso que a destruiu em 1969. A ação mais energética das autoridades oficiais contra os favelados se deu na remoção de outra favela no mesmo ano – A Ilha das Dragas, que resultou na intervenção militar direta no conflito com a prisão de inúmeros líderes da FAFEG pela polícia (VALLA, 1986, pp. 99-100). O espiral de resistência dos favelados levou a Federação a ser dissolvida no final dos anos 60, sendo a partir de então obrigatório para todas as associações de moradores o cadastro na nova célula de controle social durante o governo militar: o SSS.

O processo de remoção de favelas vai assim exercer um importante papel no que diz respeito à desarticulação das relações de apoio, solidariedade e mesmo mobilização política entre os favelados. Com as remoções, os moradores eram muitas vezes direcionados para conjuntos habitacionais diferentes, em bairros distantes uns dos outros. As redes de solidariedade, organização e mobilização política que haviam sido construídas previamente eram rompidas por conta do isolamento espacial de cada membro da rede (PEARLMAN, 1981 pp. 257 e segs.). A separação favorecia não só o controle do Estado sobre a população favelada, como também a vigilância atenta da rearticulação de novas redes através do SSS – órgão responsável tanto por dar assistência aos moradores despejados em sua nova vida nos conjuntos habitacionais, quanto por

⁴⁷ Na visão de VALLA (1986), mesmo o projeto “remocionista” tendo ficado muito aquém dos seus objetivos iniciais, ele conseguiu ser extremamente vantajoso tanto para os grupos empresariais ligados aos setores da construção civil, assim como para os grupos financeiros ligados à especulação imobiliária. As construtoras receberam um impulso econômico razoável com a construção dos conjuntos habitacionais nas periferias urbanas através das obras, assim como o capital imobiliário recebeu estoques consideráveis de terras “livres” em regiões extremamente valorizadas do Rio de Janeiro, na já citada Zona Sul da cidade.

organizar as associações de moradores nas favelas restantes. Mesmo de maneira indireta, a postura “remocionista” potencializou os mecanismos de controle social que já existiam sobre os pobres urbanos, uma vez que ela veio associada aos mecanismos de *segregação induzida* (CORRÊA, 1995).

2.2.2 – Sobre as origens da militarização

A brutal dissolução da FAFEG pelo uso direto da força militar assinalou mudanças quanto à posição que as favelas ocupavam nas preocupações do Poder Público até então. Elas passaram a ser colocadas como uma questão não só de “segurança pública”, sendo seu tratamento limitado às ações da polícia. Agora, as favelas eram vistas também como um problema de “segurança nacional” do Estado, passando o seu controle a ser responsabilidade também das Forças Armadas. Não é à toa que alguns militantes da FAFEG, presos durante o conturbado período de dissolução da Federação, tenham passado a fazer parte dos registros do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) – órgão ligado diretamente ao Serviço Nacional de Informação (SNI). Mas esse fato não nos permite dizer que a “militarização” das políticas de “segurança pública” tenha sido uma invenção do regime militar. Via de regra, as ações repressivas sobre os pobres foram realizadas sob esta ótica, a exemplo da quase “operação militar” empreendida no episódio de remoção do “Cabeça de Porco” (CHALHOUB, 1996), ou mesmo ao longo das décadas posteriores, quando as favelas se consolidam na paisagem da cidade do Rio de Janeiro (SAGMACS, 1960). A militarização da problemática social na cidade do Rio de Janeiro sempre foi uma constante. No entanto, um ponto aqui deve ser visto com bastante atenção. O fato da favela ser tomada enquanto uma questão de “segurança nacional” pelos militares marca uma diferença em relação ao período anterior, pois a partir desse momento ela passa ser vista enquanto ameaça não só por um viés burguês, que a enxergava como uma espécie de antítese estética e moral da cidade. Nesse novo contexto, a favela passa a ser vista enquanto uma ameaça à “segurança” não só da cidade, como também à “segurança” do próprio país. O “inimigo interno” nacional encontra assim na figura do favelado uma fôrma – que se aplicava também aos militantes opositores ao regime militar, perfeitamente simétrica ao que o governo considerava enquanto “ameaça”. Essa visão ganhará ainda mais força nas décadas seguintes, quando as favelas além de serem espaços potencialmente “subversivos” politicamente, passam a ser territorializadas também pelo tráfico de drogas de varejo. A visão dos pobres enquanto “classes perigosas” passa a ser indexada à figura do “inimigo interno” pelo regime militar, tornando a criminalização da pobreza um exercício praticado em prol da “segurança nacional” durante o período.

A militarização possui profundas raízes sobre a formação dos quadros da PM carioca. O adjetivo “militar”, que hoje acompanha o nome da polícia, já nos fornece um indício de que o militarismo sempre se apresentou como um “espectro” verde-oliva a rondar a instituição. Os próprios títulos, as patentes e a hierarquia da polícia são fortemente inspirados nos moldes militares. Podemos dizer, grosso modo, que na teoria não existe “policiais” na PM do Rio, mas sim soldados, cabos, capitães, coronéis, etc⁴⁸. A obra de HOLLOWAY (1997) nos mostra diversos exemplos da proximidade entre a polícia e o exército desde os seus primórdios. Nos atentemos a dois deles. Em primeiro lugar, era muito comum o intercâmbio entre os quadros da polícia e do Exército. Os policiais tido como indesejáveis eram com frequência enviados para o serviço no Exército regular – mal remunerado, tido como mais rígido e em geral menos desejável – em troca de recrutas do Exército selecionados por terem as qualidades requeridas. Em abril de 1848, por exemplo, a Polícia Militar trocou 34 soldados por um número igual de praças do Exército de “bom comportamento” (HOLLOWAY, 1997:164). Da mesma forma, outro exemplo interessante que corrobora sobre a íntima relação entre as duas corporações nos remonta ao papel que a polícia exercia nas questões referentes à “segurança” da cidade e do país. Na campanha do Paraguai, a PMERJ foi chamada enquanto força auxiliar do Exército, recebendo a designação de 31º Batalhão Voluntário. Ela serviu como unidade de infantaria na linha de frente da guerra até as hostilidades entre os dois países cessarem em 1870 (*idem*, p. 215).

Essa proximidade, muito presente ao longo da existência das duas corporações, irá criar, na visão de MUNIZ (1999), uma crise de identidade na polícia. Essa crise diz respeito à falta de clareza sobre o papel dela nas questões de “segurança pública”, uma vez que o seu modelo organizacional, assim como seus métodos de abordagem policial, encontram-se alinhados à lógica do combate, ou seja: eles são moldados segundo o modelo militar cuja função primordial é a guerra. Para SILVA (1990), as categorias “segurança interna” e “manutenção da ordem” no Brasil alinham-se historicamente como sendo responsabilidade tanto da polícia quanto do Exército. A diferença no emprego de uma corporação ou outra se dava muitas vezes pela necessidade de força aplicada para

⁴⁸ Os quadros da PM são divididos em dois níveis distintos, que possuem métodos de acesso próprios, assim como atribuições e objetivos diferentes. A rígida hierarquia na organização e no comando faz com que a nomenclatura adotada nos dois níveis seja muito semelhante aquela do Exército regular. Na parte baixa da hierarquia, temos o “círculo das praças”, acessado mediante concurso público de nível médio organizado pelo Centro de Recrutamento e Seleção de Praças (CRSP), com o objetivo de formar quadros da PM para o policiamento ostensivo. Nele, o policial vai transitando pela hierarquia interna através dos postos de Soldado, Cabo, Terceiro, Segundo e Primeiro Sargento, atingindo posteriormente o posto máximo entre os “praças” de Subtenente. Já no “círculo dos oficiais”, o acesso é feito mediante concurso público de nível médio, realizado através do vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com o objetivo de formar os quadros de comando e chefia da corporação. Na parte alta da hierarquia, o policial deve, após aprovado no concurso, realizar primeiramente um curso de capacitação na Academia de Polícia D. João VI, onde durante os três primeiros anos ele recebe o cargo de Aluno Oficial. Se aprovado, ele passa por um período de estágio probatório de seis meses, recebendo a patente de Aspirante Oficial. Passado este período, o policial aprovado transita pela hierarquia interna entre os postos de Segundo e Primeiro Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel e finalmente Coronel. Todas as informações constam no quadro da PM/1 – Estado Maior e no CRSP (<http://www.pmerj.rj.gov.br>).

a resolução do conflito. Se, por um acaso, diante de alguma ameaça, a polícia se mostre incapaz de agir e acabar com o problema, as forças de defesa entrariam em ação para reforçar o papel da polícia, ou até mesmo para agir diretamente dependendo da situação. A indistinção entre as funções do exército e da polícia, que experimentaram no período do regime militar brasileiro o seu ponto mais crítico, já eram legalmente previstas e mesmo estimuladas nas Constituições brasileiras pós-republicanas anteriores ao Golpe de 64. Essa indistinção já aparece, à guisa de exemplo, nas Constituições de 1934 e 46. No artigo 167 da Constituição de 1934, as PMs são definidas como “reservas do Exército”, passando a “gozar das mesmas vantagens a este atribuídas, quando mobilizadas ou a serviço da união”. Ainda segundo a lei nº 192 de 1936, que complementava o capítulo sobre “Segurança Nacional” da Constituição da época, as polícias militares deveriam ser estruturadas à imagem e semelhança das unidades de infantaria e cavalaria do Exército regular (MUNIZ, 1999 p. 70-71). Mais de dez anos depois, já na Constituição de 46, a subordinação das PMs ao Exército é reforçada, quando as polícias são alocadas dentro do capítulo destinado às “Forças Armadas” da Carta. O artigo 183 deixa clara a subordinação, quando à PM é dada a responsabilidade de zelar pela “segurança interna e manutenção da ordem nos estados, territórios e no distrito federal”. Ademais, a Carta previa que as polícias militares, em conjunto com os bombeiros, deveriam ser “forças auxiliares, reserva do Exército” (MUNIZ, 1999:71). A Constituição de 46, neste sentido, além de reforçar a posição das polícias como uma força de apoio às ações do Exército, regulamentava também sua função como garantidora da “segurança interna”. A própria ordem como os termos aparecem no texto – “segurança interna” seguida de “manutenção da ordem”, nos mostra qual era a principal prioridade da polícia. É de se supor que fosse feito todo um esforço para de fato emoldurar as PMs dentro da doutrina do Exército, já que elas deveriam desempenhar papel semelhante. A Constituição permitiu o delineamento de uma linha contínua que perpassava a manutenção da ordem, a segurança interna e a defesa nacional.

Mesmo se considerarmos a maneira como se deu a militarização da “segurança pública” vista até aqui, é sem dúvida durante o período da ditadura civil-militar que ela ganhará as linhas que pautarão majoritariamente as estratégias da polícia no combate ao crime da atualidade. Retornando a CERQUEIRA (1996), o período da ditadura criou uma ideologia militar para a polícia ostensiva, assim como para os mecanismos jurídico-legais da investigação criminal. As PMs, nesse novo contexto, passaram a incorporar com exclusividade as tarefas de policiamento ostensivo. Houve um aumento brutal do controle da União sobre as políticas estaduais de segurança, com a subordinação das PMs sendo feita não mais ao Ministro da Justiça, mas sim à recém-criada Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), um órgão pertencente ao Exército e que até hoje fiscaliza o trabalho das PMs em todo o país. A segurança, antes atribuição dos estados da federação, passou a ser

responsabilidade primordial da União, seguindo a lógica do governo de atrelar a “segurança interna” à “Doutrina da Segurança Nacional”. Uma outra mudança foi a integração das polícias militares aos serviços de informação e contra-informação do Exército. A criação de um serviço reservado da PM, chamado comumente de PM-2, objetivava a produção de informações voltadas principalmente para a “segurança interna”. Até hoje, como as PMs encontram-se ainda subordinadas ao IGPM, as informações produzidas pela corporação são apropriadas pelo Exército. É nesta época também que surgem os diversos grupos de “operações especiais” da polícia, como, no caso do Rio de Janeiro, do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e do Batalhão de Choque (BPChq), criados em 1978 e 1968 respectivamente. A lógica de criação das divisões especiais da PM era dar conta de um problema que incomodava os militares: a guerrilha urbana e rural do Brasil pós-64. O controle dos “insurgentes”, vistos enquanto “inimigos internos” da pátria, era atribuído às operações da polícia que tomavam o campo e as cidades como o território a ser conquistado e garantido para a “segurança” do país. O combate aos guerrilheiros era a face interna da geopolítica brasileira durante o período. Hoje em dia, o papel de “inimigo interno” do tráfico de drogas de varejo será o tom que marcará a o desenvolvimento da geopolítica interna do país, em especial na sua dimensão urbana.

Mas de que maneira as preocupações dos militares com “segurança pública” ganharam materialidade após o período da ditadura? A volta de uma democracia representativa formal trouxe alguns avanços na “desmilitarização” da “segurança”? Do ponto de vista constitucional, ZAVERUCHA (1998) argumenta que na Carta de 1988 as cláusulas relacionadas às Forças Armadas, polícias militares estaduais, sistema judiciário militar e de “segurança pública” em geral permaneceram praticamente as mesmas da Constituição autoritária de 1967. Na nova constituição, sob o título “Da defesa do Estado e das instituições democráticas”, encontram-se três capítulos: I) “Do estado de defesa e do estado de sítio”; II) “Das Forças Armadas”; III) “Da Segurança Pública”. Houve uma continuidade entre as duas Constituições, na medida em que a nova Carta coloca sob um mesmo título o tratamento de questões diferentes como “segurança interna” e “pública”. Como se não bastasse, o artigo 142 do Capítulo II do título V da Constituição de 1988 constitucionaliza a militarização das políticas de “segurança pública”, ao atribuir às Forças Armadas o papel de “defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, *por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem*” (grifo nosso). Como nos lembra novamente ZAVERUCHA (2010:27), não podemos esquecer que “ordem” não é um conceito neutro, de maneira que sua definição operacional reflete as estruturas políticas e ideológicas dominantes. Definir o que é “ordem” e “desordem” envolve uma ponderação de cunho ideológico, que está sujeita a estereótipos e preconceitos sobre aquilo que seria o comportamento desejável/indesejável de determinados indivíduos. Portanto, a definição de “ordem” é um conceito bastante fluído que se relaciona diretamente com a categoria “inimigo

interno”. A articulação entre elas é um dispositivo poderosíssimo, que pode ser usado para justificar o uso e “abuso” das Forças Armadas.

O que também nos salta aos olhos na Constituição de 1988 é que além do eventual uso das Forças Armadas como polícia ser previsto por lei, é possível, ao mesmo tempo, que tanto o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, em qualquer um de seus níveis (nacional, estadual e municipal), possam requerer que elas garantam os poderes constitucionais e a “lei e a ordem”. Em outras palavras, como chama a atenção OLIVEIRA (1994), a situação se configura em um absurdo político, pois qualquer um dos mais de cinco mil prefeitos, um dentre os milhares de juízes, um dos 27 governadores, além dos presidentes da República, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal, estão amparados legalmente para a convocar à ação o mais grave instrumento de força estatal: o aparato militar nacional. Não houve uma preocupação maior na constituinte de 1988 em criar mecanismos de maior controle civil sobre as Forças Armadas, uma premissa de qualquer “democracia”, mesmo a liberal. Retornando a ZAVERUCHA (2010), o processo de “redemocratização” brasileiro teve que ser negociado diretamente com os militares através da formação de um pacto informal, onde a volta da democracia eleitoral foi permitida em troca da permanência de enclaves autoritários dentro do Estado. A disposição do “título V” da Constituição abriu caminho para que os militares fossem chamados ao bel-prazer de qualquer um dos três poderes para garantir a “lei e a ordem”⁴⁹.

Além do aspecto jurídico-legal, a “militarização” ganha materialidade também na posição que os militares assumem dentro dos ministérios, órgãos de inteligência e instituições civis no Brasil pós-ditadura. Vejamos alguns exemplos. Em julho de 1999, o presidente FHC criou o Ministério da Defesa (MD) na tentativa de colocar os assuntos militares sob influência e controles civis. Teoricamente, os comandantes militares perdiam sua atribuição enquanto ministros, passando a estar subordinados diretamente ao MD. No entanto, o espaço deliberativo do MD é a reunião do Conselho de Defesa, onde, não por acaso, participam, além do ministro, os chefes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. A medida na prática não retirou os poderes dos militares, uma vez que quem irá de fato decidir os destinos da pasta “Defesa” é uma junta formada por um civil e três militares. O próprio relator do projeto na época, o deputado Benito Gama, não hesitou em afirmar

⁴⁹ Além das intervenções militares já citadas na cidade do Rio de Janeiro, quatro outros casos nos chamam a atenção. Em 1988, a greve dos operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, a pedido de um juiz, foi brutalmente reprimida pelo Exército. Três operários foram assassinados. Em 1995, o Exército volta a ser chamado, desta vez pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), para intervir na greve dos petroleiros da PETROBRAS. Inúmeras refinarias em todo o Brasil são ocupadas pelos militares. Já em 1996, 5.000 homens do Exército bloqueiam uma marcha do Movimento dos Sem-Terra (MST) que ia para Brasília, em protesto contra o massacre de Eldorado dos Carajás. 21 trabalhadores sem-terra morreram no massacre. Em 1997, uma greve por melhores salários dos praças e policiais civis de Minas Gerais termina em enfrentamento direto com o Exército. O governador de Minas na época pediu a intervenção militar. Um soldado da PM mineira morreu durante as hostilidades.

que o novo ministro seria uma espécie de “rainha da Inglaterra”, ou seja, uma peça decorativa manipulada pelas mãos dos militares⁵⁰. Para ZAVERUCHA (2003), a criação do Ministério foi uma manobra política de FHC, no intuito de atender às exigências da ONU no tocante ao desejo do Brasil em garantir um assento no Conselho de Segurança. Mesmo depois de 13 anos de sua criação, a relação entre a presidência da república e o Ministério é tensa, muitas vezes tratada como um “cavalo de batalha” entre militares e civis. A dura carta do general de Exército *Luiz Gonzaga Schroeder Lessa*, escrita no episódio que envolveu a troca no MD entre o ex-ministro *Nélson Jobim* e *Celso Amorim* deixa clara a tensão⁵¹:

“O senhor (o ex-ministro Nélson Jobim), de fato, nunca entendeu e nunca foi compreendido e aceito pela tropa, por faltar-lhe um agregador essencial – a *alma de Soldado*. Sua trajetória no Ministério da Defesa foi a mais retumbante desmistificação daquilo que prometeu realizar. Infelizmente, as Forças Armadas ficaram piores, ainda mais enfraquecidas. Suas promessas de reaparelhamento e modernização não se realizaram. Continuam despreparadas para cumprir as suas missões e, na realidade, são forças desarmadas, só empregadas no cumprimento de *missões policiais*, muito aquém das suas responsabilidades constitucionais. (...) Como no Brasil tudo o que está ruim pode ficar ainda pior, vamos ter que aturar o embaixador Amorim, que por longos 8 anos deslustrou o Itamaraty e comprometeu a nossa tradicional e competente diplomacia. *Sem afinidade com as Forças, alheio aos seus problemas e necessidades mais prementes, com notória orientação esquerdista*, só o tempo dirá se a sua indicação valeu a pena. No fundo, creio mesmo que só *ao Senhor dos Exércitos caberá cuidar das nossas Forças Armadas*.” (Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, 12/08/11, grifo nosso)

Por outro lado, o envolvimento dos militares sobre as agências de inteligências nacionais também é grande. Além do serviço reservado das PMs estaduais (PM-2) estar subordinado ao IGPM, a Agência Brasileira de Informação (ABIN) também está sob controle castrense. A ABIN, criada pela lei nº 9.883 de 1999 em substituição ao Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), é uma agência com moldes semelhantes ao SNI. Assim como o antigo órgão de inteligência era subordinado ao poderio militar, a ABIN é atrelada ao comando do General Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), um cargo de natureza militar. É o chefe do GSI quem efetivamente manda, filtrando quais informações devem chegar às mãos do presidente ou não (ZAVERUCHA, 2006). Dada a influência que os militares possuem sobre o órgão de inteligência, é de se supor que a ABIN mantenha uma racionalidade pautada pela defesa da “segurança nacional”

⁵⁰ Jornal do Brasil, 25/03/98

⁵¹ Carta publicada em inúmeros sítios, entre eles <http://www.claudiohumberto.com.br/artigos/?id=283007>

ainda nos moldes da antiga “Doutrina da Segurança Nacional”, que significa, grosso modo, o combate ao suposto “inimigo interno” do país. A prática da “arapongagem” e perseguições políticas, como nos mostra NÓBREGA JÚNIOR (2010), continuam na ordem do dia para a agência de informações. Segundo o autor, diversos casos ao longo dos últimos anos comprovam tal fato. Ainda em 1998, o ex-presidente Itamar Franco fora investigado pela ABIN quando tentou se candidatar ao cargo de presidente do Brasil pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Dois anos depois, o jornalista Andrei Meireles também foi investigado pela série de reportagens feitas sobre o suposto desvio de verbas da obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, que envolviam o ex-Secretário Geral do Palácio do Planalto Eduardo Jorge Caldas Pereira. Para os agentes da ABIN, o passado de Meireles, com sua ligação ao PCB, a militância no sindicato dos jornalistas e a participação de um congresso sindical em Cuba eram indícios suficientes para qualquer ação suspeita. Mais recentemente, em 2004, a operação Sartiagraha, desencadeada pela Polícia Federal, utilizou informações obtidas através de grampos telefônicos ilegais realizados pela ABIN, uma prática bastante comum feita pelo antigo SNI no período da ditadura civil-militar. A ação da ABIN foi tão grave, que em 2011 o Superior Tribunal de Justiça decidiu anular a ação penal contra o banqueiro Daniel Dantas (incriminado durante a operação Sartiagraha por corrupção ativa), por conta dos métodos ilegais utilizados pela agência de inteligência em parceria com a Polícia Federal.

No campo institucional, a presença do militarismo também é marcante. Vale a pena ressaltar o novo direcionamento que as estratégias de Defesa ganharam a partir de 2008, com a assinatura do plano de “Estratégia Nacional de Defesa” (END). O plano tem como pontos-chave questões como a proteção da Amazônia, o controle das fronteiras, o reaparelhamento da tropa, além de defesa cibernética e recuperação da artilharia antiaérea. O que nos chama mais atenção, todavia, é a preocupação dada no documento ao papel das Forças Armadas nas chamadas operações de “Garantias da Lei e da Ordem”. O documento prevê mudanças no ensino nas escolas militares, antes voltado para a guerra convencional entre Estados. Agora, o aprendizado deverá incorporar os conhecimentos obtidos em operações realizadas nas áreas de fronteira e principalmente nas missões onde as Forças Armadas assumem o papel de polícia (como nas greves das polícias, distúrbios sociais, ocupação de favelas, etc.). É sintomático também o desdobramento da END sobre a formação acadêmica no Brasil. Desde 2010, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) oferece um curso de graduação em “Defesa e Gestão Estratégica Internacional”, voltadas para civis interessados em trabalhar na área. De acordo com a ementa do curso, ele objetiva formar profissionais capazes de gerir e avaliar planos, projetos e ações que se articulem do âmbito nacional ao internacional, com enfoque para a esfera pública seguintes áreas: Guerra e Defesa, Saúde,

Ambiente, Energia, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, Comércio, Finanças e Cultura⁵². Tal visão sobre “defesa e segurança” no âmbito civil, que aponta para uma maior flexibilização do termo, vai ao encontro da fala do capitão Flávio Américo, que atuou como oficial do Exército Brasileiro nas forças de paz da ONU no Sudão, além de participar da experiência de ocupação de favelas durante as eleições de 2008 no Rio de Janeiro. Em entrevista ao portal G1 de notícias, ele ressalta a necessidade de mudança no aprendizado dos soldados, devido as novas funções atribuídas às Forças Armadas⁵³. Para ele:

“A formação que temos é voltada para a guerra, no modelo de *combate convencional* e com armamento pesado, como canhões. Hoje, o conflito é entre a população, com um *inimigo não definido*, com armas e equipamentos diferentes e com uma grande atuação interagências. Nesse tipo de guerra é fundamental o *apoio da população*. O *choque entre as forças é, na realidade, um confronto de vontades para ter a população a seu lado*.” (grifo nosso).

O relato do capitão expressa de forma cristalina as preocupações sobre a necessidade de uma nova formação e atuação das Forças Armadas dentro da END. Tanto ela quanto a visão civil de “defesa e segurança”, mostrada pela ementa do curso da UFRJ, chegam por vias diferentes a constatação de mudanças sobre o que se entende hoje por esses termos, assim como pela própria ideia de guerra. E de qual guerra estaríamos nos referindo? Da guerra sem um “inimigo definido”, fora do “combate convencional”, que coloca em disputa a “vontade de ter a população a seu lado”. É na “guerra civil molecular”, teorizada, como vimos anteriormente, por ENZENSBERGER (1995), que encontraremos elementos para responder a tal questionamento. É a partir dos problemas ligados à sua dinâmica que percebemos como o esforço civil e militar em pensar a guerra – e, não obstante, soluções que mitiguem suas consequências através de novas estratégias de “defesa”, acabem aproximando as agendas entre a “segurança interna” e “externa” dos países. Esse alinhamento de agendas, como apontado anteriormente, é o elemento que nos parece consubstanciar o aprofundamento da relação que a geopolítica estabelece entre sua dimensão interna e externa.

Mesmo retornando com maior atenção ao tema, é importante ressaltar de antemão que as UPPs não fogem ao questionamento exposto acima. Não podemos esquecer que a inspiração do programa revela com exatidão seu caráter supralocal como estratégia de “segurança”, uma vez que ele deriva diretamente de uma experiência prévia do governo colombiano. Em 2007, o governador do Rio, Sérgio Cabral Filho, fez uma viagem à Colômbia para conhecer de perto um modelo de “recuperação de áreas degradadas” que prometia melhorar a qualidade de vida na periferia de

⁵² A ementa está disponível em <http://www.nei.ufrj.br/graduacaodefesa/>

⁵³ Entrevista disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/exercito-corta-aula-de-guerra-antiga-e-foca-terrorismo-e-conflito-em-cidades.html>

grandes cidades do país⁵⁴. Não por acaso, um ano depois o programa chegava à cidade do Rio de Janeiro com o nome de “Unidades de Polícia Pacificadora”, sendo iniciado, como vimos, no morro Santa Marta. Na Colômbia, o plano de “pacificação” tomado como modelo para o Brasil foi o implementado na chamada “Comuna 13”, um dos maiores complexos de favelas de Medellín. Ambos os programas se inserem num processo mais amplo da geopolítica regional latinoamericana, desenvolvida na esteira da “guerra às drogas” liderada pelos EUA e que impacta, de maneira maior ou menor, sobre todos os países sob sua área de influência. Os programas – na Colômbia e no Brasil, ao se articularem com um contexto geopolítico mais amplo, acabam por reproduzir dois pressupostos importantes da geopolítica interna dos dois países: o combate ao “inimigo interno”, tomado na figura do “traficante”, além da proposta da “retomada” de antigos territórios controlados pela criminalidade armada. Como veremos mais adiante, no quarto capítulo do nosso trabalho, a geopolítica regional das “drogas” na América Latina, principalmente a partir do final da “Guerra Fria”, terá enorme influência sobre a forma de gerir a “segurança” das cidades em todo o continente. Mas, por agora, vamos nos deter sobre alguns pontos importantes acerca da experiência de “pacificação” da Comuna 13 em resposta aos problemas de “segurança pública” da cidade.

O perfil da geopolítica urbana em Medellín é de certa forma diferente do caso carioca, dado o caráter das ações, até certo ponto, político-ideológicas dos atores envolvidos nas disputas territoriais. Na referida cidade, os conflitos por território passaram a se apresentar de maneira mais intensa a partir dos anos 1990, quando grupos guerrilheiros de orientação política de esquerda – como as FARC-EP e o ELN, passaram à estratégia de “urbanização” da guerrilha dentro das diretrizes de tática e estratégia maoístas de cercamento das cidades pelo campo. Como observa FRANCO (2006), nas últimas décadas os grupos armados na Colômbia procuraram estabelecer o controle sobre algumas porções da cidade no intuito de desenvolver uma série de atividades, que vão desde o trabalho de formação política para ganhar simpatia e ampliar suas bases de luta, até mesmo à ações militares contra seus respectivos “inimigos”. A autora argumenta que a cidade deixou de ser um lugar de trânsito para tais grupos, constituindo-se como local de inúmeros conflitos pela legitimidade quanto ao exercício do poder. A geopolítica urbana colombiana será o desdobramento direto do fortalecimento de grupos paramilitares de orientação política de extrema direita, que objetivavam neutralizar às ações da guerrilha tanto no campo quanto nas cidades. Na visão de MARTÍN & CEBALLOS (2003), a “paramilitarização” dos conflitos foi um fenômeno gerado pela desarticulação dos cartéis da droga nas maiores cidades colombianas, que abriu espaço, conseqüentemente, para o fortalecimento de tais grupos. A centralização do comando paramilitar através da criação das *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC) será um marco neste processo,

⁵⁴ <http://www.estadao.com.br/arquivo/cidades/2007/not20070220p14497.htm>

inclusive com a expansão dos seus domínios e a consequente disputa com a guerrilha por diversos territórios dentro nas áreas rurais e principalmente urbanas da Colômbia.

Diante deste quadro, em outubro de 2002, o governo colombiano, na esteira dos acordos bilaterais assinados com o governo dos EUA, deu início a chamada “Operación Orión”, uma iniciativa realizada através de parceria firmada entre o Exército, a polícia e outros órgãos de segurança colombianos. A operação objetivava fundamentalmente retomar o controle territorial do conjunto de favelas da “Comuna 13”, que há anos sofria os efeitos da disputa territorial entre traficantes de drogas, paramilitares e guerrilheiros. Desde 2002, a Comuna passou a ser ocupada permanente pela polícia e pelo Exército através da presença armada ostensiva de regimentos ligados às duas corporações (CINEP & JUSTICIA Y PAZ, 2003). Além disso, a ocupação militar abriu caminho para o início dos chamados “Proyectos Urbanos Integrales” (PUI) na Comuna 13, um conjunto de iniciativas que visam simultaneamente melhorar a infraestrutura urbana da área, além de articular iniciativas “sociais” para a população através de parcerias por parte do Poder Público e a iniciativa privada. O programa possui objetivos bastante semelhantes com a versão “brasileira” do projeto. Assim como no caso da UPP Social, o PUI colombiano prevê a “integração” das favelas ocupadas militarmente ao restante da cidade pela articulação de políticas ditas “sociais”, além da melhoria da infraestrutura urbana das favelas⁵⁵. O que nos salta aos olhos é o fato das iniciativas do Poder Público em ambos os países acabarem por produzir paisagens urbanas bastante homogeneizadas, conseguidas a partir da imposição de um modelo urbanístico hegemônico sobre o espaço de cada favela. Na página seguinte mostraremos quatro imagens: duas referentes aos impactos urbanísticos do PUI na Comuna 13 de Medellín, e outras duas de favelas já “pacificadas” na cidade do Rio de Janeiro que passam por projetos de “urbanização” através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e do Morar Carioca: o Complexo do Alemão e o Morro da Providência:

⁵⁵ Não é o objetivo do presente artigo analisar as propostas “sociais” do PUI colombiano. Sobre a apresentação oficial do projeto, ver o sítio da Empresa de Desenvolvimento Urbano de Medellín: <http://www.edu.gov.co/index.php/proyectos/proyectos-urbanos-integrales>

As “facetas sociais” da paz em perspectiva comparada: o caso do Rio de Janeiro e de Medellín



Foto “a”: Teleféricos no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro
Fonte: <http://extra.globo.com/>



Foto “b”: Teleféricos na Comuna 13 de Medellín
Fonte: <http://urban360.me/>



Foto “c”: Projeto do Plano Inclinado na Providência no Rio de Janeiro
Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/>

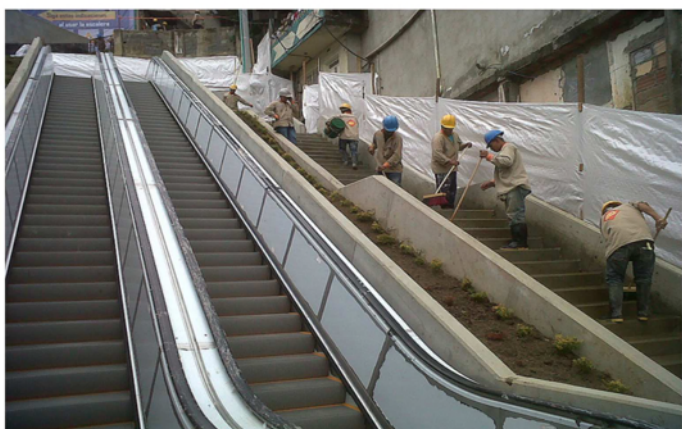


Foto “d”: Escadas rolantes na Comuna 13 de Medellín
Fonte: <http://www.skyscraperlife.com/>

De qualquer forma, a ocupação militar em Medellín teve um impacto inicial positivo sobre o número de homicídios. A taxa por 100 mil habitantes teve comportamento sempre declinante, variando de 57,3 em 2003 para 31,7 em 2007. No entanto, a partir de 2008, a taxa de homicídios voltou a subir, atingindo 45,6 no referido ano e um “pico” de 94,5 em 2009, um índice maior do que aquele verificado antes do início da “Operación Orión”. Em 2010 e 2011 a taxa caiu para 86,3 e 69,6 respectivamente, mas ainda assim manteve-se superior ao início da ocupação da “Comuna”⁵⁶. Em sua análise sobre a violência em Bogotá, DUPUY Y CEPERO (2004) apontam que o comportamento das mortes violentas na cidade teve também um decréscimo ao longo dos anos 90 e 2000, variando muito mais em consonância com a tendência geral de queda dos homicídios em toda a Colômbia do que pelas políticas operacionalizadas em escala local. A cidade de Medellín, segundo os autores, teve um comportamento semelhante ao de Bogotá,

⁵⁶ Todos os dados coletados no sítio do Instituto Nacional de Medicina Legal y Ciencias Forenses (www.medicinalegal.gov.co/) e do Sistema de Información para la Seguridad y la Convivencia (SISC), Secretaría de Gobierno, Alcaldía de Medellín (<http://www.medellin.gov.co/>) em janeiro de 2013.

só que lá a redução dos assassinatos fora sentida de maneira mais intensa nos primeiros anos da década de 2000. Assim como em Bogotá, a redução dos homicídios se deu muito mais em decorrência de uma tendência “nacional” de queda do que pelos impactos de políticas de “segurança” locais.

Entretanto, o que nos parece ainda mais grave é o que mostra ORTIZ (2008) sobre a suposta “pacificação” da Comuna 13 de Medellín. Para o autor, a relativa melhora nos índices de homicídio foi alcançada a partir de uma aliança costurada entre o Poder Público e os paramilitares, que possibilitou a eles garantir o monopólio do controle territorial sobre a Comuna 13. O monopólio levou ao fim das hostilidades entre paramilitares, traficantes de drogas e milícias, que eram responsáveis pela maioria das mortes no local. O aumento recente dos homicídios, por sua vez, poderia indicar uma espécie de “rompimento” da aliança previamente acordada. O fato corrobora com as denúncias entre as relações promíscuas estabelecidas entre os paramilitares e o Estado colombiano, que via de regra se utiliza dos grupos armados de extrema direita como uma espécie de “força de apoio” aos regimentos oficiais da polícia e do Exército. Muitas vezes, os paramilitares e o próprio Estado acabam por desenvolver interesses políticos consoantes:

“lejos de ser una espontánea reacción de las clases adineradas contra la insurgencia armada, [el paramilitarismo] fue y sigue siendo una estrategia de defensa y seguridad, implementada por el Estado, cuyo propósito principal ha sido la defensa de un modelo económico, político y social claramente excluyente e inequitativo. Esta afirmación se funda en las investigaciones, suficientemente documentadas, sobre los orígenes del paramilitarismo, en la persecución sistemática y generalizada hacia sectores sociales de oposición que solo durante los años 1988 a 2003 arrojó un saldo de 12.398 personas ejecutadas y 2.121 desaparecidas a manos de los paramilitares. Y en la precaria situación socioeconómica de la mayoría del pueblo colombiano resultado del modelo económico impuesto por unos pocos, precisamente los aliados del paramilitarismo.”⁵⁷

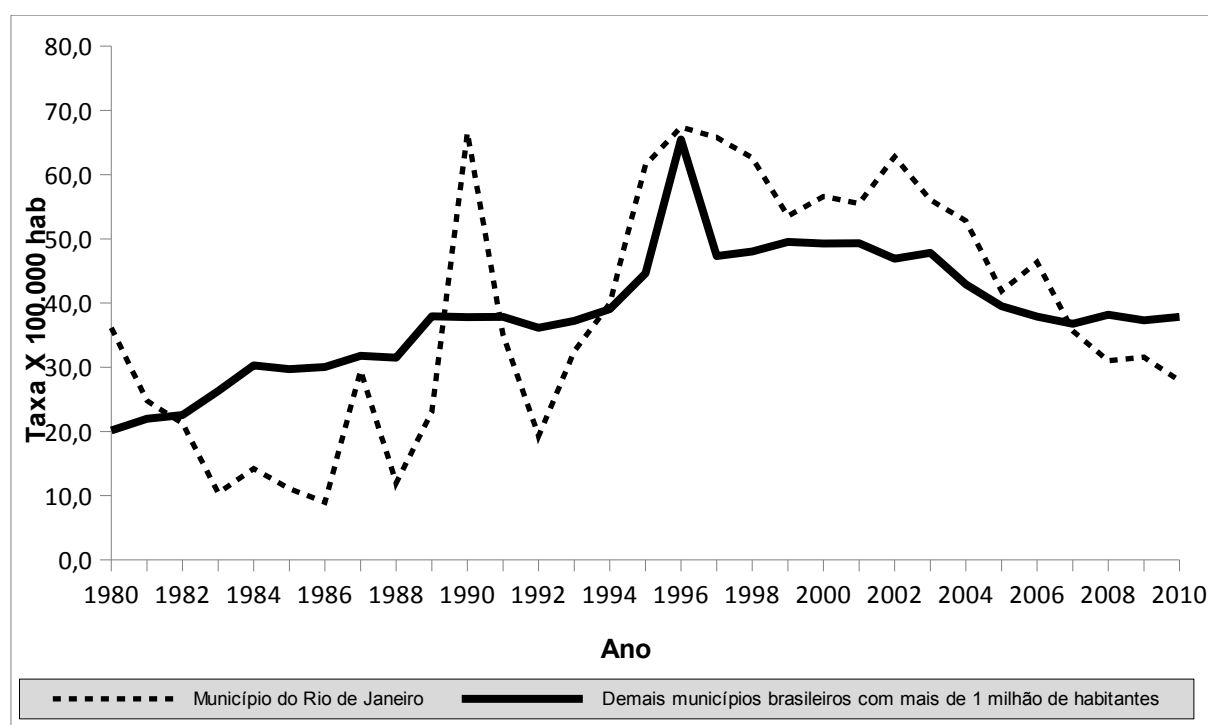
Já no caso da cidade do Rio de Janeiro, o impacto das UPPs nos quatro primeiros anos do projeto mostra-se positivo quanto à redução no número de homicídios, em especial aqueles causados pela própria polícia (os chamados “autos de resistência”). Segundo dados do Ministério da Saúde (DATA-SUS)⁵⁸, a taxa de homicídios dolosos por 100 mil/hab na cidade caiu de 33,5 em 2008 para 22,3 em 2011, uma redução de 33,4%. De acordo com outro estudo coordenado por CANO (2012), nas áreas abarcadas pelas UPPs a redução foi em média de 70% quanto aos homicídios dolosos, e o número de “autos de resistência” chegou a patamares próximos de zero. Em todo caso, a “pacificação” carioca ainda encontra-se em sua fase inicial. Mesmo com o impacto positivo do projeto sobre a redução da violência letal, o curto período

⁵⁷ Trecho do documento “Paramilitarismo como política de Estado”, contido no sítio “Proyecto Colombia Nunca Más”. Disponível em <http://www.colombianuncamas.org/>

⁵⁸ Disponíveis em <http://www2.datasus.gov.br/>

de tempo entre o início do projeto e a data de redação do presente artigo não nos permite afirmar categoricamente o papel das UPPs na redução da violência na cidade em médio e principalmente em longo prazo. Assim como no caso colombiano, um início promissor pode muitas vezes desembocar em um cenário ainda mais negativo do que o anterior – tendo em vista o aumento da violência e as denúncias de alianças escusas entre o Estado e os paramilitares. Além disso, a queda dos homicídios experienciada a partir das UPPs se conjuga com uma tendência mais ampla verificada no conjunto das cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, o último realizado pelo instituto⁵⁹:

Gráfico 2 – Relação da taxa de homicídios por 100.000/hab entre o município do Rio de Janeiro e as outras cidades com mais de 1.000.000 habitantes no Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Ministério da Saúde - DATASUS

Percebemos uma tendência de queda constante da taxa de homicídios nas duas “populações” a partir do início da década passada, sendo que no caso do município do Rio de Janeiro, ela se iniciou antes, por volta de meados da década de 1990. A tendência verificada no gráfico corrobora o resultado da análise citada anteriormente em WAISELFISZ (2010) sobre uma possível “interiorização da violência” no Brasil. De acordo com o autor, no período de 1997 até 2007, a taxa de homicídios no interior dos estados cresceu 37,1%, enquanto os homicídios nas capitais e regiões

⁵⁹ As cidades com mais de um milhão de habitantes em ordem decrescente são: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, Manaus, Curitiba, Recife, Porto Alegre, Belém, Goiânia, Guarulhos, Campinas, São Luís e São Gonçalo.

metropolitanas caíram 19,8% e 25% respectivamente. De qualquer forma, se considerarmos que a primeira experiência de “pacificação” iniciou-se no final de 2008, a queda relativa aos homicídios no município do Rio começou na década anterior, sendo que seu maior declínio foi na série histórica entre 2003-2008, quando a taxa recuou de 56,08 para 31,0. Não queremos aqui, de forma alguma, negar o papel que as UPPs possuem na redução da criminalidade violenta, em especial nas áreas sob a abrangência do projeto. Ressaltamos mais uma vez, no entanto, que ainda é cedo para afirmarmos que elas são *de fato* a principal causa da queda global dos homicídios no Rio de Janeiro, uma vez que, com pequenas variações, esta queda já é uma tendência das últimas duas décadas. Seria mais prudente aqui questionar até que ponto as UPPs contribuem para a contínua tendência de queda dos homicídios na metrópole carioca, ou que outros desdobramentos as UPPs causam nos espaços fora da área de atuação direta do projeto. Voltaremos a este ponto num momento mais a frente.

Para finalizarmos a presente seção, é necessário sublinhar que a militarização – seja no caso colombiano, brasileiro, ou mesmo nos países de Capitalismo “central”, parece encontrar em escala local o medo e a sensação de insegurança como os seus principais combustíveis. No entanto, é no contexto das “fobópoles” que o problema ganha uma dimensão ainda maior. A cidade do Rio de Janeiro é um ótimo exemplo disso. O apelo à políticas de “segurança pública” pautadas pela lógica da guerra, ou mesmo a opinião favorável, por uma parcela crescente da sociedade, ao uso das Forças Armadas no combate à violência, são duas facetas complementares que se constituem, como vimos, em possíveis soluções perversas para a “guerra civil molecular” carioca de cada dia. Fazem parte dessa mesma linhagem de soluções as Operações Rio I e II, o uso das Forças Armadas para garantir a realização de eventos pontuais como a RIO +20, ou ainda o Exército ir às ruas garantir a realização das eleições. O que, no entanto, deve ficar claro, é que a militarização antes de ser solução é parte, ou seja, é uma consequência direta do problema (SOUZA, 2008: 37). A política de “pacificação”, quando propõe a ocupação direta preventiva dos morros pelo Exército ou pela polícia, reproduz a lógica militar de combate ao “inimigo” (interno) e de conquista territorial da guerra convencional, indicando simultaneamente a dimensão geopolítica do problema, como também sua inscrição em mais um capítulo da militarização da “segurança pública”. Não queremos ratificar aqui, todavia, uma crítica fácil ao projeto, como se ele fosse “farinha do mesmo saco” de outras estratégias de “segurança pública”. Mas não queremos de maneira alguma indicar, da mesma forma, que ele marca uma ruptura radical com o modelo militarista de “segurança” que marcou o Rio de Janeiro até então. A discussão nos parece um pouco mais complexa, pois as UPPs se inscrevem de maneira diferente nessa tradição, dado o caráter ambíguo que a “polícia pacificadora” tem nos seus objetivos, métodos, e na própria maneira como ela se inscreve na estrutura organizacional da PMERJ. Da mesma forma, a discussão ganha também maior complexidade pela ambivalência de funções – para além do campo da “segurança pública – que as UPPs exercem hoje na cidade do Rio de Janeiro.

1.3 - UPPs: “segurança” para um “novo tempo” da cidade do Rio de Janeiro?

As duas últimas eleições realizadas no Rio de Janeiro acabaram cedo. Os candidatos que tentaram a reeleição – Sérgio Cabral Filho para o governo do estado em 2010 e Eduardo Paes para a prefeitura da capital em 2012, conseguiram a vitória logo no primeiro turno da disputa. A margem de votos válidos dos dois candidatos foi impressionante. Sérgio Cabral foi eleito em 2010 com 66,1% dos votos válidos, assim como Eduardo Paes venceu a disputa com 64,6% em 2012. Ambos pertencem ao mesmo partido, o PMDB, que por sua vez é a maior base aliada da coligação que hoje comanda o governo federal, encabeçada pela figura da presidenta Dilma Rousseff, do PT. Nunca antes, na história política recente do Rio de Janeiro, havia existido um alinhamento institucional que abarcasse os três níveis administrativos (federal, estadual, municipal) como acontece desde 2008. Pode-se dizer que, ao contrário, desde o período da “redemocratização”, com as eleições diretas para governador de 1982, o Rio sempre foi palco de disputas partidárias acirradíssimas entre o município, o estado e a União. Em todo caso, o forte apoio da população à reeleição dos dois candidatos da situação nos mostra o sucesso de sua estratégia eleitoral. Por um lado, ela se baseou em ressaltar para a população os benefícios da parceria entre aliados para o “bem-estar” do estado e da cidade, conseguida através do alinhamento institucional Município-Estado-União. Mas de maneira igualmente importante, ambos os candidatos apostaram na construção da imagem de um Rio “novo”, voltado para a valorização da auto-estima principalmente do carioca. Fatos como a retomada do crescimento econômico, a escolha do Rio para sediar os dois principais eventos esportivos mundiais, assim como a volta da “tranquilidade” na cidade por conta das UPPs foram fatores decisivos que asseguraram vitórias tão expressivas para o PMDB no Rio.

Apesar de todo o festim propagandístico eleitoral, a cidade e o estado do Rio parecem viver um momento realmente novo. Nos últimos quarenta anos, o espaço urbano carioca vinha sendo produzido em meio a um cenário de enorme estagnação econômica e desarticulação entre as diferentes esferas da política institucional. A cidade perdeu sua função enquanto importante centro industrial para o estado, ao mesmo tempo que o estímulo a outras atividades econômicas, em especial aquelas ligadas ao setor de comércio e principalmente serviços, não foram fortes o suficiente para redinamizar a economia carioca⁶⁰. O cenário negativo da capital, por sua vez, não foi algo isolado. O estado fluminense em geral passou por um período de grande estagnação econômica

⁶⁰ Um bom exemplo da estagnação econômica da cidade e do seu entorno pode ser percebido pelos dados do IBGE trabalhados por DINIZ & CAMPOLINA (2007), onde os autores analisam a participação das regiões metropolitanas brasileiras na produção no setor da indústria de transformação. De acordo com os dados, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro reduziu sua participação industrial no referido setor de acordo com a seguinte variação: 12,1% (1970), 8,0% (1980), 7,6% (1990), 5,2% (2005).

também. Para NATAL (2005:28), a crise fluminense pode ser entendida como um complexo conjunto sobreposto de várias “crises”. Dentre elas, destacam-se a pronunciada decadência e a falta de competitividade da indústria fluminense (principalmente quando comparada com a paulista), a efetiva redução dos gastos do governo federal no estado (como também os impactos derivados dos anúncios de sua redução), os conflitos de natureza federativa (particularmente os estabelecidos entre os governos estadual e federal), entre outras. O mesmo autor aponta ainda que a degradação da economia fluminense diz respeito a um processo anterior a fatores comumente ligados a ela – a exemplo da perda da função de “capital federal” da cidade do Rio de Janeiro, ou mesmo a fusão que levou ao fim do Estado da Guanabara. O próprio desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que fomentou, inicialmente, a formação de uma economia agroexportadora cafeeira e, posteriormente, a industrialização com base no modelo de “substituição de importações”, permitiu uma maior concentração de capitais em São Paulo em detrimento do Rio de Janeiro:

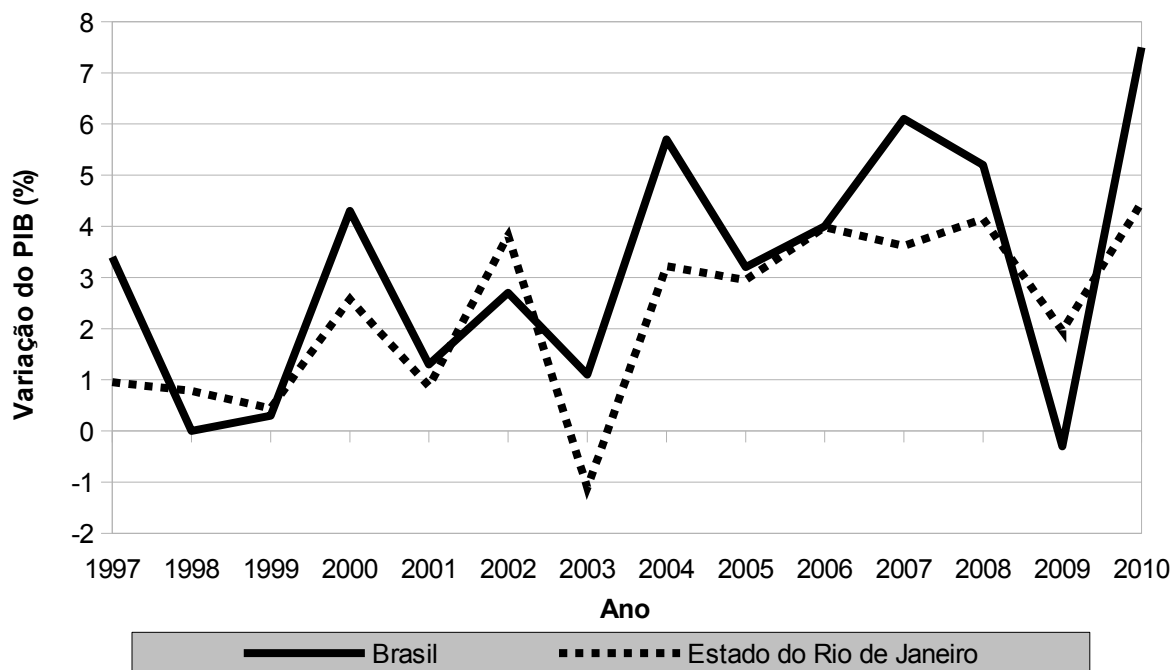
“A crise em tela (do RJ), na realidade, teria sua origem com a própria industrialização capitalista iniciada em São Paulo no último quartel do século retrasado, posto que ali se “instalou” a principal economia do país que, por sua vez, dado o seu dinamismo, passou a definir em nível nacional uma espécie de divisão interregional do trabalho, delegando às demais economias regionais funções especializadas e de complemento à principal economia do país. (NATAL, 2005:47)

Em todo caso, em meio a este contexto de crise, a perda de dinamismo econômico e o agravamento de variados problemas sociais elevaram o peso econômico de atividades ilícitas como o comércio de drogas e armas – e claro, os negócios “formais” ligados a elas como o mercado imobiliário dos condomínios exclusivos, assim como os produtos e serviços oferecidos pelas empresas de segurança privada. Em outras palavras, podemos dizer que a crise possibilitou a abertura de um novo campo de possibilidades para o desenvolvimento de vetores econômicos ligados, direta e indiretamente, ao “mercado da violência” e ao “mercado da segurança” na cidade. As favelas (principalmente mas cada vez mais não exclusivamente) da metrópole carioca, em meio à crise econômica e pela ausência de serviços públicos básicos, capazes de propiciar melhor qualidade de vida à sua população, passaram a exercer papel fundamental enquanto pontos de apoio logístico para as redes do tráfico de drogas e armas, já que a associação às atividades do tráfico se tornou uma estratégia de sobrevivência para muitos moradores de favelas, em especial para os segmentos de população mais jovem (ZALUAR, 1985 & 1994).

Mas desde a última década o contexto econômico da cidade e do estado mudaram. A economia fluminense acompanhou a tendência de retomada do crescimento econômico nacional, principalmente

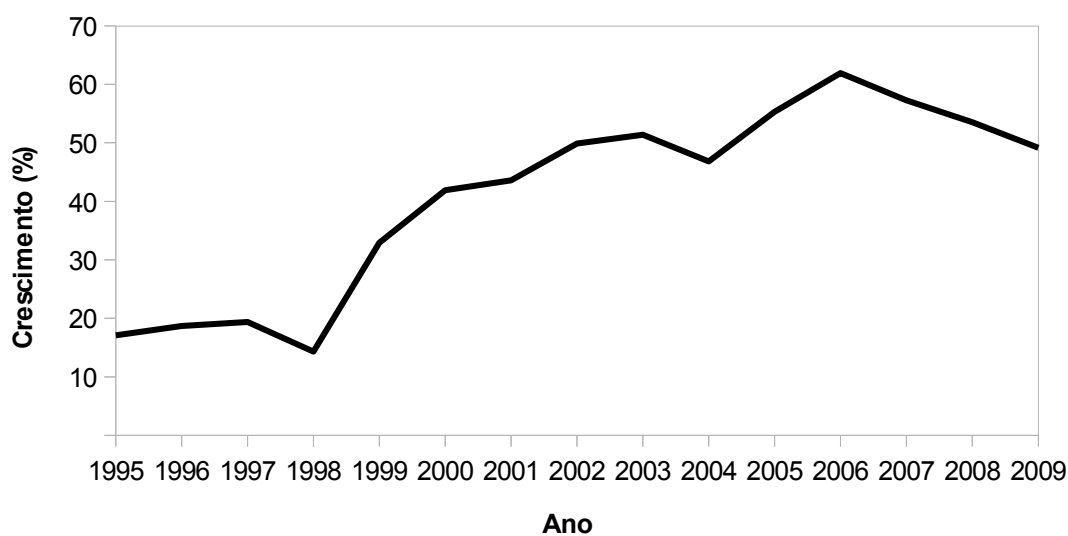
através do crescimento da participação da indústria do petróleo do Rio de Janeiro no PIB brasileiro do setor. Nos dois gráficos seguintes, podemos ter uma ideia melhor sobre esse novo contexto:

Gráfico 3 – Variação anual do PIB do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro (1996 - 2010)



Fonte: Fundação CEPERJ

Gráfico 4 – Participação do Rio de Janeiro no PIB brasileiro segundo a indústria extrativa de petróleo (1996 – 2009)



Fonte: Fundação CEPERJ

O primeiro gráfico mostra a variação do crescimento do PIB fluminense e brasileiro nos últimos 15 anos. Percebemos que, a partir do final dos anos 90, o PIB do estado começou a apresentar sinais de recuperação, apresentando tendência de crescimento ao longo da última década em conjunto com o PIB brasileiro. Mesmo com quedas pontuais em 2003 e 2009, a série histórica do último decênio é positiva para a economia fluminense, passando o valor total do PIB de 139,75 bilhões em 2000 para 407,12 bilhões em 2010. Tal avanço deriva em grande medida do enorme crescimento da participação do petróleo do estado na extração nacional. Em pouco menos de 15 anos, a participação saltou de 17,1% em 1995 para 49,1% em 2009. Ou seja, o estado do Rio de Janeiro responde hoje por praticamente a metade da produção de petróleo brasileira⁶¹.

A relativa prosperidade econômica experimentada pelo estado promete ter fôlego pelo menos no médio prazo. Segundo dados do estudo Decisão Rio 2012-2014 da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), os investimentos públicos e privados para a economia fluminense, entre 2012 e 2014, devem atingir R\$ 211,5 bilhões, sendo 70,1% referentes à área industrial⁶². No estudo anterior, referente ao período 2010-2012, os investimentos programados para o estado alcançavam R\$ 126 bilhões. Isso representa um crescimento de 40% nos investimentos em dois anos. O crescimento industrial fluminense, como visto no gráfico, tem na indústria de extração de petróleo o seu carro-chefe. Só a PETROBRÁS será responsável, no período 2012-2014, por metade dos investimentos no estado. No setor da indústria de transformação – o outro pilar de investimentos no interior, os investimentos devem representar quase 20% do total, impulsionado pela construção do Porto do Açu em São João da Barra e do complexo do COMPERJ em Itaguaí. Ainda segundo o mesmo estudo, a previsão para investimentos só na cidade do Rio de Janeiro, por conta dos “megaeventos” esportivos, deve atingir a marca de quase R\$ 60 bilhões nos próximos dois anos, divididos entre obras de infraestrutura como a revitalização da Zona Portuária (“Porto Maravilha”), urbanização de favelas (“Morar Carioca”), a linha 4 do Metrô, assim como na ampliação da rede

⁶¹ A enorme participação que o petróleo possui na economia fluminense é motivo de polêmica. Embora haja consenso sobre os problemas da dependência da *commodity* em longo prazo – dado seu caráter finito, os problemas ambientais associados, baixo valor agregado do petróleo bruto, etc, alguns autores como BUENO & CASARIN (2011) apontam para uma já latente diversificação produtiva fluminense, que, utilizando-se dos recursos do petróleo, deve nas próximas décadas diminuir a dependência do estado em relação a esta *commodity*. Já NATAL (2009) é reticente quanto à diversificação produtiva do estado, ao afirmar que ela é ainda incipiente frente ao cenário de aprofundamento dos investimentos na área do petróleo nos próximos anos. De qualquer forma, segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, até 2016 os investimentos no setor serão na ordem de 83 bilhões de reais no estado, ou seja, 50,2% de todo o volume de investimentos que serão feitos nos próximos três anos. Outro fator a ser considerado é a recente mudança na lei sobre o repasse dos *royalties* do petróleo para os municípios produtores, que pode trazer impactos bastante negativos para a economia das áreas de exploração da *commodity* e do estado fluminense de modo geral. No momento em que escrevemos estas linhas, não existe ainda definição clara se a nova lei que redistribui os *royalties* será mantida ou se o governo do estado do Rio de Janeiro conseguirá manter o veto ao projeto. Seja como for, a própria movimentação política dos representantes do Poder Público fluminense para manter o veto evidencia como a economia do estado ainda é muito depende do petróleo.

⁶² Disponível em <http://www.firjan.org.br/decisaorio>

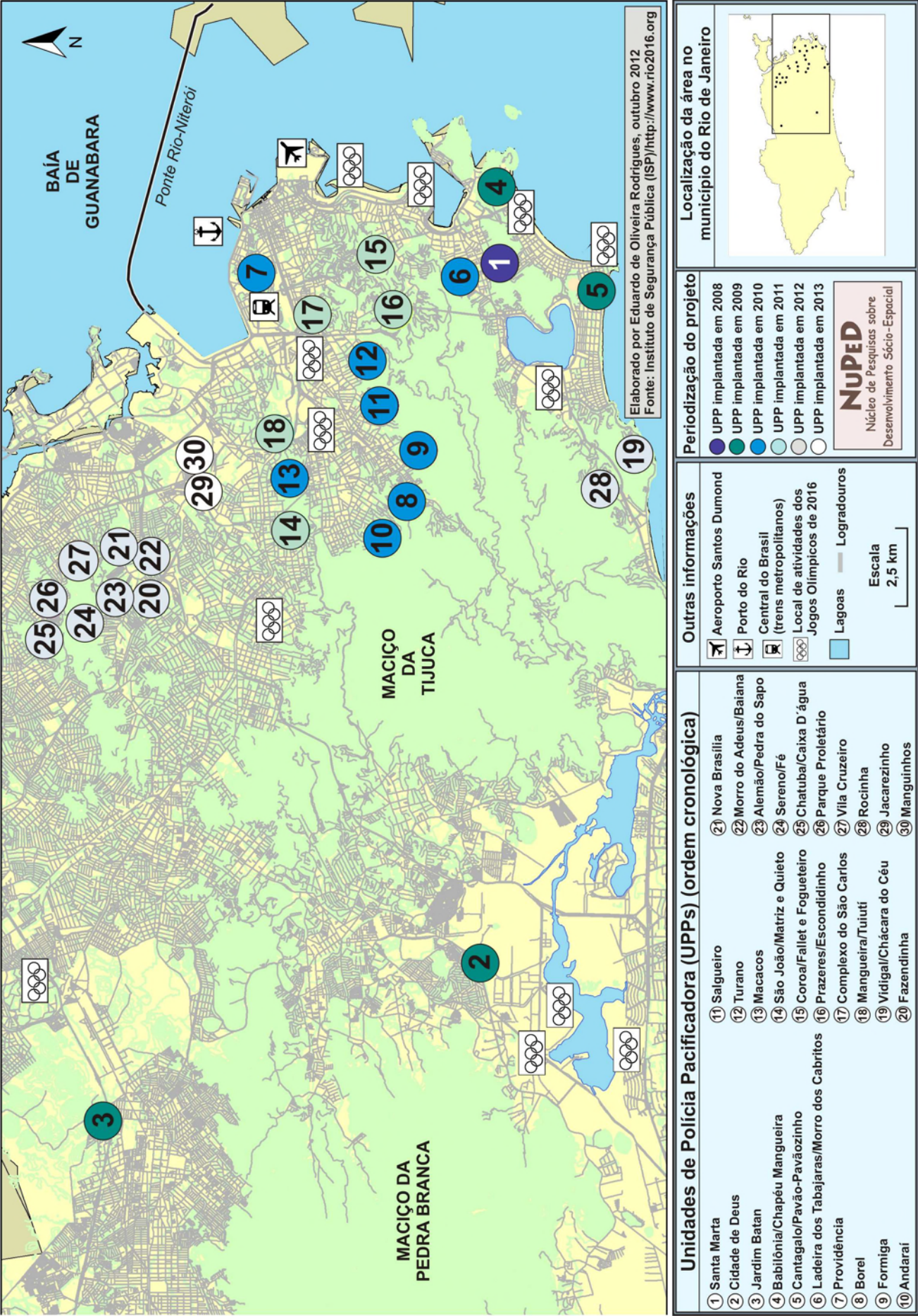
hoteleira da cidade. Além de tudo isso, a nova capacidade atrativa de investimentos do Rio parece ganhar fôlego ainda maior pela grave crise econômica enfrentada pelos países centrais da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, que propiciam o redirecionamento de alguns investimentos para países como o Brasil.

Dentro do panorama de crescimento econômico no qual se inscrevem o estado do Rio de Janeiro e sua capital, a “segurança pública” é tomada como uma preocupação de primeira instância para o Poder Público. A nova posição que o Rio vem assumindo nos processos de acumulação de capital em curso, exige que o Estado resolva as externalidades negativas geradas pela dinâmica da violência. Em 31 de março de 2011, o governador Sérgio Cabral Filho, durante o visita a Washington nos EUA, falou para uma plateia de empresários norte-americanos durante o seminário “Oportunidades de negócios no Rio de Janeiro” sobre o novo momento do Rio de Janeiro e o papel que as UPPs desempenham nesse processo:

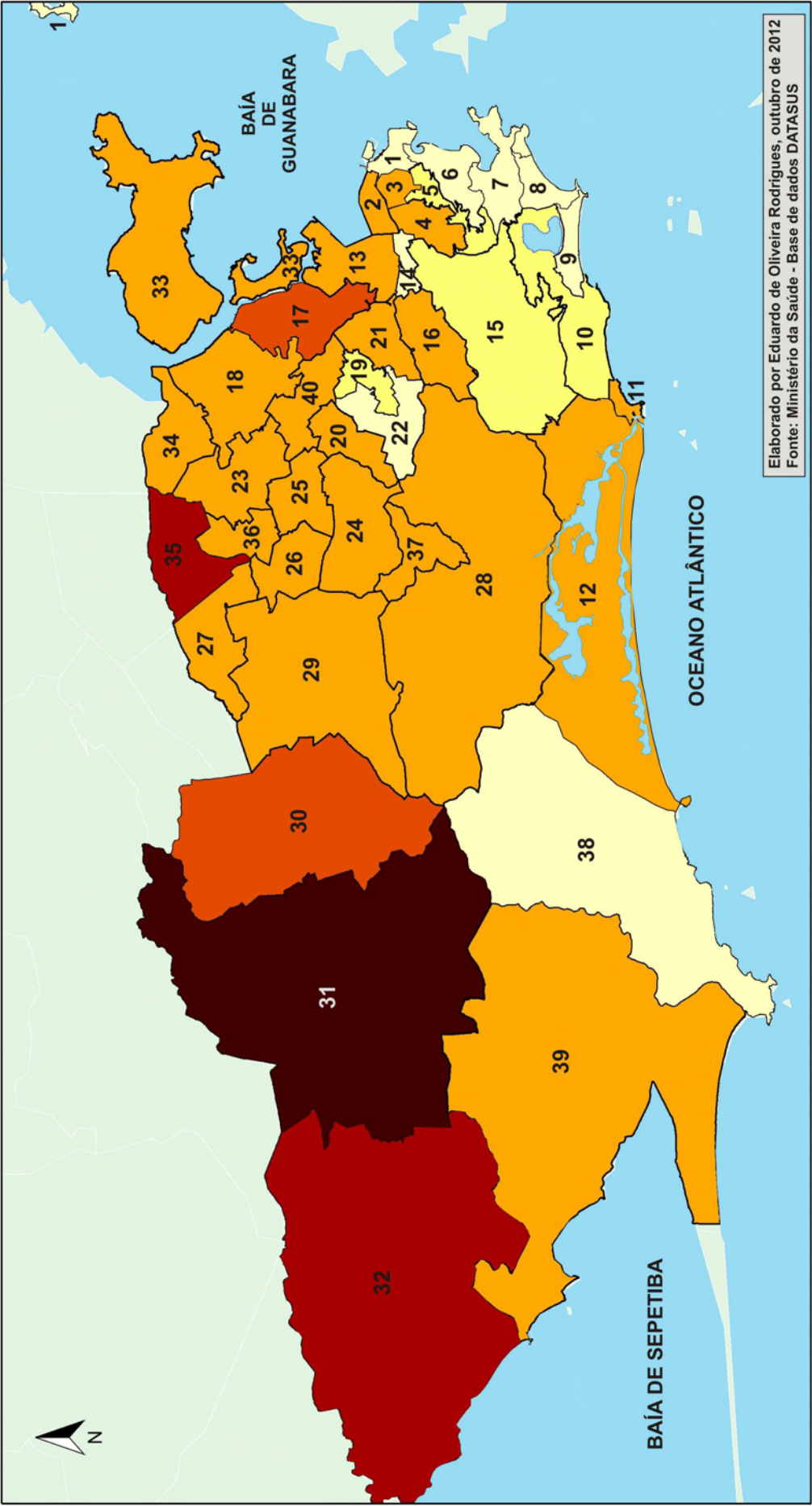
“Uma das grandes prioridades do nosso governo é a segurança pública. Vemos esse combate à criminalidade como essencial para a melhoria da qualidade de vida da população do nosso estado e como fator decisivo para o *desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro*. Pela primeira vez, as forças policiais têm metas específicas de redução da criminalidade e os nossos homens recebem recompensas por atingirem esses objetivos. Com distribuição geográfica e planejamento extensivo, estamos conseguindo reduzir sensivelmente os indicadores de criminalidade. (...) Em fevereiro, inauguramos a 16ª UPP, no morro dos Prazeres, comunidade que fica no *charmoso e turístico bairro* de Santa Tereza. Até 2014, vamos levar a pacificação a todas as comunidades do nosso estado que ainda estejam de alguma forma controladas por bandidos armados”. (grifo nosso)

O discurso do governador revela desdobramentos importantes sobre as UPPs. Apesar do projeto ter sido pensado, em primeiro plano, do ponto de vista de uma política de “segurança pública”, ele terá, por sua vez, desdobramentos em outros campos de interesse estratégico para o Estado e para a iniciativa privada. O padrão locacional das UPPs nos ajuda a compreender como elas se transformaram rapidamente em uma importante ferramenta para a dinâmica do Capitalismo na cidade. Nas próximas páginas, o leitor terá acesso a três mapas. O primeiro mostra a distribuição espacial das UPPs pela cidade, com a sua posição relativa a alguns fixos das redes de infraestrutura e do local onde ocorrerão atividades durante a Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Na sequência, vamos mostrar os mapas referentes à distribuição dos homicídios no período 2002 – 2008, assim como o mapa que mostra a distribuição da renda na cidade de acordo com os últimos dados do Censo de 2010 do IBGE.

Mapa 1 - Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no município do Rio de Janeiro (março 2013)

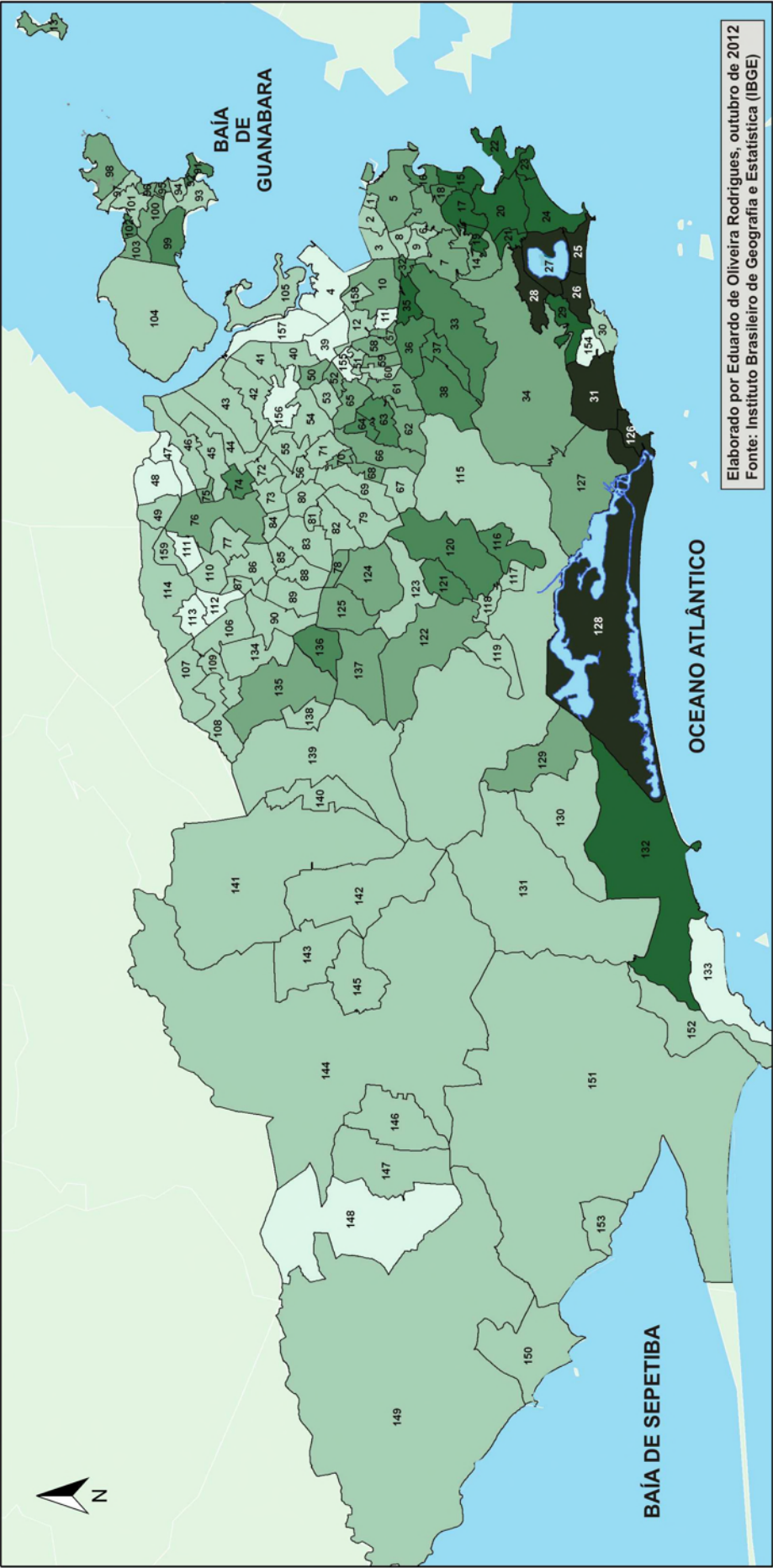


Mapa 2 - Número absoluto de homicídios por delegacia policial no município do Rio de Janeiro (2002-2008)



Delegacias Policiais (DPs)		Número absoluto de homicídios (2002-2008)		Outras informações	
01- 01ª DP Pça. Mauá	11- 15ª DP Gávea	21- 25ª DP Engenho Novo	31- 35ª DP Campo Grande	Lagoas	Municípios limítrofes
02- 04ª DP Pça. República	12- 16ª DP Barra da Tijuca	22- 26ª DP Todos os Santos	32- 36ª DP Santa Cruz		
03- 05ª DP Mem de Sá	13- 17ª DP São Cristóvão	23- 27ª DP V. de Carvalho	33- 37ª DP I. do Governador		
04- 06ª DP Cidade Nova	14- 18ª DP Pça. da Bandeira	24- 28ª DP Campinho	34- 38ª DP Irajá		
05- 07ª DP Santa Teresa	15- 19ª DP Tijuca	25- 29ª DP Madureira	35- 39ª DP Pavuna		
06- 09ª DP Catete	16- 20ª DP Vila Isabel	26- 30ª DP Marechal Hermes	36- 40ª DP Honório Gurgel		
07- 10ª DP Botafogo	17- 21ª DP Bonsucesso	27- 31ª DP R. de Albuquerque	37- 41ª DP Tanque		
08- 12ª DP Copacabana	18- 22ª DP Penha	28- 32ª DP Taquara	38- 42ª DP Recreio		
09- 13ª DP Ipanema	19- 23ª DP Méier	29- 33ª DP Relengo	39- 43ª DP Guaratiba		
10- 14ª DP Leblon	20- 24ª DP Piedade	30- 34ª DP Bangu	40- 44ª Inhaúma		

Mapa 3 - Distribuição do rendimento médio por bairro na cidade do Rio de Janeiro (2010)



Elaborado por Eduardo de Oliveira Rodrigues, outubro de 2012
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

até 1

1,1 até 2

2,1 até 3

3,1 até 5

5,1 até 8

acima de 8

Lagoas

Municípios limítrofes

NUPED
Núcleo de Pesquisas sobre
Desenvolvimento Sócio-Espacial

Escala
4 km

148 - Paciência

149 - Santa Cruz

150 - Sepetiba

151 - Guaratiba

152 - Barra de Guaratiba

153 - Pedra de Guaratiba

154 - Rocinha

155 - Jacarezinho

156 - Complexo do Alemão

157 - Complexo da Maré

158 - Parque Columbia

127 - Itanhangá

128 - Barra da Tijuca

129 - Camorim

130 - Vargem Pequena

131 - Vargem Grande

132 - Recreio dos Bandeirantes

133 - Grumari

134 - Deodoro

135 - Vila Militar

136 - Campo dos Afonsos

137 - Jardim Sulacap

138 - Magalhães Bastos

139 - Realengo

140 - Padre Miguel

141 - Bangu

142 - Senador Camará

143 - Santíssimo

144 - Campo Grande

145 - Senador Vasconcelos

146 - Inhoaíba

147 - Cosmos

106 - Guadalupe

107 - Anchieta

108 - Parque Archieta

109 - Ricardo de Albuquerque

110 - Coelho Neto

111 - Acari

112 - Barros Filho

113 - Costa Barros

114 - Pavuna

115 - Jacarepaguá

116 - Anil

117 - Gardânia Azul

118 - Cidade de Deus

119 - Curicica

120 - Freguesia

121 - Pechincha

122 - Taquara

123 - Tanque

124 - Praça Seca

125 - Vila Valqueire

126 - Joá

085 - Turiapá

086 - Rocha Miranda

087 - Honório Gurgel

088 - Osvaldo Cruz

089 - Bento Ribeiro

090 - Marechal Hermes

091 - Ribeira

092 - Zumbi

093 - Cacua

094 - Pianguieras

095 - Praia da Bandeira

096 - Cocotá

097 - Bancários

098 - Freguesia

099 - Jardim Guanabara

100 - Jardim Carioca

101 - Tauá

102 - Moneró

103 - Portuguesa

104 - Galeão

105 - Cidade Universitária

064 - Todos os Santos

065 - Cachambi

066 - Engenho de Dentro

067 - Água Santa

068 - Encantado

069 - Piedade

070 - Abolição

071 - Pilares

072 - Vila Kosmos

073 - Vicente de Carvalho

074 - Vila da Penha

075 - Vista Alegre

076 - Irajá

077 - Colégio

078 - Campinho

079 - Quintino Bocaiuva

080 - Cavalcanti

081 - Engenheiro Leal

082 - Cascadura

083 - Madureira

084 - Vaz Lobo

043 - Penha

044 - Penha Circular

045 - Bras de Pina

046 - Cordovil

047 - Parada de Lucas

048 - Vigário Geral

049 - Jardim América

050 - Higienópolis

051 - Jacaré

052 - Maria da Graça

053 - Del Castilho

054 - Inhaúma

055 - Engenho da Rainha

056 - Tomás Coelho

057 - São Francisco Xavier

058 - Rocha

059 - Riachuelo

060 - Sampaio

061 - Engenheiro Novo

062 - Lins de Vasconcelos

063 - Méier

022 - Urca

023 - Leme

024 - Copacabana

025 - Ipanema

026 - Leblon

027 - Lagoa

028 - Jardim Botânico

029 - Gávea

030 - Vidigal

031 - São Conrado

032 - Praça da Bandeira

033 - Tijuca

034 - Alto da Boa Vista

035 - Maracanã

036 - Vila Isabel

037 - Andaraí

038 - Grajaú

039 - Mangueiras

040 - Bonsucesso

041 - Ramos

042 - Olaria

A série histórica dos homicídios (2002 – 2008) foi escolhida por ela representar o período diretamente anterior à instalação da primeira UPP, em dezembro de 2008, no Morro Santa Marta. Segundo o mapa, as áreas de maior violência na cidade, antes do início do projeto, em ordem decrescente, eram aquelas sob a jurisdição das delegacias policiais (DPs) de Campo Grande, Santa Cruz, Bangu e Pavuna, com destaque, em segundo plano, para a área de Bonsucesso e Realengo. Já em relação a variável “renda”, os bairros em ordem decrescente que se destacam positivamente são Lagoa, Joá, Gávea, Ipanema, Jardim Botânico e Barra da Tijuca. Ao compararmos os dois mapas com o de localização das UPPs, percebemos claramente, em primeiro lugar, um alinhamento maior da lógica da “pacificação” segundo a variável “renda” do que “homicídios”. As áreas mais violentas da cidade ainda não receberam sequer uma Unidade de Polícia Pacificadora. A exceção foi, no último ano, a instalação das 8 UPPs que compreendem parte da área sob a jurisdição da 21ª DP de Bonsucesso, que diz respeito ao Complexo do Alemão, conjunto de favelas que encontra-se sob jurisdição também da 22ª DP na Penha. Por outro lado, a Zona Sul da cidade, setor geográfico de maior destaque do ponto de vista da renda e palco de atividades durante os Jogos Olímpicos de 2016, conta com 6 UPPs que englobam praticamente todo o universo de favelas da região.

Mais adiante, no setor geográfico Centro e na região da “Grande Tijuca”, a localização das UPPs continua a seguir o padrão “renda + megaeventos”, uma vez que tais áreas compreendem bairros de razoável índice de renda, além de serem locais escolhidos para a realização de eventos durante as Olimpíadas também⁶³. Além disso, é na área da “Grande Tijuca” que está localizado o estádio do “Maracanã”, palco dos jogos de futebol durante a Copa de 2014 e que encontra-se dentro de uma espécie de “colar de pérolas” formado pelas UPPs instaladas ao longo de 2010 e 2011. As unidades espalhadas por esses três conjunto de bairros (“Sul”, “Centro” e “Grande Tijuca”) formam uma espécie de “arco da pacificação”, responsável por garantir a realização dos “megaeventos”. O próprio coronel da PMERJ Robson Rodrigues, ex-comandante geral das UPPs, inclusive já admitira publicamente o papel fundamental que a Copa e a Olimpíada tiveram para o fomento e desenvolvimento do projeto⁶⁴.

Mas as UPPs, como estamos procurando mostrar desde o início do presente capítulo, não se limitam a essa função. Elas, para além dos “megaeventos”, possibilitam o fomento de investimentos nas regiões “pacificadas” do ponto de vista da iniciativa privada também. Não é à toa que a “pacificação” venha sendo operacionalizada pelo Poder Público a partir de parcerias firmadas com empresas. Já no segundo semestre de 2010, o governador do estado Sérgio Cabral Filho, o secretário de segurança pública José Mariano Beltrame e o então comandante-geral da PM Mário Sérgio Duarte, anunciaram a criação de um fundo de investimentos para a dinamização do projeto, que contaria com investimentos diretos da

⁶³ O setor geográfico “Centro” diz respeito aos bairros do Centro, Gamboa, Santo Cristo, Saúde, Lapa, Cidade Nova, Catumbi e Estácio. Já a região da “Grande Tijuca” compreende os bairros da Tijuca, Vila Isabel, Grajaú e Andaraí.

⁶⁴ <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1328>

iniciativa privada. Dentre as empresas participantes, temos importantes nomes do setor corporativo como o Bradesco Seguros, Coca-Cola, Souza Cruz, o Grupo EBX, além da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Só o Grupo EBX, ligado ao empresário Eike Batista, prometeu investimentos na ordem de R\$ 20 milhões até 2014 para as UPPs⁶⁵. E, não por acaso, o mesmo conglomerado formado pelo Grupo EBX, que possui um dos seus “tentáculos” sobre o setor imobiliário carioca, conseguiu bons frutos com as UPPs em decorrência da enorme valorização que algumas áreas da cidade conseguiram pela “pacificação” de favelas. A tabela abaixo, confeccionada com base em informações da Secretaria de Estado de Governo e publicados pelo jornal “O Globo”⁶⁶, nos mostra a valorização do solo urbano em algumas favelas que já contam com UPPs nos 18 primeiros meses do projeto, ou seja, entre o final de 2008 e meados de 2010:

**Tabela 1: Valorização de habitação “Quarto-sala”
após instalação de UPP – Dezembro 2008 até Julho 2010**

Favela	Bairro de localização	Locação	Compra
Santa Marta	Botafogo	74,0%	*
Chapéu Mangueira/Babilônia	Leme	66,0%	200,0%
Providência	Centro	*	100,0%
Cidade de Deus	Cidade de Deus	50,0%	400,0%
Tabajaras/Cabritos	Copacabana	50,0%	75,0%
Pavão-Pavãozinho/Cantagalo	Ipanema	*	50,0%
Jardim Batam	Realengo	55,0%	108,0%

*Dados não disponíveis

Nos bairros onde localizam-se as favelas, o impacto da valorização chega a ser algumas vezes até mais intenso. De acordo com dados do SECOVI-RJ (Sindicato da habitação do Rio de Janeiro) publicados em matéria do jornal “Folha de São Paulo”⁶⁷, houve em média valorização de 101,4% para compra de um apartamento de dois quartos em Copacabana. Já em Botafogo, a valorização foi de 67%, enquanto no Leme o aumento foi de 50%. A tendência de valorização atinge, numa escala maior ou menor, todos os bairros e favelas dentro da área de atuação do projeto. Com a Zona Portuária do Rio de Janeiro, área dos nossos estudos e que, além de UPPs, conta com investimentos diretos do projeto “Porto Maravilha”, a tendência não é diferente. Inclusive já verificamos pela tabela um aumento no valor de 100% para compra de um “quarto-sala” na Providência. Nos resta saber se após a valorização, os moradores que hoje ocupam a favela continuarão tendo condições de manter suas moradias ou se, pela “expulsão branca”, gerada pelo aumento no padrão de vida, eles serão obrigados a migrarem para outras áreas da cidade.

⁶⁵ <http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/eike-anuncia-doacao-r-20-mi-upps-rio-590747>

⁶⁶ http://oglobo.globo.com/rio/arquivos/Levantamento_de_valores_imobiliarios.doc

⁶⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/888964-upp-faz-preco-de-imoveis-disparar-no-rio.shtml>

O importante papel que as UPPs possuem como vetor da especulação imobiliária nos mostra que sua localização, apesar de consoante com a agenda dos “megaeventos”, vai muito além de um simples dispositivo criado para “garantir” a realização de cada um deles. É importante percebermos também a lógica espacial das UPPs fora da região do “arco da pacificação”, mesmo que elas, algumas vezes, estejam ainda atreladas aos Jogos Olímpicos. De acordo com o mapa, as únicas duas unidades instaladas na Zona Oeste da cidade estão próximas de áreas onde ocorrerão atividades ligadas às Olimpíadas. A UPP “Jardim Batam” se localiza próximo ao bairro de Deodoro, local onde serão realizadas provas de tiro, hipismo e ciclismo, enquanto a UPP Cidade de Deus engloba a área de um importante complexo esportivo olímpico, que contará com diversas atividades como artes marciais, basquete, tênis, ciclismo, etc⁶⁸. Além disso, ambas as UPPs, em conjunto com as 8 unidades do Complexo do Alemão, resguardam importantes fixos dentro da rede de infraestrutura da cidade. No caso do Alemão, as UPPs estão próximas ao entroncamento entre a Linha Vermelha, a Linha Amarela e a Avenida Brasil, as três principais vias de acesso ao Rio. O domínio sobre as vias é fundamental para o rápido deslocamento entre os bairros na escala intraurbana, além de permitirem a ligação do restante da cidade ao seu principal aeroporto.

No caso das duas UPPs mais recentes – Jacarezinho e Manguinhos, além das referidas favelas ocuparem uma posição privilegiada em relação às importantes vias de circulação internas da cidade, havia todo um apelo, por parte da opinião pública, para a “pacificação” do conjunto de favelas, em decorrência da maior “crackolândia” do Rio estar localizada nas suas imediações. O Jacarezinho e Manguinhos, além disso, tornaram-se, após a “pacificação” do Complexo do Alemão, os principais domínios territoriais do Comando Vermelho (CV) na Zona Norte carioca, como mostrou matéria do jornal “O Dia” publicada no final de 2012⁶⁹. A “perda” desses dois territórios pelo tráfico consolidou a tendência, em relação à geopolítica urbana carioca, de uma cada vez maior “periferização” dos domínios territoriais do CV rumo principalmente a bairros mais distantes da Zona Norte e do Grande Rio. Não obstante, no momento de redação da presente dissertação, o Estado já ocupou também outras duas favelas fora do “arco da pacificação”: a “Barreira do Vasco” e o “Complexo do Caju”. Como no caso do Complexo do Alemão, as outras duas favelas possuem posição geográfica privilegiada nas cercanias da Avenida Brasil e da Linha Vermelha. A ocupação militar preventiva nesses locais (“Fase 1 e 2” da instalação de uma nova UPP), nos parece parte da estratégia do Poder Público para a posterior retomada territorial do “Complexo da Maré”, conjunto de 16 favelas que

⁶⁸ A instalação da UPP no Jardim Batam, única favela que estava anteriormente nas mãos de “milícias”, foi motivada também pela enorme repercussão midiática decorrente da sessão de torturas a qual um grupo de jornalistas do jornal “O Dia” foi submetido em 14 de maio de 2008. Eles moraram na favela durante alguns meses, no intuito de colher informações para uma matéria sobre a atuação dos criminosos no local, mas acabaram capturados e submetidos a mais de sete horas de torturas por parte dos milicianos. No ano seguinte, a favela acabou ocupada permanentemente pela polícia.

⁶⁹ <http://odia.ig.com.br/portal/rio/complexo-de-manguinhos-agora-%C3%A9-o-novo-alem%C3%A3o-1.460333>

tangenciam as principais vias que cortam a metrópole e que ligam toda a região ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro. Pela maneira como se desenvolve a atual geopolítica urbana carioca, o Complexo da Maré e o Complexo do Lins – localizados no setor geográfico “Norte” da cidade, devem ser os próximos “alvos” do Estado, dada principalmente a necessidade de garantir maior controle sobre as principais vias de circulação do trânsito no contexto dos “megaeventos” no Rio. O ano de 2013, nesse sentido, pode indicar mudanças ainda mais profundas na nova dinâmica imposta pelas UPPs em relação à disputa territorial entre diferentes facções do tráfico de drogas na cidade. Voltaremos a esse ponto no quarto capítulo.

Ainda no caso das UPPs “periféricas”, sua instalação pode servir também como catalizador para a reversão da tendência histórica de estagnação econômica verificada principalmente nos bairros do entorno do Complexo do Alemão, do Jacarezinho, Mangueiras e no Caju. Desde os anos de 1980, todas essas áreas sofrem um profundo processo de desindustrialização, que está ligado, entre outros fatores, ao aumento da violência na região. Com a “pacificação” de favelas, estas localidades podem voltar a ser alvo de investimentos do setor secundário, por concentrar fatores locais importantes para a atividade industrial como o ótimo acesso às vias de transporte, terrenos relativamente baratos, abundante mão-de-obra barata, etc. Antes mesmo da “pacificação” do Alemão, durante o período em que a favela foi ocupada militarmente pelo Exército em 2010, o prefeito Eduardo Paes já sinalizava para tal tendência⁷⁰: “Do ponto de vista empresarial, essa área vai valorizar em um processo natural por causa da pacificação nas comunidades. Estamos com os olhos voltados para essa região da cidade.” Portanto, nos parece que o “sentido da pacificação” quanto sua lógica locacional não se limita a “segurança pública”, quando observamos onde estão as UPPs e como o projeto evoluiu ao longo do tempo. Seja dentro do “arco da pacificação”, ou nos setores geográficos periféricos como a Zona Oeste e Zona Norte.

Mesmo com toda a sua importância para os “megaeventos”, as UPPs, além de fomentarem a especulação imobiliária e inúmeros investimentos públicos e privados nas áreas “pacificadas”, possuem como um dos principais objetivos a “integração” de favelas. Esse objetivo, a ser concretizado em longo prazo, nos mostra como o projeto, pelo menos em teoria, possui uma meta muito mais ambiciosa do que os possíveis pontos traçados na agenda do Rio até 2016. Mais do que “pacificar” favelas, as UPPs parecem se inscrever em uma perspectiva mais ampla, que diz respeito a toda uma nova maneira de pensar e gerir a cidade do Rio de Janeiro. Ao que parece, esse “novo pensar” é sustentado tanto pelo bom momento econômico que a cidade, o estado e o próprio país atravessam, assim como pelo inédito alinhamento institucional entre os governos municipal,

⁷⁰ <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1377692>

estadual e federal. Dado esse contexto, cabe-nos aqui, todavia, uma pergunta, no intuito de “calibrar” mais precisamente e qualitativamente o fio condutor de nossa análise: afinal, de qual tipo de “integração” estamos falando? E como ela se articula com o atual momento da cidade do Rio de Janeiro?

No ano de 2011, um livro publicado pela editora Elsevier foi um marco sobre todo o esforço do Poder Público e alguns intelectuais em (re)pensar a forma como o espaço urbano carioca era produzido⁷¹. O livro “Rio: a hora da virada”, que conta com o prefácio escrito pelo atual prefeito da cidade – Eduardo Paes, traz uma coletânea de diversos artigos, que se debruçam sobre temas variados da agenda atual do governo como economia, saúde, educação, segurança pública, “megaeventos”, etc., escritos por gestores da própria prefeitura, ou especialistas de cada área que participam do desenho institucional das políticas voltadas para cada setor acima referido. Ao ler os artigos, o leitor logo percebe que as linhas gerais que irão atuar como uma espécie de “norte” entre os capítulos é uma visão que enxerga a cidade como uma “empresa”, tão caro aos moldes neoliberais que crescentemente ganham terreno na maneira de planejar e gerir o espaço urbano em todo o mundo (RIBEIRO, 2006; SOUZA, 2008; MORANGE, 2011). A citação abaixo, retirada do artigo assinado pela ex-secretária municipal de fazenda Eduarda Cunha de La Roque, mostra uma série de termos ligados ao universo empresarial trazidos para o campo do planejamento das cidades⁷²:

“Deve-se continuar buscando novas iniciativas para o financiamento de projetos para a cidade e, para tal, é essencial a participação do *setor privado*. Nesse sentido, dedicação especial tem sido dada à *atração de capital* e cérebros, à melhoria de *eficiência* da arrecadação, às iniciativas para *desburocratização* para facilitar a abertura de empresas e à melhoria do *ambiente empreendedor* como um todo. Trabalhar na articulação para a integração de políticas públicas – nas três esferas do poder - e *privadas*, incluindo questões de segurança e na *formalização de negócios*, é mandatório”. (ROQUE & SOUZA, 2011 p. 36, grifos nossos)

Além dos termos destacados, a citação acima deixa clara que a formação de um “ambiente de negócios” para o Rio passa necessariamente pela resolução de questões de “segurança” crônicas na cidade. Em outra passagem, presente no mesmo artigo, as autoras evidenciam ainda mais que:

⁷¹ A editora Elsevier faz parte do conglomerado internacional Reed Elsevier, com sede na Holanda mas que atua em diferentes países da Europa nos EUA.

⁷² Um outro fato interessante é que depois da saída de Ricardo Henriques da presidência do IPP em meados de 2012, o cargo foi assumido pela própria Eduarda Cunha de La Roque. Hoje, a gestora de cunho “empresarial” é a principal responsável pela execução do projeto da UPP Social no âmbito da prefeitura.

“Segurança pública é condição básica para tal (a integração da 'cidade partida') e, portanto, não se pode deixar de enaltecer os avanços obtidos com a política de pacificação nas comunidades, coordenada pelo governo estadual, fundamental não só para a *melhoria do ambiente de negócios e expansão do turismo*, mas principalmente para a qualidade de vida e possibilidade de *crescimento* de nossa população mais carente”. (*Idem*, p. 36, grifos nossos)

Se, por um lado, o implemento de uma “cidade-empresa” não admite os problemas gerados pela dinâmica do tráfico de drogas de varejo – a exemplo dos constantes tiroteios decorridos do confronto entre traficantes e a polícia, ou o fechamento constante de ruas e avenidas para passagem de “bondes”⁷³ do tráfico, ou ainda os mandos e desmandos dos traficantes sobre o funcionamento do comércio nas imediações das favelas, por outro esta mesma “cidade-empresa”, ou melhor, os seus gestores e planejadores, parecem ter percebido que “integrar” a população favelada carioca à dinâmica formal do Capitalismo é um ótimo negócio. As favelas, que historicamente foram tomadas enquanto “problema” para a cidade, passaram a ser vistas agora como um possível ingrediente a mais em prol do fortalecimento dos processos de acumulação de capital em curso hoje na metrópole carioca. A última frase da citação acima, que diz respeito ao “crescimento de nossa população mais carente”, nos fornece algumas pistas sobre o que estamos querendo dizer.

No dia 6 de novembro de 2012 o jornal “O Globo” publicou matéria com a seguinte manchete: “Classe C nas favelas cresceu”⁷⁴. Nela, o jornal mostra os dados de pesquisa recentemente publicada pelo Instituto Data Popular, que versava sobre a mudança do perfil socioeconômico dos moradores de favelas cariocas entre 2001 e 2011⁷⁵. Os dados são significativos. Durante o referido período, a pesquisa, baseada na metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que a proporção de moradores da chamada “classe C” (rendimentos entre R\$ 2.448 e R\$ 6.220) passou de 29% para 66% nas favelas, enquanto o número de pessoas que pertencem à “classe D” (rendimentos entre R\$ 1.244 e R\$ 2.488) caiu de 59% para 20%. Por outro lado, os representantes da “classe AB” – com renda familiar mensal a partir de R\$ 6.220, tiveram um aumento considerável, passando de 1% da população para 13%. A mudança no perfil dos moradores, ainda segundo o levantamento, mostra que as favelas da cidade movimentam anualmente a cifra de R\$ 13 bilhões, pouco mais de um terço de toda a circulação de capital das favelas brasileiras em conjunto. Se considerarmos o último levantamento disponível do IBGE sobre o PIB municipal, referente ao ano de 2009, as favelas cariocas representam 9,3% da economia da cidade do

⁷³ Gíria que diz respeito aos comboios de carros, camionetes ou vans lotadas de criminosos fortemente armados, que se deslocam pelas ruas da cidade quando alguma quadrilha planeja uma ação criminosa como a invasão de uma favela rival, ou a realização de uma “blitz” falsa para o roubo de carros e pertences das vítimas, etc.

⁷⁴ <http://oglobo.globo.com/rio/classe-nas-favelas-cresceu-6643728#ixzz2BR8GPXGK>

⁷⁵ O instituto é especializado em pesquisas de mercado com o público-alvo das classes “C”, “D” e “E”. O sítio do instituto é <http://www.datapopular.com.br>

Rio de Janeiro, superando toda a riqueza produzida por um município do porte de Niterói, a 4ª economia do estado. Quando a comparação é com o cenário municipal em escala nacional, as favelas cariocas, tomadas em conjunto, corresponderiam a 33ª economia do país, com um PIB equiparado ao município de Joinville/SC (R\$ 13,3 bilhões), estando a frente de algumas capitais brasileiras como Campo Grande/MS (R\$ 11,6 bilhões), Natal/RN (R\$ 10,3 bilhões), Florianópolis/SC (R\$ 8,2 bilhões) e Porto Velho/RO R\$ 6,6 bilhões). Os dados corroboram o estudo anterior de NEGRI (2010) sobre as profundas mudanças sócio-econômicas que as favelas cariocas experimentaram nos últimos anos.

É sabido que dentro do projeto da “pacificação”, a responsabilidade por “integrar” as favelas é exercida a partir das ações da UPP Social. O objetivo principal do projeto é a integração e coordenação das ações ditas “sociais” nas favelas, de maneira a consolidar as iniciativas começadas previamente pela polícia⁷⁶. De acordo com HENRIQUES & RAMOS (2011:245) – os dois responsáveis hoje pelo programa, a meta final que se pretende atingir é que cada favela possa funcionar como qualquer outro bairro da cidade – mesmo que ele seja relativamente mais pobre do que o bairro no seu entorno e que ele, após a diminuição do contingente policial na área, não volte a ser territorializado pela criminalidade armada. O que, entretanto, deve ficar claro, é que a favela “funcionar” como qualquer outro bairro da cidade significa, em primeiro lugar, “formalizar” os processos de acumulação de capital informais em curso anteriormente no seu interior. Como exposto nos parágrafos anteriores, a dinâmica econômica das favelas cariocas é hoje extremamente dinâmica. Não podemos incorrer no erro de tomar a favela através de uma visão bastante datada, que enxergava-a enquanto o lugar privilegiado da pobreza e miséria. Já há muito tempo, alguns autores como PEARLMAN (1981) chamam atenção para o mito construído em torno de uma suposta “marginalização” que as favelas sofreriam na cidade. A referida autora comprovou, já naquela época, que os favelados estavam integrados aos outros bairros da cidade sob inúmeros aspectos, como através do mercado de trabalho, usufruto dos serviços oferecidos, circulação, etc. Essa “integração”, no entanto, não significa, em hipótese alguma, que eles não sofressem estigmas e preconceitos por conta da sua condição socioeconômica ou mesmo simbólica enquanto “morador” de favela. Em todo caso, VALLADARES (2006) argumenta que a visão que enxerga a favela como o lugar da pobreza parte de uma visão homogeneizadora sobre a própria favela, perdendo de vista, a esse respeito, toda a sua heterogeneidade. As favelas, além de não serem iguais entre si, também não são iguais internamente. Algumas delas, encravadas em bairros de renda mais alta na cidade do Rio de Janeiro (e que, não por acaso, encontram-se no espaço privilegiado pelo processo de “pacificação”), concentram um contingente populacional muito interessante do ponto de vista do mercado. São pessoas com razoável poder aquisitivo

⁷⁶ O interessante, entretanto, é que até onde sabemos, não existe nenhum documento oficial que regule, ou mesmo expresse minimamente os objetivos, metas e planejamento da UPP Social, nem mesmo nos moldes dos decretos-lei que dão amparo legal à ocupação policial analisados anteriormente. Se a dimensão “militar” do projeto possui baixa institucionalidade, tal parâmetro, em relação à UPP Social, é nulo.

e que, a partir de pequenas e médias atividades informais, produzem renda. Neste sentido, o que estamos propondo aqui é que o termo “integração”, que é tido como um dos principais objetivos do projeto UPP Social, significa, ao menos em primeiro plano, uma tentativa mais ambiciosa de “formalizar” a economia das favelas cariocas. A proposta de “integração” de favelas do Poder Público está inserida em um contexto mais amplo, que segue a mesma lógica da “cidade-empresa” apresentada em parágrafos anteriores. Assim como as externalidades negativas do tráfico de varejo não poderão continuar a ser toleradas, a existência de uma economia extremamente dinâmica, mas porém *informal* na cidade, também não poderá continuar a existir sob os olhos do Estado. Esse ponto inclusive é apontado claramente no próprio decreto-lei que regulamenta alguns aspectos das UPPs, quando ele prevê que a instalação das unidades irão ocorrer em áreas com “baixa institucionalidade (do Estado) e alto grau de informalidade”.

Vejamos como a proposta de “integração” via mercado funciona, a partir de alguns exemplos referentes ao nosso principal referencial empírico, o Morro da Providência. Primeiramente, temos abaixo a capa da revista “Bons Negócios” distribuída em maio de 2011 em um dos fóruns realizados pela então equipe da UPP Social (que hoje é a equipe do “Territórios da Paz”):

Imagem 4 – Revista “Bons Negócios” edição de Dezembro de 2010



Fonte: material recolhido durante fórum da UPP Social – maio 2011

A capa da revista possui um forte apelo simbólico, que sintetiza uma das dimensões do projeto

através da “participação” dos moradores: o adestramento, a dinamização e a integração destes espaços segregados enquanto “teatros” de acumulação de capital. Os ícones na capa da revista são exemplares. Vemos um homem, negro, engravatado, em meio a um labirinto. O homem olha para o alto, confiante, e empunha uma bússola com o “norte” apontado para o título da revista. O norte aqui significa acima de tudo “bons negócios”. Na parte inferior da capa, encontramos uma espécie de chamada para a matéria que se relaciona com a iconografia, que nos mostra a criação de incubadoras como caminho para a prosperidade no mundo dos negócios. Na porção direita da capa, vemos a chamada para matérias secundárias, todas elas relacionadas também ao mundo dos negócios. Chama nossa atenção a preocupação em dialogar “negócios” com características étnico-sociais das favelas, já que estes espaços contam com expressiva população negra e de mulheres. O próprio *slogan* da revista é bastante provocativo neste sentido: “*empreendedorismo, africanidade, desenvolvimento local*”.

Outro ponto são os cursos de capacitação oferecidos a partir da entrada da polícia. Eles são oferecidos, via de regra, por parcerias entre o Poder Público e empresas privadas mediadas pela UPP Social e o Territórios da Paz. Os cursos englobam uma gama diferente de atividades como supletivos, atividades esportivas, cursos voltados para a capacitação profissional, etc. O grande foco das atividades, todavia, parece ser a capacitação, direta e indiretamente, para o mercado de trabalho de baixa qualificação e de baixa renda. Um primeiro exemplo diz respeito a uma parceria firmada, ao longo de 2011, entre a equipe do Territórios da Paz e o SESI (Serviço Social da Indústria), para a oferta de um curso de Ensino Médio supletivo na favela. A oportunidade de concluir os estudos em um período de tempo menor do que no ensino regular atraiu para a escola um grande número de jovens da Providência e do seu entorno. O supletivo oferecido pelo SESI provocou, ao longo do ano, uma enorme evasão escolar na única escola pública de Ensino Médio da região: o Colégio Estadual Licínio Cardoso. Tão grave quanto a evasão escolar provocada pela escola do SESI, é o fato da responsabilidade pela educação de jovens estar sendo feita por uma iniciativa pensada no âmbito da “segurança pública” e não da educação! A proposta pedagógica do SESI, ademais, possui uma lógica que prima pela formação de uma mão-de-obra qualificada para a indústria e serviços, dentro da lógica da acumulação capitalista, longe de uma proposta voltada para a construção de valores sociais mais profundos. A projeto reforça a lógica excludente e mesmo elitista presente há décadas na educação brasileira, ao sinalizar os cursos técnicos como o espaço privilegiado de ensino para os pobres.

Um segundo exemplo diz respeito aos cursos oferecidos tanto no prédio ocupado pela “base” da UPP, localizada dentro do morro, na área conhecida como “sessenta”, assim como no entorno da favela⁷⁷. Os cursos em geral são também voltados para a qualificação de mão-de-obra para empregos de baixa

⁷⁷ A sede da UPP Providência está instalada num edifício com boa infraestrutura cedido pela prefeitura do Rio, onde, juntamente com a UPP, funcionam serviços de assistência social operados pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

remuneração, como copeiros, garçons, atendentes de lojas, recepcionistas, cozinheiros, etc. Na sede da UPP, houve anteriormente um curso voltado para a área de “culinária” que aproveitou a infraestrutura da cozinha industrial já existente no prédio. A iniciativa todavia não é regular. Atualmente, os dois cursos regulares oferecidos na “base” são aulas de jiu-jitsu ministradas pelos próprios policiais, além de um curso de inglês oferecido pela parceria firmada entre o consulado geral dos EUA, a Secretaria Municipal de Educação (SME), o Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU) e a coordenação geral das UPPs⁷⁸. Outra iniciativa, ocorrida ao longo de 2012, foi um curso de “soldador” oferecido aos moradores através da articulação entre a empresa IESA Óleo e Gás, o SESI e a FIRJAN, realizado no prédio do SENAI-Maracanã⁷⁹. Além dessas, outras iniciativas visam ainda a formação de microempreendedores no espaço da favela. De acordo com cartaz informativo do Núcleo de Inclusão Produtiva, associado à Secretaria Municipal de Assistência Social, um dos cursos da área, divulgado na Providência, era voltado “para pessoas com baixa renda interessadas em abrir ou aprimorar o próprio negócio”⁸⁰.

Além dos cursos, um outro exemplo constituinte da proposta de “integração” diz respeito aos estágios e empregos oferecidos pela equipe da UPP Social em parceria com a iniciativa privada. São iniciativas voltadas em especial para pessoas de baixa qualificação em diversas áreas, indo desde atendentes de loja, até cozinheiros ou mesmo empregos na construção civil para os projetos de infraestrutura hoje presentes na Zona Portuária – como o “Morar Carioca” e o “Porto Maravilha”. Abaixo, reproduzimos na íntegra um quadro com duas ofertas de emprego divulgadas pela UPP Social:

⁷⁸ O curso nos parece uma exceção quando comparado ao perfil das outras iniciativas, que objetivam qualificar pessoas para profissões de baixa remuneração. Mas mesmo assim, o discurso oficial sobre o programa passa sempre pelo filtro da lógica do mercado que direciona as ações da UPP. Sobre isso, ver a matéria de divulgação do curso em <http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/convenio-leva-curso-de-ingles-ao-morro-da-providencia/Provid%C3%Aancia>

⁷⁹ Para o transporte até o SENAI, uma van diariamente levava e trazia os moradores da Providência que participavam do curso.

⁸⁰ Anotação em “caderneta” de campo, dia 1/11/12

Imagem 5 – Exemplos de emprego oferecidos através da UPP Social

Grupo Pão de Açúcar (GPA)	Rede KFC (<i>fast-food</i>)
Função: Venda de cartões do grupo GPA Benefícios: Salário: R\$ 730,00 + Vale Transporte + Refeição no local Contrato: temporário (chance de efetivação) Local de trabalho: Flamengo e Copacabana Experiência: Não é necessário experiência (pode ser primeiro emprego) Escolaridade: Fundamental completo. Observações: Escala 6 X 1 Deve ter disponibilidade de horário.	Função: Atendente de lanchonete Benefícios: Salário: R\$ 3,05 hora + Vale Transporte + Refeição no local Contrato: temporário (chance de efetivação) Local de trabalho: não divulgado Experiência: Não é necessário experiência (pode ser primeiro emprego) Escolaridade: Fundamental completo.

Fonte: “Caderneta” de campo – dezembro 2012

Os exemplos acima são somente dois dentro da gama de ofertas de emprego oferecidas regularmente pela UPP. Muitas vezes, os empregos se encaixam dentro da lógica de precarização das condições de trabalho, uma vez que muitos dos estágios não são remunerados, ou pagam valores baixos por um período integral de trabalho. Ademais, muitos possuem, por sua vez, um vínculo “temporário” de emprego, sem carteira assinada, estando a permanência no cargo vinculada ao gosto do empregador. Esta é uma das facetas neoliberais da “pacificação”, que reverbera com extrema nitidez os pressupostos da “cidade-empresa” vistos anteriormente.

Além de todos os fatores enumerados acima, outro pilar que complementa a proposta de “integração” via mercado são os processos de regularização econômica das favelas. Uma das primeiras ações da prefeitura após a “pacificação” foi a parceria firmada junto à empresa fornecedora de energia elétrica – a LIGHT, no intuito de regularizar a distribuição de energia. A empresa ofereceu o serviço “tarifa social”, que consiste num desconto no preço cobrado pela energia elétrica criado pela Lei 10.438/02,

a ser concedido para famílias que atendam aos critérios estabelecidos na Lei 12.212/10⁸¹. O desconto da “tarifa social” pode variar de 10% até 65% da conta, de acordo com o consumo de cada cliente. De maneira geral, quanto menor o consumo de kWh/mês, maior é o desconto. Além da iniciativa, a LIGHT começou a retirar as instalações ilegais de luz – o vulgo “gato”, e instalar relógios regularizados nas casas e estabelecimentos comerciais. A iniciativa, iniciada em 2010 junto com a instalação da UPP na Providência, é feita a passos lentos por conta das obras de infraestrutura do “Morar Carioca”, que estão, entre outras coisas, impactando na rede elétrica de toda a favela. Mas o que nos parece relevante é o peso da formalização para os cofres da empresa. Em matéria publicada pelo jornal “O Globo”⁸², os dados sobre o Santa Marta, onde o processo de regularização encontra-se mais avançado, mostram que a formalização dos moradores aumentou em 5.437% a arrecadação na área, passando de R\$ 1.585,64/ano em média para o período anterior à UPP, para R\$ 87.799,04 em 2011. A arrecadação, só no mês de dezembro de 2011, ficou em R\$ 79.509,12, contra apenas R\$ 242,17 no mesmo mês no período anterior ao processo de “pacificação”. Ademais, a expansão da rede de energia no Santa Marta ainda aumentou significativamente a arrecadação do ICMS, que chegou a R\$ 17.854,80 em dezembro de 2011, em vez dos R\$ 285,42 do mês anterior ao projeto ser implantado em 2008. A função regularizadora das UPPs é inclusive explicitada por um comunicado internacional, oriundo da embaixada americana, que foi interceptado e posteriormente divulgado pelo sítio Wikileaks⁸³:

“Para além dos fatores envolvidos no programa de pacificação, existem também *significativos interesses econômicos* em jogo. Alguns economistas previram que se todas as favelas do Rio passassem para a autoridade do estado do Rio, haveria um aumento de 90 milhões de reais (45 milhões de dólares) em novas taxas sobre serviços e propriedade, os quais fluiriam para o governo municipal. O presidente da companhia provedora de energia elétrica no Rio, a Light, estimou que a economia do Rio de Janeiro poderia crescer em cerca de 38 bilhões de reais (21 bilhões de dólares) mediante o crescimento do comércio e dos novos empregos. De acordo com André Urani, um economista do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), a Light perde, pelo menos, 200 milhões de dólares por ano em decorrência da energia clandestina nas favelas. Enfatizando o potencial de mercado das favelas, Urani declarou: “Imagine os ganhos em receita se a Light conseguisse transformar os um milhão de consumidores ilegais dos seus serviços em clientes”. (tradução contida em TEIXEIRA, 2011, grifos nossos)

⁸¹ Renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional, ou que algum membro da família receba o benefício de “prestação continuada”, que é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

⁸² <http://oglobo.globo.com/rio/light-ja-reduziu-em-90-gatos-de-energia-em-cinco-comunidades-com-upps-3555758>

⁸³ <http://cables.mrkva.eu/cable.php?id=227728>

A declaração reforça mais uma vez a dimensão supralocal do projeto – dada a relevância que ele assume nos interesses do governo dos EUA no Brasil. Ademais, a fala de André Urani, um dos economistas envolvidos no desenho institucional do programa e co-organizador do livro anteriormente citado “Rio: a hora da virada”, nos mostra como a UPP Social é uma peça importantíssima dentro da atual proposta de gestão da cidade, que tem a formalização do espaço urbano como um dos seus maiores objetivos. Não é por acaso que a primeira secretaria criada durante a primeira gestão de Eduardo Paes (2008-2011) fora a Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP), o braço da prefeitura responsável por regularizar e disciplinar a maneira como o espaço urbano carioca é produzido. Uma das principais iniciativas da SEOP, ao longo dos últimos quatro anos, foi o chamado “Choque de Ordem”. O programa, de acordo com o sítio oficial da prefeitura⁸⁴, enxerga a “desordem urbana” como a grande causadora da sensação de insegurança pública e geradora das condições propiciadoras à prática de crimes. Além disso, a própria “desordem” é vista como um problema que, segundo a prefeitura, “banem as pessoas e os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração, desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas”. Pela citação acima, é possível perceber a forma como o programa “Choque de Ordem” foi inspirado nas iniciativas baseadas na teoria conservadora das “Broken Windows”, desenvolvida anteriormente por WILSON & KELLING (1982). Da mesma forma que a teoria influenciou o desenvolvimento de políticas urbanas pelo mundo – a exemplo de Nova York, com a “Zero Tolerance” de Rudolph Giuliani, ou em Bogotá, com a “Cultura Ciudadana” de Mokcus e Peñalosa, o “Choque de Ordem” carioca pretende contribuir para a sensação de “segurança” na cidade a partir da disciplinarização autoritária do espaço urbano, com a regularização e formalização de camelôs, ambulantes, do trânsito, das obras públicas, do que pode ou não ser vendido na praia, entre outros inúmeros fatores que escapam aos interesses de nossa discussão⁸⁵. Em todo caso, a mesma SEOP irá desenvolver também, a partir do início do processo de “pacificação”, programas de regularização especificamente voltados para as favelas. É o caso do programa “Empresa Bacana”, já iniciado em oito favelas com UPPs incluindo a Providência:

⁸⁴ <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137>

⁸⁵ A inspiração da função regularizadora das UPPs aparece inclusive em outro artigo assinado por HENRIQUES & RAMOS (2010), quando os autores falam de outros programas de prevenção à violência como o “Cultura Ciudadana” de Bogotá (MARTIN & CEBALLÓN, 2004).

“O Projeto Empresa Bacana é uma parceria entre a Prefeitura do Rio, Sebrae/RJ e o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis (Sescon/RJ), criado para desenvolver sustentavelmente a economia das comunidades cariocas e para incentivar as pessoas que trabalhavam na informalidade a se tornarem microempresários individuais, abrindo seus próprios negócios. Através deste Choque de Legalidade, foi possível desenvolver uma ação efetiva nas comunidades, detectando as atividades que poderiam ser legalizadas e trazendo assim muitos comerciantes para a formalidade. Ao legalizar o negócio, o empreendedor pode contratar pessoas com carteira assinada, tendo acesso ao crédito e uma série de possibilidades de vender para empresas de grande porte, gerando volume de renda maior para a população local. (trecho retirado do sítio da SEOP - <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=1740822>)

Diante de tudo isso, concordamos com TEIXEIRA (2011) em relação ao papel que as UPPs possuem para a formalização dos moradores das favelas enquanto um enorme mercado consumidor ainda subexplorado na cidade. Se imaginarmos, como vimos, que a população favelada carioca pode chegar a um número maior do que 2 milhões de pessoas, estaremos falando de um interessante contingente populacional que antes encontrava-se fora do recolhimento de taxas e impostos por parte do Estado. Além disso, a oferta de cursos profissionalizantes e outros projetos sociais é pautada pela formação de um exército de mão-de-obra de baixa qualificação, capaz de, ao mesmo tempo, servir de mão-de-obra barata para o setor secundário e principalmente terciário da cidade. Em um momento onde a cidade passa por uma relativa fase de prosperidade econômica, a oferta de mão-de-obra nesses moldes é algo que não pode ser desconsiderado.

Os cursos, estágios e empregos oferecidos, ademais, nos mostram como a “ética do trabalho” – um poderoso mecanismo que historicamente foi usado na cidade do Rio de Janeiro como apelo ideológico para o desenvolvimento de mecanismos de controle social, encontra nas UPPs mais um dos seus desdobramentos. As políticas “sociais” voltadas para os favelados, em especial para os mais jovens, não conseguem superar uma visão que insiste em relacionar “pobreza” com “criminalidade”, ao tratá-las como estratégia “preventiva” de “segurança pública” para as favelas. Reside precisamente sobre a “ética do trabalho” o fecho que une, nos espaços da “pacificação”, o universo do empreendedorismo com o da polícia. Isso inclusive aparece claramente na fala do Capitão Glauco Schrocht, chefe do policiamento na UPP Providência, em entrevista dada ao autor em janeiro de 2013. Apesar de voltarmos a tocar nesse assunto no próximo capítulo, vale a pena ler a transcrição de um trecho da entrevista quando o capitão fala sobre as ações desenvolvidas pela polícia em parceria com outros órgãos do governo e empresas privadas:

“Eu não vou prometer que o cara vai sair empregado. A turma de trinta, não. Agora, os dois melhores vão ser empregados. Os melhores serão empregados. As crianças que estão fazendo o curso de inglês do IBEU já sabem: a melhor do curso vai fazer um curso de inglês nos Estados Unidos durante três meses. Então eles já sabem a regra do jogo. É claro, o objetivo é claro. Mas é aquilo, é devagar, é bem devagar. Muitas pessoas não querem ou ainda não entenderam isso... não perceberam, muitos não querem entender. Mas quem já participou, já veio, já vivenciou sabe que o trabalho é sério, consegue perceber que o trabalho é sério. Nós já temos “microempresários” aqui que não são mais micro, são “médioempresários” que começaram aqui dentro. (...) As pessoas fazem o curso e são contratadas pela empresa que é parceira e que fornece o curso. Mas assim, é devagar, né? Eu não tenho como ajudar e procurar até porque não depende de mim, porque eu faço segurança pública. Essas ações que nós desenvolvemos em parceria são ações preventivas e não são nem ações sociais. Porque eu entendendo que a melhor propaganda é a pessoa verificar que o trabalho é sério.”

Além dos pontos apresentados acima, a “integração” parte também de todo um esforço pela regularização fundiária das propriedades em áreas de favela, além das obras de infraestrutura urbana que visam integrá-las plenamente ao restante da cidade. O programa “Morar Carioca”, como apontado anteriormente, exerce um papel fundamental nesse sentido. É através dele que a proposta de “integrar” as favelas ganhará maior materialidade. No caso da Providência, o projeto é a ação de maior escala que o Poder Público realiza atualmente. De acordo com o sítio oficial do projeto⁸⁶, as ações na Providência abrangem a implantação de novas redes de água, esgoto e drenagem, construção de um plano inclinado e de um teleférico com três estações, que interliga a Providência com a Central do Brasil e a Cidade do Samba. O projeto ainda prevê a construção de cerca de 800 novas moradias para reassentar famílias que vivem em áreas de risco na Providência e em comunidades do entorno. Outras benfeitorias prometidas pela prefeitura incluem a construção de um Centro Histórico e Cultural na área que abrange a Ladeira do Barroso, a Igreja Nossa Senhora da Penha, o antigo reservatório e a Capela do Cruzeiro, uma praça com anfiteatro, construção de um Espaço de Desenvolvimento Infantil (creche) para 170 crianças, um centro esportivo, um centro para capacitação de mão-de-obra e procura de emprego, reforma da Praça Américo Brum, alargamento de ruas, reforma da pavimentação, construção de calçadas e melhoria das condições de acesso. O programa pretende abrir caminho para a “integração” da Providência ao restante da região no contexto de “revitalização” da Zona Portuária pelo “Porto Maravilha”, além de vislumbrar o enorme potencial turístico da área em decorrência dos “megaeventos” a serem realizados na cidade até 2016.

⁸⁶ <http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=2591642>

O que conseguimos ver até agora do projeto na Providência foi a realização das obras para a construção do teleférico, além do início da construção, em ritmo bastante lento, de algumas das unidades habitacionais prometidas pela prefeitura. Quanto ao teleférico, as obras vêm causando enormes protestos por parte dos moradores. O local escolhido para a construção de uma das estações demoliu a única quadra esportiva existente na Providência, localizada na praça Américo Brum, lugar de grande importância afetiva e de memória para a comunidade, como também lugar onde ocorriam as maiores festividades na favela até então. Os moradores, que eram em sua grande maioria contrários à destruição da praça, organizaram um protesto contra a ação da prefeitura, sendo duramente reprimidos pelos policiais da UPP na ocasião. O papel da polícia ali era um só: garantir o cumprimento da ordem do Poder Público. O método de abordagem não diferiu em absolutamente nada dos antigos métodos policiais, baseados em esquemas de policiamento autoritário “de cima para baixo”, e que prezam pela segurança em primeiro plano do próprio Estado. O sargento que comandou a ação policial ao ser indagado sobre o papel da polícia ali, respondeu a todos e todas que a função da polícia naquela ocasião era “*fazer cumprir as ordens do Estado*”. Nas figuras abaixo, podemos ver o protesto dos moradores e a ação da polícia no dia da manifestação:

Imagem 6 – Protestos contra a destruição da Praça Américo Brum



Fonte: Fotografia tirada por “autor desconhecido”, disponível no sítio <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/07/19/construcao-de-teleférico-no-morro-da-providencia-gera-polemica-entre-moradores-no-rio.htm>

Imagem 7 – A ação dos policiais da UPP contra uma manifestação dos moradores da antiga praça Américo Brum



Fonte: Fotografia tirada por Luiz Baltar em 19/07/2011

Além da destruição da quadra, a prefeitura, na esteira das ações do projeto, classificou aproximadamente 800 unidades habitacionais (algumas delas transformadas parcialmente em pequenas “biroscas”) como construções localizadas em supostas “áreas de risco”, ou ainda em áreas que sofrerão impactos de infraestrutura do Morar Carioca (como na abertura de novas vias, pela construção do teleférico ou do “plano inclinado”, etc.). A prefeitura se dispôs a construir 635 novas casas para abrigar os moradores que serão removidos, sendo que, além das obras estarem atrasadas, o total de moradias não é suficiente para abrigar todos os removidos. O destino dos moradores que já deixaram as casas também é incerto. O valor da indenização proposto é insuficiente para comprar uma casa no centro da cidade, assim como a proposta de pagamento de um “aluguel social” no valor de R\$ 400,00 mensais (pagos enquanto a nova moradia não é construída) não permite alugar hoje sequer uma casa dentro da Providência. Nas próximas duas páginas, veremos imagens ilustrativas dos impactos do projeto. Primeiramente, mostramos um mapa com todos os desdobramentos previstos pela prefeitura do “Morar Carioca” sobre a Providência e o seu entorno. Em seguida, mostramos uma foto tirada na Providência perto da localidade que abrigará um “Centro Histórico”. As inscrições SMH (Secretaria Municipal de Habitação) indica que a casa deverá ser removida:

**Mapa 4 - Os impactos do programa “Morar Carioca”
no Morro da Providência e no seu entorno**

NUPED

Núcleo de Pesquisas sobre
Desenvolvimento Sócio-Espacial



Localidades

a Providência	e Garagem São Silvestre
b Vila Olímpica da Gamboa	f Terminal Am. Fontenelle
c Cemitério dos Ingleses	g Central do Brasil
d Conjunto dos Portuários	h Comando Militar do Leste

Intervenções do Morar Carioca

Serviços Públicos

- 1 Espaço de Desenvolvimento Infantil
- 2 Centro de trabalho, emprego e renda
- 3 Centro esportivo e de eventos
- 4 Centro histórico

Acessibilidade

- 5 Plano inclinado
- 6 Via da Grola
- 7 Via Dolores Pires
- 8 Estações do Teleférico

Infraestrutura

- 9 Área do 60
- 10 Complementação diversas
- 11 Áreas de lazer

Construção de Unidades Habitacionais (UHs)

- 12 20UHs, Ladeira do Barroso nº235
- 13 58UHs, Ladeira do Faria nº 91
- 14 131 UHs, Nabuco de Freitas nº95 e 125
- 15 77 UHs, Rua Cardoso Marinho nº63
- 16 349 UHs, Autamaro Costa - programa "Minha Casa Minha Vida"

Remoções de Unidades Habitacionais (UHs)

- Unidades a serem removidas por risco geotécnico, estrutural e/ou insalubridade
- Unidades a serem removidas pelas intervenções urbanísticas do projeto Morar Carioca

Imagem 6 – Casa demarcada pela Secretaria Municipal de Habitação na Providência

Fonte: Fotografia tirada pelo autor em junho de 2011

O laudo técnico da prefeitura, que supostamente condenaria todas as construções em “áreas de risco”, não foi até agora apresentado para a comunidade. Os moradores tentaram ter acesso a ele, assim como discutir as remoções causadas pelo teleférico junto ao Poder Público, sem conseguir, no entanto, grandes avanços. Isso gerou uma série de protestos e a iniciativa dos próprios moradores, junto aos ativismos sociais locais, em buscar mecanismos para impedir o avanço das obras. Em agosto de 2011, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a partir de ação judicial movida, embargou as remoções de casas, sob o argumento da inexistência do laudo técnico. A decisão significou na época a suspensão temporária das obras, que foram, no entanto, retomadas ainda no mesmo ano. Depois de muita mobilização e pressão por parte dos moradores e dos ativismos locais, o Ministério Público, em novembro de 2012, novamente embargou as obras sob o mesmo argumento, veiculando a continuação da mesma à apresentação do laudo que justificasse as remoções de casas. No momento de redação do texto (março de 2013), está proibida qualquer remoção de casa dentro da Providência, embora as obras especificamente do teleférico não tenham sido embargadas pela justiça. Para o Poder Público, o embargo das obras, dada a fase já avançada

do projeto e a transformação da antiga praça Américo Brum em um gigantesco “canteiro de obras”, significaria um risco ainda maior para os moradores. Seja como for, o saldo dos impactos decorrentes do “Morar Carioca” até agora se consistiu na destruição de uma das únicas áreas de lazer da favela – a praça Américo Brum, além da produção, para 800 famílias diferentes, de um novo sentimento de permanente insegurança, pautado pelo risco de perder sua moradia no local onde grande parte delas viveram toda a sua vida. A nova sensação de insegurança, para além da ameaça direta de remoção, se dá também pelos impactos que a instalação da UPP trouxe para a dinâmica do tráfico de drogas de varejo no local. Voltaremos a esse ponto no próximo capítulo.

Para concluir, gostaríamos de deixar algumas considerações para reflexão sobre nossa seção final. Primeiramente, sabemos que o Estado produz direta e indiretamente formas de segregação sócio-espacial, como através dos projetos de habitação patrocinados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNH) durante os anos 1960 e 70 (VALLADARES, 1978; SANTOS, 1981). Dentro da agenda de “integração” de favelas, as UPPs parecem incorrer num paradoxo perverso ao sinalizar para uma possível “integração excludente” dos pobres urbanos, repetindo os principais erros de políticas anteriores. No curto prazo, as obras de urbanização do “Morar Carioca”, como exposto acima, contribuem diretamente na remoção de centenas de moradias para a realização de projetos de infraestrutura nas favelas. Além da prefeitura não ter conseguido comprovar até hoje que as casas encontram-se em “risco” – uma vez que ela ainda não apresentou o laudo técnico que comprova a referida situação, um outro laudo, feito por técnicos ligados a ativismos sociais de apoio aos moradores, comprova que as casas não se encontram em áreas sujeitas a desabamento. O resultado do contra-laudo é reforçado ainda por um outro laudo oficial da própria prefeitura, referente ao ano de 2005, que não condena as casas que hoje encontram-se em vias de remoção. A situação é tão complexa que em locais considerados hoje pela prefeitura como “áreas de risco”, ocorrem outras obras de urbanização ligadas a um projeto anterior, de iniciativa do senador Marcelo Crivella, intitulado “Cimento Social”⁸⁷. Enquanto os moradores dentro dessas áreas estão com as casas marcadas (como exposto na foto da outra página), as casas construídas por Crivella permanecem fora do risco das remoções. É no mínimo curioso que nas últimas eleições municipais, em troca do apoio de Crivella, o atual prefeito do Rio, Eduardo Paes, tenha incluído o “Cimento Social” em sua agenda de governo. E não é à toa também que ambos, Paes e Crivella, tenham inaugurado juntos o programa nos morros da

⁸⁷ O “Cimento Social” começou na Providência no ano de 2008. Em conjunto com as obras, a favela passou pela sua primeira experiência de ocupação militar com a presença ostensiva do Exército Brasileiro em suas ruas e vielas, com o objetivo de garantir a realização do programa. Podemos dizer que o “Cimento Social” inaugurou no Rio de Janeiro as iniciativas mais explícitas de “urbanização militarizada” que ocorrem hoje com as UPPs. Todavia, a ação do Exército em decorrência das obras gerou um dos episódios mais tristes Providência, quando alguns militares, sob a justificativa de terem sofrido “desacato”, sequestraram e “venderam” os três jovens que supostamente tinham cometido a infração para traficantes rivais do Morro da Mineira, uma favela próxima à Providência. O crime foi a gota d’água dentro de uma série de outros abusos cometidos pelos militares, o que levou ao protesto popular dos moradores e à retirada dos militares no mesmo ano. As obras foram na época temporariamente embargadas pela justiça por conta de tais desdobramentos.

Mangueira e Andaraí, duas favelas que contam com UPPs desde 2011⁸⁸.

Outro ponto, em relação ao médio e longo prazos, diz respeito à brutal valorização da terra e dos imóveis gerada pela “pacificação”. Essa consequência, aliada à regularização de serviços públicos e pela ausência ou ineficácia de políticas de geração de renda, podem gerar o fenômeno da gentrificação, ou seja, da expulsão indireta dos moradores pela elevação do custo de vida. Na Providência, a vertiginosa valorização dos imóveis e a regularização de serviços, em conjunto com o enfraquecimento dos circuitos informais da economia, vêm trazendo dificuldades para uma série de moradores – em especial os pequenos comerciantes da favela. Em conversa informal em 4 de agosto de 2011, um morador, dono de uma “birosca” local, nos relatou que o aumento das taxas cobradas pela prefeitura trouxe maiores dificuldades financeiras para a continuidade do seu negócio. O problema é ainda maior, de acordo como ele, pela proibição de festas na favela (bailes “funk”, principalmente), que reduziram sensivelmente o seu faturamento nos finais de semana. Poderíamos inferir, da mesma forma, que o enfraquecimento da economia do subsistema varejo da droga em escala local, pela instalação da UPP, vai direta e indiretamente enfraquecer toda uma rede de atividades que se estabeleciam por e através dele (SOUZA, 2000, pp. 57-81). Querendo ou não, o tráfico de drogas gera emprego. E querendo ou não, também uma série de pessoas dependem direta e/ou indiretamente dele para viver, como no caso do nosso interlocutor, que mesmo não trabalhando diretamente na economia da droga, fornecia “quentinhas”, bebidas e outras mercadorias para os traficantes e consumidores. Paralelamente a desarticulação das redes de economia informal, a chegada de serviços e empreendimentos formais invade as favelas em uma velocidade impressionante. Como vimos, a primeira ação do Poder Público na Providência após a “pacificação” foi a instalação de um “caixa 24 horas”, seguida a abertura de uma filial de uma operadora de TV por assinatura, início da regularização da luz, etc. Não existe, por outro lado, nenhuma iniciativa mais consistente para a construção de escolas, hospitais públicos ou mesmo postos de saúde no morro, uma demanda urgente dos moradores.

Isso significa que se as duas tendências – remoção direta no curto e gentrificação no médio e longo prazos se confirmarem, poderemos ter como resultado a criação, na cidade do Rio de Janeiro, de um novo padrão de segregação sócio-espacial, com a retirada dos últimos redutos de moradia dos pobres urbanos das áreas mais valorizadas na cidade. Não só a Zona Portuária, como a cidade do Rio de Janeiro como um todo vivencia hoje a retomada das políticas “remocionistas” de favelas dentro do contexto das obras para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016. As remoções ocorrem em diferentes pontos da cidade, mas estima-se que aproximadamente 130 comunidades serão afetadas pelas obras relacionadas aos “megeventos”¹⁹. Imaginemos, a guisa de exemplo, um cenário construído em longo prazo, onde as

⁸⁸ <http://oglobo.globo.com/pais/paes-vai-inaugurar-cimento-social-com-crivella-neste-sabado-3944074>

¹⁹ Sobre as remoções e os protestos contrários a esta política, recomendamos a leitura de uma série de matérias feitas pelo sítio “Observatório de Favelas”: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/>. Para uma análise sobre o papel dos

favelas “pacificadas” consigam ser plenamente incorporadas ao restante da cidade, através da consolidação do domínio territorial do Estado, com a oferta dos mesmos serviços hoje oferecidos nos bairros, melhoria da infraestrutura urbana, etc. Nada impede que esses espaços, se confirmada a tendência de remoção direta e gentrificação, não sejam mais os locais de moradia dos pobres urbanos no futuro, uma vez que não existe, pelo menos até agora, políticas públicas de geração de renda, em larga escala, capazes de garantir a permanência dos atuais moradores nas favelas. Pode-se criar assim um padrão de segregação ainda mais perverso, que torna os espaços da “pacificação” áreas mais valorizadas (inclua-se aí não só os bairros, mas principalmente as favelas), com menores índices de violência e destinadas a moradia de extratos mais abastados da população carioca. Enquanto isso, as periferias da cidade sofrem não só os impactos da migração dos pobres urbanos expulsos na escala intraurbana, como também o da reorganização geopolítica do tráfico de drogas de varejo. É criada assim a falsa impressão de uma cidade realmente mais “integrada”, quando no caso o que ocorreu realmente foi a simples “periferização” da exclusão e da violência⁸⁹.

Por todos esses motivos, nos parece que o esforço em “integrar” as favelas parte de um princípio pautado por leis e regras, ou seja, por um *nómos* fundamentalmente exterior a elas. A falta de uma participação maior dos próprios moradores nos processos de tomada de decisão que, via de regra, seguem o padrão “de cima para baixo”, gera ações do Poder Público que vão de encontro aos interesses daqueles que supostamente deveriam ser beneficiados pelas políticas: os pobres urbanos. A expulsão, é importante sublinhar, da esfera visível armada do tráfico, em conjunto com a oferta de alguns serviços, pode nos indicar um certo avanço político nas favelas “pacificadas”. No entanto, valores democráticos mais profundos como a capacidade de autodeterminação política dos moradores, maior justiça social, respeito aos direitos humanos, entre outros, encontram-se ainda distantes dos ganhos já conseguidos, pelo menos em relação ao nosso campo de estudos, o Morro da Providência. As UPPs, neste sentido, possuem sua lógica ainda emoldurada pelos limites de um horizonte heterônomo, dada a maneira como os processos de tomada de decisão são tomados no âmbito do projeto. Terminamos o capítulo com um alerta: é preciso compreender, para além de alguns benefícios em curto prazo nas favelas, a quem o processo de “pacificação” está mais profundamente beneficiando, assim como alguns cenários, expostos acima, que

“megaeventos” e seu impacto sobre a produção do espaço urbano carioca, inclusive seu desdobramento sobre a retomada das remoções e novos assentamentos ver CASTRO (2012).

⁸⁹ Poder-se-ia argumentar que a solução do problema é só uma questão de escala do projeto. Bastaria ampliar as UPPs para toda a cidade que o cenário acima seria superado. A questão, no entanto, é que a ampliação do projeto, em concordância com SOUZA (2010), nos parece inviável, uma vez que existem, só no município do Rio de Janeiro, aproximadamente 900 favelas segundo dados do Censo 2010 do IBGE. Para se ter uma ideia, as 30 UPPs hoje contam com 8.014 policiais distribuídos por 153 favelas. Em um cálculo proporcional, o projeto deveria ser expandido em 5,9 vezes para conseguir dar conta do universo de todas as favelas do município, o que significa um contingente extra, só nas UPPs, de 47.282 policiais. Sabendo-se que hoje o quadro da PMERJ em todo o estado do Rio de Janeiro é de 38 mil homens, a expansão das UPPs para todo o município é descabida. Isso só do ponto de vista quantitativo, fora todo o tempo e custos gastos em treinamento, armamento, alojamento para os PMs, veículos, etc.

podem vir a se confirmar em médio e longo prazo. Ademais, é preciso pensar nos limites e possibilidades do projeto em tempos de construção de um discurso hegemônico sobre as benfeitorias quase inquestionáveis que a “pacificação” nos oferece.

**Capítulo III - “Vocês estão fazendo uma festa
na minha casa e não me convidaram!”⁹⁰:**
a conquista do território do Morro da Providência

*“Tenho medo. Medo de ti, sem te conhecer,
medo só de te sentir, encravada
favela, erisipela, mal do monte
na coxa flava do Rio de Janeiro.*

*Medo: não da tua lâmina nem do teu revolver
Nem da tua manha nem de teu olhar
Medo de que sintas como sou culpado
e culpados somos de pouca ou nenhuma irmandade”⁹¹*

No capítulo anterior, procuramos apresentar ao leitor, de maneira geral, o projeto das UPPs na sua dimensão “militar” e “social”. Vimos que a “pacificação” irá conjugar, ao mesmo tempo, duas estratégias complementares: por um lado, a inserção de um policiamento ambíguo, que pretende ao mesmo tempo seguir uma abordagem “comunitária” mas que ainda é tingido por fortes tonalidades de militarização. Por outro, a ocupação policial é flanqueada também pelo desenvolvimento de algumas “ações sociais”, mediadas pela UPP Social com base em parcerias firmadas com outras secretarias do governo, ativismos sociais, ONGs e a iniciativa privada. Procuramos resgatar também dois pressupostos que julgamos fundamentais para compreender a qual linhagem a política de “pacificação” é tributária, ao mesclar uma proposta de “integração” dos pobres com um processo mais amplo de militarização do urbano. Por fim, na última sessão, foi a vez de nos debruçarmos sobre a relação entre o contexto vivido pela cidade do Rio de Janeiro e sua demanda por um tipo distinto de “segurança”. A mudança abriu caminho para o entrelaçamento dos dois pressupostos acima referidos, no que diz respeito ao tratamento da pobreza e da violência na metrópole carioca dos dias atuais.

Todavia, a discussão do capítulo anterior procurou deixar claro que a proposta de “integração” do projeto das UPPs parte de uma condição necessária: o controle estatal sobre o espaço das favelas. Sem ele, nenhum tipo de formalização do comércio local, ou a regularização e oferta de novos serviços, ou mesmo obras mais ambiciosas, como o “Morar Carioca”, seriam possíveis. O domínio territorial do tráfico de drogas (e, mais recentemente, das milícias), é um enorme desafio para as intervenções Poder Público em tais espaços. Esse mesmo desafio nos mostra que o problema da segregação residencial, no contexto da metrópole carioca, vai muito além de um quadro de

⁹⁰ Trecho da fala de uma morada em uma das reuniões da UPP Social na Providência.

⁹¹ Trecho do poema “Favelário Nacional” de Carlos Drummond de Andrade

segregação típica, visto como o “empurramento” dos pobres urbanos para as áreas da cidade menos valorizadas. As favelas cariocas, até meados da década de 70, mantinham relações mais intensas com o seu entorno. O estigma do medo e da ameaça, tão atrelados a elas, ainda não eram fortes como hoje, assim como não havia grandes limitações quanto ao acesso e circulação principalmente de pessoas por tais áreas. A maioria dos programas de urbanização até então dispensavam intervenções militares no intuito de garantir a realização das obras. Como visto anteriormente, os projetos de intervenção fomentados pela Fundação Leão XIII, Cruzada São Sebastião, CHISAM ou CODESCO seguiam tal lógica. Mas a grande questão é que ao longo dos anos 80 tal contexto começa a apresentar sinais de significativa mudança. A crescente territorialização de espaços segregados, seja por traficantes de drogas ou mais recentemente por milicianos, levou ao progressivo “fechamento” das favelas tanto entre si quanto em relação ao restante da cidade. A *facção* do tráfico de drogas ou o grupo miliciano que controla cada área passou a ser o principal ente identitário do local. Os novos “donos do morro” transformaram-se em poderosos limitadores quanto ao acesso e circulação de pessoas, assim como para a realização de obras públicas. Além de “segregadas”, as favelas passaram a se constituir cada vez mais como verdadeiras “fraturas” ao restante da cidade, uma vez que a comunicação entre elas e outros bairros foi se tornando crescentemente restrita. De modo geral, as favelas passaram a ter um controle e gestão do seu cotidiano realizado de maneira diferente do restante da cidade, sob a égide de um poder que muitas vezes disputava a legitimidade do seu exercício com o próprio Estado. O agravamento do quadro de segregação residencial exposto acima, com o progressivo (e relativo, é sempre bom lembrar) fechamento das favelas foi conceituado por SOUZA (2000, 2002, 2006, 2008, entre outros) como o processo de *fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial*, uma vez que tais espaços aparecem hoje quase como “pedaços” separados em relação ao restante do tecido urbano. Poderíamos dizer, neste sentido, que as UPPs, com sua proposta de “urbanização militarizada”, foram a solução encontrada pelo Poder Público para iniciar a “integração” das favelas em um tempo de fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial da metrópole carioca.

Em relação ao nosso campo de estudos, o processo de “pacificação” da Providência iniciou-se no dia 22 de março de 2010. Naquela manhã, grupamentos do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e da Tropa de Choque (BCHq) da polícia ocuparam o morro, dando início à fase “intervenção tática” do projeto. Em conjunto com policiais do 5º BPM, foi desenvolvida, ao longo de todo o mês de abril de 2010, a fase de “estabilização” do projeto, com a realização de ações de busca e apreensão de drogas e armas, cumprimento de alguns mandatos de prisão expedidos anteriormente pela justiça, além de obras para a instalação da sede da UPP no prédio onde funciona o CRAS da prefeitura. Durante esse período, ocorreram uma série de abusos por parte da polícia quanto à “estabilização” da Providência. Denúncias de revistas vexatórias, invasão de casas,

agressões ou até mesmo de roubo por parte dos policiais do 5º BPM e do BOPE foram feitos. A denúncia de um morador, segundo matéria publicada pelo jornal “A Nova Democracia”, nos mostra como ocorreram algumas ações da polícia nesse período⁹²:

“Eu trabalho de 18h até as 4h da manhã. Aí, pra você ter ideia, eles [policiais do BOPE] chegaram à minha casa 10h da manhã, quase derrubando a porta da minha casa. Eu acordei assustado e fui abrir a porta, já escutando gritos ‘abre, abre, a polícia está vindo’. Quando abri a porta eram os próprios policiais que estavam gritando. Já me puxaram para fora me acusando de acobertar o tráfico, dizendo que se eles fossem traficantes, eu teria aberto a porta. Porque eles não sabem o que os traficantes fazem, se baterem na sua porta e você não atender. Eu sou trabalhador, não tenho nada a ver com o tráfico. Sempre trabalhei. Já fui operário, gari, vendedor, hoje sou garçom. M., Morador da Providência

Após 40 dias de ocupação, o BOPE se retirou e finalmente, no dia 26 de abril desse mesmo ano, a UPP Providência era inaugurada. O fato marcou não só o início da fase de “implantação” do projeto, como também ele representou a principal estratégia do Poder Público para retomar o controle sobre um importante enclave territorial do Centro do Rio de Janeiro, localizado em meio a Zona Portuária carioca. A posição geográfica da Providência é muito importante, pois além dela estar próxima de uma das áreas de maior circulação de pessoas do município – o entorno da Central do Brasil, ela está contida, como vimos, na área de atuação do projeto “Porto Maravilha” – projeto este que prevê a “revitalização” de toda a região portuária da cidade. A “pacificação” da Providência foi uma das condições necessárias para que o projeto de “revitalização” pudesse ser iniciado e desenvolvido. Não por acaso, quase seis meses depois do implemento da UPP, as obras do “Porto Maravilha” começaram com o início da derrubada do viaduto da Perimetral⁹³.

Além disso, um outro ponto que nos chama atenção e que permeia todo esse contexto de mudanças na região foi o incêndio, até hoje não totalmente esclarecido, que destruiu a maior parte de um dos maiores centros de comércio popular da cidade, localizado entre o Morro da Providência e a Central do Brasil. O incêndio do “camelódromo da Central” ocorreu no mesmo dia da

⁹² <http://www.anovademocracia.com.br/no-65/2802-upp-da-providencia-qessa-e-a-realidade-da-upp-que-nao-aparece-na-tvq>

⁹³ Foge dos objetivos do presente trabalho uma apresentação mais pormenorizada do “Porto Maravilha”, assim como das críticas feitas a ele. Sobre o projeto – seus números, as fases de implemento, sua forma de gestão como a maior parceria “público-privada” do Brasil, entre outras coisas, ver o site oficial <http://www.portomaravilha.com.br>. Sobre as críticas ao projeto, ver GIANELLA (2011), CAVALIERI (2012) e o relatório feito pelo Fórum Comunitário do Porto (FCP) sobre a violação dos direitos humanos cometidos pela prefeitura. O relatório encontra-se disponível em <http://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-mpf-fcp.pdf>.

inauguração da UPP, na tarde de 26 de abril de 2010, supostamente como consequência de uma explosão ocorrida numa padaria no local. Além da coincidência entre a “pacificação” da Providência e o incêndio do “camelódromo”, os desdobramentos seguintes também nos chamam atenção. Em primeiro lugar, com relação ao dia do sinistro, os bombeiros demoraram quase duas horas para chegar até à área do incêndio. Mesmo assim, os trabalhos de contenção ao fogo demoraram a ser iniciados por uma suposta falta d’água, que impediu os bombeiros de apagarem as chamas imediatamente após sua chegada⁹⁴:

“Olha, esse incêndio eu não sei até hoje o que aconteceu. Disseram que foi um botijão na padaria que explodiu, e que aí foi explodindo os outros lá no 'camelódromo'. O fogo foi muito rápido, pegou em tudo. Eu vi depois os bombeiros, eles demoraram muito a chegar. E, quando eles chegaram, ficaram ali, vendo a coisa toda. E, pra completar, estavam sem água!” R. Moradora da Providência que tinha amigos que trabalhavam no “camelódromo”

No dia seguinte ao incêndio, o governador Sérgio Cabral Filho anunciou a demolição das barracas restantes e o desenvolvimento de um projeto para “revitalizar” a área, conforme nota oficial divulgada no sítio do governo do estado⁹⁵. Como o tempo passa rápido, dois depois após o incêndio o presidente da Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado (CODERTE), Ronaldo Francisco, disse que no lugar do “camelódromo” seria erguido o novo Terminal Rodoviário Américo Fontenelle⁹⁶, além da “remodelação” de todo o comércio existente no entorno da Central do Brasil⁹⁷. Essas duas ações articulam-se perfeitamente com as iniciativas de “revitalização” da Zona Portuária previstas pelo projeto “Porto Maravilha”. É importante termos em mente a maneira como os diferentes projetos hoje presentes na Zona Portuária se articulam e impactam de maneira conjunta sobre toda a região. A título de exemplo, parte da área onde estava o “camelódromo” é agora usada como o local de construção de uma das estações do teleférico da Morro da Providência. Os antigos camelôs, por outro lado, foram deslocados para um novo prédio numa área de menor visibilidade do “Centro”, nas imediações do acesso ao túnel que liga a região da “Central” aos bairros da Zona Portuária. O prédio, além de estar em uma posição menos privilegiada do ponto de vista do acesso e circulação de pessoas, não possui espaço para comportar

⁹⁴ Entrevista informal concedida em 15/03/11

⁹⁵ <http://www.rj.gov.br/web/seobras/exibeconteudo?article-id=270957>

⁹⁶ Ao lado do antigo “camelódromo” encontra-se o atual terminal, que é responsável por ligar a cidade do Rio de Janeiro à sua região metropolitana. A ideia era demolir o antigo e construir um terminal maior.

⁹⁷ <http://oglobo.globo.com/rio/paes-quer-revitalizar-area-do-camelodromo-incendiado-perto-da-central-do-brasil-3018330>

todos os trabalhadores que atuavam no antigo “camelódromo”. Mas o problema maior é que muitas pessoas tiveram que deixar a área não por falta de “espaço” no novo prédio, mas principalmente por não ter condições de arcar com os custos de regularização do comércio que a prefeitura exige para que o trabalhador continue suas atividades. Não temos elementos suficientes para afirmar que o incêndio da Central foi, de fato, proposital e criminoso. Mas, em todo caso, é no mínimo “curiosa” e triste a sucessão de desdobramentos ocorridos posteriormente. É preciso deixar claro que a instalação da UPP sinalizou o início de todo um processo de profundas mudanças que ocorrem hoje na Zona Portuária, desdobrados de acordo com ideias emolduradas pelas linhas formadoras da “cidade-empresa” como vimos anteriormente. No mapa abaixo, apresentamos nossa “área de estudo” no intuito de situar melhor o leitor na compreensão do texto. Procuramos mostrar elementos que estarão presentes, em maior ou menor grau, ao longo de toda a terceira parte do nosso trabalho. De maneira complementar, o “mapa 5” pode ser visto em conjunto com o “mapa 4” da página 114, elaborado em uma escala menor e que privilegia o interior e o entorno mais imediato da Providência:

The map illustrates the Morro da Providência area, highlighting several key locations and landmarks. The central feature is the Morro da Providência itself, surrounded by urban areas. Key streets shown include Avenida Rodrigues Alves, Avenida Vargas, Avenida Presidente, Avenida Bicalho, and Av. Francisco Bicalho. Landmarks such as Praça Mauá, Praça da República, Praça Olímpica da Gamboa, and Vila Olímpica da Gamboa are marked. The map also shows the location of the UPP (Unidade Policial) and the UPP (Unidade Policial) area. A scale bar indicates 340 meters.

Diante do quadro acima, o presente capítulo objetiva discutir como o Estado exerce o seu poder para garantir o controle territorial sobre as favelas “pacificadas”, em especial na nossa área de estudo. A pergunta central do capítulo, que servirá como guia de nossas reflexões é: *como as UPPs exercem sua territorialidade no Morro da Providência?* Nossa hipótese é de que a “pacificação”, para além de sua proposta de “integração” de favelas, objetiva construir um mecanismo de controle social mais “refinado” sobre o espaço de moradia dos pobres urbanos. Como veremos, a preocupação em controlar as favelas sempre foi uma pauta constante na agenda do Poder Público. Mas o que nos parece passar por vezes despercebido é a forma como o controle dos mais pobres se articulou, ao longo do tempo, com as diferentes necessidades no campo da “segurança pública” no Rio de Janeiro. As estratégias de controle desenvolvidas sofreram emulações, de acordo com as necessidades de “segurança” de cada época, indo de propostas de erradicação, remoção e urbanização de favelas, até o processo mais recente, como vimos, de “militarização” das políticas de segurança nas cidades.

Dividimos nossa terceira parte em três sessões. Primeiramente, vamos realizar uma pequena introdução crítica sobre como o controle sobre o espaço da pobreza na cidade do Rio de Janeiro sempre foi uma das preocupações centrais do Estado. Em seguida, vamos passar a discussão para a proposta de policiamento das UPPs, tendo em vista a dimensão disciplinar e biopolítica do projeto, assim como suas possíveis linhas de continuidade e ruptura com os padrões de policiamento anteriores. Procuraremos nos debruçar com maior atenção sobre a análise da prática “comunitária” do policial da UPP, assim como na outra função que a UPP Social exerce nas favelas enquanto mecanismo de produção e gerenciamento de dados e estudos sistemáticos sobre tais áreas. Por fim, o capítulo termina com a análise de alguns impactos já sentidos em curto prazo na Providência pela instalação da UPP desde abril de 2010.

3.1 – Controle sócio-espacial e segurança pública: apontamentos iniciais sobre sua dinâmica no Rio de Janeiro

A relação entre o controle sobre o espaço dos pobres urbanos e as diferentes emulações da demanda por “segurança”, encontra na cidade do Rio do Janeiro um fértil campo de estudos. Tal fato, deriva da enorme importância histórica que a cidade adquiriu dentro da rede urbana brasileira. Sendo um importantíssimo entreposto comercial e administrativo ao longo de todo o período colonial e do Império, a cidade do Rio de Janeiro manteve seu *status* de principal centro urbano do país até meados do século passado, quando sua condição de capital administrativa é suplantada por Brasília, assim como sua centralidade econômica perde força para outras metrópoles brasileiras, notadamente São Paulo. É de se supor, entretanto, que a importância que a cidade adquiriu ao longo do tempo forneça um enorme significado para o controle e gestão do seu espaço, uma vez que ele se

constituía enquanto pressuposto fundamental para o próprio funcionamento econômico, administrativo e social do país.

Tomemos como exemplo o século XIX. Ao longo de todo esse período, a demanda por “segurança” na cidade repousou sobre os esforços em equacionar um problema crescente: o controle sobre os escravos, um segmento que crescia na sociedade brasileira ao sabor do desenvolvimento da economia agrário-exportadora. Para se ter uma ideia, de acordo com dados presentes em FLORENTINO (2002), a porcentagem de negros na cidade do Rio de Janeiro, segundo o censo demográfico de 1821, era de no mínimo 49% da população. A imigração africana ao longo dos séculos anteriores havia transformado as cores da cidade. As ruas do Rio foram tomadas por negros que diariamente assumiam inúmeras funções fundamentais para o bom funcionamento da capital. A grande preocupação das autoridades oficiais no campo da “segurança pública” na época era manter a *cidade negra* africana sob controle, de maneira que ela servisse à manutenção da ordem da *cidade branca* europeia. Tal preocupação não era um fato sem sentido. Havia toda uma atmosfera de medo e pavor na cidade, de que de alguma maneira uma possível revolta negra levasse ao desfecho sangrento da escravidão no país, uma vez que só na cidade do Rio de Janeiro, os “livres”, “forros” e “escravos” negros totalizavam quase meio milhão de pessoas em 1821⁹⁸. Não só a revolta escrava no Haiti estava viva na memória da elite carioca. No Brasil, a revolta dos negros muçulmanos em Salvador – a Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador em 1835, assim como as inúmeras insurreições populares que abalaram o Brasil imperial durante o período regencial aterrorizavam os brancos que viviam por aqui. Neste sentido, devemos tomar o *medo* já nesta época como um elemento-chave para explicar a formação social da cidade do Rio de Janeiro. Para BATISTA (2003), ele será incorporado enquanto mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social sobre a população carioca, indo desde a “ameaça negra” do século XIX, aos apelos por políticas de “segurança pública” cada vez mais duras dos tempos atuais. A autora resgata justamente o ambiente de horror vivido no século XIX pelas elites brancas do Rio de Janeiro, que derivava da ameaça de uma possível insurreição negra na cidade:

“Se o medo na Europa do século XIX era o medo da revolução, no Brasil e na América Latina esse temor era crescido pelo fim da escravidão, não só pelo fim da brisa, mas também pelas fantasias acerca do desfecho brutal da escravatura. O Haiti, a transfiguração vodu e a volta dos mortos-vivos passeavam pelos corações proprietários desde a tenra infância”.
(BATISTA, 2003: 85)

⁹⁸ Os números oficiais para a população negra contidos em CAMPOS (2005:32) são: “forros”: 48.727/ “livres”: 202.419/ “escravos”: 209.457, totalizando 461.403 pessoas.

Ver o papel que o “medo” já tinha no cotidiano carioca no século XIX é fundamental, pois é a partir dele que o aparato policial no Brasil, que teve no Rio de Janeiro seu maior campo de experimentação, foi sendo construído e posteriormente institucionalizado. O surgimento da “polícia” brasileira nos moldes de hoje tem início com a chegada da família real portuguesa em 1808. As mudanças trazidas pela corte passavam também por preocupações no campo da “segurança pública”, uma vez que a cidade, como vimos, possuía um enorme contingente populacional de negros, vistos enquanto “classes perigosas” a serem controladas. De acordo com BRETAS (1997a:80), a polícia, nas linhas gerais que se associam com sua ideia moderna, se origina das instituições ligadas ao Estado Francês do século XVII, que posteriormente serviu de modelo para as monarquias absolutistas similares. Portugal acabou adotando o modelo de policiamento francês, e com a vinda da corte para o Brasil, ele acabou consequentemente sendo transplantado para cá.

A polícia enquanto instituição no Brasil teve seu pontapé inicial em 1808, com a criação da Intendência Geral da Polícia. Baseada no modelo francês, ela tinha como atributos a ordem pública, a vigilância da população, a investigação de crimes e a captura de criminosos. O intendente representava a autoridade do monarca absoluto, e suas atribuições incluíam os poderes executivo, legislativo e judiciário. A partir de 1809 o aparato policial ganha reforço com a criação da Guarda Real de Polícia, uma força que deveria dar suporte e estar subordinada ao Intendente. A Guarda, enquanto primeira força policial institucionalizada do país, pode ser considerada como o “germe” da atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ)⁹⁹. É interessante ressaltar, entretanto, que desde o seus primórdios, o estabelecimento do aparato policial brasileiro, em especial a PMERJ, parte de uma economia do poder que se baseava profundamente nos resquícios do poder soberano do Absolutismo, ou seja, do poder absoluto do rei. A função da polícia era basicamente a função de defesa dos interesses do monarca, que no bojo de sua formação na França do século XVII significava defender os interesses do próprio Estado. Isso aparece de forma clara, principalmente na maneira como a polícia operava na cidade do Rio de Janeiro, tendo sua função ligada a vigilância e controle implacável sobre a maior parte da população indesejada: os escravos em especial, mas em

⁹⁹ Antes da instituição da Guarda Real de Polícia, a única guarda armada profissional e oficial no Brasil era o Exército. A estrutura do aparato repressor colonial tinha como 1ª linha o Exército, seguida das linhas de Milícias e das Ordenanças. O Exército era chamado só em casos mais graves, como para apaziguar distúrbios violentos ou revoltas populares de grande porte. As Milícias eram formadas por civis que recebiam algum treinamento militar do Exército e usavam uniforme e armas quando estavam de serviço. Já as Ordenanças se constituíam por civis que não tinham nenhum tipo de apoio para a obtenção de armas e mesmo seu próprio uniforme, contando simplesmente com um parco treinamento militar e um soldo baixíssimo. O policiamento das cidades no Brasil colonial era assim feito, via de regra, por paramilitares semi-profissionais mal armados, treinados e remunerados. Sobre isto, ver HOLLOWAY (1997) p.45 e segs.

segundo plano os estrangeiros pobres e outros segmentos sociais mais humildes.

A criação da polícia carioca pode ser entendida, neste sentido, como a tentativa de criar um corpo punitivo e disciplinar na cidade, encarregado da manutenção da “lei e da ordem” ditada pela elite política urbana (HOLLOWAY, 1997). A Guarda Real era o olhar constante que vigiava as ruas, becos e moradias, em especial nos bairros mais pobres da cidade. A principal função da polícia era justamente essa: reprimir comportamentos que fossem vistos enquanto ameaça à ordem pública. Os padrões de detenção no período mostram quais eram os tipos mais comuns de delitos reprimidos, assim como o perfil dos infratores. Os dados referentes aos casos julgados pelo Intendente da polícia do Rio de Janeiro entre 1810 e 1821 nos mostram que as “ofensas à ordem pública”, – que englobam infrações como “capoeira”, “desordens em grupo”, “vadiagem”, “bebedeira”, etc, totalizaram 41,2% dos casos no período, contra 18,8% de “fuga de escravos”, 23,7% de “ofensas contra a propriedade”, 12,1% de “ofensas contra a pessoa” e, finalmente, 4,4% de “ofensas neutras”. Por outro lado, dos presos no referido período, 80% eram “escravos”, 19% “ex-escravos” e apenas 1% “livres”. De todos os presos, 95% deles eram nascidos na África¹⁰⁰! Fica evidente a função da polícia em disciplinar a população, quando percebemos que quase metade das prisões diziam respeito a comportamentos vistos enquanto “ameaçadores” à ordem, ou seja, passíveis de repressão por atentarem quanto à “segurança” da cidade. Poderíamos dizer que a polícia era o principal canal usado pelo Estado no exercício do seu poder disciplinar, de maneira a “docilizar” os corpos da população em prol da “ordem”. Afora isso, os dados deixam claro também a tendência, já nesta época, do comportamento racista da polícia em criminalizar a população negra da cidade. Quando o Estado criminalizava os negros – que eram praticamente a metade da população da cidade no período, ele transformava em sua maior inimiga a própria sociedade. Mas não a sociedade como um todo, e sim aqueles que violavam as leis e regras de comportamentos estabelecidos pela mesma elite política que criara e dirigira o aparato policial desde os seus primórdios.

Mas o Estado não tomava diretamente população enquanto sua única e exclusiva categoria de controle. O poder disciplinar e seus desdobramentos no campo da “segurança pública” encontram no *espaço* um de seus maiores canais de expressão. A criminalização da pobreza, que tomava a figura do negro como seu principal ícone no século XIX, fomentou o desenvolvimento de estratégias de controle que se articulavam coma dinâmica de segregação sócio-espacial urbana na época. Como argumenta CAMPOS (2005), a lógica de criminalização da favela dos dias atuais está associada à criminalização de uma outra formação sócio-espacial prévia, que perdurou no Brasil até o final da escravidão: o quilombo. Entendido enquanto um espaço de resistência ao regime

¹⁰⁰ Todos os dados estão presentes no “Apêndice 3” do livro de HOLLOWAY (1997:266) e no corpo do texto na p. 52 da mesma obra.

escravagista brasileiro, os quilombos foram uma expressão muito importante do papel dos pobres urbanos na produção do espaço da cidade ao longo do século XIX. Muitas áreas hoje ocupadas por favelas no Rio de Janeiro havia sido previamente áreas de quilombo, que a partir do período Abolicionista, perderam sua função social enquanto espaços de resistência ao Império e passaram a se caracterizar somente enquanto espaços de exclusão e segregação social (CAMPOS, 2005 p.31 e segs.) Esses quilombos, localizados muitas vezes na franja periurbana do Rio de Janeiro, sempre foram objeto de preocupação e repressão por parte do Estado¹⁰¹.

Não nos causa espanto, da mesma forma, que uma das funções da Guarda Real de Polícia fosse o desmembramento e “pacificação” não só dos quilombos localizados nas periferias da cidade, mas também daqueles localizados nos morros das áreas centrais – localizados nas proximidades das moradias das classes mais abastadas. O controle do espaço urbano carioca para a manutenção da ordem pública procurava disciplinar o comportamento não só nas ruas, principal foco do controle e local de trabalho dos escravos, mas também dos seus focos de resistência dentro da própria cidade:

“Vidigal (importante quadro da Guarda Real na época) também comandou pessoalmente assaltos aos quilombos ou acampamentos de escravos fugitivos montados nas encostas arborizadas dos morros que rodeavam o Rio de Janeiro. Esses esconderijos localizavam-se perto do centro urbano para permitir aos quilombolas insinuar-se à noite na cidade em busca de mantimentos, mas o clarão de suas fogueiras e o ruído dos seus tambores perturbavam os habitantes da cidade. Uma das prozas mais decantadas de Vidigal ocorreu em 19 de setembro de 1823, quando liderou uma força de polícia e tropas do Exército regular contra um quilombo no morro de Santa Teresa. Na manhã seguinte, ele entrou triunfalmente na cidade, montando um garanhão empinado, à frente de uma coluna de mais de 200 prisioneiros seminus capturados na incursão, entre homens, mulheres e crianças, muitos deles usando colares de conchas marinhas e decorações de penas que sugeriam elementos da cultura africana.” (HOLLOWAY, 1997:49)

¹⁰¹ Já em 1823, o governo imperial expediu uma portaria autorizando o ataque a todos os quilombos da área onde hoje localiza-se os municípios de Nova Iguaçu e São João de Meriti, na região da Baixada Fluminense. O medo gerado pelos quilombolas não era infundado, uma vez que a região estava em amplo crescimento enquanto reduto de escravos fugidos da então capital do Império. No ano de 1826, na prisão do Calabouço, 121 dos 469 escravos presos por “fugidos” eram oriundos das cinco freguesias que compunham a Planície Iguaçuana (Nossa Senhora do Pilar do Iguaçu, Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu, Nossa Senhora do Marapicú, Santo Antônio da Jacutinga e São João de Meriti). Se somarmos a este número os escravos recapturados em outras freguesias fora da cidade do Rio de Janeiro, obteremos um percentual de 23% de escravos fugidos oriundos do interior. Para referência dos dados e sobre a resistência negra na região compreendida pelo que hoje se chama Baixada Fluminense ver GOMES (1994).

Se por um lado os quilombos eram os principais espaços criminalizados, estivessem eles nas periferias ou nas áreas centrais da cidade, outra formação espacial, muito comum no “Centro” do Rio de Janeiro até as primeiras décadas do século XX, irá dividir espaço com os quilombos nas preocupações com a “segurança” da cidade: os cortiços. Para CHALHOUB (1996), o processo de criminalização dos cortiços pode ser entendido a partir a relação entre dois fatores. Em primeiro lugar, sua criminalização diz respeito ao desenvolvimento, por parte do Poder Público, da repressão à ociosidade no campo do trabalho. A estratégia, que vinha sendo gerenciada desde o século XVIII na Europa, ganhou força no Brasil somente com o término oficial da escravidão em 1888. Ela derivava de um novo problema colocado ao Estado: organizar as políticas do mundo do trabalho sem o recurso às políticas tradicionais de domínio do período da escravidão (CHALHOUB, 1996:23). Em outras palavras, o Poder Público agora se preocupava em desenvolver estratégias para obrigar os negros, agora libertos, a trabalhar, de maneira a dar continuidade aos processos de acumulação de capital em curso na cidade. Para isso, o Estado passa a agir com rigor contra a nova “classe perigosa” – os pobres urbanos, capazes de subverter, pelo amálgama da ociosidade, a preciosa ética do trabalho que garantia a ordem capitalista no Rio de Janeiro. A atualização da ideia de “classes perigosas” no Brasil, antes *negra* e agora *pobre*, fez com que os segmentos sociais mais humildes fossem tomados enquanto principais “suspeitos” e potenciais “criminosos” pelo Estado. É óbvio que esta pobreza tinha uma cor predominante, já que os negros se transformaram na maior parte da população pobre no período pós-abolicionista.

Como observa BRETAS (1997b:69), as primeiras décadas do século XX continuaram a caracterizar-se pela presença ativa da polícia no controle do comportamento urbano através da disciplina da conduta pública dos mais pobres. Só que a principal estratégia de controle utilizada pela polícia agora, sem o aparato legal racial que permitia a repressão aos negros, era o artifício da prisão por “vadiagem”. Segundo a visão da polícia, havia uma associação clara entre a vadiagem e a criminalidade. Tal associação, na visão de COELHO (1978), foi responsável pela criação e auto-reprodução de um sistema ideológico que projetou uma permanente ambiguidade, ou mesmo uma potencial acusação sobre os cidadãos desempregados das classes mais humildes. Para LIMA (1994), se o fato da ética policial ainda hoje funcionar a partir de um par associativo entre os binômios “ordem-trabalho” e “desordem-vadiagem”, é porque essa lógica tem profundas raízes nos princípios ideológicos que pautaram o desenvolvimento dos quadros da PMERJ, em especial no período que estamos analisando. É comum até os dias atuais, por exemplo, que os segmentos mais pobres na cidade do Rio de Janeiro tenham que apresentar a carteira de trabalho, além da carteira de identidade, se porventura forem paradas pela polícia. É a velha frase, disparada sempre que o olhar criminalizante da polícia aponta sobre a pobreza: “*sou pobre, mas sou trabalhador, seu policial!*”.

Esse apelo à ideologia da “ética do trabalho” será um artifício comumente utilizado como fio condutor das políticas de controle direcionadas para os pobres urbanos, seja pelo espectro da polícia, ou mesmo através das ações ditas “sociais”. Essa linha de continuidade, como procuramos mostrar anteriormente, permanece até hoje no âmbito do projeto das UPPs.

Retornando a CHALHOUB (1996:29), os pobres urbanos eram vistos enquanto ameaça não só pelo viés do trabalho. O desenvolvimento do “Higienismo” enquanto ideologia transformou as políticas na área da saúde pública em importante instrumento no planejamento urbano estatal e na “segurança pública”, notadamente no período que vai da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do XX. Da mesma forma, é nesse momento também que a construção de um saber médico-social no Brasil ganha força. São realizadas comissões de vacina, consultas gratuitas sobre salubridade geral, etc., tendo como base dados obtidos através de levantamentos estatísticos realizados pela Academia de Medicina e suas Comissões Parlamentares pró-higiene. O exemplo mais significativo da intervenção do Estado em tais questões fora o combate às habitações coletivas populares, como estalagens e principalmente cortiços. A moradia dos mais pobres era considerada um centro difusor de doenças – ou, como era advertido pelo Poder Público da época, de “miasmas”, que tornavam a atmosfera do Rio de Janeiro insalubre e contribuíam para a degeneração da imagem da cidade. As autoridades oficiais passaram a empregar todo um esforço de combate a tais espaços, conjugando esforços entre a Academia de Medicina, a Inspetoria de Higiene Pública e a *polícia* (ABREU, 1994). É importante perceber, no entanto, a relação existente entre o desenvolvimento da medicina social no Brasil e a ideia de *biopoder* inscrita em Foucault (BATISTA, 2003:163). Do ponto de vista do saber médico, a população negra do Rio de Janeiro, que formará a base dos pobres urbanos no período pós-Abolição, era tratada como uma espécie de população-problema aos olhos do Estado. Os negros encarnavam a figura dos “miasmas”, capazes de engendrar na elite carioca o temor de “contaminação” pelo contato direto com a pobreza. Dentro deste contexto, todo o esforço da medicina social no Brasil será realizado a partir da produção de informações e saberes capazes de, ao mesmo tempo, normatizar uma realidade encarada como hostil, assim como justificar uma série de intervenções urbanas nas cidades. O biopoder oitocentista carioca terá assim uma expressão espacial muito forte, pois o controle sobre a população-problema se dava em maior grau justamente sobre o espaço dos pobres urbanos – seja o seu local de moradia ou de trabalho. Para se ter uma ideia, o poder médico, através da Sociedade de Medicina, tentará a todo custo uniformizar o saber médico científico contra as práticas populares de cura, que eram praticadas, em sua grande maioria, pelos negros que trabalhavam nas barbearias espalhadas por toda a cidade (BATISTA, 2003:167). A medicina oitocentista irá inaugurar, neste sentido, o desenvolvimento de mecanismos de segurança sobre a população dentro da esfera da biopolítica no Brasil.

Todavia, é importante ressaltar que a repressão por parte do Estado, em relação à moradia, foi passando progressivamente da *forma* do cortiço, ou seja, das suas condições insalubres de habitação, para o *local* onde eles estavam na cidade (ABREU, 2006). O Poder Público foi simultaneamente proibindo a construção de novos cortiços por um lado, assim como progressivamente erradicando os existentes na porção central do Rio de Janeiro. É dessa forma que a ação do Estado legislador e disciplinador – que proibia e regulava a construção de novos cortiços, aliada à ação do capital imobiliário – que via o “Centro” da cidade enquanto área de grande potencial de valorização do solo urbano (mas que ainda encontrava-se ocupada por uma população de baixa renda), fortaleceram a política de remoção das habitações populares neste setor geográfico (VAZ, 1994). A ligação entre o capital imobiliário e as ações do Poder Público é mostrada com clareza mais uma vez por CHALHOUB (1996), quando o autor relata o despejo e destruição do lendário cortiço “Cabeça de Porco” em 1893. O fim do cortiço foi realizado através de uma grande operação militar em parceria entre a polícia e o próprio Exército, e acompanhada de perto por Carlos Sampaio e Vieira Souto, dois importantes empresários do ramo do mercado imobiliário da capital federal na virada do século XIX para o XX. A criminalização dos cortiços, baseada, ao mesmo tempo, na sua caracterização enquanto local de moradia das “classes perigosas” e centro disseminador de doenças, fomentaram ações tanto no campo médico-sanitário quanto da “segurança pública” para sua erradicação. Não é difícil imaginar, neste sentido, qual foi o resultado prático dessas ações sobre o local de moradia dos pobres urbanos. Eles foram sendo expulsos progressivamente das regiões de maior interesse do capital imobiliário, sendo obrigados a ocupar as áreas da cidade que até então não eram interessantes para as classes sociais mais abastadas. Os morros da cidade passaram a receber assim uma massa cada vez maior de pobres que foram sendo expulsos de suas antigas residências, transformando-se, como aponta ABREU (1994; 2006), no único local possível de moradia para os pobres, desejosos de manter proximidade aos centros urbanos mais dinâmicos da cidade. Os processos de controle atrelados a uma dinâmica de aprofundamento da segregação sócio-espacial do Rio de Janeiro ganhavam assim mais um capítulo. Uma matéria do jornal “Correio da Manhã” de 1907 é bem elucidativa do quadro :

“O êxodo não cessa. (...) Os bosques alpestres e os das planícies abrem-se acolhedores e entre as árvores aboletam-se os expulsos, sentam-se nas pedras, nas grossas raízes, penduram os fardos aos ramos e, enquanto os homens, à pressa, vão levantando os ranchos, as mulheres instalam a cozinha ao tempo... A montanha povoa-se. É a caridade da Terra... assim vai a pobreza recuando para as eminências, abrigando-se nos cerros, repelida pela Grandeza, pelo fausto arrasador das casas humildes, pelo Progresso, que não consente na permanência de um pardieiro no coração da cidade. A montanha abre seu manto verde e acolhe os pobrezinhos como santos no tempo suave dos eremitas.” - Correio da Manhã, 02/06/1907 apud ABREU (1994:38)

Já na primeira década do século XX, os cortiços vão deixar de ser o principal espaço a ser criminalizado e reprimido pelo Estado. Com a renovação urbana proposta pela “Reforma Pereira Passos”, a favela passa a assumir cada vez mais esse papel¹⁰². Um bom exemplo da transferência do “problema-cortiço” para as favelas foi sinalizado em 1906 através do “relatório Backheuser”. O documento tinha como objetivo apresentar um parecer sobre as habitações populares da cidade do Rio de Janeiro, apresentando soluções para o problema das moradias “insalubres” da metrópole carioca. O engenheiro civil Everardo Backheuser ficou encarregado da redação do relatório, que continha uma descrição minuciosa das condições de vida da população do Morro da Providência, então maior e principal favela da cidade. O relatório, como argumenta VALLADARES (2005), teve forte impacto sobre a opinião pública da época, que acompanhava e sofria os impactos da remodelagem urbana do “Centro” do Rio de Janeiro. Ele abriu caminho para que, a partir daí, as favelas fossem incluídas no conjunto de habitações anti-higiênicas da cidade, que deveriam agora ser combatidas. A favela passava a partir deste momento a ser ponto permanente na agenda da “segurança pública” da cidade, inicialmente sendo tratada como um problema estético-sanitário a ser combatido.

No entanto, o formato de erradicação das favelas nos moldes dos cortiços não poderia ser feito. Ele foi inicialmente pensado em um momento quando as favelas ainda não haviam se

¹⁰² A Reforma Pereira Passos, com nos lembra novamente ABREU (2006), conjugou quatro linhas de ação complementares: uma econômica, que visava a construção de um porto que possibilitasse um melhor escoamento do café produzido no Vale do Paraíba fluminense; outra viária, que procurava melhorar a circulação dentro do espaço urbano com o alargamento de ruas; uma estética, que promovia o “embelezamento” da cidade segundo padrões paisagísticos franceses; e, por fim, a linha do saneamento, que objetivava o combate às epidemias que assolavam a capital do país. A reforma modificou profundamente a aparência do “Centro” do Rio de Janeiro. Do ponto de vista habitacional, a remoção de inúmeras moradias para o alargamento de ruas e a destruição de milhares de cortiços favoreceram o agravamento do déficit habitacional urbano, incrementando um ainda incipiente processo de favelização.

espraiado por todo o tecido urbano, como irá ocorrer rapidamente até a década de 1940¹⁰³. As ações de controle do Poder Público até a década de 1930 obtiveram algumas “vitórias”, no sentido de remover as favelas da paisagem da cidade em alguns casos. As “vitórias”, todavia, foram temporárias, dado o problema crônico de déficit habitacional que a capital federal já enfrentava naquela época. Se por um lado a falta de opções de moradia se explicava pela destruição dos cortiços, por outro ela amplificava-se em decorrência das levas de camponeses pobres que chegavam diariamente à cidade, atraídos pela oferta de empregos que a expansão do setor industrial e de serviços gerava. Esse movimento de remoção de favelas, aliada a falta de políticas para a criação de moradias populares, ocasionou uma espécie de “dança” ou “migração” das favelas pelo Rio de Janeiro (ABREU, 1994:41), com a destruição e consequente criação de uma outra favela em áreas próximas da antiga moradia destruída.

A mudança no foco da repressão do cortiço para a favela vai ser acompanhada de mudanças no campo da “segurança pública” também. O modelo repressivo vigente no princípio, baseado no ideal de manutenção de ordem pública, foi sendo adaptado para uma versão mais branda a partir da década de 1930, no que diz respeito às prisões indiscriminadas por “vadiagem” e o controle de comportamento nas ruas do Centro da cidade. Na visão de BRETAS (1997b:99), a mudança é atribuída a vários modelos explicativos como a internalização da disciplina, ou a constituição de uma hegemonia sobre os despojos da cultura popular. Essas mudanças, de acordo com o autor, tornavam medidas mais severas desnecessárias, o que adicionou outros temas às preocupações sobre “segurança pública”. A polícia, ou melhor, o modelo de “segurança pública” e controle sócio-espacial durante o período Getúlio Vargas (1930-45), sofre um processo de intensa politização pela necessidade do aparato repressivo do Estado ser direcionado agora para outros tipos de “classes perigosas”: os comunistas, judeus e qualquer outra categoria vista enquanto indesejável de acordo com a doutrina ideológica Varguista (CANCELLI, 1994). Devemos ressaltar, no entanto, que a politização da “segurança pública” em Vargas será acompanhada pela continuidade de valorização do trabalho, em contraposição à contínua repressão da “vadiagem”, “boemia”, etc. Se o foco da repressão por um lado foi a politização dos seus métodos e objetos, por outro a “ética do trabalho” Varguista abrirá caminho para o estabelecimento de um outro tipo de relação com a pobreza urbana. A relação, de maior proximidade, era uma tentativa de controle fortemente atrelada à ideologia populista do Estado, que tinha nos pobres urbanos uma de suas bases mais importantes de sustentação.

O Código de Obras de 1936 é um bom exemplo do que estamos tentando dizer. Os artigos

¹⁰³ Sobre a evolução do processo de favelização na cidade do Rio de Janeiro, ver o capítulo 4 de PARISSE (1969) e os capítulos 4 e 5 de CAMPOS (2005).

346, 347 e 349 do Código forneciam disposições legais que versavam, ao mesmo tempo, sobre a construção de “casas proletárias”, remoção das favelas e a proibição de melhorias nos barracos já construídos (PARISSE, 1969:31 e segs). O Código abria caminho legal não só para as remoções, mas principalmente para a posterior construção dos chamados “Parques Proletários”, a mais significativa estratégia de controle sobre a população pobre carioca nos anos 40. Apesar do fracasso, o legado do projeto enquanto estratégia de controle sócio-espacial permaneceu e fora posteriormente continuado nas ações sobre as favelas até os dias de hoje¹⁰⁴. O que nos interessa resgatar no projeto é justamente sua dimensão de controle ideológico sobre o espaço de moradia dos pobres. Em relação ao acesso, todos os habitantes tinham carteiras de identificação que deveriam ser apresentadas nos portões do parque, que eram fechados impreterivelmente às 22 horas (LEEDS & LEEDS, 1978:196). Além da identificação, os parques exerciam um importante papel como aparato ideológico do Estado Novo Vargas. Um boa síntese das estratégias de controle social empreendidas dentro dos parques é encontrada em VALLA (1986:41-42):

- fiscalização de indivíduos acolhidos pelas instituições de amparo;
- promoção de forte campanha de reeducação social;
- correção de hábitos pessoais;
- incentivação de escolha de melhor moradia;
- apurações de conduta social;
- visitas pela Sociedade de Puerilcultura do Brasil;
- semana da Criança
- concerto do Canto Orfeônico
- missas públicas e solenidade dos Reis Magos;
- escola de educação física
- seleção e divulgação por microfone dos acontecimentos diários;
- imposição de uma disciplina própria dos internatos escolares;
- transmissão diária das lições morais necessárias

Os próprios idealizadores do projeto não escondem tal estratégia. Vitor Moura, encarregado do desenvolvimento dos parques na administração Dodsworth (interventor do Distrito Federal na época), fala que através deles os favelados poderiam “pouco a pouco, ir obtendo os benefícios de uma terapêutica espiritual que *eleva* seus espíritos...” (PARISSE, 1969:77, grifo nosso). O prefeito Dodsworth também segue a mesma linha: “Os Parques Proletários Provisórios realizavam trabalho preparatório de incalculáveis benefícios e do mais alto sentido humano: antes da casa própria, a *recuperação* do indivíduo, *deformado* pela promiscuidade macabra da favela” (*idem*, p. 83, grifo

¹⁰⁴ O projeto se limitou à construção de três parques ao longo do período entre 1942-1945. A origem e a quantidade de pessoas nos “Parques Proletários” era a seguinte: o da Gávea abrigava 2.500 pessoas oriundas da remoção das favelas do Largo da Memória, Olaria e Capinzal; o do Caju abrigava 720 pessoas oriundas do Morro do Livramento; já o da Praia do Pinto abrigava 800 pessoas, oriundas da ex-favela do Jockey Club e de famílias de “pracinhas” que lutaram na campanha da Itália na 2ª Guerra Mundial (PARISSE, 1969:72 & VALLA, 1986:38).

nosso). Além disso, as “lições morais” preparadas pelo administrador do parque eram dadas através de um “chá” oferecido diariamente às 21 horas, quando ele aproveitava a oportunidade para “ensinar” aquilo que era “necessário” aos seus habitantes (LEEDS & LEEDS, 1978:197). Não só o “chá” diário, mas todas as instituições que compunham o Parque Proletário como a escola, a creche, a igreja, etc., assim como as festividades promovidas pelo Poder Público, davam o sustentáculo aos mecanismos de controle social e ideológico exercidos pelo governo de Vargas. A dimensão “disciplinar” dos parques é bastante clara, uma vez que o poder aqui era exercido ao nível do corpo de cada indivíduo – através da “correção” de comportamentos vistos como indesejáveis de acordo com determinado modelo “ideal”. Tais mecanismos eram indexados, por sua vez, ao forte controle exercido sobre as dissidências políticas do regime, estabelecendo os dois pilares de sustentação do programa de “segurança pública” Varguista. Esse resgate é importante pois os “Parques Proletários” inauguraram uma nova experiência quanto ao exercício de poder do Estado sobre os pobres urbanos. O controle era não só feito no local de moradia dos mais humildes, através da disciplina, como também pautado por uma forte carga ideológica. Ressaltar tal estratégia é muito importante, uma vez que ela será uma das linhas de continuidade nas estratégias de controle sobre o espaço de moradia dos pobres urbanos até os dias atuais.

A “sofisticação” na forma como os mecanismos de controle eram desenvolvidos parece ter sido uma necessidade imposta ao Poder Público, tendo em vista a nova conjuntura política que a “redemocratização” de 1945 trouxe. Com o fim da 2ª Guerra, a ditadura Varguista dá lugar ao processo de eleições diretas, que permite a incorporação dos pobres urbanos – em especial os favelados, nas estruturas *clientelistas* de disputa pelo voto a partir de então. A estratégia de remoção de favelas perde força, uma vez que desagradar um número cada vez maior de moradores de favelas, vistos enquanto potenciais eleitores, não era uma estratégia razoável para o político desejoso em se eleger¹⁰⁵. A mudança nas políticas para com as favelas, entretanto, colocará novos atores no campo das políticas direcionadas aos pobres, a exemplo da Igreja Católica. Mesmo a Igreja não atuando diretamente enquanto “polícia”, suas iniciativas junto aos pobres nos parecem uma espécie de complemento à atuação policial no campo da “segurança” nas favelas. Os agentes

¹⁰⁵ Alguns autores como BURGOS (1998) insistem em apontar o impedimento do voto dos analfabetos pela Constituição de 1946 como um dispositivo que mantinha os favelados excluídos das relações de clientelismo estabelecidas a partir de então, uma vez que a maior parte dos moradores de favelas não sabia ler e escrever. No entanto, acreditamos que tal tese não se sustenta se prestarmos atenção aos dados do Censo de 1950 sobre as favelas contido em PARISSE (1969:97 e 105). De acordo com os dados, de 169.305 favelados presentes na cidade, 71% dos homens e 50% das mulheres sabiam ler e escrever respectivamente, ou seja, em média 60% dos favelados eram alfabetizados. Em termos brutos e “modestos”, isso significava 101.583 pessoas, quase 4% da população total da capital federal. Utilizamos o adjetivo “modesto” na frase anterior, tendo em vista a sabida má qualidade dos censos sobre favelas, que já naquela época tendiam a minimizar as cifras sobre a população favelada. Segundo uma outra pesquisa, feita pelo Serviço Nacional de Febre Amarela, havia, em 1949, 340.000 favelados – quase 300% a mais do que os dados do Censo (*idem*, p. 112 nota 13)! Sendo assim, acreditamos que mesmo com a limitação de voto daqueles que não sabiam ler e escrever, a favela já era nos anos 50 um espaço eleitoral interessantíssimo a ser disputado pelos políticos.

da igreja irão se juntar a PMERJ como os entes do Poder Público mais comuns no cotidiano do espaço de moradia pobre na cidade do Rio de Janeiro.

A criação da Fundação Leão XIII em 1947 é um marco dentro deste novo contexto. Criada a partir de parceria firmada entre a Arquidiocese do Rio de Janeiro e a prefeitura do então Distrito Federal, a Fundação era o resultado das pressões populares que reivindicavam políticas mais consistentes em relação às favelas, que não fossem todavia pautadas pela já tradicional remoção de moradias: “O clima de redemocratização colocava de um lado a necessidade de uma atuação não repressiva que respondesse as aspirações dos moradores de favelas no sentido de permanecer no local, e de outro, a necessidade de controle ideológico” (VALLA, 1986:49). Como argumentam LEEDS & LEEDS (1978), o plano da Fundação era o de criar, em cada favela, escolas e clínicas através dos centros sociais, de modo a dar *orientação* prévia para a possível urbanização dos morros¹⁰⁶. A noção de “orientação” nos parece, em certa medida, uma forma de estabelecer determinadas regras e normas que deveriam pautar a urbanização de tais espaços, de acordo com os interesses que estavam em jogo por parte do Estado. Era uma maneira de por um lado “orientar” a vida na favela, mas ao mesmo tempo controlando e disciplinando a mobilização da população. A postura repressiva e violenta de outros tempos era substituída assim por uma postura um pouco menos autoritária, mas que por sua vez trazia consigo uma estratégia de controle social e ideológico para uma população vista historicamente como “perigosa”. Tal perspectiva ganha um ingrediente ainda mais explosivo se considerarmos o contexto de agitação política vivido pelo país na época, em especial na sua capital federal, pela continuidade da “ameaça” do comunismo. Nas eleições de 1945, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ocupava a terceira posição no Distrito Federal, mas com um número de votos quase igual aos dois primeiros partidos (PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, UDN – União Democrática Nacional). Nas eleições de 1947, o PCB encabeçou todos os partidos, com avanço nítido em relação ao PTB, segundo vencedor (PARISSE, 1969:88). Na favela do Borel, já na década de 50, havia trabalhos de base por parte de militantes ligados ao PCB, que foram continuados ao longo dos anos de chumbo da ditadura civil-militar e da reabertura política a partir da década de 70 (AMOROSO, 2010). O que queremos mostrar, neste sentido, é que as ações “sociais” da Fundação Leão XIII podem ser entendidas também como uma tentativa de contenção da ameaça do comunismo, em uma época marcada pelo contexto geopolítico da Guerra Fria. Essa tradição, como procuramos mostrar anteriormente, será retomada depois inclusive pelo Poder Público através da ideologia do “Desenvolvimento de Comunidade”, que chega ao Brasil em meados dos anos 50 no campo e posteriormente nas cidades. O “fantasma” que antes rondava a

¹⁰⁶ A atuação da Fundação se dava a partir dos Centros de Assistência Social (CAS), que articulados com as associações de moradores locais promoviam as ações da igreja nas 34 favelas englobadas pelo projeto durante o seu funcionamento (1947-1954).

Europa passava a rondar com cada vez mais desenvoltura não só o Brasil, como também as favelas da cidade do Rio de Janeiro¹⁰⁷.

As ações ditas “sociais” da Igreja, por sua vez, não negligenciavam a continuidade da polícia no papel de braço repressor do Estado. Se, nas ruas da cidade, o modelo repressivo baseado no ideal de manutenção de ordem pública foi perdendo força ao longo do tempo, nas favelas ela continuava funcionando a plenos pulmões:

“As constantes batidas policiais perturbam a rotina da vida dos favelados. Os favelados não gostam de chamar a polícia. Espancam muito. Prendem-se muitos sem documentos. Muitos barracos têm que ser construídos à noite para burlar as proibições da polícia. Qualquer ida ao Distrito Policial acarreta grande perda de tempo, perda de horas de trabalho, e, portanto, prejuízo. Segundo uma autoridade policial, as batidas são mais para assustar o povo das favelas do que propriamente para prender criminosos. Assim, o povo teme o mexerico, porque traz brigas, acarreta complicações com a polícia e a expulsão da favela. As batidas policiais são indiscriminadas e podem envolver inocentes. A polícia pega só quase quem não deve. Essas batidas ficam apenas na tendinhas, até onde o carro chega. Quando a polícia quer prender alguém, vem à paisana” (SAGMACS, 1960 pp.3-35).

A continuidade da violência policial contra os favelados deve ser entendida enquanto um ambíguo complemento ao papel que a Igreja desempenhava nos mecanismos de controle sobre os pobres. Como vimos no capítulo anterior, tal dualidade vai ganhar contornos ainda mais claros na década de 60, quando as tendências de “integração” dos pobres urbanos ganham força pela atuação da Cruzada São Sebastião e da CODESCO. Por outro lado, o golpe civil-militar representou uma ruptura em tal processo, com a retomada do projeto de “remoções” por toda a cidade, alinhado com o processo de “militarização” da polícia e das políticas de combate ao crime em todo o país. O que, no entanto, nos parece interessante, é que o programa das UPPs na atualidade vai, ao mesmo tempo, mesclar características do policiamento do modelo tradicionalmente “militar” empregado pela PMERJ, em conjunto com algumas iniciativas diferentes que o Estado vem chamando de

¹⁰⁷ É notável que a ONU, nos anos 50, vá praticar todo um esforço em prol do “Desenvolvimento de Comunidade” como estratégia de contenção do Comunismo na periferia do mundo capitalista. No contexto geopolítico da época, esse era o maior “inimigo” dos EUA. Nos dias atuais, a ONU irá novamente apoiar iniciativas voltadas para os pobres em todo o planeta, inclusive dentro do projeto das UPPs. O programa chamado “ONU-habitat”, que objetiva o financiamento de programas de urbanização em áreas pobres no mundo, vai ser o principal financiador do projeto da UPP Social pela parceria firmada com a prefeitura do Rio de Janeiro. O curioso é que se antes a “contenção” era praticada contra o “perigo” do Comunismo, agora a política de contenção humanitária dos EUA via ONU terá qual objetivo? Será pura coincidência que o ONU-habitat esteja presente em países como o Afeganistão e Iraque, ou o Brasil e a Colômbia – que dentro da ótica norte-americana se constituem enquanto “celeiro” de grupos terroristas e de traficantes de drogas? Ou será que estamos diante de mais um desdobramento geopolítico do projeto das UPPs, que alinha interesses da agenda política interna e externa dos Estados? Voltaremos a este ponto no próximo capítulo.

“policiamento comunitário” ou de “proximidade”. Para além da polêmica discussão sobre se as UPPs são ou não um programa de “policiamento comunitário” (BATISTA, 2011; RODRIGUES & SIQUEIRA, 2012; CANO, 2012), a nossa maior preocupação quanto a isso é de outra ordem. O que nos interessa aqui, em primeiro plano, é o fato da presença permanente da polícia (sendo ela “comunitária” ou não) ter aberto caminho para que o Estado possa exercer um tipo diferente de controle sobre as favelas, capaz de agir ao nível de cada indivíduo – através da “docilização” do seu corpo, ou seja, da disciplina do seu comportamento. A polícia *quer*, é necessário reforçar este ponto, fazer parte do cotidiano da favela, e não só através de ações de caráter estritamente policial, mas em outras frentes de atuação como na regulação de serviços, mediação de conflitos, oferta de atividades esportivas e pedagógicas, entre outras coisas.

Desde o século XIX, o “poder disciplinar” do Estado era exercido nas ruas da cidade principalmente pela polícia, quando ela reprimia a “vadiagem”, os comportamentos “desviantes”, a cultura popular, etc. Agora, pela primeira vez, esse poder conseguiu chegar às favelas com o formato que a “pacificação” propõe, a partir tanto da proximidade estabelecida entre a polícia e os favelados, assim como pelo significativo grau de abrangência do projeto¹⁰⁸. Além disso, não só a proximidade abriu um novo caminho para o exercício da territorialidade do Estado, como também ela irá possibilitar a produção de dados e estudos sistemáticos sobre as favelas através da ação dos agentes da UPP Social. É na relação entre estas duas dimensões do projeto – mas não sob a perspectiva exclusivamente da “integração”, como trabalhamos até agora, que gostaríamos de nos ater. Trataremos a seguir da relação entre essas duas dimensões das UPPs sob o ponto de vista da problemática do controle sócio-espacial da polícia, tendo como referência a nossa área de estudos, o Morro da Providência.

3.2 – A abordagem policial das UPPs: pressupostos e padrões de policiamento

Sem dúvida, uma das maiores “novidades” veiculadas ao projeto das UPPs diz respeito à proposta de praticar um padrão diferente policiamento. Deixa-se de lado a tática do “enfrentamento” direto ao tráfico de drogas, para se estabelecer um policiamento de maior “proximidade” com a população, a partir da criação de novos canais de atuação do policial dentro

¹⁰⁸ As UPPs não são o projeto pioneiro na tentativa de estabelecer um tipo de policiamento mais próximo dos moradores de favelas. Essa tradição, no caso brasileiro e mais especificamente do Rio de Janeiro, vai começar ainda na década de 80 com o governo Leonel Brizola (1983-1986), apesar de, neste caso, com um tipo de abordagem de policiamento (do ponto de vista político, metodológico e até filosófico) bem distante da proposta do governo Sérgio Cabral Filho. De qualquer forma, as UPPs, pela magnitude do projeto, conseguiram uma escala de abrangência maior do que qualquer outra iniciativa já realizada neste âmbito. Até janeiro de 2013, trabalham nas 30 UPPs 8.014 policiais, distribuídos por 153 favelas que compreendem, por sua vez, uma população total de 484.044 moradores.

das favelas. Nos parece que o projeto da “pacificação” marca a volta de uma linhagem há muito esquecida pela polícia do Rio de Janeiro. De acordo com o governo estadual, a “pacificação” de favelas prevê a abordagem do chamado “policiamento comunitário” e/ou de “proximidade”, introduzida no Brasil pioneiramente no início dos anos 80 pelo então Secretário de Estado da PMERJ, durante o primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1986), o coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira¹⁰⁹. No entanto, antes de nos debruçarmos sobre o desenvolvimento do “policiamento comunitário” das UPPs, é necessário esclarecer uma questão: *o que estamos entendendo afinal por policiamento comunitário? Que práticas policiais podem ser atreladas a este “rótulo”?*

3.2.1 – Sobre o conceito de “policiamento comunitário”

As teorizações acerca desse tipo de abordagem são diversas. Elas vão desde autores mais conservadores como a grande maioria dos teóricos policiais anglo-saxões, até o caso do coronel Cerqueira, adepto de uma visão mais progressista da polícia. Porém, todas elas parecem encontrar consenso sobre a importância da “parceria” firmada entre as forças policiais e a população com o objetivo final de combater com maior eficiência o crime. TROJANOWICZ & BUCQUEROUX (1994:6) definem o policiamento comunitário como “uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos como crimes e desordens”.

A parceria proposta por este método de policiamento baseia-se na ideia de que a comunidade pode e deve ter um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança (SILBERMAN, 1980). Para o autor, a maior proximidade entre as forças policiais e as pessoas é positiva no combate ao crime, uma vez que, quanto mais próximo for esse relacionamento, e quanto maiores forem as relações de confiança mútua entre a sociedade e a polícia, maiores serão as chances de se reduzir o crime. Para SKOLNICK & BAYLEY (2002), a operacionalização do “policiamento comunitário” é pautada por quatro linhas gerais: a) a organização da prevenção do crime passa a ter como base a comunidade, ou seja, ela é feita considerando um determinado grupo de pessoas e o seu espaço de vivência, como o bairro, por exemplo¹¹⁰; b) as atividades de patrulhamento são reorientadas, de maneira a aplicar menor ênfase às ações

¹⁰⁹ Existe uma certa indefinição quanto ao rótulo “comunitário” e “proximidade” por parte do Estado. Em alguns documentos oficiais, como os decretos-lei que regulamentam o projeto, o nome dado ao policiamento das UPPs é de “proximidade”. Já o sítio oficial do projeto fala em “comunitário”. O capitão Glauro Schrocht, chefe do policiamento da UPP Providência, também usou ambos os termos na entrevista concedida ao autor sendo que, neste caso, ele deixou transparecer que o “policiamento de proximidade” seria como uma primeira etapa para que no futuro se consiga atingir um “policiamento comunitário” de fato. Voltaremos a esse ponto mais a frente.

¹¹⁰ Os próprios autores apontam que uma das formas de policiamento baseada na comunidade é a chamada “Vigilância de Bairro”, onde os policiais são encorajados a visitar as casas de todo o bairro para ouvirem reclamações dos moradores e fazer recomendações que melhorem a segurança. Para eles, “acima de tudo, a Vigilância de Bairro tenta incutir um sentimento de identidade com o bairro e, por tanto, de comunidade” (SKOLNICK & BAYLEY, 2002:20).

reativas da polícia (como a resposta os chamados de emergência 190), e enfatizar os serviços não-emergenciais, como a maior presença de policiais no patrulhamento das ruas, propiciando um maior aprofundamento das relações dos policiais de patrulha com a comunidade; c) a nova abordagem busca aumentar a responsabilidade das comunidades no combate ao crime, através da criação de outros canais de comunicação e principalmente crítica da população em relação ao trabalho policial; d) ela busca também descentralizar o comando policial, de maneira a tornar o policiamento mais adaptável às especificidades locais.

O debate acerca do tema surgiu nos EUA a partir da década de 60, com aumento significativo dos índices de violência nas cidades estadunidenses. Como nos mostra CERQUEIRA (2001a), o movimento de reforma da polícia dos EUA parte da crítica feita aos métodos repressivos aplicados até então no combate ao crime. A abordagem aplicada pela polícia naquele momento era chamada de “profissional”, se constituindo de métodos baseados em táticas reativas, onde o policiamento só era acionado depois que alguém observava um crime e decidia chamar a polícia. As limitações desta estratégia são evidentes, pois “os crimes que não eram vistos pela população, ou que não produziam vítimas ou testemunhas que não estavam dispostas a acionar a polícia, ficavam normalmente fora do raio de ação do policiamento ostensivo” (CERQUEIRA, 2001a:13). Neste sentido, o aparato policial “profissional” era construído para uma atuação depois da ocorrência dos crimes, o que gerava, ao mesmo tempo, um saldo negativo traduzido pela enorme ineficiência policial no combate à criminalidade, acompanhada pelo aumento do medo por parte da população em sofrer algum ato de violência. Dentro deste contexto, SKOLNICK & BAYLEY (2001) argumentam que a mudança, da repressão reativa da polícia para estratégias pautadas pela prevenção à violência, passava pelo novo papel dado à sociedade no combate à criminalidade, já que uma atuação mais próxima das pessoas aumentaria significativamente a eficiência policial. Ademais, a estratégia comunitária do policiamento buscava também romper com a enorme distância existente entre a polícia e as comunidades, em especial nas áreas onde a população era constituída em sua grande maioria por imigrantes e negros, categorias que encorpavam (e ainda encorpam, diga-se de passagem) as “classes perigosas” nos EUA. Superar as ações de “nós (policiais) contra eles (população)” nos bairros pobres das grandes cidades estadunidenses era a base fundamental para o implemento de outras estratégias de policiamento, como o comunitário.

Devemos ter em mente, no entanto, a crítica significativa feita por SKOLNICK & BAYLEY (2002) quanto ao conteúdo do “policiamento comunitário”. Para os autores, muitas experiências de policiamento consideradas “comunitárias” não são nada mais do que estratégias para dar uma “nova roupagem” a programas tradicionais de policiamento. Seria como “colocar vinho velho em garrafa nova”. O “modismo” acerca do policiamento comunitário deve servir de advertência para que não caiamos no

erro de considerar programas, a despeito do nome, como os Postos de Policiamento Comunitário (PPCs) no Rio de Janeiro, como programas de policiamento alternativo¹¹¹. As ressalvas devem ser feitas também quanto à tentação em generalizar diferentes iniciativas, colocando, em um mesmo grupo, programas de policiamento na Europa Setentrional ou no Japão junto com as experiências dos EUA, ou mesmo de um país semi-periférico como o Brasil, cujo caldo de cultura policial é feito à base de temperos de sabor fortemente militarizado.

3.2.2 – Os antecedentes do “policiamento comunitário” das UPPs

No caso da experiência do Rio de Janeiro, a introdução do “policiamento comunitário” se deu durante o primeiro governo Brizola. O “brizolismo” marcou uma profunda ruptura no campo da “segurança pública” em relação aos modelos de policiamento anteriores (HOLLANDA, 2005). A proposta trazida, de maneira geral, era a de “humanizar” o trabalho da polícia. Como vimos anteriormente, a ditadura civil-militar brasileira marcou o momento de maior exacerbação do “militarismo” dentro do campo da “segurança pública” – o que significava, na prática, a adoção da lógica da guerra no enfrentamento ao crime. Para SENTO-SÉ (1999), a eleição de Brizola em 1982 vai abrir caminho para a introdução no Brasil de uma visão da política dentro da perspectiva dos Direitos Humanos. Era essa perspectiva que direcionava todas as políticas do seu governo. Dentro da visão da garantia de direitos, as ações empreendidas a partir de então se estruturam basicamente em três eixos: habitação, educação e segurança pública. Na habitação, desenvolveu-se o programa “Cada família, um lote”, que procurava regulamentar a questão fundiária das favelas da cidade. O objetivo da iniciativa era reconhecer e incorporar a favela ao tecido urbano, abandonando mais uma vez a lógica de remoção – presente durante os anos 60 e 70 nas políticas de habitação do regime militar. No segundo eixo, a área da educação, a principal iniciativa fora implantar o projeto dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Elaborado por Darcy Ribeiro, os CIEPs tinham como objetivo oferecer uma educação de qualidade e em tempo integral em todas as escolas públicas do estado. A ideia era mesclar a educação formal durante o dia com núcleos de recuperação educacional à noite, além de funcionarem, dentro do espaço da escola, casas de cultura e recreação nos feriados e fins de semana. As áreas privilegiadas para criação das novas escolas deveriam ser os bairros pobres e favelas, que há anos haviam sido abandonados pelo Poder Público no tocante às ações sociais.

Mas sem dúvida o elemento que mais causou polêmica na administração Brizola foi sua

¹¹¹ Os PCCs são meras unidades de apoio da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que se situam em bairros periféricos ou mesmo em distritos de municípios distantes dos batalhões da PM daquela circunscrição.

abordagem quanto aos métodos de policiamento. A ideia geral do novo governo era construir, dentro de um contexto de “redemocratização” latente, uma polícia que fosse compatível com o cenário político que o país vivia. Era dessa ideia que derivava todo o esforço em abandonar a abordagem policial “militar” do período autoritário, para abraçar a ideia de uma polícia preocupada com o respeito aos Direitos Humanos. Nas palavras de Brizola: “a polícia deveria ir às favelas prender quem tivesse que ser preso, mas respeitando a população favelada da mesma forma que eram respeitados os moradores da Vieira Souto” (CERQUEIRA, 2001b:166). A nova abordagem implicou mudanças em vários campos dentro da polícia. Em primeiro lugar, a “aprovação por bravura”, que incentivava policiais a entrar em conflito direto com a criminalidade armada foi suspensa. Buscava-se uma nova perspectiva de policiamento, que assumia a possibilidade dos problemas relacionados à criminalidade serem *administrados* e não somente *reprimidos* como se fazia até então. No campo da profissionalização policial, o governo Brizola tentou melhorar o plano de carreira dos PMs, incentivando a qualificação dos mesmos e promovendo melhor assistência judiciária e médica aos policiais. A Secretaria de Segurança tentou aproximar-se das universidades, com o objetivo de modernizar as técnicas, os métodos e a abordagem policial. A ideia do novo modelo era também construir um relação de maior proximidade com a população, através da articulação comunitária com a igreja (nas pastorais de favela principalmente), as associações de bairro, as associações de moradores, etc. No campo institucional, a Secretaria de Segurança buscou maior articulação com outras “pastas” (Turismo, Obras e Meio Ambiente, Educação, etc.), numa visão que considerava o problema da segurança pública uma questão que transbordava os interesses e capacidades da polícia (CERQUEIRA, 2001b p. 170 e segs). O Plano Diretor da PMERJ entre 1983-86 deixa clara a nova forma de se pensar a polícia:

“Promover, adaptando a estrutura policial-militar às exigências da segurança pública, o ajustamento comportamental da organização dentro de uma nova concepção de ordem pública, na qual a colaboração e a integração comunitária sejam os novos e importantes referenciais, o que implica um novo policial e uma nova polícia”. (HOLLANDA, 2005:103)

Na prática, a abordagem “humanista” da polícia produziu algumas políticas limitadas no campo da “segurança pública” durante a administração Brizola. Mas algumas experiências, que buscaram a construção de um policiamento mais próximo da população de favelas merecem ser lembradas¹¹². A primeira, que representou um enorme avanço quanto a obrigação de “prestação de

¹¹² Para uma lista completa das ações no campo da “segurança pública” nas duas administrações Brizola, ver

contas” da polícia, foi a criação do “Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos” (CJSPDH). O Conselho era um canal permanente de diálogo entre a sociedade e o Poder Público, além de se constituir em um espaço de articulação entre as diferentes secretarias do Estado. Dele, participavam membros efetivos do governo, designados pelo Governador do Estado pelo período de um ano, representantes de inúmeras entidades da “sociedade civil”, além de pessoas comuns indicadas pelos movimentos sociais da questão negra, feminista e estudantil¹¹³. O caráter bastante heterogêneo do Conselho buscava legitimar a representatividade da sociedade com o governo. Além disso, através do Conselho todo cidadão poderia também encaminhar queixas de violação de direitos humanos por parte da polícia. No campo do policiamento preventivo, uma iniciativa importante do primeiro governo Brizola será a criação do “Centro Integrado de Policiamento Comunitário” (CIPOC). A experiência piloto do projeto, que acabou sendo a única na primeira administração Brizola, foi feita em meados da década de 80 na favela Cidade de Deus. O CIPOC era uma forma de aproximação entre o policial militar e a população favelada, através de um esforço conjugado entre o Estado e a população para o desenvolvimento de ações preventivas no campo do policiamento. Além da polícia, na sede do CIPOC da Cidade de Deus funcionavam agências sociais que prestavam diversos serviços aos moradores, como solicitações de emprego, serviços de ambulância, etc (CERQUEIRA, 2001a:157). A iniciativa do CIPOC será retomada e aprofundada na administração Brizola seguinte (1991-1994), através da criação dos “Centros Comunitários de Defesa da Cidadania” (CCDC). A proposta do projeto consistia na criação de CCDCs em áreas carentes do estado, que deveriam prestar uma série de serviços à comunidade como postos locais de defesa civil, defensoria pública, emissão de documentos de identidade e de trabalho, certidões de casamento, óbito, serviços bancários e de auxílio na busca de emprego, além de contar com postos locais das polícias Civil e Militar. A proposta dos CCDCs era também atuar na mediação de conflitos dentro das comunidades, através de tribunais de pequenas causas, assistência social para tratar de problemas familiares e previdenciários (LEEDS, 1998 p. 266-267).

As experiências narradas acima não tiveram todavia continuidade. Para SENTO-SÉ (1998), o embate entre diferentes concepções de “segurança pública” teve no Rio de Janeiro seu desdobramento mais dramático. No estado fluminense, tanto a concepção mais humanista de polícia com a carga dos direitos humanos de Brizola, assim como sua rejeição pela volta do modelo “militarizado” nos moldes da ditadura, ocorreram em muito pouco tempo. De maneira geral, podemos dizer que as políticas de “segurança pública” seguiram um movimento pendular constante, que oscilou entre dois pólos antagônicos no que diz respeito às estratégias empregadas: o tradicional

CERQUEIRA (2001a) p. 152 e segs. e CERQUEIRA (2001b)

¹¹³ O decreto que instituiu o Conselho, e que contém a lista completa de todas as entidades participantes está no Diário Oficial de 13/04/83. Para a reprodução na íntegra do decreto ver HOLLANDA (2005:102).

“militarista” contra o “comunitário” de policiamento.

Em sua análise sobre os desdobramentos da “redemocratização” brasileira sobre as políticas de “segurança pública”, PINHEIRO (1991) identifica linhas de continuidade entre o período autoritário e “democrático”. O autor argumenta que a mudança institucional da política brasileira, ou seja, a mudança do regime ditatorial para a “democracia” representativa dos dias de hoje, não se operou nos microespaços da política, em especial nas secretarias de “segurança” espalhadas pelo país. Em outras palavras, o autor argumenta que o fim da ditadura não se manifestou nas relações que se dão nos rincões mais distantes dos centros do poder, na sua ponta mais visível, ou seja, na atuação policial nas ruas, no contato com a sociedade. As relações cotidianas estabelecidas entre a polícia e a sociedade não mudaram, apesar das modificações ocorridas na escala da macropolítica institucional. O argumento é interessante, pois ele nos ajuda a compreender melhor a disparidade entre as propostas de humanização da polícia e a continuidade da brutalidade policial, mesmo durante os dois mandatos de Brizola no Rio de Janeiro. Um problema nos governos de transição nos anos 80 foi o erro em considerar os aparelhos policiais como órgãos “neutros”, que poderiam ser moldados segundo as diretrizes macropolíticas do momento da “redemocratização”. Grosso modo, acreditou-se que uma mudança institucional das polícias seria capaz de mudar as práticas policiais do cotidiano.

O que nos parece ter sido subestimado foi a enorme inércia que as instituições policiais mostram com relação a qualquer perspectiva de mudança. Para MUNIZ (1999), um dos mais graves problemas da organização interna no quadro das PMs é o abismo existente entre aqueles que pensam as diretrizes gerais do policiamento, e aqueles que de fato irão aplicá-las nas ruas. A forte hierarquização da PM, que não é privilégio da polícia fluminense, não permite que haja espaço dentro da corporação para uma discussão mais ampla sobre os tipos e métodos de policiamento a adotar, como também de um maior intercâmbio entre “oficiais” e “praças”. A verticalização do comando policial, alimentada por uma economia do poder que centraliza as decisões nas esferas superiores da hierarquia, gera problemas como a falta de “prestação de contas” da polícia para com a sociedade. O modelo militar de organização das polícias, que até hoje emoldura os quadros das PMs, tende a favorecer uma rígida disciplina interna para os policiais, em detrimento de uma maior preocupação com a relação entre a polícia e a sociedade:

“De fato, a economia do controle ofertada pelo desenho militar faz com que a multiplicação das normas disciplinares desvinculadas da rotina policial nas ruas seja acompanhada do incremento de licenciosidades nos terrenos desprovidos de uma regulação adequada. Isto pode ser traduzido da seguinte maneira: se um policial é considerado um profissional excelente nos termos da burocracia militar, sua performance além dos muros tende a ser menos “policiada”, isto é, as cobranças relativas ao seu desempenho policial na interação com os cidadãos costumam ser mais tolerantes e flexíveis, principalmente pela ausência de procedimentos e instrumentos pertinentes de fiscalização do trabalho policial” (MUNIZ, 1999:124)

Podemos identificar na correlação entre três “resistências” ao policiamento comunitário no Rio os motivos que levaram a sua descontinuidade no campo da “segurança pública”: a resistência da mídia, a do próprio aparelho policial e a da sociedade de modo geral (SENTO-SÉ, 1998). Em primeiro lugar, durante as duas administrações Brizola, houve uma enorme campanha midiática em tentar associar Direitos Humanos com complacência ou mesmo conivência com o crime. A proibição da polícia em praticar incursões violentas e arbitrárias nas favelas, aliada a uma visão mais “humana” que a abordagem trazia sobre o criminoso, provocaram um desgaste na figura de Brizola através da suposta passividade do governador diante da violência. Em segundo lugar, os policiais em geral ainda tinham uma visão maculada pela linha-dura do “militarismo” na polícia, que era antagônica à nova proposta implantada pelo governo. Havia toda uma resistência policial ao discurso e à prática do “policiamento comunitário”, levando a alguns casos extremos onde a polícia, no intuito de desgastar a imagem do governo junto à opinião pública e à mídia, não cumpria as ordens que eram dadas pelos comandantes, ou justificavam a violência na cidade pelo “imobilismo” que o governo Brizola impunha aos policiais pela “camisa de força” dos Direitos Humanos. Por fim, a sociedade também apresentou resistências ao modelo “humanista”. O temor de subversão da ordem pública que a figura de Brizola representava – em parte por seu passado político, mas principalmente pela sua associação com os pobres, tradicionalmente vistos enquanto “classes perigosas”, foi associada ao aumento da violência gerado pela suposta “suavidade” na maneira como a polícia tratava a bandidagem. A associação entre esses dois fatores levou a um apelo pela volta dos métodos belicistas de enfrentamento ao crime. Tal fato levou ao recrudescimento da violência nas políticas de segurança pública nos dois governos subsequentes à administração Brizola: o do governador Moreira Franco (1987-1990) e o do governador Marcello Alencar (1995-1998).

Na prática, o resultado da aposta no modelo “militar” de policiamento foi um desempenho

pífio quanto à redução da criminalidade, associada ao aumento brutal da *letalidade* da polícia. Em estudo realizado sobre a letalidade policial durante o governo Marcello Alencar, CANO (1998) concluiu que o aumento das mortes causadas por policiais estava associada ao incentivo dado pelo governo para o embate direto aos criminosos. De 1995 até 98, o secretário de segurança da administração estadual foi o general Nilton Cerqueira, antigo quadro do SNI durante a ditadura e adepto da “linha-dura” da “segurança pública”. Durante seu mandato, foi instituído a política das “premiações por bravura”, que dava a cada policial um adicional no salário pelo número de mortes produzias ao longo do mês. Essa técnica empresarial que tomava a morte enquanto meta, proporcionou um aumento no número de policiais mortos em confronto com bandidos por um lado, além de produzir, por outro, o maior número de autos de resistência que se tem notícia nos registros da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. Durante o período, a polícia carioca matou um número de pessoas maior do que a soma de todas as polícias dos EUA juntas. Para se ter uma ideia, em torno de 10% de todos os homicídios em 1995 no Rio de Janeiro foram causados pela própria PM, enquanto a relação entre o índice de morte X feridos passou a ser de 2,7. Ou seja: a cada pessoa ferida pela polícia, outras três eram mortas pela ação policial. O cortejo fúnebre dos dados não para por aqui. Em relação ao número médio de mortes, ele passou de 16 no período entre janeiro/93 e abril/94 (governo Brizola), para 32 no período entre maio/95 e julho/96 (governo Marcello Alencar). Em relação aos laudos cadavéricos dos mortos em confronto com a PM, 46% dos cadáveres apresentavam 4 ou mais orifícios – sendo a maioria em regiões vitais, como tronco ou cabeça, o que deixa clara a intenção de matar da ação policial. Outro dado chocante é que 65% dos corpos tinham perfuração nas costas, o que não constitui combate mas sim alvejamento pela fuga do opositor¹¹⁴.

A despeito do caráter macabro do parágrafo acima, a ineficiência do modelo de enfrentamento direto à criminalidade foi constatado pela sua incapacidade de produzir uma cidade mais segura. Esse fato levou as administrações estaduais seguintes a tentar outras abordagens de policiamento para conter a violência. Durante o governo Garotinho (1999-2002), foi iniciado em 1999 um projeto-piloto na favela do Pereirão, em Laranjeiras, intitulado “Mutirão pela Paz”. O projeto, idealizado pelo então subsecretário de segurança, o antropólogo Luiz Eduardo Soares, consistia em articular programas sociais do estado, da prefeitura e da iniciativa privada, em conjunto com uma abordagem policial que procurasse se aproximar da comunidade. No geral, como argumenta o próprio SOARES (2002), a ideia era buscar uma maneira diferenciada de enfrentar a criminalidade ligada ao tráfico, que até então havia estimulado a ação policial violenta. Mas o curto período do subsecretário na pasta da “Segurança” do estado valeu também a morte prematura da

¹¹⁴ Os dados encontram-se em CANO (1998) p. 212 e segs.

experiência, que se limitou ao projeto-piloto na favela onde ele começou.

Já no governo seguinte, durante a gestão da governadora Rosinha Garotinho (2003-2006), uma outra iniciativa, denominada “Grupamento de Policiamento de Áreas Especiais” (GPAE), foi criada a partir de uma resolução da Secretaria de Segurança Pública em 2004. O GPAE tinha como objetivo a construção de um posto de policiamento ostensivo em algumas favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro, no intuito de promover uma maior aproximação entre a polícia e a comunidade. Todavia, a iniciativa também teve fôlego curto, limitando-se a um policiamento ostensivo inoperante, seguidor dos mesmos moldes de brutalidade policial das abordagens tradicionais¹¹⁵. No caso da Providência, os moradores foram aterrorizados durante o período do GPAE na favela (2006-2010), em especial pela brutalidade das ações policiais orquestradas pelo capitão Leonardo Zuma, comandante do GPAE-Providência. Em uma ocasião no ano de 2008, o Grupo de Educação Popular (GEP) organizou, em um sábado à tarde, um evento cultural em conjunto com alguns moradores na quadra da Praça Américo Brum, na Providência. Apesar das ruas da favela e da quadra estarem lotadas, e mesmo a polícia tendo sido avisada previamente do evento, policiais do GPAE trocaram tiros com traficantes no local na hora de festa, levando pânico a todos os presentes e deixando uma moradora ferida. Já em outra ocasião, ainda em 2008, uma aluna de um curso que estava sendo organizado pelo GEP passou a faltar constantemente às aulas. Procurada por um militante do grupo, desejoso em saber o motivo de sua ausência, a aluna relatou que estava tendo que cuidar da filha em casa, depois dela passar por um choque traumático por conta das cenas de violência presenciadas na favela. A aluna relatou que nas proximidades de sua casa, policiais do GPAE encurralaram um traficante que, depois de ter entregue as armas, foi executado sumariamente pelos policiais. Não satisfeito, os policiais enfiaram uma faca no crânio do traficante, arrastando-o durante dezenas de metros pela rua onde a aluna morava até a guarnição da PM. A filha, que acompanhou a ação dos policiais da janela de casa, emudecera desde então. Após o ocorrido, a aluna (que havia chegado há pouco de Pernambuco) voltou para sua cidade natal em decorrência do estado de saúde da filha. Diante da crueldade dos relatos, é difícil enxergar, mesmo com o propagandeamento do governo sobre a linhagem “comunitária” do GPAE, qualquer perspectiva de abordagem “humanista” nas ações policiais. Ao menos, é claro, no Morro da Providência.

3.2.3 – Os padrões de policiamento da UPP no Morro da Providência

A abordagem do “policiamento comunitário” parece trazer em si um componente disciplinar

¹¹⁵ O GPAE foi implantado nas favelas da Providência, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo no município do Rio de Janeiro, e o Morro do Cavalo em Niterói. Hoje em dia, só a unidade do Cavalo continua existindo, tendo as outras sido incorporadas pela UPP.

e biopolítico muito claro. A chave para a compreensão destas duas dimensões reside nas possibilidades que um policiamento mais “próximo” da população abre. Como vimos, a polícia no Rio de Janeiro, desde o início de sua existência, procurou exercer uma função principalmente disciplinar sobre a população e os seus espaços de moradia e trabalho. No início, as principais ocorrências diziam respeito aos comportamentos vistos como “indesejáveis” dos escravos por parte do Poder Público, através de infrações como “ofensas à ordem pública”, “bebedeira”, “capoeira”, etc. Com a Abolição da escravidão, a disciplina continuou a ser exercida pela polícia agora sobre o comportamento dos pobres urbanos, notadamente em relação aos crimes classificados sob o rótulo de “vadiagem”. O fato deriva da necessidade, colocada a partir do referido momento, em obrigar os pobres a continuar a trabalhar mesmo sem o artifício da escravidão. Daí deriva a importância em incorporar o componente da “ética do trabalho” como um dispositivo ideológico central na construção dos mecanismos disciplinares da polícia.

Da mesma forma, não podemos esquecer que a disciplina agia não só sobre os comportamentos da população, como também sobre os quilombos, cortiços e depois as favelas – marcas sócio-espaciais dos pobres na paisagem carioca ao longo dos últimos séculos. Suas próprias práticas culturais – que muitas vezes possuíam uma forte dimensão espacial como a capoeira, o candomblé e até mesmo o samba, foram durante muito tempo alvo do poder disciplinar da polícia, que proibia a sua prática em locais públicos. O ato de tocar ou cantar samba, por exemplo, só podia ser feito nas ruas mediante uma autorização oficial do governo. Caso contrário, o sambista poderia ser detido e preso. Tudo isso acontecia cotidianamente durante as primeiras décadas do século XX, com maior visibilidade na cidade do Rio de Janeiro, a então capital federal do país.

Percebemos, através da observação do tipo de policiamento proposto pelas UPPs, que os tipos de delitos mais comuns atendidos pelos policiais nas favelas dizem respeito ao comportamento dos favelados. No caso da UPP Providência, os casos que mais aparecem como a “nova função” da polícia, de acordo com a fala dos praças entrevistados pelo autor, dizem respeito ao horário de silêncio, volume do som, autorização para festas, brigas entre vizinhos, brigas entre marido e mulher, abordagem de suspeitos, etc.:

“Não, eu até hoje nunca tive que usar minha arma, não. Na verdade, a nossa função aqui normalmente é de mediar conflitos na favela. É um marido que chega bêbado e arruma confusão com a mulher, é o som que está alto depois das 22 horas, ou uma festa que está acontecendo sem ter autorização da ‘base’ [da UPP], essas coisas. É uma ‘coisa’ meio de tentar educar o morador da comunidade mesmo” J., soldado lotado na UPP Providência.

A fala do “praça” é muito emblemática. O Poder Público, ao propor “integrar” as favelas ao restante da cidade, promove um tipo de movimento que passa ao mesmo tempo pelo controle e formatação de tais espaços, assim como por um processo *pedagógico* dos seus moradores ao *nómos* imposto pelo Estado. As favelas, no âmbito da “pacificação”, se transformam na última fronteira civilizatória a ser conquistada. Ao se territorializar, cada UPP propõe uma nova forma de gerir o cotidiano e a própria vida das favelas, dentro de uma perspectiva que vai além do campo da “segurança pública”. A polícia, que antes se limitava a uma força de intervenção pontual, procura agora transformar-se em uma força de permanente gestão através do viés disciplinar e biopolítico. A UPP nos parece uma abordagem de gerenciamento do cotidiano de determinada área, que envolve processos de disciplinarização dos conflitos familiares e/ou entre vizinhos, da educação, das práticas culturais, do trabalho, da religião, entre outras coisas. Além disso, toda a regulação de vários âmbitos da vida nas favelas, pela proximidade entre a polícia e a população, abre caminho para que o próprio aparato policial possa absorver informações sobre cada local de atuação da UPP, assim como analisá-los e desenvolver novos padrões de policiamento, não só ostensivo como preventivo. Acreditamos, desta forma, que a *disciplina age assim no sentido de tornar cada espaço inteligível para a biopolítica, de maneira a criar um novo mecanismo de controle sócio-espacial para as favelas*. Vejamos na prática como tais mecanismos funcionam.

Uma das maiores críticas direcionadas ao projeto desde o seu início, diz respeito à infiltração da polícia na gestão de vários âmbitos da vida dos favelados. Diversos autores como MACHADO DA SILVA (2010 & 2011), CANO (2012), RODRIGUES & SIQUEIRA (2012), ESPERANÇA (2012) e CARVALHO (2012) apontam para os riscos da UPP se transformar na nova “dona” ou “sindica” do morro. Essa preocupação, partilhada também pelo autor do presente trabalho, ganha contornos ainda mais nítidos no caso da Providência, não só pelo papel de “síndico” que a polícia representa, mas, da mesma forma, pela sua proposta de abordagem política-pedagógica.. O policial, quando assume a responsabilidade por uma série de ações no âmbito da “pacificação”, passa a incorporar os valores da própria polícia dentro das práticas levadas a cabo nas favelas, seja através de algumas atividades esportivas, educacionais, de recreação, entre outras coisas. Quando questionado sobre esse ponto, o capitão da UPP na Providência não só admitiu tal tendência, como não viu maiores problemas na UPP assumir a responsabilidade sobre diversas atribuições que não são, pelo menos em primeira instância, funções da polícia:

“Não, não vejo como problema [a UPP ser síndica da favela], porque você entrar numa área igual a Providência, com 115 anos de abandono, alguém tem que vir e tem que “arrumar a casa”. São 115 anos de existência que o Estado nunca proporcionou o mínimo de organização. Se tiver que ser encarado como “síndico”, vamos ser encarados como “síndico”. Porque alguém vai ter que arrumar, alguém vai ter que organizar. Deixar o mínimo, o mínimo aceitável, sabe? E isso gera às vezes um desconforto até mesmo na comunidade, que não entende, né? A polícia só entrava aqui pra trocar tiro, fazer apreensão, tinha morte de ambos os lados, tinha pessoas inocentes baleadas que vinham a falecer. Agora a polícia quer entrar e organizar tudo, desde o som. Mas nós recebemos essa demanda. Eu não posso receber o telefonema de um morador, que acho que nunca teve a oportunidade de exercer a sua cidadania, de ligar para reclamar e dizer pra ele que eu não posso atuar.” Capitão Glauco Schrocht – chefe do policiamento da UPP Providência

A visão do capitão alinha-se com a própria visão oficial do projeto. A ideia da favela como espaço a ser “organizado” e “normalizado” é um dos eixos centrais do discurso oficial e do seu representante na Providência. Poderíamos dizer, grosso modo, que a polícia assumir atribuições que não são suas é um desdobramento quase “natural” das UPPs, dado o “abandono histórico” do Estado para com essas áreas até então. Uma vez diagnosticado o “problema”, o Poder Público trata então a situação das favelas como um “estado de exceção”, abrindo caminho para que “ações de exceção” sejam operadas dentro de todas as áreas ocupadas pelas polícia. Não queremos dizer com isso que o projeto promove a emergência de um “Estado de Exceção” nos moldes propostos por AGAMBEN (2004), com a formação de um espaço biopolítico em sua expressão máxima, onde a vida perde completamente o seu valor político e torna-se um valor meramente biológico – a *vida nua*. É necessária muita cautela antes de fazermos qualquer afirmação deste tipo. O conceito nos parece hoje sofrer um certo *abuso* quanto ao seu uso, mesmo sendo extremamente funcional para a análise de algumas situações do mundo contemporâneo. O “Estado de Exceção” na visão de Agamben constitui-se numa situação limite, que não corresponde, pelo menos nos últimos dois anos, ao que observamos no Morro da Providência. Não devemos supor, por outro lado, que não se viva num regime de exceção nas favelas “pacificadas” atualmente. O que nos parece mais razoável dizer, entretanto, é que existam talvez níveis distintos de “exceção”, que transitam por situações como das UPPs ou de outras favelas territorializadas pelo tráfico ou milícias, passando por campos de refugiados no Oriente Médio, até o mais espetacular e conhecido “Estado de Exceção” da Modernidade: os “campos de concentração” nazistas.

Em todo caso, a gestão policial da vida se insere em um contexto de “exceção” que parte de

uma visão fundamentalmente conservadora, que tende ainda a associar pobreza e criminalidade. Para MACHADO DA SILVA & LEITE (2008), tal associação é em boa parte sustentada, reproduzida e objetivada pelas próprias políticas sociais e/ou ações filantrópicas destinadas aos pobres, em especial para as crianças e adolescentes, vistos enquanto segmento mais “vulnerável” à ação do crime. Para os autores, os programas voltados para os jovens tendem a assumir “um viés via de regra repressivo/preventivo, como uma espécie de ampliação dos instrumentos de controle social, visando a afastar as categorias sociais 'vulneráveis' ou 'de risco' das 'tentações' da carreira criminal” (*idem*, p. 51). A construção de um “criminoso em potencial”, que ganha contornos ainda mais claros na figura do jovem favelado, irá fomentar assim o desenvolvimento de ações sociais de combate à pobreza que acabam por contribuir para a “policialização” das políticas públicas, em especial aquelas voltadas para a juventude pobre (MORAES, 2010). A polícia assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de uma série de ações sociais nas favelas cariocas – tendo em vista o atual programa das UPPs, é sintomático neste sentido. O poder disciplinar ganha um poderoso canal de expressão precisamente através dessas mesmas ações.

Um exemplo apontado anteriormente, diz respeito aos cursos e atividades oferecidos no âmbito da UPP. Como vimos, algumas dessas iniciativas envolvem diretamente os policiais. Na Providência, duas delas nos chamam particularmente a atenção. Em primeiro lugar, a UPP oferece aulas de jiu-jitsu para crianças regularmente na “base” ocupada pela polícia. O projeto é visto com bons olhos por parte de todos os policiais entrevistados pelo autor. De maneira geral, tanto os praças quanto os oficiais enxergam o esporte como uma forma de “livrar” os jovens da “vida do crime”, em especial as crianças, que, segundo a visão dos policiais, seriam mais “fáceis” de assimilar “outros valores” que não estejam ligados à criminalidade:

“Eu não acredito que o projeto vá acabar com a Copa e Olimpíada. E, mesmo que fosse... eu vou fazer três anos aqui [na Providência]. Nesses três anos já teve uma mudança muito grande. Não em todos, mas em uma parte boa da comunidade. Nós estamos falando de 2014, 2016, são mais três anos. São pelo menos aí seis anos. Então já gera mudança em uma geração, ou em parte de uma geração. Não só nas crianças novas, mas até aquelas que já chegaram com dez anos, vão ter dezesseis. Vão ter outra mentalidade, outra convivência, outras oportunidades, outras experiências.”

Capitão Glauco Schrocht – chefe do policiamento da UPP
Providência

Os policiais que falaram sobre as aulas se mostraram felizes com o fato das crianças atendidas pela UPP, segundo eles, já enxergarem o policial como um “modelo” a ser seguido.

Alguns praças entrevistados relataram inclusive que já ouviram frases como “tio, quando crescer, quero ser policial também!” por parte das crianças. Diante deste quadro, alguns autores como ZALUAR (2012) chamam a atenção para o risco de colocar a polícia como responsável pela operacionalização de programas socioeducativos, ou mesmo por ela gerir atividades de socialização como esporte e cultura para os jovens, uma vez que a pedagogia usada nos programas desenvolvidos é a mesma da instrução militar que recebem os policiais. Não devemos supor que a UPP, como uma espécie de “ilha” dentro de uma corporação arraigada aos valores do militarismo como a PMERJ, consiga filtrar esses mesmos símbolos simplesmente através do programa de formação da polícia “pacificadora”. Pesquisas recentes como SOARES *et alli.*(2011 & 2012) apontam para a falta de identificação dos policiais da UPP com relação ao projeto. As autoras argumentam que mesmo recebendo um treinamento diferenciado, os policiais ligados à UPP ainda possuem no seu imaginário valores atrelados à postura militarista da polícia, como o enfrentamento direto ao crime, o uso de armas letais, etc. Um dado preocupante é que mais de 70% dos policiais entrevistados na pesquisa prefeririam trabalhar em um batalhão de “polícia regular”, fora do âmbito das UPPs. Os “praças” entrevistados pelo autor na Providência corroboram com o quadro exposto acima. As ocorrências atendidas por eles, por se tratarem de casos de baixo potencial ofensivo, acabam por dar a impressão ao policial que a “polícia parece não estar fazendo o seu papel de polícia”, como relatou um dos soldados entrevistados. Tais ocorrências, que popularmente foram jocosamente apelidadas de “feijoadas” pela PMERJ – por se tratarem de problemas de “menor importância” quando comparados, por exemplo, a apreensões de drogas e armas, homicídios, etc., são justamente as ocorrências que os policiais da UPP mais se deparam. Por esse motivo, o trabalho do policial em tais áreas parece ser menosprezado pelo próprio policial que o realiza, por ele não ser o padrão de atuação tradicional da polícia.

Ora, além de haver, neste caso, uma divergência em relação à visão dos praças e oficiais quanto ao projeto e o papel que a polícia desempenha nele, um outro ponto relevante é que este mesmo policial, ainda imerso no imaginário militarista da polícia, não só realiza o policiamento ostensivo nas favelas, como também é responsável por iniciativas socioeducativas na área dos esportes. Diante de tal ambiguidade, é de se esperar que a socialização proposta pela UPP não escape dos valores da corporação como um todo, ainda arraigados à postura militar que sempre acompanhou a PMERJ.

Outra atividade que é regularmente organizada pela UPP diz respeito à promoção dos “bailes de debutantes”. Todo ano, a unidade da Providência disponibiliza determinado número de policiais (de acordo com o número de “debutantes”) para dançar valsa com as adolescentes, todas moradoras da favela. O primeiro baile, ocorrido em 2010, teve no dia 1 de dezembro de 2012 a sua última

versão, como mostrou matéria do jornal “Extra”¹¹⁶. A última edição foi realizada através de parceria firmada entre a UPP e as empresas O Boticário, Masan, Cetim Moças, SENAC, o consórcio Porto Novo (que é responsável pela oferta de serviços públicos na área do “Porto Maravilha”), Coca-Cola, Light, IESA Óleo e Gás e a unidade de negócios sociais da agência de publicidade NBS, responsável pela produção do evento. Na ocasião, além dos policiais da UPP e da banda da PMERJ, o próprio secretário de segurança, José Mariano Beltrame, apareceu para dançar com uma das jovens, em conjunto com o ator da globo Thiago Fragoso. O capitão da UPP Providência, além de dançar “funk” com as jovens, declarou também que “o evento foi pensado como uma ferramenta para proporcionar um canal de diálogo. E a repercussão tem sido positiva: as meninas, por exemplo, têm participado ativamente. Estamos demonstrando que a mudança é possível, não é apenas um discurso”¹¹⁷. O “canal de diálogo” ao qual se refere o capitão é por onde justamente se opera a disciplinarização ao nível do indivíduo. É na “proximidade” da polícia, não só nas atividades cotidianas de policiamento, mas até em “bailes de debutantes”, que este processo se dá. É no mínimo curioso observar a escala que este processo se dá hoje nos espaços da “pacificação”, com o aparelho policial do Estado sendo o responsável até pela organização de um “baile de debutantes” para os favelados!

Um outro ponto importante quando à disciplina repousa na regulação do uso dos espaços nos morros. Assim como em outros locais, é a polícia que agora regula os horários em que atividades, festas e mesmo o uso de espaços públicos podem ou não ser utilizados. Na Providência, uma das primeiras ações da polícia, no período após a ocupação, foi a proibição dos chamados “bailes funk”. A medida, comum a quase todas as favelas “pacificadas” (SIQUEIRA *et alli.*, 2012), foi proibida na Providência por dois motivos principais de acordo com o chefe da UPP local. Em primeiro lugar, pela questão da “segurança” dos bailes, uma vez que não existe locais adequados na Providência para a realização de tais eventos. Um segundo ponto, e talvez mais polêmico, é pelo funk ter sido historicamente utilizado pelo tráfico como um dos seus principais veículos de difusão de valores e comportamentos, através do chamado “funk proibidão”. O coronel da PM, Rogério Seabra, comandante geral das UPPs até dezembro de 2012, em entrevista concedida a uma equipe do Instituto de Estudos da Religião (ISER), apresenta a visão da PMERJ que pautará a regulação do “funk” no âmbito das favelas ocupadas pela polícia¹¹⁸:

¹¹⁶ <http://extra.globo.com/noticias/rio/upp-providencia-baile-de-debutantes-6907069.html>

¹¹⁷ <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1354252>

¹¹⁸ Entrevista contida em Comunicações do ISER, nº 67 p. 134 e segs.

“Eu não tenho nada contra o funk, amo o funk, tenho nada contra a atividade. O que não poder ter é crime! Lamentavelmente, e aí está associando com o que foi dito aqui é o seguinte: o problema das informalidades nas comunidades, é que cada informalidade permite o crime. Toda vez que você tem mais informalidade, o crime está perto. E o problema do funk é que ele não consegue se aproximar da formalidade. Supostamente, a ideia do funk, do baile funk, da rotina do funk está muito ligada ao crime e você não consegue dissociá-lo disso.” Coronel Rogério Seabra – ex-comandante geral das UPPs

A visão do coronel parte de uma construção lógica que acaba por criminalizar tanto funk quanto a esfera das atividades informais nas favelas. De maneira consoante com os princípios do projeto, o ex-comandante começa o seu raciocínio ao apontar o caráter supostamente negativo da “informalidade”, ao encará-la como uma espécie de “porta de entrada” para o crime. Em seguida, ele continua sua fala ao apontar que o funk é um ritmo que supostamente estaria contido dentro desta “informalidade”. O resultado lógico da associação do binômio crime-informalidade é a criminalização não só do funk, mas de tudo aquilo que não encontra-se regulado pelo aparelho de Estado. Neste caso específico, o “funk proibidão” é tomado como um sinônimo absoluto de funk, de maneira a ser impossível dissociá-lo dos símbolos e valores ligados ao tráfico de drogas. A disciplina aí age no sentido de proibir um ritmo visto como “degenerado” do ponto de vista moral, além de, ao mesmo tempo, proibi-lo por ele ser um canal por onde o tráfico ainda poderia disputar o controle sobre os “corações e mentes” dos jovens das favelas com o Estado. Em todo caso, é notável a semelhança entre a proibição atual do funk – uma expressão legítima da cultura popular das favelas cariocas, com outras expressões populares surgidas no passado. Estamos falando por exemplo do samba, que também foi fortemente proibido no início do século XX por ser considerado uma música de negros “indolentes” e “vadios”. As linhas de continuidade da ação disciplinar policial entre o presente e o passado, ganham assim com as UPPs mais um dos seus desdobramentos¹¹⁹.

Mas não só os bailes passam pelo crivo da disciplina no Morro da Providência. O uso de espaços dentro do morro, bem como a realização de festas ou qualquer outro evento depende da

¹¹⁹ De acordo com a polêmica resolução da SESEG nº 013, que regulamenta o decreto 39.955 de 24 de maio de 2006, todos os eventos culturais, artísticos e desportivos realizados no estado do Rio de Janeiro dependem da autorização da Secretaria de Segurança Pública para serem realizados. Na prática, isso delega única e exclusivamente à polícia o arbítrio sobre a proibição ou não de qualquer um dos referidos eventos. Existe todo um embroglio político-jurídico entre a resolução e a chamada “Lei do Funk” de 2009, que considera o ritmo como uma expressão da cultura popular e determina que as regulações sobre ele sejam feitas no âmbito de órgãos ligados à Secretaria da Cultura e não da Segurança. Por enquanto, apesar de muita polêmica entre organizações ligadas ao movimento funk como a APA-Funk e o Poder Público, os bailes continuam proibidos dentro das favelas “pacificadas”.

autorização da UPP. Desde a “pacificação”, um dos espaços mais tradicionais da Providência – a sede do Nova Aurora Atlético Clube, só pode ser utilizada a partir de uma autorização por escrito da polícia. O clube de futebol, fundado por moradores da Providência, tem sua sede na antiga praça Américo Brum (destruída, como vimos, para a construção da estação do teleférico), e que era utilizada principalmente como espaço para reuniões da comunidade. A “disputa” do espaço anteriormente se dava principalmente entre os moradores e o próprio tráfico, que mantinha certa influência sobre os usos do local. É irônico que, com a UPP, os moradores tenham agora que disputar o espaço do Nova Aurora não mais com o tráfico, mas sim com o próprio Poder Público.

Além do “Nova Aurora”, a UPP, depois de instalada, passou a regular a realização de eventos na favela. O procedimento padrão para alguém desejoso em utilizar algum espaço público do morro é escrever um ofício à UPP, discriminando que tipo de atividade será feita, bem como a hora de início e término. Dependendo da festa, o capitão pode simplesmente autorizar ou não a sua realização. Como exemplo, tomemos uma situação que aconteceu com o próprio autor na ocasião de uma festa organizada pelo GEP. No final de novembro de 2012, o coletivo decidiu realizar uma festa em comemoração ao dia da “consciência negra” na Providência, em conjunto com as celebrações pelos 5 anos de atividades do grupo. Pela semana precedente ao evento ter sido bastante atarefada, o autor do presente trabalho, que ficou de levar o ofício até a sede da UPP, acabou não conseguindo entregar a tempo o pedido para a realização da festa. Mesmo com o problema, o grupo decidiu fazer a atividade e ver se seria possível “contornar” a situação através do diálogo com os policiais na hora, já que o GEP nunca tinha tido nenhum atrito com a UPP até então. No dia do evento, após a aparelhagem de som ter sido ligada, dois policiais da UPP abordaram o autor e um amigo, perguntando se nós tínhamos autorização para realizar a festa. Nós explicamos a situação, dissemos sobre o que se tratava o evento, e que as atividades se encerrariam até as 22 horas, em conformidade com o horário de silêncio, apesar de ser sábado. Após consultar os seus superiores pelo rádio, os policiais anotaram o nome do amigo que estava comigo como responsável pelo evento e disseram que a atividade poderia continuar. Após algumas horas, no início da noite, alguns coletivos de “Rap” convidados pelo GEP, oriundos de outras favelas da cidade, subiram ao palco para tocar músicas que versavam sobre diversos temas, entre eles violência e abuso policial. Ao decorrer dos shows, já na apresentação do segundo grupo, dois policiais da UPP se aproximaram do local e passaram a escutar mais atentamente o que estava sendo cantado, permanecendo próximo ao palco dali em diante. Na última apresentação, o “rapper” que se apresentou começou a cantar não só “Rap” como também “Funk” – de conteúdo político extremamente contestatório, em especial quanto à ação violenta da polícia nas favelas. Imediatamente, os policiais se aproximaram do autor e de outros amigos e disseram que a música deveria parar imediatamente, pois ela “incitava alguns

tipos de comportamentos inapropriados para uma relação extremamente frágil que se estabeleceu entre a polícia e a comunidade”. Após algumas considerações de ambos os lados, falamos aos policiais que a atividade estava já no seu fim (o que de fato era verdade, pois, não sei se propositalmente ou não, o “rapper” deixou as canções de crítica à polícia para o final) e a situação foi “contornada” sem maiores prejuízos tanto para o GEP quanto para as outras pessoas envolvidas no evento.

Além de todos os elementos já expostos, um outro ponto, bastante caro ao exercício da disciplina nas cidades contemporâneas, diz respeito à vigilância dos seus espaços públicos. A moldagem dos corpos agora é vista enquanto dispositivo que enreda todo um esforço em monitorar os cidadãos, observar seus movimentos e ações nas ruas e praças, de maneira a localizar determinados comportamentos “desviantes” e “perigosos” da norma e que poderiam ameaçar a manutenção da “lei” e da “ordem” pública. Como nos mostram SIEBEL & WERHEIM (2003), essa sensação de insegurança nas cidades contemporâneas propiciou mudanças nos esquemas de controle do espaço. As mudanças possuem dimensões distintas, mas os autores chamam a atenção para três delas. Em primeiro lugar, houve uma reestruturação organizacional da segurança, com a emergência de todo um mercado voltado para esta área, que vai desde parcerias público-privadas entre a polícia e as firmas de segurança, até mesmo a construção de dispositivos de segurança como câmeras, alarmes, etc. Uma segunda dimensão diz respeito ao advento de novas técnicas, como a vigilância de espaços públicos por câmeras pelo sistema CCTV (*closed circuit TV*), ou mesmo novas formas de normatização de tais espaços. Por fim, os autores chamam a atenção para uma mudança nas formas da cidade contemporânea, através do surgimento de uma nova concepção estética e arquitetônica dos espaços públicos, que os tornam mais defensivos e preventivos quanto ao acontecimento de algum crime.

Ora, se estamos falando de novas formas arquitetônicas, novos padrões de regularização dos espaços públicos, assim como novas técnicas de segurança, estamos falando também da construção de um “corpo novo”, ou seja, da construção de um novo espaço. Em outras palavras, estamos falando de disciplinarização. O conjunto de mudanças acima referidos têm como foco a normatização do comportamento daqueles transitam pelo espaço das cidades, de maneira a formatá-los em nome da “segurança”. É sobre isso que a disciplina se apoia. Como procuramos discutir até agora, é a partir do estabelecimento de um determinado padrão comportamental útil, ideal, ou até de certa forma “correto” que irão desenvolver-se mecanismos de disciplina, no intuito de “docilizar” os corpos rebeldes a esse determinado padrão. Em interessante artigo publicado por ARMITAGE (2002), a autora argumenta que um dos fundamentos do sistema CCTV é justamente a construção de uma auto-disciplina naqueles que são observados pelas câmeras. O monitoramento objetiva

produzir uma auto-disciplina em cada indivíduo através do medo, de maneira a permitir uma modificação nas formas do seu comportamento. Se pensarmos na figura do Panóptico de BENTHAM (2000), veremos que a conjugação do monitoramento com a construção de uma nova estética arquitetural defensiva dos espaços públicos se insere numa tentativa de disciplinarização das cidades. Em nome da “segurança”, empreende-se todo um conjunto de medidas de controle e repressão, que transformam a bandeira da “segurança pública” em uma poderosa justificativa para o desenvolvimento de estratégias repressivas de controle sócio-espacial.

Se o monitoramento das cidades já é prática comum por parte do Estado, o monitoramento das favelas é algo que começa a ser experimentado a partir da “pacificação”. Das 30 UPPs existentes até hoje, em duas delas – pioneiramente o Santa Marta e depois a Rocinha, já instalou-se um sistema de câmeras de vigilância. Em ambos os casos, não houve nenhum tipo de acordo ou discussão prévia para com a comunidade sobre tal iniciativa, nem mesmo de caráter informativo¹²⁰. No caso da Providência, existe a previsão para a instalação de um sistema de monitoramento semelhante ao das outras duas UPPs ainda em 2013, no âmbito da inauguração do teleférico. De qualquer forma, o sistema de câmeras reproduz a figura arquitetural por excelência do poder disciplinar – o “Panóptico”, que ganha vida progressivamente dentro das favelas ocupadas pela polícia. A foto abaixo nos mostra um cartaz informativo do projeto na UPP Santa Marta, que faz alusão ao programa de TV *Big Brother*.

¹²⁰ Cito aqui uma pequena, porém bastante explicativa reportagem do portal UOL acerca das câmeras do Santa Marta: <http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/cobaia-dona-marta-tera-agora-cameras-de-monitoramento-04023360E0911366?types=A>

Imagem 6 – O “Big Brother” da UPP



Fonte: fotografia tirada por autor desconhecido disponível em <http://www.virusplanetario.net/a-upp-do-morro-santa-marta-e-o-controle-social/>

Em conjunto com as câmeras, obras de infraestrutura urbana que visam o alargamento e pavimentação de ruas, a despeito dos impactos positivos e/ou negativos que podem gerar, permitem a construção de um espaço com maior acessibilidade para os serviços públicos e, principalmente, para a polícia. Uma das vantagens históricas do caráter labirintítico do plano de ruas e vielas de uma favela é sua organicidade. Os traficantes, que muitas vezes foram nascidos e criados no local, tinham enorme vantagem em relação à polícia pelo conhecimento do campo onde ocorriam a maioria dos embates entre eles. Com as obras de infraestrutura que chegam em conjunto com a “pacificação”, abrem-se novas possibilidades para a transformação do espaço das favelas em um espaço fundamentalmente defensivo para a prevenção de crimes.

Toda a carga de disciplina inerente aos padrões de policiamento da UPP parece abrir caminho para que o espaço das favelas possa ser lido no âmbito da biopolítica. A própria abordagem do “policiamento comunitário”, que parece ainda uma meta distante do quadro atual da UPP, possui um fundamento biopolítico por excelência, ao propor que as estratégias de policiamento sejam desenvolvidas a partir da população, no âmbito do seu cotidiano, e não de maneira exterior a ela,

como acontece no modelo “profissional”. É importante frisar que para o “policciamento comunitário” não existe nenhuma tática que seja caracterizada como exclusiva, única e determinada *a priori*. Tal abordagem, pelo menos em teoria, recorre necessariamente a um conjunto diverso de táticas policiais em função do problema enfrentado e das características do espaço a ser patrulhado. A relativa “proximidade” com a população conseguida até agora pela polícia (no caso do Morro da Providência), busca abrir canais de “diálogo” para o desenvolvimento da disciplina ao nível do indivíduo. A partir disso, com o possível desenvolvimento do projeto em longo prazo, o objetivo passa a ser consolidar a UPP como uma biopolítica de segurança. A UPP Social possui também um papel fundamental nesse processo, pois é através do levantamento de dados e estudos sobre as favelas que se cria conhecimento sobre sua população. Os fundamentos da abordagem “comunitária” analisados por CERQUEIRA (2001a) deixam claro como tal tipologia de policiamento é uma expressão possível do biopoder:

“para atender a essa abordagem [comunitária, que exige um policial proativo] ganha uma nova configuração o *controle estatístico dos crimes*, agora interessado na coleta de *dados sociais, demográficos, econômicos* e outros que possam estar relacionados com os crimes e desordens. Aspectos sobre locais, tipos de crimes, tempo da ocorrência, vítimas e agressores estarão no centro dessas análises. [...] Na abordagem proativa as respostas da polícia são *flexíveis e adequadas às necessidades da comunidade e à natureza do problema*, seja ele crime, seja ele desordem. A polícia procura *prever* as chamadas futuras, analisando as causas dos problemas do crime e da desordem local. Para este fim, ela utiliza um *sistema de vigilância e de previsões que apelam para a comunidade local*. A vigilância se efetua a partir da análise das tendências relativas às infrações e das demandas idênticas de serviço, ao invés de tratar cada incidente como um processo distinto, que se fecha quando o processo é esclarecido, como é normalmente tratado no modelo profissional” (CERQUEIRA, 2001a:27, grifos nossos)

Na próxima seção, procuraremos dar maior atenção à função da UPP Social enquanto mecanismo produtor de dados e sua importância para biopoder policial na Providência.

3.3 – A UPP Social e sua função biopolítica

Na discussão realizada no primeiro capítulo, procuramos ressaltar as possíveis relações entre a dinâmica do poder disciplinar e do biopoder. Vimos que as duas tecnologias de controle, longe de estabelecer uma relação hierárquica entre si, são na verdade duas maneiras ao mesmo tempo distintas e

complementares de exercício do poder ligadas ao horizonte da heteronomia. Da mesma forma, além de complementares, não existe uma relação cronológica rígida entre elas. A passagem da disciplina para a biopolítica não é tautológica nem linear, pois dispositivos disciplinares e de segurança coexistem e se fortalecem mutuamente, a exemplo do que vimos até aqui em referência ao nosso campo de estudos, o Morro da Providência. Se, entretanto, os padrões de policiamento da UPP se mostram ainda fortemente arraigados à dinâmica do poder disciplinar, a UPP Social, de maneira distinta, vai exercer uma função de complemento às ações da polícia, através da já referida função de produção e análise de dados, além da formulação de diagnósticos que podem auxiliar no policiamento. Nos próximos parágrafos, o leitor terá a oportunidade de acompanhar alguns pontos importantes sobre o projeto na Providência, que são fundamentais para compreender melhor a função biopolítica do programa. A análise desta parte, no entanto, dará maior atenção à UPP Social e não ao projeto ligado à SEASDH – o Territórios da Paz. Nossa escolha foi tomada pelo seguinte motivo. Ao que parece, mesmo tratando-se de programas cujo objetivo seja, em última instância, o fomento da “integração” da favela com a cidade, a versão do projeto ligada à prefeitura nos parece ir além dos referidos objetivos. A equipe do “Territórios” atua na Providência principalmente através de dois Grupos de Trabalho (GTs): o GT “Cultura, Esporte e Lazer” e o GT “Comércio”. O primeiro é responsável por articular, junto aos moradores, iniciativas na área do esporte e cultura, a exemplo de competições esportivas entre jovens da Zona Portuária, feiras gastronômicas, cursos de cinema, etc. Já o GT “Comércio” tem procurado, em primeiro lugar, dar assistência aos moradores quanto ao processo de capacitação e articulação de uma rede dos comerciantes da região portuária carioca. O que, todavia, nos fez optar por uma análise mais centrada na UPP Social, é o fato do programa da prefeitura ter um desenho institucional que coloca a função da produção e análise de dados como um dos seus objetivos centrais. Não que o “Territórios” não realize alguns estudos também, mas nos parece que a dimensão biopolítica na UPP Social é mais forte, e por isso mesmo é que ela torna-se tão interessante no âmbito do nosso trabalho. A mudança do projeto do governo do estado para a prefeitura, como apontado anteriormente, vai funcionar justamente como um potencializador de tal dimensão, uma vez que toda a base técnica do IPP será usada neste sentido.

A equipe da UPP Social na Providência conta com três gestores e um “agente de campo”. De maneira geral, todas as equipes que atuam em favelas “pacificadas” possuem formato semelhante, com a principal variação ocorrendo em função da formação acadêmica dos gestores e do número de “agentes”. No caso da Providência, a equipe é formada por dois cientistas sociais e uma assistente social, além do “agente de campo” que possui formação de nível médio. A função do “agente” é importante para o programa, porque é através dele que a UPP cria um dos seus principais canais de interlocução com os moradores. O “agente” deve ser necessariamente morador da favela “pacificada”, ter bom conhecimento da área, e suas responsabilidades principais são coletar e produzir de dados a partir do “trabalho de

campo”, assim como a “mobilização” dos moradores para as reuniões convocadas pela UPP Social.

O contrato de trabalho de todos os empregados no projeto é temporário, podendo ou não ser renovado após um período de tempo variável. Esse ponto cria uma considerável rotatividade de gestores que atuam na UPP, tanto em relação à permanência no projeto, quanto à permanência em determinada favela. A equipe na Providência, por exemplo, já teve diferentes gestores, que hoje encontram-se ou fora do programa ou em outras áreas “pacificadas”. Quem decide pela renovação do contrato é uma equipe que avalia se determinadas metas traçadas anteriormente foram atingidas ou não, de acordo com o aval do programa de urbanização ONU-Habitat, o grande financiador do programa. Entretanto, nem mesmo os gestores possuem total clareza sobre a própria metodologia de avaliação do trabalho.

O que, no entanto, nos chamou mais atenção, é a estrutura interna do projeto, que favorece o papel biopolítico que a UPP Social tem. A estrutura se baseia em três pilares de gestão: a “Gestão Territorial” (GT), a “Gestão Institucional” (GI) e a “Gestão da informação” (GINFO). A função da primeira é a manutenção de uma equipe de gestores permanentemente em “campo”, na atuação direta com as comunidades para a articulação e mobilização dos moradores e obtenção de informações através de questionários e entrevistas. O método utilizado na esfera da “GT” é a chamada “escuta forte”, que consiste na coleta de informações e identificação de demandas de cada favela através do permanente diálogo com os moradores. O método é muito importante na fase chamada “pré-implantação” da UPP Social, narrada por um dos gestores do projeto na Providência entrevistados pelo autor:

“Quando a gente entra no território, a gente entra numa fase que a gente chama de “pré-implantação”. Que é a ideia mesmo de conhecer as instituições locais, de conhecer 'pessoas-chave', conhecer o próprio território, saber andar pelo território. A ideia é apresentar o programa. E o final dessa fase de pré-implantação é marcada por um fórum que marca a entrada do programa naquela comunidade. Esse é o Fórum da UPP Social, que aí são convidados agentes públicos. Nessa fase de pré implantação a gente recolhe demandas, sei lá, o “gargalo” de tal comunidade é o problema da iluminação, água, lixo, e aí a gente chama nesse fórum os agentes públicos responsáveis por essas demandas, voltados pro lixo, pra água, pra luz...” O gestor da UPP Social Providência

Em conjunto com a “GT”, a “GI” tem como principal função a articulação institucional entre as diferentes esferas de governo, que devem ser acionadas conjuntamente em prol da resolução dos “problemas” de cada favela. A UPP em si não vai resolve-los diretamente, mas somente “mediar” as demandas colhidas no campo com a função de cada secretaria de governo, como “Segurança”, “Habitação”, “Saúde”, etc. Por fim, a “GINFO” é formada por técnicos especializados na gestão da informação colhida pelos agentes da “GT”, para que a partir daí diagnósticos sobre cada favela possam ser

produzidos e apropriados pelas secretarias de governo através da “GI”. Em cada esfera do projeto atuam equipes diferentes, mas que, em teoria, devem manter uma permanente articulação, para que a informação colhida no “campo” não se perca até ser apropriada pelos outros atores que participam do projeto. O idealizador do desenho institucional do programa, Ricardo Henriques, em entrevista concedida a João Trajano Sento-Sé, expõe uma das dimensões do funcionamento “ideal” da UPP Social sob o seu ponto de vista¹²¹:

“O que seria desejável? Se conseguíssemos estabelecer um modo de operação em que a UPP Social, com base em diagnósticos empíricos locais, identificasse desafios, categorizasse alternativas de soluções e até certificasse intervenções e instituições da sociedade civil e de outros atores que imaginamos produzir impactos positivos. Assim, poderíamos organizar, com o Fundo da UPP Social, um fluxo de recursos de origem pública e privada que permitisse financiar essas ações e instituições.” - Ricardo Henriques, presidente do IPP e principal idealizador da UPP Social

A estrutura acima irá espelhar as principais intervenções do programa na Providência. De acordo com o gestor entrevistado, a UPP Social atua hoje através de quatro eixos principais em nosso campo de estudos: o mapeamento de todos os logradouros da favela, a construção do chamado “Mapa Rápido Participativo”, o programa “Vamos Combinar?” e o programa “Vamos Iluminar?”. Vejamos sobre o que se trata cada iniciativa elencada acima.

A primeira ação desempenhada é o mapeamento de todas as ruas e vielas da Providência. Já há alguns meses, a equipe da UPP, em conjunto com o “agente de campo”, se subdivide para dar conta da produção da informação. O projeto encontra-se ainda em sua fase inicial, dado o enorme perímetro que a equipe deve percorrer e algumas dificuldades operacionais do projeto, já que nenhum dos membros da UPP tinha conhecimento técnico sobre como realizar um mapeamento deste tipo. Posteriormente, após o mapeamento ser concluído no “campo”, os dados sofrerão “tratamento” pela equipe de “GINFO”, com o georreferenciamento de cada logradouro da favela. A ideia é que a iniciativa, que ocorre em todas as áreas no âmbito do projeto, consiga diminuir a disparidade entre a malha cartográfica dos bairros da cidade e das favelas. A informação contida nos mapas é preciosíssima, dada a enorme gama de ações que ele permitirá realizar daqui para frente nas favelas. Tais ações podem ser tanto para fins práticos como no uso do serviço de “correios”, como para possíveis ações estratégicas da polícia ou do Exército. Além dela, uma outra iniciativa ainda mais ambiciosa é a produção do “Mapa Rápido Participativo”(MRP). O “mapa” consiste na realização de levantamentos a partir de diferentes eixos como saneamento básico, condições de habitação, acessibilidade, etc., sobre cada área de atuação das equipes. O MRP é montado a

¹²¹ Entrevista contida em Comunicações do ISER, nº 67 p. 150

partir de entrevistas com moradores e “trabalhos de campo”, de maneira que para cada eixo selecionado é criada uma taxionomia que varia de “péssima” até “excelente”. Pretende-se com isso produzir um mapa de diagnóstico amplo e profundo das condições de cada área “pacificada”, que permita compreender melhor as condições da favela, assim como a espacialização dos problemas. O gestor entrevistado explicou que depois de pronto, cada eixo categorizado pelo MRP irá variar da cor vermelho (que significa “péssimo”) até verde (“excelente”) no mapa. A leitura da informação permitirá imediatamente saber onde se localizam as principais deficiências de cada favela, de acordo com cada categoria selecionada. O próprio Ricardo Henrique explica que: “estamos produzindo uma taxonomia de quinze eixos, com muitos indicadores, em seis níveis para cada território. Nenhuma secretaria tem codificadas essas nuances dos territórios, as diferenças entre eles”¹²². Não obstante, com relação às políticas de “integração” via infraestrutura, os programas “Vamos Combinar?” e “Vamos Iluminar?” são parcerias firmadas respectivamente entre a UPP e a concessionária “Porto Novo” (responsável pela coleta de lixo na Providência) e a LIGHT (distribuidora de energia), no âmbito dos trabalhos da “GT”. Elas objetivam, a partir de informações obtidas através dos moradores pela “GT”, desenvolver ações que visem otimizar a coleta de lixo no local, além de melhorar a infraestrutura da rede de energia elétrica na favela.

Apesar dos pontos expostos acima, o projeto da UPP Social mostra algumas ambiguidades latentes, no que diz respeito aos seus objetivos, o formato organizacional e principalmente em relação ao método de coleta e processamento de dados. Durante a entrevista com um dos responsáveis pelo programa na Providência, nos chamou atenção o fato de cada gestor não ser exclusivo de uma determinada UPP. Cada equipe, com três membros, é responsável por iniciativas em favelas imensas, dotadas de realidades sócio-espaciais completamente diferentes. No nosso caso, os gestores da UPP Social Providência são também responsáveis pela UPP Social Mangueira/Tuiuti. Eles dividem seu tempo entre as atribuições das agendas de ambos os locais. O único membro que é exclusivo da Providência é o “agente de campo”. O que mais nos surpreendeu quanto a isso foi a resposta do gestor entrevistado, quando perguntado se a precarização das condições de trabalho da equipe não poderia dificultar os objetivos do programa, em especial quanto ao que eles chamam de “escuta forte”:

¹²² Entrevista contida em Comunicações do ISER, nº 67 p. 145

“Eu não sei se a palavra é dificultar. A gente trabalha dentro de um orçamento público, né? O que paga o nosso salário é o recurso público. Então, *estender esse recurso público a muitas equipes, é uma percepção minha, eu acho que encarece a gestão pública*. Eu acho que não, não é que piora o trabalho, *a gente só tem que se esforçar mais*. Quem tá nesse trabalho é porque gosta, é porque quer fazer isso, *quer fazer a diferença na vida das pessoas*. O orçamento público de qualquer cidade, como a cidade do Rio de Janeiro ele é limitado. Nós temos equipes em todas as comunidades que estão 'pacificadas' e cada vez mais vai se 'pacificando', então vão se desdobrando mais equipes. Então eu acho que pode ficar caro, pode ficar caro 'orçamentariamente' falando.” O gestor da UPP Social Providência – grifos nossos.

O “corolário” de valores liberais que permeia o projeto parece assim já ter conquistado o “bom coração” do nosso interlocutor. Além do esforço individual ser a receita para a superação das dificuldades, cada um que trabalha na UPP aparece com uma espécie de “missionário” a explorar os rincões mais inóspitos do Rio de Janeiro, de maneira a fazer “boas ações” e a “diferença” na vida das pessoas. Os problemas orçamentários do projeto, a precarização das condições de trabalho, e o tipo de relação que os gestores estabelecem com a favela, como veremos, são meros detalhes da situação.

O que nos parece ainda mais polêmico é a ambiguidade quanto ao que a UPP chama de “escuta forte” e o seu papel na “mediação” entre as demandas da comunidade e o Poder Público:

“A gente trabalha muito nos 'bastidores'. (...) Você pode escutar a fala de uma mãe, ou de uma família dizendo que 'aqui não chegou UPP Social', mesmo porque não dá pra você conhecer todos os moradores, nem o próprio morador conhece todos os moradores. Muitos não vão saber que fomos nós que articulamos pra que o filho dela tivesse esse atendimento de base e podem chegar até questionar o trabalho da UPP Social por isso.” O gestor da UPP Social Providência.

Se a atuação dos gestores da “GT” deveria ser pautada pelo contato direto com os supostamente mais importantes interlocutores do projeto – os moradores de favelas, como esse diálogo ocorre, se a UPP não está tão presente assim no cotidiano da população local? A quem os gestores estão “escutando”, se a “ausência” nas favelas é admitida por um próprio gestor de projeto, que além de tudo ainda tem que se dividir, em conjunto com sua equipe, entre no mínimo duas UPPs diferentes? Essa ambiguidade fica ainda mais clara na fala de um dos moradores que chegou a participar do encontro do programa “Vamos Combinar?”¹²³

¹²³ Entrevista concedida em 01/12/12

“Eu cheguei a ir em numa reunião do pessoal da UPP, sobre o problema do lixo aqui na comunidade. Divulgaram com alguns cartazes, no dia disseram que eles estavam querendo instalar novas áreas para o morador despejar o lixo, que estavam vendo maneiras de melhorar a coleta. (...) Eu fui, outras pessoas foram, mas depois daquela reunião eles nunca mais apareceram. Eu não sei ao certo o que eles estão fazendo na Providência não. Só sei que tem essa obra aí do teleférico, tão querendo remover muita gente e até hoje ninguém perguntou pra comunidade se era isso que ela queria.” - E. - morador da Providência

As críticas partem até mesmo do próprio Poder Público. Na visão de uma das gestoras da equipe do Territórios da Paz, a divisão do projeto entre o estado e a prefeitura não só enfraqueceu todo o trabalho realizado pela SEASDH anteriormente, como abriu caminho para um outro tipo de relação entre as esferas de governo e os moradores da Providência:

“(...) tem algumas comunidades que o diálogo é menos “truncado” do que com a nossa. Com a nossa foi porque eles [a equipe da UPP Social] entraram inicialmente querendo fazer 'carreira solo', mas viram que não deu certo, porque os caras não queriam sentar hoje, sentar amanhã pra discutir o mesmo assunto. (...) Quando chegou no final do ano passado [2011], o P. [ex-gestor da UPP Social da Providência] sentou comigo, viu as dificuldades que ele tava enfrentando, porque é uma comunidade que você tem um mando dos “meninos” [do tráfico] ainda muito forte, ele viu a dificuldade que ele passou e entendeu que se não fosse através de uma parceria ou de uma articulação nossa o trabalho deles não avançaria. Porém o P. saiu no início do ano e entrou o O. com a mesma postura, ao meu ver, na minha avaliação, não com a mesma proximidade. Porque pra mim estar no território é estar no território e assumir compromissos. Eu já passei muitas dificuldades, muitas situações de saber como tem que ser feito e o Estado não se colocar. E daí você 'peita', entendeu? Agora, eu não sei se eles têm essa disposição. Porque eles têm uma relação de trabalho frágil, é um contrato temporário de três meses, a cada três meses o contrato é renovado e isso acaba dificultando. (...) [A UPP Social] não tem articulação porque articulação prevê ação no território e eu não vejo isso. Aqui eles chegaram a ensaiar uma ação, aquela 'vamos combinar?' que não saiu do papel. Fora essa ação que eles ensaiaram e não saiu eu não conheço outra” Z. - gestora do Territórios da Paz na Providência.

A fala da gestora, em conjunto com a do morador, trazem alguns elementos importantíssimos para análise. Em primeiro lugar, ambas as falas ressaltam a inerente falta de

diálogo entre o Poder Público e a comunidade. Ao longo dos últimos dois anos, houve uma série de reuniões e manifestações de moradores e ativismos sociais, vídeos e documentários produzidos, além de toda uma exposição midiática sobre os enormes prejuízos que as obras do “Morar Carioca” trouxeram para a Providência. Mesmo com toda a exposição do fato, o gestor da UPP Social afirmou que não se aproximou dos moradores pelo problema ser anterior ao momento que ele assumiu o cargo na UPP Social. E que, além disso, ele teve contato com uma moradora que estava feliz em ser removida da Providência, sendo necessário, portanto, ter cautela quanto as informações que chegam até eles, pois é preciso ver se “estão batendo o que as pessoas estão dizendo, pra evitar o olhar enviesado sobre o território” (O. - gestor da UPP Social Providência).

Além disso, um segundo ponto importante são os problemas relacionados aos espaços de diálogo entre a UPP Social e os favelados. Na entrevista que fizemos com O., da UPP Social, foi-nos explicado que atualmente o projeto prevê dois espaços de interlocução. No final da fase de “pré-implantação” do projeto, ocorre o chamado “Fórum da UPP Social”, que sinaliza o primeiro contato formal entre a equipe da UPP, integrantes de outras secretarias do Estado e a comunidade. Nesse momento o projeto, em teoria, é apresentado para a favela e os moradores podem tirar todas as suas dúvidas e fazer sugestões quanto às propostas do Poder Público. Em um momento posterior, chega a vez dos chamados “encontros comunitários”, que seriam o momento do Estado prestar contas daquilo que ele está realizando nas favelas “pacificadas” através das ações da UPP Social. Na Providência, até agora realizaram-se dois “fóruns” da UPP Social, um realizado pela equipe do Territórios da Paz e outro que inaugurou os trabalhos da equipe ligada à prefeitura. Até agora, nenhum “encontro comunitário” ocorreu e o gestor não soube informar quando e com qual periodicidade ele deverá acontecer. Mas o que nos chamou mais atenção foi a visão bastante crítica da gestora do Territórios da Paz sobre os desdobramentos do “racha” do projeto entre o governo do estado e a prefeitura, além do papel que tais espaços como o “fórum da UPP” ganharam após a entrada da equipe ligada à prefeitura:

“Na realidade, o último fórum que a gente realizou foi em maio de 2011. Depois eles [a UPP Social] realizaram um em junho. Só que foi um fórum institucional. Nesse de maio, a gente já realizou com bastante dificuldade pois ali já havia uma orientação do estado para não participar das ações do município. Então, todos os grupos que a gente já tinha um processo de consolidação da parceria ficaram “frouxas”, pela orientação que o estado estava dando. E aí foi feito um trabalho no município, pro fórum do município a comunidade não foi convidada. Inclusive teve no fórum uma fala bastante emblemática da moradora A., que ela pediu o microfone e quando deram o microfone, a quadra da [praça] Américo Brum tava lotada de autoridades, de policiais, de tudo. Ela pediu o microfone e falou: 'você estão fazendo uma festa na minha casa e não me convidaram! Vocês não convidaram a comunidade!'. Aí ela fez um discurso forte, que tentou ser abafado pelas pessoas mas que ficou uma situação extremamente constrangedora para as pessoas que estavam mas que não estavam pactuando diretamente com aquela situação. Z. - gestora do Territórios da Paz na Providência.

O relato da gestora, assim como a reprodução da fala da moradora, nos parecem auto-explicativos. Mas como nunca é demais sublinhar algo que achamos importante, é preciso ter em mente o tipo de “participação” que a UPP Social propõe. Mesmo que o projeto, em seu sítio oficial fale que “moradores, sociedade e governos decidem juntos os caminhos para o exercício integral da cidadania”, e que o gestor entrevistado pelo autor tenha em diversos pontos da entrevista alinhado sua fala com a visão expressa acima, a prática das ações segue um rumo bem diferente, ainda prevalecendo relações de poder autoritárias, que fluem “de cima para baixo” nos mesmos moldes de outras iniciativas já realizadas nas favelas cariocas. Assim como a UPP Social não rompe com esta tradição, ela também, ao mesmo tempo, resgata a tradicional mística da “participação comunitária” no âmbito do Poder Público, que, via de regra, convida os favelados a participarem de alguns espaços quando muito consultivos, para que no máximo seja feita ali a ratificação de uma proposta decidida previamente. Novamente a fala de Ricardo Henriques mostra qual é a visão sobre o tema da “participação popular” para o idealizador do projeto:

“Na maioria dos lugares, um processo de escuta da comunidade, sobretudo diante de nossa fraca ou artificial cultura de participação, gera uma lista absolutamente infundável e acrítica de demandas. Além disso, mesmo os espaços efetivos de interlocução e participação se transformam, às vezes, em momentos de catarse. (...) Mas se não formos consequentes em relação a isso, exercitamos uma relação de empatia com a catarse, com o empilhamento acrítico de demandas e não nos responsabilizamos com nada, a não ser com algumas demandas literalmente jogadas diante de um contencioso histórico tão grande. Contencioso resultante tanto de uma significativa dívida social, econômica e cultural, quanto da vivência de um ambiente de violência extrema”. Ricardo Henriques – presidente do IPP e principal idealizador da UPP Social

A visão do autor nos parece subestimar enormemente a capacidade dos moradores, ou mesmo dos ativismos sociais que atuam junto a eles, em formular demandas e questionamentos, além de pensar criticamente soluções para os seus próprios problemas. Henriques esquece que os favelados, a partir do seu próprio conhecimento e luta, são também protagonistas históricos na produção do espaço urbano, como bem lembra CORRÊA (1989). O movimento dos sem-teto, só para ficarmos no recorte do município do Rio de Janeiro, já nos deu variadas provas de que uma gestão coletiva e horizontal do espaço, mesmo que em pequena escala, é plenamente possível, como mostram os trabalhos de GRANDI (2010), FREIRE (2011) e ALMEIDA (2011). Ao problematizar as demandas dos moradores como “acríticas”, colocando-as atoladas no *frenesi* coletivo da “catarse”, o autor realiza um exercício de arrogância que deslegitima aqueles que possuem demandas situadas fora dos interesses do projeto. No plano externo, a fala de Henriques parece transparecer mais uma das ambiguidades da UPP, a partir de um discurso demagogo de “participação” que na verdade utiliza a própria mística que envolve o termo para legitimar uma série de políticas autoritárias nas favelas “pacificadas”, que muitas vezes vão de encontro ao desejo da maior parte dos moradores. É necessário sublinhar ainda, com relação ao plano interno, que as ações da UPP Social reagem sincronicamente ao que o idealizador do projeto expôs, através de um movimento dotado de perversa simetria inscrito em um horizonte fundamentalmente, é importante ressaltar, de poder heterônomo. Uma política que acena com alguns possíveis ganhos no presente – como maior participação dos moradores nos processos de tomada de decisão nas favelas, mas que, ao mesmo tempo, atrela essa “participação” à tutela ou mesmo a uma esfera meramente consultiva, não nos parece nada mais que um obstáculo à conquista da autonomia e ganhos de justiça social no médio/longo prazo. Devemos ter cautela ao contabilizarmos os “benefícios” materiais e simbólicos do programa em curto prazo, dado os possíveis cenários negativos a serem construídos em uma periodização mais longa.

Voltaremos a essa discussão na próxima sessão.

Um terceiro ponto que mostra outra fragilidade do projeto é a falta de uma articulação mais profunda entre os atores envolvidos. Nas entrevistas com os responsáveis pelos projetos da UPP, da UPP Social e do Territórios da Paz, todos foram unânicos em apresentar pouquíssimas iniciativas (ou mesmo nenhuma) realização conjunta entre as três frentes de ação. Via de regra, o único espaço comum às três dimensões da UPP são alguns encontros organizados no âmbito “social”, quando a polícia também é convidada. O próprio capitão Glauco Schrocht afirma que uma das estratégias utilizadas pela polícia, no intuito de conseguir maior inserção na Providência, foi a participação nas reuniões “comunitárias” realizadas até então. Já o gestor da UPP Social, nos disse que a principal “parceria” entre a polícia e a sua equipe diz respeito à garantia que a polícia oferece para o trabalho “social” da UPP, sem, no entanto, apresentar alguma ação concreta realizada em conjunto pela polícia e pelos gestores até então. Mas é mais uma vez a gestora do Territórios da Paz que vai nos mostrar como a fragmentação do projeto das UPPs ainda é um problema latente¹²⁴:

“Então, esse é o discurso que o Estado cria, o “trabalho social nos territórios”. Porém, na prática, ainda não há um diálogo entendeu? Se o diálogo existisse, se eu de fato conseguisse conversar com o capitão, dialogar com essas ações que ele faz no território, eu com certeza já teria dado longos passos. Mas ainda existe esse 'truncamento', de no primeiro momento um município mais articulado com o estado, aí depois em função de desavenças políticas há uma cisão, e hoje a gente tenta retomar – em alguns pontos a gente consegue e em outros ainda está meio 'rachado', e por aí vai. Então, quer dizer, os pactos políticos e essa ausência de compromisso de tocar a ação comum são os grandes desafios [do projeto]. O Estado fala no discurso – o Estado que eu digo é o Poder Público, mas que na prática...” Z. - gestora do Territórios da Paz na Providência.

Para finalizar a seção, e diante de tudo o que foi exposto acima, a UPP Social deve ser encarada em primeiro lugar como uma biopolítica de segurança, dado o enorme peso que a função de gerenciamento de dados e produção de diagnósticos assume no projeto. Na verdade, no caso da

¹²⁴ A esta altura, o leitor já deve ter observado a oposição entre os discursos dos diferentes representantes oficiais do Estado. Em nossa percepção, o que vai fazer o contraponto é a forma de inserção e a trajetória pessoal e profissional destes agentes públicos. Um deles possui em seu histórico longas datas de atuação no movimento popular, além de já ter um acúmulo de experiência quanto à atuação profissional e de militância em favelas. Além disso, diferentemente dos quadros da UPP Social, a gestora é funcionária pública ligada à SEASDH, o que abre maiores possibilidades de crítica ao projeto pelo seu vínculo de emprego estável com o Estado. Em todo caso, o seu rico relato nos possibilitou ouvir uma voz dissonante vinda de dentro do próprio Estado, além de adicionar mais um ingrediente na enorme lista de ambiguidades da UPP que procuramos mostrar desde o início do trabalho.

Providência, é esta dimensão que parece assumir a preocupação central da equipe, dado o caráter das iniciativas que são desenvolvidas hoje no local. No entanto, é importante e necessário afirmar também, que os inúmeros problemas que o projeto apresenta são grandes obstáculos no desenvolvimento de mecanismos de segurança mais refinados e integrados com a ação policial *stricto sensu*. A qualidade dos dados produzidos, a inserção dos gestores na Providência, as condições de trabalho da equipe, a enorme fragmentação do projeto – todos esses fatores são problemáticos. Por tudo isso, nos parece que seria mais justo aqui falar de uma biopolítica mais modesta, até mesmo “capenga” para o Morro da Providência, pelo menos até a presente data, passado quase três anos da “pacificação”.

Não possuímos elementos para fazer grandes generalizações para as outras favelas ocupadas pela polícia. Mas a fala dos gestores e dos policiais nos deu a impressão de que a unidade da Providência não é um exemplo negativo em relação ao âmbito geral do projeto. Tal fato pode indicar que a UPP, enquanto um biopoder, ainda não atingiu um grau de sofisticação como almeja o seu idealizador – Ricardo Henriques, a exemplo do que foi visto nas páginas anteriores. A situação todavia pode mudar, uma vez que o projeto ainda é muito recente e é muito difícil realizar um diagnóstico preciso sobre os seus desdobramentos. Em todo caso, uma mudança na forma do exercício do poder nas favelas cariocas está em curso, e o resultado da mudança ainda nos parece imprevisível. Procuraremos mostrar alguns resultados disso na próxima sessão, que finaliza o terceiro capítulo.

3.4 – Notícias do “front”: alguns impactos da UPP em curto prazo na Providência

Qualquer morador da Providência que, ao ser perguntado sobre a UPP, venha a relatar quais foram as principais mudanças após a ocupação da polícia, provavelmente irá apontar o fim dos tiroteios como a maior delas. Esse fato não poder ser desconsiderado. A violência, em especial a violência *letal*, seja ela praticada pelos traficantes ou pela polícia, era uma ameaça permanente para todos aqueles que de alguma forma participavam do cotidiano da Providência. A fala de uma moradora, aluna do pré-vestibular onde o autor dá aulas semanalmente, chama a atenção pela sensibilidade quanto ao diagnóstico atual da situação do morro: “Professor, a morte deixou de ser parte do cotidiano da Providência”¹²⁵ (K. – moradora da Providência). O Poder Público utiliza o fim dos tiroteios e a drástica queda dos índices de homicídios nas favelas “pacificadas” como a principal conquista do projeto, que beneficia não só os moradores locais, como também aqueles que moram no seu entorno. Essa característica não se limita à Providência. De maneira maior ou menor,

¹²⁵ Conversa informal em 22/04/11

as UPPs tendem a diminuir a violência letal, notadamente aquela antes praticada pela polícia, em todas as favelas no âmbito do projeto de acordo com estudo organizado por CANO (2012). O impacto do fim dos tiroteios ganha uma visibilidade ainda maior por ele se desdobrar para fora das favelas, produzindo uma sensação de maior “segurança” para quem vive nos bairros localizados na imediação dos morros. Como vimos, tais bairros são em sua grande maioria ocupados pela classe-média (e média-alta) carioca, além de localizarem-se nas áreas de atuação preferencial do capital imobiliário e de maior visibilidade midiática. O enorme consenso produzido sobre as UPPs hoje, ao que parece, deriva de uma aparente contradição, que reside no fato do sucesso de uma política voltada, em primeiro plano, para as favelas, seja beneficiar principalmente quem mora fora dessas áreas, através da maior sensação de “segurança”, valorização dos imóveis, etc.

O que propomos discutir na presente seção é a análise de alguns impactos, sentidos em curto prazo, em decorrência da implementação da UPP na escala intrafavela, além dos seus desdobramentos diretos para o entorno da Providência. A análise do problema na escala a qual estamos propondo é pertinente, pois é através dela que alguns desdobramentos das UPPs, que normalmente não são tão visíveis no âmbito do estudo mais geral do projeto, ganham visibilidade. Sendo assim, procuramos nesta última sessão fazer uma contribuição aos estudos que tratam do tema da “pacificação” a partir de uma escala de análise que, via de regra, é negligenciada: a de uma favela e o seu entorno mais imediato.

3.4.1 – Os desdobramentos sobre a violência no cotidiano da Providência

Nosso campo de estudos, apesar de não ser uma favela que previamente era palco dos principais conflitos urbanos decorrentes da dinâmica do tráfico de drogas de varejo, experimentou episódios de extrema violência ao longo dos últimos anos. No passado, até meados dos anos 90, era comum os conflitos entre diferentes grupos ligados ao comércio de drogas pela posse das “bocas de fumo” locais. Não havia uma “centralização” no comando do tráfico como hoje, que é feito através de um único grupo ligado ao “Comando Vermelho”. A exceção é a quadrilha que domina o tráfico em um dos principais acessos à favela, a “Rua do Monte”. Tal grupo, no entanto, pertence a mesma facção que domina o restante do morro, o que evita maiores disputas internas por território na Providência. Os conflitos que ocorriam até a entrada da UPP eram causados pelo confronto direto entre os traficantes e policiais, através das incursões periódicas da polícia (civil e militar), pelos batalhões de operações especiais das duas corporações (BOPE e CORE), pelo GPAE ou mesmo o Exército. Além da violência letal gerada pela dinâmica da “guerra às drogas” do Poder Público, a brutalidade policial era um outro problema que fazia parte do cotidiano dos moradores e de todos

aqueles que, de alguma forma, frequentavam a favela:

“[A relação] da comunidade com a polícia sempre foi tensa. Nesse ponto desde que eu me entendo por gente sempre foi muito tensa. Porque contato com pessoal de 'movimento' eu tive bastante por causa do meu primo – porque meu primo era do 'movimento' e sempre me contava as histórias, e depois quando eu comecei a 'circular' um pouco mais [pela Providência] ainda tinha os moleques por aqui. Então era sempre muito tenso, conversando com o pessoal no bar: 'ah, fui descer a escada e o cara não pediu permissão para abrir minha bolsa, já saiu me 'escrotizando', me 'esculachando' e pegava minha bolsa, abria do nada, jogava tudo no chão'. Aí eu falava: 'mas não pode ser assim' e ela falava: 'mas o que eu vou fazer, vou colocar a cara a tapa? Vou fazer o que ele tá mandando'.” Y. - moradora da Providência

Ou ainda, a brutalidade policial aparece carregada de todo o simbolismo negativo que sempre marcaram as ações da PMERJ na Providência e nas favelas cariocas em geral:

“uma vez tava tendo o aniversário do morro lá na praça [Américo Brum] e a polícia subiu dando tiro. Todo mundo se abaixou, saiu correndo, mas graças a deus ninguém se feriu. Depois que a polícia tomou a praça, me chega um policial, vê aquela mesa cheia de salgadinho e doce, sai comendo tudo e pra 'esculachar', pega o fuzil e destrói o bolo que a gente tinha feito pra festa. É mole?” B. - morador da Providência

Não só a dinâmica ligada à violência policial era parte do cotidiano. O tráfico de drogas, de maneira semelhante, era um outro ator que contribuía decisivamente para o quadro de violência no local, através do julgamento e execução de “sentenças de morte” para pessoas que infringiam determinadas regras comuns à Providência e até ao seu entorno:

Tinha uma amigo meu que treinava Jiu-Jitsu, que ele morava na Praça da Harmonia [praça nas imediações da Providência]. Teve uma briga do pai de uma menina com ele por causa de futebol, e disseram que ele tinha estuprado a filha desse cara. Trouxeram o garoto pro morro e mataram o garoto. Ele tinha 17 anos. Não tinha absolutamente nada a ver. Ele não tinha estuprado ninguém mas mataram o garoto, por 'fofoca'. Ele morava na Praça da Harmonia e o pai da garota também. A mãe [da menina] subiu o morro e fez o inferno do garoto aqui. (...). Olha o que que acontece: a mãe e o pai do garoto moram na Praça da Harmonia, e foram buscar o garoto lá! Em vez de levar pra polícia trouxeram pro morro! N. - morador da Providência

Com a ocupação da UPP, casos como os relatados acima, além dos outros já relatados em outras partes do trabalho, diminuíram sensivelmente do cotidiano dos moradores. O policial da UPP, de maneira geral, possui um método de abordagem menos agressivo e desrespeitoso do que o restante dos quadros regulares da PMERJ. A própria permanência dos policiais no morro, que cria uma certa “rotina” com os moradores, apareceu como um ponto positivo do projeto em comparação à situação anterior. No momento atual, na visão da maioria das pessoas que conversamos, o fato do morador conhecer minimamente o policial que está na favela abre uma possibilidade maior de “controle” sobre sua ação. Não que haja uma mudança substancial na *accountability* do trabalho da polícia, uma vez que ainda não existe mecanismos de prestação de contas da UPP para a população, as infrações dos policiais de cada unidade continuam a ser tratadas internamente ou, quando muito, encaminhadas para o âmbito da justiça militar, os casos de corrupção envolvendo os policiais “pacificadores” são inúmeros, entre outras coisas. Mas seja como for, nos parece que o fato do morador saber minimamente qual policial estará realizando o policiamento local traz uma maior “previsibilidade” em comparação com a situação anterior.

Isso não quer dizer, no entanto, que casos de abusos não ocorram. Vejamos alguns exemplos, dentro de uma lista considerável de infrações de diferentes níveis de gravidade. Um conhecido do autor, ao transitar pela rua onde mora na Providência, foi ofendido gratuitamente por policiais de uma patrulha móvel da UPP simplesmente por usar um corte de cabelo do estilo “Black Power”. Os policiais, ao passarem de carro, diminuíram a velocidade e gritaram que ele parecia um “cotonete” com aquele visual. Apesar da denúncia feita ao comando da UPP, aparentemente os policiais não sofreram nenhuma retaliação por parte dos seus superiores. Um segundo exemplo, ocorrido na mesma rua, diz respeito à abordagem vexatória, presenciada pelo autor, sofrida por um motoqueiro entregador de pizzas. A abordagem gerou discussão entre ele e o policial, com a consequente detenção do entregador por “desacato”. Depois de algumas horas ele foi liberado, mas o caso poderia ter sido contornado de outra forma, se o policial tivesse abordado o jovem de outra forma. Um outro caso, de maior gravidade, ocorreu nas proximidades do Morro do Pinto (favela que compõe o Complexo da Providência) no dia 2 de março de 2012. No local, houve uma tentativa de homicídio praticada por um policial da UPP Providência contra um morador da comunidade¹²⁶. O crime ocorreu simplesmente porque o policial viu o morador conversando com sua ex-namorada em uma festa na favela, disparando contra ele três tiros. O policial foi preso, e está respondendo na Justiça pelo crime de tentativa de homicídio. Um outro exemplo, talvez o mais conhecido deles, dada a sua dimensão, diz respeito a um escândalo de corrupção que envolveu diretamente a cúpula da UPP Providência. No final de

¹²⁶ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/03/morador-e-baleado-por-policial-da-upp-do-morro-da-providencia.html>

agosto de 2012, uma ação da Subsecretaria de Inteligência do Estado deflagrou a “Operação Catedral”, com o objetivo de desbaratar a rede de apoio ao jogo do bicho no Centro e em parte da Zona Norte carioca. Na operação, foram incriminados o capitão Glauco Schorcht, comandante da UPP Providência, além dos seus dois subordinados diretos – os sargentos Marcos Aurélio das Chagas e Marcos André dos Santos, todos eles supostamente envolvidos com a contravenção que atuava na área da Providência¹²⁷. Inicialmente, toda a cúpula da UPP havia sido exonerada pelo comando da PMERJ, mas depois de três dias a corporação voltou atrás e restituiu o capitão Schorcht no cargo de comandante da UPP, sob a alegação de que ele teria contribuído com a prisão dos dois sargentos e por falta de provas do seu envolvimento com o jogo do bicho. Os exemplos nos mostram que apesar de alguns ganhos relativos, os abusos e os esquemas de corrupção ainda aproximam bastante o projeto das UPPs das antigas práticas policiais ligadas à PMERJ.

Essa tendência é ainda mais fortemente observável quando, durante a revisão final do texto da dissertação, outro caso de corrupção envolvendo a UPP com graves consequências para a Providência e o seu entorno aconteceu. No dia 8 de março de 2013, policiais civis realizaram uma enorme operação na Zona Portuária com o objetivo de desarticular o comércio de drogas no local¹²⁸. Das quase 50 pessoas presas, 21 eram policiais militares lotados no 5ª BPM e o restante traficantes do Morro da Providência que atuavam, mesmo após a “pacificação”, na venda de entorpecentes principalmente no entorno da favela. Entretanto, a realização da operação policial na “repressão” ao tráfico não surpreendeu o autor, uma vez que desde a instalação da UPP observa-se que o comércio de drogas continuou a plenos pulmões na região, mas agora com um perfil diferente, como veremos na última sessão deste capítulo. O chocante é que apesar da imprensa ter divulgado amplamente que os 21 policiais presos eram da “polícia regular”, na verdade a grande maioria deles estava lotada na UPP Providência e não no 5º BPM. O fato é grave, pois ao mesmo tempo ele denuncia o enorme papel que a grande mídia possui na construção de um discurso hegemônico sobre os benefícios inquestionáveis das UPPs – que não permite, neste sentido, espaço para denúncias contundentes de corrupção, além de confirmar as denúncias, feitas anteriormente por moradores ao autor, sobre a ligação do tráfico com a polícia “pacificadora”. Mesmo retomando o tema posteriormente, é importante ressaltar, neste momento, que a prisão dos policiais colocou os outros praças da UPP com uma postura extremamente agressiva e reativa no tocante ao policiamento ostensivo cotidiano. A partir da operação policial, inúmeros casos de revistas vexatórias, espancamentos, invasões de domicílio, entre outros crimes foram reportados por moradores tanto durante as reuniões do FCP, quanto diretamente ao autor em conversas informais realizadas desde então. O grande problema é que o tráfico mesmo com a operação continua presente, e os policiais da UPP que não foram presos realizam

¹²⁷ <http://oglobo.globo.com/rio/operacao-contra-bicheiros-derruba-comandantes-de-batalhao-de-upp-5928850>

¹²⁸ <http://oglobo.globo.com/rio/quase-50-pessoas-sao-presas-em-megaoperacao-para-reprimir-trafico-na-zona-portuaria-7779376>

diariamente operações de busca e apreensão na favela. Houve um endurecimento no tratamento dispensado pela polícia aos moradores, através da reprodução das velhas práticas policiais brutalizantes que agora são realizadas pela própria UPP. No momento em que tais linhas são escritas, a situação dos moradores na Providência é de *medo*, pois além do já exposto risco eminente de remoção de casas para centenas de famílias, a velha sensação de insegurança dada pelo conflito entre policiais e traficantes parece ter voltado ao cotidiano do local. Voltaremos a este ponto mais adiante, quando nos debruçarmos especificamente sobre os impactos da UPP na dinâmica do tráfico de drogas de varejo.

Por agora, um outro ponto importante diz respeito a uma série de outros crimes que passaram a ser cometidos na Providência após a entrada da UPP. Na tabela abaixo, procuramos acompanhar a série histórica dos últimos cinco anos disponibilizada para a área de jurisdição da UPP Providência, de acordo com os dados do ISP para os seguintes crimes: “furtos”, “roubos”, “homicídios dolosos”, “lesão corporal dolosa”, “autos de resistência”, “apreensão de armas”, “apreensão de drogas” e “pessoas desaparecidas”. A escolha de tais categorias partiu fundamentalmente das nossas impressões empíricas no cotidiano da favela, que foram confirmadas, ao longo do tempo, através das conversas informais e entrevistas com moradores e policiais. De maneira geral, percebemos que alguns crimes deixaram de acontecer, assim como outros aumentaram significativamente desde o início da “pacificação”. Procuramos assim, em um segundo momento, selecionar categorias que pudessem quantificar melhor o que estávamos percebendo “no campo”, a partir do que a metodologia da “pesquisa participante” propõe: uma análise que flua “debaixo para cima”. As taxas expostas na tabela foram ajustadas para 100 mil habitantes no intuito de permitir ao leitor o acompanhamento e comparação do efeito da “pacificação” tanto na Providência como no seu entorno, que será melhor discutido na parte final do presente capítulo. Uma categoria também pensada – os estupros, acabou sendo descartada porque o número absoluto era tão baixo que tornava-se estatisticamente insignificante. Procuramos estabelecer também uma média aritmética entre dois períodos: de 2007 até 2009 e de 2010 até 2012. A ideia em dividir a série histórica em dois períodos é a de comparar o período anterior e posterior à instalação da UPP na Providência, uma vez que a unidade foi instalada no nosso campo de estudos em abril de 2010. O campo “variação” na última coluna diz respeito à variação da média aritmética entre os dois subperíodos anteriormente citados.

Tabela 2 – Variação das taxas de ocorrência de crimes na jurisdição da UPP Providência por 100 mil/hab - 2007-2012

Crimes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	07-09 (x)	10-12 (x)	Variação (%)
Homicídios dolosos	16,08	8,04	8,04	16,08	8,04	16,08	10,72	13,40	+25,00
Lesão corporal dolosa	418,14	442,26	450,31	675,46	731,75	587,01	436,90	664,74	+52,15
Apreensão drogas	434,22	506,59	321,65	233,19	353,81	313,61	420,82	300,20	-28,66
Apreensão armas	217,11	64,33	201,03	32,16	24,12	24,12	160,82	26,80	-83,33
Totais furtos	394,02	241,24	345,77	426,18	715,66	313,61	327,01	485,15	+48,36
Roubo a estabelecimento comercial	0,00	16,08	32,16	56,29	24,12	0,00	16,08	26,80	+66,67
Roubo a residência	0,00	0,00	8,04	0,00	8,04	0,00	2,68	2,68	+0,00
Roubo de veículo	128,66	32,16	72,37	48,25	32,16	24,12	77,73	34,85	-55,17
Roubo de carga	32,16	0,00	0,00	8,04	0,00	0,00	10,72	2,68	-75,00
Roubo a transeunte	128,66	128,66	104,54	152,78	176,91	96,49	120,62	142,06	+17,78
Roubo em coletivo	16,08	32,16	24,12	24,12	8,04	0,00	24,12	10,72	-55,56
Roubo de aparelho celular	16,08	0,00	48,25	16,08	32,16	40,21	21,44	29,48	+37,50
Autos de resistência	48,25	16,08	48,25	0,00	0,00	0,00	37,53	0,00	-100,00
Pessoas desaparecidas	48,25	24,12	56,29	40,21	40,21	16,08	42,89	32,16	-25,00

Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP), janeiro 2013
Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE)

Como era de se esperar, o efeito da UPP sobre a violência letal policial na Providência é bastante significativo. As mortes causadas pela polícia – os chamados “auto de resistência”, foram reduzidos em 100% desde o início da ocupação policial. Já os homicídios na área mantiveram-se “estáveis”, não refletindo a maior sensação de “tranquilidade” pelo fim dos tiroteios percebida por todos aqueles que frequentam o cotidiano da favela.

Outro ponto significativo é a expressiva queda na “apreensão de armas”, indicativo do fim da presença (pelo menos) armada por parte dos traficantes, que por sua vez não foi acompanhada por uma queda tão expressiva assim na “apreensão de drogas”¹²⁹. A categoria “pessoas desaparecidas” foi selecionada, pois ela poderia indicar uma possível migração da categoria “homicídio” para “desaparecido”, uma vez que o tráfico ou a própria polícia muitas vezes “desaparece” com o corpo de suas respectivas vítimas. No entanto, os dados não apontam para tal tendência na Providência. Mas, o que nos saltou aos olhos foram os significativos aumentos no número de “furtos” e “lesão corporal dolosa”, algo que até então não era um grande problema para os moradores:

¹²⁹ Nos deteremos na análise destes indicadores na última parte da seção, dedicada especificamente ao impacto da UPP sobre a dinâmica do tráfico de drogas de varejo.

“O número de assaltos aumentou pra caramba [depois da UPP]! Tem 'neguinho' entrando na casa da pessoa agora e roubando dentro de casa. Se antigamente você era assaltado na Central com uma faca, hoje tem 'carinha' pulando a janela da sua casa pra roubar a suas coisas. (...) Se é gente que mora aqui, se é ex-frequenterador de 'boca' [de fumo], não sei dizer. Mas tem assalto. No 'começinho' da UPP a escada [que liga a Central até a Ladeira do Farias, na Providência] era escura, que ainda não tinha policiamento, teve pessoas falando de estupro. Teve gente que falou que foi assaltada na escada indo pra casa. (...) Então nesse quesito, quando tinha o 'movimento' eu saía da Lapa, me sentia tranquila da Lapa. Eu fazia a travessia da Praça da Cruz Vermelha pra Praça da República – ali eu ficava super tensa! Mas chegava na Central eu ficava tranquila. Porque eu sabia que tinha 'olheiros' [do tráfico] em todos os lugares da Central. Tanto subindo pela 'escada' quanto pela 'ladeira'. Eu sabia que tinha 'olheiro', eu sabia que tinha gente lá. Então eles sabem que é 'morador' e não fazem nada”. Y. - moradora da Providência

O aumento dos furtos pode indicar que na ausência da regulação de um poder soberano, que detinha o direito de morte sobre todos os seus súditos, a quebra de alguns códigos de comportamento que eram inaceitáveis para o tráfico passam agora a acontecer. Nas palavras de LEEDS (1998:243): “Na maioria das favelas e conjuntos populares, delitos como roubo, estupro e outros tipos de violência interpessoal costuma ser combatidos com ações igualmente violentas por parte do 'dono' que pode impor sua própria forma de justiça”. Em outras palavras, tais crimes eram normalmente julgados e punidos severamente pelo tráfico local, indo desde humilhações públicas, espancamentos, expulsão da favela ou até a morte. Essa explicação parece coerente também para o conjunto de crimes sob o rótulo de “lesão corporal dolosa”. No passado, a regulação de conflitos no morro era feita em grande medida pelo tráfico. Uma briga entre mulheres, por exemplo, comumente era punida com o corte integral do cabelo de quem estivesse participando da peleja. Um desentendimento entre marido e mulher, poderia ser punido com um simples aviso, espancamento ou até a execução sumária do agressor, dependendo da ligação da vítima com o tráfico. O aumento significativo dos furtos e das lesões, na visão dos moradores, deriva da ausência, pelo menos de maneira direta e brutal, da regulação da vida na favela realizada antes no âmbito do tráfico. Já os policiais entrevistados, apontam que o aumento das taxas reflete o menor índice de “sub-registro” de crimes, que deriva das pessoas com a UPP se sentirem mais “confortáveis” para denunciá-los. Não conseguimos, ao longo do trabalho, reunir elementos suficientes para apontar uma causa categórica para o fenômeno. Talvez o mais razoável – dado o curto tempo de instalação da UPP também, seja creditar os novos crimes surgidos na Providência à conjugação das duas explicações:

a ausência explícita do poder regulatório do tráfico aliada à diminuição do “sub-registro”.

De qualquer forma, um ponto que nos chamou atenção e que merece ser aprofundado em outro estudo é o quadro de insegurança que a presença da polícia deixou transparecer para as mulheres faveladas. Na Providência, o capitão Glauco Schorcht nos relatou que a maioria dos crimes atendidos pela UPP se referem aos casos de violência corporal, em especial contra a mulher. Tal fato corrobora as estatísticas, uma vez que violência doméstica é um dos crimes classificados dentro da categoria “lesão corporal dolosa” pela Polícia Civil. Em artigo recente, SCIAMMARELLA & TAYLOR (2012) nos mostram que as UPPs ainda não desenvolvem qualquer programa voltado para a diminuição da violência doméstica nas áreas “pacificadas”. Se por um lado a letalidade da violência diminuiu, por outro abriu-se uma nova “caixa de pandora” sobre os crimes contra a mulher, que antes não eram tão visíveis pela enorme exposição e associação do tráfico com o cotidiano as favelas. Um indício, que nos pareceu preocupante pela fala dos moradores e policiais, assim como pela observação das estatísticas, é a mudança na principal categoria de vitimização dentro nas áreas de UPP. Se antes as vítimas preferenciais eram os jovens negros favelados, agora um outro problema, que durante anos foi negligenciado, parece estar tornando-se mais claro: a enorme carga de violência contra as mulheres faveladas. Infelizmente, pelo tempo de redação do presente trabalho, não foi possível dar uma maior atenção a este impacto específico. Mas o indício aqui apontado deve ser acompanhado nos próximos anos.

3.4.2 – Os desdobramentos sobre a “integração com o asfalto”

Em estudo recente organizado por CANO (2012), os autores argumentam que um dos desdobramentos mais positivos da “pacificação” de favelas diz respeito a uma relativa melhora na auto-estima dos favelados. O fato, por exemplo, do morador não ter mais vergonha de declarar que mora numa favela na hora de procurar emprego, poderia indicar ao mesmo tempo uma melhora do sentimento de pertencimento ao lugar, além de abrir novas possibilidades para uma “integração” mais profunda do tecido urbano carioca. O próprio Poder Público, via de regra, utiliza imagens de pessoas que antes não visitavam favelas – a exemplo de turistas estrangeiros ou mesmo moradores de outros bairros cariocas, como mais um indicativo de que o processo de “integração” simbólica das favelas já está em curso. Aliado a ele, as obras de infraestrutura realizadas nas áreas “pacificadas” serviriam como uma espécie de aporte para que, em longo prazo, a ideia de uma “cidade partida” fosse finalmente superada.

No caso do nosso campo de estudos, o papel da “pacificação” na auto-estima coletiva parece não ter tido um efeito tão significativo assim. A maioria dos moradores com os quais tivemos

contato, apesar de terem uma visão positiva do projeto pelo fim dos tiroteios, continuam com a mesma opinião de antes da UPP em relação a morar na favela: seja ela positiva ou não. A Providência na verdade sofre de um tipo de estigma diferente, não atrelado ao imaginário comum que opõe a favela ao restante da cidade. O morro é uma das áreas de maior carga de historicidade do Rio de Janeiro, tendo em vista uma série de fatores que entrelaçam a própria história da cidade e do país com o seu surgimento. A Providência foi também o berço de um dos escritores mais ilustres da literatura brasileira – Machado de Assis, além de ter sido importante palco, junto com o Morro do São Carlos e outras favelas próximas, na cena do surgimento do samba no início do século XX. Mesmo a memória da favela funcionando como uma espécie de “atenuador” do estigma em “ser favelado”, a Providência sofre um grande problema interno, que diz respeito à divisão do morro em regiões estanques simbolicamente. Quem reside nas “ladeiras” – a parte baixa do morro, de ocupação mais antiga, anterior à chegada dos combatentes de Canudos, muitas vezes não se considera morador da Providência mas sim do “Morro do Livramento”. Um amigo do autor, que dá aulas no Licínio Cardoso (principal escola frequentada pelos moradores do local), relatou que após a “pacificação” os moradores da “Rua do Monte”, um dos maiores entrepostos logísticos do tráfico no passado, falam agora que moram “na zona sul da Providência”, pela proximidade com o asfalto e pela valorização dos seus imóveis em decorrência da ocupação policial. Isso ficou claro também na fala de um dos moradores entrevistados, na medida em que ele se considerava um morador do “entorno” da Providência, não estando diretamente no âmbito das ações diretas da UPP. O curioso é que sua casa localiza-se na Ladeira do Barroso, a pouco mais de duzentos metros da ex-praça Américo Brum, a localidade central do morro. De maneira geral, quem reside na parte baixa enxerga quem mora na parte alta como “favelado”. Já quem mora na parte alta e olha para baixo “devolve” a estigmatização afirmando que os moradores de lá são “esnobes”, “metidos”, “cheios de marra”. Ainda existe a situação da “Pedra Lisa”, que sofre preconceitos dos moradores de todas as outras localidades da Providência por se tratar da área mais pobre do morro.

Mesmo com a UPP o estigma interno na Providência permanece. Os próprios policiais reconhecem o problema e se surpreenderam com ele, pois a fragmentação do morro, de acordo com a fala de um dos soldados com quem conversamos, “parece até que aqui [a Providência] era dominado por facções diferentes” (G. - soldado lotado na UPP Providência)¹³⁰. Foge dos objetivos do trabalho escrutinar tal divisão. Mas é importante salientar que além da “pacificação” não ter

¹³⁰ Esse problema é muito comum em complexos de favelas que foram territorializadas por facções distintas. A título de exemplo, o complexo do Borel era dividido entre duas facções: Comando Vermelho (C.V.) e Amigos dos Amigos (A.D.A). A UPP Ladeira dos Tabajaras/Cabritos sofre com a mesma divisão. De acordo com os policiais entrevistados, colegas de tais áreas comumente falam que mesmo com a “pacificação” os morros ainda continuam fragmentados internamente, não havendo uma mudança substancial do quadro ponto de vista físico (circulação de pessoas) nem simbólico (contato afetivo entre os moradores).

conseguido superar tal estigma interno, nenhum dos responsáveis pela UPP ou UPP Social comentou alguma ação específica voltada para o problema. Na verdade, a divisão interna na Providência parece ter se agudizado após a UPP, pois com ela iniciaram-se as obras do “Morar Carioca”, um projeto que divide os moradores. De um lado, existe uma forte opinião contrária ao projeto por parte daqueles que correm o risco de serem removidos. Por outro, existe moradores favoráveis às obras pela possibilidade de valorização de seus imóveis, como aqueles que moram na parte mais baixa do morro ou em outras áreas que não devem sofrer os impactos diretos das obras. Se o estigma interno não foi superado, o orgulho ou vergonha em ser da Providência parece que tão pouco sofreu profundas modificações após a instalação da UPP.

Entretanto, um impacto bastante evidente na Providência com a “pacificação” foi o aumento na circulação de pessoas de “fora” no morro. De maneira geral, tal desdobramento é visto com bons olhos pelos moradores, pelo fato de outras pessoas terem a oportunidade de visitar e ver uma favela de perto, como forma de superar preconceitos:

“Uma visão geral [sobre a UPP] é que ela é interessante, porque muitas pessoas que nunca subiram o morro começam a subir e conhecem a “essência” de uma favela. (...) Teve nesse final de semana mesmo aquele negócio de gastronomia, né [referência ao 1º Festival Gastronômico e Cultural Sabores do Porto]? Eu acho que várias pessoas devem ter subido, quando eu cheguei no domingo tinha uma casal de 'gringos' descendo e eu acho isso acaba sendo um ponto positivo.” Y. - moradora da Providência.

Mas a mesma moradora alerta também para um outro ponto, decorrente da “pacificação” e que veio junto com as obras e o aumento na circulação de *outsiders* na Providência:

“Mas eu acho que não é tão legal [a UPP] pra quem mora aqui, dependendo de onde a pessoa mora e dependendo da situação econômica que ela vive. Porque o preço dos aluguéis subiram pra caralho! Então tipo: você morava numa casa que você pagava, sei lá, trezentos reais sem pagar água e luz. Com um salário mínimo você conseguia. Hoje em dia o aluguel de uma casa igual tá seiscentos, setecentos reais! Então você não pode morar mais, você vai ter que sair daqui. Daí se construiu toda uma imagem do Morro da Providência e agora você não vai poder mais fazer parte dela. Y. - moradora da Providência.

É notável, em todo caso, que toda uma gama de pessoas que até então não figuravam na paisagem da favela passe agora a fazer parte do seu cotidiano, como os operários das obras, técnicos da prefeitura, turistas (notadamente os estrangeiros) e principalmente pesquisadores de todos os

credos, idades, sexos e cores. O autor do presente trabalho, apesar de pesquisador, faz questão todavia de reafirmar o seu vínculo pretérito com a Providência, que parte de uma relação atrelada em primeiríssimo lugar à militância e não à academia. Não vamos nos alongar neste ponto, mas a ressalva é muito importante, tendo em vista o papel às vezes oportunista que alguns acadêmicos assumem quando atuam em espaços populares, ao subordinar a luta dos moradores ao seus interesses de pesquisa. No caso da Providência, a situação não é nem um pouco diferente.

Todavia, o que nos parece claro até agora, é que o ligeiro ganho no direito de ir e vir de *outsiders* na Providência não é suficiente para afirmarmos que ela está a se “integrar” simbolicamente ao restante da cidade. A proposta de “integração” realizada através da construção do Teleférico é meramente física, e mesmo assim incipiente perto dos impactos que a obra está causando. De modo geral, a favela estar “mais aberta” após a saída do tráfico é uma proposição bastante relativa. É necessário, antes de tudo, qualificar em “como” ela está aberta. Ao que parece, legiões de estrangeiros, técnicos da prefeitura e pesquisadores com cadernetas de campo não são elementos para falarmos em uma “integração” mais profunda da Providência. Ao mesmo tempo, a fala de uma moradora, ao comentar os novos locais de diversão dos jovens no período “pós-pacificação”, nos revela um ponto que parece ainda passar despercebido sobre os impactos do projeto:

“Depois da UPP, o pessoal pra se divertir acaba tendo que ir pra fora, porque o baile acabou proibido. Como aqui perto também não tem mais baile, porque tá tudo 'pacificado', a galera vai pra mais longe, pro Parque União, pra Nova Holanda, pra outros morros.” [Autor pergunta]: Mas esses dois aí são do C.V., né? É, claro, ninguém é maluco de ir pra baile de “terceiro” [referência ao Terceiro Comando, facção rival ao Comando Vermelho]. X. - moradora da Providência.

O trecho acima nos traz elementos importantíssimos para a análise. Em primeiro lugar, um impacto objetivo da proibição dos “bailes funk” é a evasão de jovens em busca dos bailes em outras localidades. Como vimos, a UPP deseja disputar com o tráfico o controle sobre os “corações e mentes” dos jovens. Isso nos mostra que, se por um lado, a proibição parte de uma tentativa da polícia em acabar com um dos principais canais de expressão cultural dos traficantes, por outro, esta mesma estratégia produz o efeito contrário ao desejado. Além de suscitar um ódio ainda maior por parte da população jovem à polícia – uma vez que o único momento de diversão para boa parte da juventude favelada foi autoritariamente proibido, o Poder Público obriga o jovem a se deslocar para uma outra favela, ainda dominada ostensivamente pelos traficantes, em um movimento que ao mesmo tempo alimenta a raiva e o ressentimento dele para com o Estado, assim como mantém vivo

o seu vínculo com todos os valores simbólicos ligados ao universo do tráfico de drogas. Por outro lado, mesmo com a “pacificação”, a cidade ainda mantém sua divisão territorial atrelada aos domínios de cada “comando”. É sintomática a fala da moradora neste sentido, pois mesmo com a UPP o contato entre favelas dominadas por facções rivais ainda encontra-se num horizonte distante a ser conquistado. A geopolítica urbana da droga, neste sentido, encontra-se ainda vivíssima com as UPPs. Por tais pontos, e mesmo com uma relativa “abertura” da Providência para *outsiders*, ainda nos parece prematuro falar em “integração” tanto do ponto de vista interno quanto externo da favela.

3.4.3 – Os desdobramentos sobre a dinâmica do tráfico de drogas de varejo

O leitor já deve ter percebido, por algumas falas de moradores e por outras passagens do trabalho, que o tráfico, apesar da instalação da UPP, continua ainda totalmente ativo na Providência. Longe de acabar com ele, o que a UPP fez foi simplesmente “mudar” sua escala de operação. Da exposição maciça e ostensiva das armas, o tráfico é feito agora com o uso de armamento de baixo calibre, sem a enorme exposição de outrora. Para usar uma expressão comumente empregada pelos moradores, o tráfico atua hoje “no sapatinho”, ou seja, discretamente, sem o alarde de antes. Tal mudança, todavia, trouxe uma série de desdobramentos importantes para a vida na Providência, que são percebidos principalmente no cotidiano dos moradores, no andamento das obras do Poder Público, sobre a cena de ativismo “comunitário”, sobre a forma como se dá o policiamento da UPP e no fenômeno recente de “periferização” do tráfico de varejo para o entorno da favela. O cenário acima é visto como “aceitável” pelo próprio Estado, uma vez que, em primeiro plano, o objetivo principal da “pacificação” seria acabar com o “desfile de armas” nas favelas e não com o a droga. Veremos, no próximo capítulo, que tal afirmação nos parece uma “meia-verdade”, se levarmos em conta os desdobramentos do projeto na dinâmica geopolítica da droga na metrópole carioca. Mas, por agora, vamos nos ater à análise das mudanças acima referidas geradas pela instalação da UPP na Providência.

Parece um consenso, para todos aqueles que participam do cotidiano da Providência, que os policiais “pacificadores” mantêm relações promíscuas com a dinâmica dos traficantes locais. A corrupção dentro dos quadros da UPP já é uma realidade clara, percebida de diferentes formas, pela cobrança do chamado “arrêgo” dos traficantes, do pessoal do moto-taxi e das kombis (transporte alternativo), do jogo do bicho, entre outras coisas. As duas falas abaixo, proferidas pelo mesmo morador, dão uma ideia sobre alguns desses aspectos:

“Até porque os próprios policiais [da UPP] conversam com os traficantes. Tem acordo de “paz” entre eles, né? O tráfico não vai acabar. Os policiais vêm com isso na cabeça, de que não vai acabar. O Estado não faz a parte dele, então não sou eu sozinho que tenho que fazer a minha parte. É mais ou menos essa coisa que eles pensam.” N. - morador da Providência.

Ou ainda:

“Tem um evento dia de domingo aqui [na SAMOL, uma quadra dentro da Providência], agora de pagode, que eles estão querendo 'firmar'. Pô, tu fica perplexo quando chegam os policiais [da UPP], porque eles querem fechar. E aí que eu te falo: vem os excessos. O pessoal não trabalha na segunda, e fica com o som até tarde. Dessa vez fechou sei lá, acho que era quase três horas da manhã. Aí o que que eles [os policiais da UPP] fazem? Pegam o 'arrêgo'. Aí vem, faz vista grossa, tranquilo. Aí quando não tem [o arrêgo] eles fecham.” N. - morador da Providência.

A percepção sobre a corrupção é unanimidade entre os moradores com os quais conversamos. Os casos de “pequenas corrupções do dia-a-dia” relatados são inúmeros, sendo as falas acima dois pequenos exemplos do quadro na Providência. A corrupção policial dentro da UPP, em primeiro plano, nos parece um problema ainda maior que a corrupção generalizada dos quadros da polícia “regular”. O problema é maior pois a UPP, diferentemente do restante da polícia, *está atrelada a uma proposta de controle territorial da favela e de diversos aspectos da vida dos seus moradores*, como procuramos mostrar anteriormente. Uma relação de proximidade e de controle que, ao mesmo tempo, é pautada pelas linhas da corrupção, além de se tornar muito mais perniciosa do que a antiga relação que a polícia mantinha com as favelas, nos acende um sinal de alerta sobre as feições que o projeto pode assumir em médio/longo prazo, apesar da percepção dos moradores ainda ser menos negativa sobre a UPP do que sobre a polícia no geral. Em todo caso, os mecanismos de controle do trabalho policial criados pela “pacificação” – ainda bastante tributários dos tempos da caserna da PMERJ, não parecem suficientes para coibir o problema. O momento atual é delicado, pois o questionamento parece ser minimizado devido ao enorme sucesso que tal política possui hoje junto à mídia e à opinião pública. A exposição midiática, se por um lado favorece a denúncia de alguns casos de corrupção – já que a grande maioria não chega a ser denunciada, por outro é insuficiente para criar pressões por maior *accountability* do projeto por parte da população. O suposto controle e cobrança da mídia sobre o Estado em uma “democracia representativa” como a nossa é quase caricatural, uma vez que os meios de comunicação em massa

estão em grande parte comprometidos com a construção de um discurso hegemônico sobre os benefícios das UPPs. O caso da operação da Polícia Civil na Providência relatado anteriormente, com a omissão da mídia sobre a prisão dos policiais “pacificadores”, só corrobora nossa afirmação.

O que mais nos interessa neste ponto, todavia, é que a promiscuidade entre a polícia e o tráfico, mesmo com a UPP, trouxe para a Providência uma situação inédita: a atuação simultânea de dois atores que exercem sua territorialidade dentro do mesmo espaço. A situação é tão complexa que por ora o tráfico e a polícia parecem exercer seu domínio territorial por canais em comum, assim como, outras vezes, ambos os poderes parecem disputar o mesmo território. Um bom exemplo, que ilustra bem o que estamos falando, é a influência do tráfico sobre algumas iniciativas do Poder Público como o programa “Morar Carioca”. Ao longo dos últimos dois anos, os moradores que estão a frente no processo de resistência às remoções, assim os ativistas mais diretamente ligados à mobilização política, foram ameaçados direta e indiretamente pelo tráfico por conta de algumas reuniões e protestos organizados. O que mais impressiona e choca, no entanto, é o fato das ameaças partirem de pessoas ligadas ao tráfico e que foram contratadas pela prefeitura para serem encarregadas das obras! Para se ter uma ideia, em uma das reuniões dos moradores, um suposto “encarregado” ligado ao tráfico que, anteriormente, já havia realizado ameaças, invadiu a sala onde as pessoas estavam reunidas para procurar saber, em tom “ameaçador”, o que estava acontecendo ali. Já outras vezes, alguns moradores sofreram pressões para se desligarem do movimento de resistência – através de ameaças diretas ou por cooptação política por partidos da base aliada do governo. O problema é tão grande que por motivos de segurança, as reuniões de mobilização política contra as remoções ocorrem atualmente fora da Providência, no intuito de resguardar a segurança dos participantes. Como se não bastasse, a prisão de policiais da UPP pela “Operação Fortaleza” piorou um quadro que já era crítico, uma vez que os policiais “pacificadores” vêm cometendo cotidianamente abusos contra moradores que, inclusive, em alguns casos, estão na “linha de frente” da resistência contra as remoções. Se a repressão policial nesses casos é proposital ou não é algo que não sabemos ao certo. No entanto, se a UPP e o tráfico mantém relações promíscuas, e se o tráfico anteriormente realizava (junto com a prefeitura) pressão contra as mobilizações populares, a polícia assumir esse papel também não seria em absoluto um cenário improvável. Além dos moradores, até mesmo uma das gestoras do projeto Territórios da Paz nos relatou, durante entrevista com o autor, que ela e sua equipe foram ameaçadas pelo tráfico também. A ameaça foi feita em decorrência da iniciativa em organizar visitas de autoridades e acadêmicos à Providência, no intuito de denunciar as violações de direitos e os impactos negativos do Morar Carioca.

Diante de tudo isso, o leitor deve se perguntar qual o interesse do tráfico sobre o referido

programa de urbanização de favelas. Ao que parece, de acordo com relato de um importante morador da Providência, o apoio do tráfico às iniciativas da prefeitura se dá porque os traficantes supostamente não só colocariam pessoas para trabalhar diretamente nas obras, como também seriam responsáveis pela posse de algumas casas que estão sendo construídas pelo Morar Carioca. O tráfico seria um dos atores que decidiria quem irá morar de fato em parte das casas que serão construídas pela prefeitura. Ademais, em uma das reuniões do FCP, foi relatado que os traficantes estariam se posicionando contra o processo de resistência às remoções pelo fato dos moradores “dificultarem” o andamento das obras pelos protestos e ações judiciais. Além da já referida questão das casas, os traficantes estariam irritados também com a demora para a construção de um centro esportivo na Providência, que está previsto dentro do cronograma do Morar Carioca. Por razões óbvias, mesmo não havendo provas oficiais que comprovem o poder do tráfico sobre o projeto, a sucessão de acontecimentos na Providência, pela relação de proximidade entre agentes do tráfico, da prefeitura e da polícia, nos sugere que o território da favela está longe de ser “dominado” pelo Estado.

A situação descrita acima lança novos desafios para todos aqueles que de alguma forma participam do cotidiano da favela. Não é possível confiar na polícia (seja ela “pacificadora” ou não), assim como não é possível confiar no tráfico. Não existe clareza quanto em quem confiar, assim como não existe clareza ou maneiras precisas de determinar quem domina, influencia e governa quem nesse espaço. A fala de outra moradora nos revela exatamente isso, ao comentar a relação estabelecida entre os policiais da UPP e os residentes da Providência: “Eu diria que a relação não existe. A gente tem medo, né? Todo mundo tem medo de falar com a polícia, porque o pessoal do 'movimento' ainda tá por aí. Eles estão de olho. Vai que amanhã ou depois a UPP sai? E se o projeto acaba, como é que a gente fica? (X. - moradora da Providência). Da mesma forma, a fala de outra moradora, presenciada pelo autor em uma das reuniões do FCP, confirma a gravidade do problema. Em novembro de 2012, uma vitória importante no processo de resistência às remoções foi conseguida através de ação judicial que embargou as obras do “Morar Carioca”. Apesar do embargo, a prefeitura continuou com as obras a plenos pulmões, não respeitando a decisão proferida pela justiça. Foi sugerido então, durante uma das reuniões do fórum, que os moradores filmassem o andamento das obras como prova para uma possível denúncia da irregularidade na 4ªDP – delegacia responsável pela jurisdição da área da Providência. Ao ouvir a proposta, vista como razoável por boa parte dos acadêmicos que participam do fórum, a moradora, que seria responsável por realizar a denúncia, colocou-se frontalmente contra a ideia, alegando exatamente a falta de confiança na polícia, assim como a ligação entre ela e o mesmo tráfico que apoia as iniciativas do governo: “Eu não vou fazer denúncia nenhuma, não. Por que vocês não fazem? Só quem tá lá em cima sabe o que

a gente passa. Eu vou lá denunciar pra depois ter gente batendo na porta da minha casa? Eu tenho família gente. Filhos e marido!” (B. – moradora da Providência). De modo geral, a influência do tráfico permanece. Ele continua ativo, só que os traficantes exercem sua territorialidade de outra forma:

“Esse pessoal [o tráfico] era um poder mais monopolizado. Depois com o tempo, com a entrada da UPP, isso aí se modificou também, né? As armas, antigamente eles tinham esses armamentos pesados que mostravam e as pessoas ficavam com medo. Aí agora, com a entrada da UPP, isso se modificou um pouco porque limitou um pouco o poder dos 'caras'. (...) Mas o tráfico continua mandando, com certeza. Eles dominam ainda sim, apesar de ter um certo limite da parte deles. Não tem mais aquela coisa de fazer 'rebelião'. Mas mandar eles mandam. Se eles mandarem fechar comércio vai ter que fechar. No início ficou aquela coisa mais devagar mas agora voltou a mesma coisa, só que não tem mais armas.” F. - morador da Providência.

A opinião acima, que aponta o tráfico como o agente que ainda “manda” na Providência, foi compartilhada por todos os moradores que tivemos contato ao longo dos últimos dois anos. As relações de mando, governo e influência ainda são fortemente pautadas por ele. No caso específico do nosso campo de estudos, os traficantes locais possuem um forte vínculo afetivo com o *lugar* e com os moradores, uma vez que todos eles foram nascidos e criados na favela. Tal assertiva nos revela uma proposição importante, pois ela mostra que o domínio sobre o território vai muito além do mero controle sobre o seu substrato material. O que parece acontecer hoje na Providência e em outras localidades “pacificadas” é o papel privilegiado que a polícia, ao ser o único agente que continua a andar fortemente armado dentro das favelas, assume no imaginário tanto dos favelados quanto de quem é de fora. No imaginário coletivo que se construiu sobre a favela, existe uma tendência que ainda persiste em associar o poderio bélico com o poder político, ou seja, o poder de mando e decisão. A própria UPP parece exercer a sua territorialidade, pelo menos até agora, por um canal bastante semelhante ao do tráfico, mediante o uso constante das armamento pesado. Se nos lembrarmos dos conceitos de poder e violência em ARENDT (2009), as UPPs exercem sua territorialidade numa linha tênue que ora tende a cair para o domínio do poder, e que ora tente a se instrumentalizar a partir da violência. O problema pode ser trazido para o campo analítico a partir de duas entradas. Em primeiro lugar, o fato da polícia necessitar do uso de armas para o exercício do poder mostra o quão frágil é de fato tal domínio territorial, já que as armas estão ligadas profundamente à ideia de violência e não do “agir em uníssono” arendtiano, formatador do campo do poder. Um segundo ponto, já apontado anteriormente, diz respeito ao fato das armas, dentro do

imaginário da favela, associarem as UPPs ao controle soberano sobre a vida dos favelados. Em outras palavras, reforçamos aqui a crítica da UPP ser vista como a nova “dona do morro”, nos mesmos moldes dos traficantes anteriormente. Isso ocorre também pela atribuição dada à UPP de uma série de funções que extrapolam o trabalho policial, já entrando na regulação, muitas vezes privada, da vida das pessoas. A própria equivalência entre o tráfico e a UPP é vista pela forma como algumas unidades “demarcaram território” inicialmente nas favelas, através de “pixações” em paredes nos mesmos moldes do tráfico (CARVALHO, 2012). Se antes a favela era dos traficantes, agora ela passa a ser propriedade da polícia. O que mais nos inquieta é quando ela será finalmente um território controlado pelos seus próprios moradores, ou seja, quando eles irão tomar a frente dos processos de tomada de decisão e gestão do espaço do seu local de moradia.

Toda a indefinição no controle da Providência nos parece lançar novos desafios também sobre os ativismos sociais que atuam nos morros “pacificados” e no seu entorno. Em nosso caso, a favela tomada como campo de estudos passou pelo mesmo esgarçamento da cena comunitária por conta da territorialização do tráfico de drogas (SOUZA, 2000, 2008, 2009; ZALUAR, 1994). Na Providência, assim como em inúmeras outras favelas, as associações de moradores perderam muita legitimidade para com os moradores pela sua apropriação pelos traficantes, políticos clientelistas, entre outros atores. É unânime no morro a visão negativa sobre a associação. O próprio GEP, quando começou suas atividades na Providência, procurou manter uma relação de certa distância para que as iniciativas do grupo não fossem confundidas com qualquer ação no âmbito da associação de moradores. Chegamos ao ponto, pela dificuldade em arrumar um local para nossas atividades, de cogitar utilizar o espaço da associação para isso, uma vez que a possibilidade aparecia como uma solução possível. Mas ela foi logo descartada, dado os problemas que o grupo poderia enfrentar pelas relações promíscuas que ela mantém com o tráfico, políticos, ONGs, etc.

Em tempos de “pacificação”, não só o tráfico e os outros agentes acima enumerados influenciam diretamente a cena associativa favelada. A própria polícia, como vimos, passa a ter um novo papel neste processo. Um impacto, ao nosso ver bastante negativo que a UPP pode causar em médio/longo prazo, é o “sepultamento” da já cambaleante cena associativa nas favelas, uma vez que alguns serviços oferecidos pelas associações podem passar para o âmbito do Poder Público, ou serem tutelados e controlados pelo Estado através das associações. É preocupante, neste sentido, como as UPPs podem abrir caminho para outras relações de clientelismo político nas favelas. Em recente artigo sobre as associações de moradores em áreas “pacificadas”, RODRIGUES et alli. (2012) nos mostram que a grande maioria das associações filiadas a algum partido são do PMDB – legenda dos candidatos que comandam hoje o governo estadual e municipal do Rio de Janeiro. A questão inclusive ganhou maior notoriedade quando o periódico “Extra” publicou matéria sobre o

tema, ao afirmar que a filiação ao PMDB poderia ser usada como importante moeda de troca entre o Estado e os líderes comunitários para agilizar obras públicas nas favelas com UPP¹³¹. Ainda segundo a matéria, o líder estadual do PMDB – o ex-presidente da Assembleia Legislativa Jorge Picciani, afirmou que o partido deve lançar alguns dos líderes comunitários destas favelas como candidatos a deputado estadual nas eleições de 2014. Tal tendência, ao nosso ver, pode passar inclusive a um processo mais perverso, pois se a cena associativa for incorporada à burocracia estatal, corre-se o risco das demandas dos moradores serem colocadas mais fortemente de lado em prol da agenda política do governo:

“A participação da Polícia em temas de administração da esfera pública local é um dos elementos que se apresenta de modo mais delicado diante dessa ambiguidade. Ocorre uma situação na qual, finalmente, os atores públicos que, há tantos anos requisitados e ausentes, agora se apresentam à disposição para o diálogo e a articulação em torno dos problemas locais. Tal presença, entretanto, não ocorre como resultado das reivindicações e do trabalho de décadas efetuado pelas associações de moradores, mas como produto de demandas, em grande medida, exteriores às favelas.” RODRIGUES et alli. (2012, p. 78)

No entanto, o maior problema nos parece não ser exatamente a preocupação dos autores acima. As associações – já há algumas décadas e em inúmeras comunidades, não possuem grande legitimidade por parte dos moradores. O maior problema nos parece ser a influência da UPP sobre a capacidade de mobilização e proposição de ações dos favelados por fora dos canais políticos tradicionais como as associações, partidos políticos, ONGs, etc. O que queremos dizer é que a UPP, tratando-se de um biopoder (ainda “capenga”, mas com um desenho institucional que possibilita o aprofundamento de tal função), propõe uma série de iniciativas que, pelo menos a princípio, não desejam necessariamente substituir aquelas já existentes. Esse aspecto é inclusive previsto pelo Poder Público, ao falar que os mapeamentos feitos pelos agentes da UPP Social visam propor uma agenda política que não sobreponha projetos já existentes nos morros. O que percebemos, ao contrário, é a possibilidade de que *as iniciativas dos próprios moradores venham a ser incorporadas pelo Estado, de maneira a serem redirecionadas de acordo com os objetivos e dinâmicas que sejam positivas para o Poder Público*. É justamente a dimensão participativa do projeto que nos revela um dos pilares de sustentação da UPP como biopolítica de “segurança”. A participação nos mostra como o controle sobre a favela pode ser exercido através da vida da própria favela, e não a partir de algo exterior a ela. Se o mote do biopoder é a capacidade de “fazer viver e deixar morrer”, o que percebemos através da análise da

¹³¹ <http://extra.globo.com/noticias/rio/upps-partidos-politicos-disputam-espaco-nas-comunidades-pacificadas-do-rio-7846437.html>

Providência é que a biopolítica ali deseja “deixar morrer” o antigo *modus vivendi* do favelado, incorporando-o à criação de uma nova vida favelada através de um “processo civilizador” heterônomo, que não deixa significativa margem de manobra para os moradores no processo. A UPP ao mesmo tempo que “deixa morrer”, propõe também um “fazer viver” de acordo com determinados objetivos, de maneira a fornecer a cada favela “pacificada” uma outra função dentro da cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, a UPP nos parece um novo desafio aos ativismos sociais que se propõem a atuar nos espaços da “pacificação”, já que a disputa envolve agora não só o tráfico, como também a polícia dentro de uma abordagem de “proximidade” para com os favelados.

Para finalizarmos o capítulo, um outro aspecto importante é o caráter de maior fluidez que o comércio da droga assumiu dentro mas principalmente no entorno da Providência. Os dados abaixo, referentes à série histórica dos últimos seis anos, nos mostram a variação dos mesmos crimes selecionados na “tabela 2” da página 177. O recorte espacial agora, todavia, é referente a área da 4ª DP na primeira tabela (que engloba o perímetro dos bairros do Santo Cristo, Gamboa, Saúde e as proximidades da Central, ou seja, o entorno direto da Providência), assim como o município do Rio de Janeiro na tabela subsequente. Procuramos, a partir dos dados apresentados, dar ao leitor a possibilidade de comparar a variação das taxas no entorno da Providência com o comportamento na cidade como um todo. Todas os índices foram ajustados para 100 mil habitantes, de maneira a tornar possível a comparação entre as duas tabelas abaixo e a tabela anterior da página 177. É importante sempre sublinhar, no entanto, que tratando-se de um processo muito recente, o que buscamos aqui é a busca por indícios, derivados de uma mudança conjuntural do espaço. Somente em médio/longo prazo que tendências mais sólidas poderão ser observadas e teremos maior clareza quanto aos impactos da UPP para o entorno de cada favela:

Tabela 3 – Variação das taxas de ocorrência de crimes na jurisdição da 4ª DP por 100 mil/hab - 2007-2012

Crimes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	07-09 (x)	10-12 (x)	Variação (%)
Homicídios dolosos	88,69	78,05	102,88	70,95	46,12	49,67	89,88	55,58	-38,16
Lesão corporal dolosa	1372,97	1149,47	1429,74	1341,04	1791,61	1841,27	1317,39	1657,97	+25,85
Apreensão drogas	415,08	1163,66	624,40	780,50	585,38	549,90	734,38	638,59	-13,04
Apreensão armas	333,49	120,62	49,67	117,08	120,62	56,76	167,93	98,15	-41,55
Totais furtos	8840,96	10142,97	11672,05	12314,19	14091,60	13811,33	10218,66	13405,71	+31,19
Roubo a estabelecimento comercial	78,05	113,53	95,79	120,62	74,50	95,79	95,79	96,97	+1,23
Roubo a residência	3,55	10,64	3,55	7,10	21,29	0,00	5,91	9,46	+60,00
Roubo de veículo	383,16	379,61	432,82	269,63	227,06	234,15	398,53	243,61	-38,87
Roubo de carga	31,93	60,31	60,31	56,76	35,48	39,03	50,85	43,76	-13,95
Roubo a transeunte	3455,49	3388,09	4232,45	3913,15	3448,40	2809,81	3692,01	3390,45	-8,17
Roubo em coletivo	553,45	652,78	571,19	574,73	450,56	301,56	592,47	442,28	-25,35
Roubo de aparelho celular	429,28	603,11	698,90	486,04	390,25	372,51	577,10	416,27	-27,87
Autos de resistência	42,57	56,76	24,83	3,55	0,00	0,00	41,39	1,18	-97,14
Pessoas desaparecidas	163,20	127,72	216,41	173,84	109,98	124,17	169,11	136,00	-19,58

Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP), janeiro 2013
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

**Tabela 4 – Variação das taxas de ocorrência
de crimes no município do Rio de Janeiro por 100 mil/hab – 2007-2012**

Crimes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	07-09 (x)	10-12 (x)	Variação (%)
Homicídios dolosos	37,81	33,58	34,83	25,76	22,36	19,15	35,41	22,42	-36,67
Lesão corporal dolosa	436,03	440,25	475,16	492,32	529,19	555,84	450,48	525,79	+16,72
Apreensão drogas	61,65	50,33	59,66	45,01	49,97	61,55	57,21	52,18	-8,80
Apreensão armas	71,03	56,14	49,56	38,72	38,55	35,84	58,91	37,70	-36,01
Totais furtos	1362,81	1520,96	1541,76	1552,96	1573,93	1598,46	1475,18	1575,11	+6,77
Roubo a estabelecimento comercial	38,75	39,47	38,99	37,01	35,71	36,57	39,07	36,43	-6,75
Roubo a residência	8,76	7,48	8,21	8,96	6,32	8,18	8,15	7,82	-4,03
Roubo de veículo	614,02	287,71	284,72	186,55	153,37	157,97	395,49	165,97	-58,04
Roubo de carga	13,93	32,35	32,21	22,06	22,69	28,53	26,17	24,42	-6,66
Roubo a transeunte	614,02	681,44	682,25	574,14	474,39	411,05	659,24	486,52	-26,20
Roubo em coletivo	80,52	79,99	91,78	75,50	59,85	41,99	84,09	59,11	-29,71
Roubo de aparelho celular	80,19	88,96	90,50	80,94	58,39	39,50	86,55	59,61	-31,13
Autos de resistência	14,60	11,17	10,39	7,67	4,45	4,43	12,05	5,52	-54,22
Pessoas desaparecidas	30,07	33,27	36,66	37,18	34,94	38,93	33,33	37,02	+11,05

Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP), janeiro 2013
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A análise dos dados nos mostra que a instalação da UPP Providência trouxe algumas mudanças – ainda conjunturais, para o seu entorno. A variação mais significativa, assim como na favela, diz respeito à queda brutal da letalidade policial (“autos de resistência”). A apreensão de armas também caiu no entorno de maneira mais acentuada que na média da cidade, acompanhando tendência verificada anteriormente na Providência pelo fim do “desfile de armas” dos traficantes. Os homicídios e os roubos no entorno caíram também da mesma forma que a média para o município. A variação, no entanto, não nos permite estabelecer uma relação direta entre as quedas no entorno com a “pacificação” da Providência, uma vez que a variação segue a tendência dos últimos seis anos na metrópole carioca como um todo. As “lesões corporais”, apesar de apresentarem um aumento em ambas as populações, sofreram maior elevação no entorno da Providência, em especial a partir de 2010, com a UPP. O aumento segue o mesmo caminho verificado dentro da favela, gerada, como vimos, pela possível conjugação da diminuição do “sub-registro” com a relativa menor influência do tráfico sobre a regulação da vida no morro. Os casos de “pessoas desaparecidas” apresentam queda constante desde o início do projeto na Providência, o que pode nos indicar, em curto prazo, que a maior proximidade da polícia pode estar de alguma maneira contribuindo na busca por desaparecidos. Não encontramos, da mesma forma, nenhuma relação no entorno entre uma possível diminuição dos “homicídios” e aumento dos “desaparecidos”¹³².

Um índice que nos chamou a atenção também, entretanto, foi a queda na apreensão de drogas no entorno da favela. A queda na apreensão nos surpreendeu inicialmente por dois motivos. Em primeiro lugar, porque a área da Central do Brasil experimentou, nos últimos anos, a introdução do comércio de “crack” na Providência e nas suas imediações. Inicialmente, o maior ponto de venda da droga se localizava em um dos acessos da favela, ao lado do túnel que passa por baixo da Providência e desemboca

¹³² Veremos, no próximo capítulo, que esta é uma tendência que aparece de maneira cada vez mais clara para o município do Rio de Janeiro, em especial nas áreas de domínio territorial das milícias.

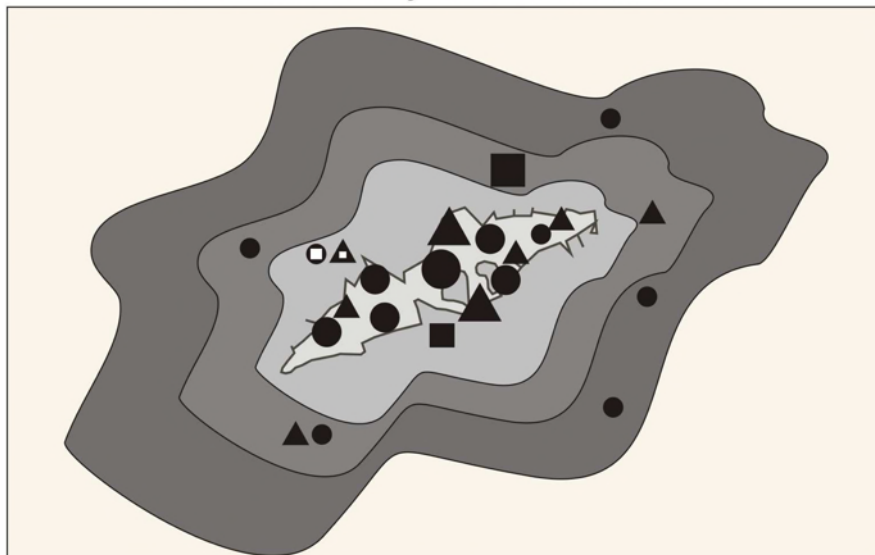
na rua Rivadávia Correia. Com a UPP, a “crackolândia” se fragmentou em pequenos pontos de venda de droga fixos e móveis espalhados por toda a região. Em segundo lugar, porque após a “pacificação” o tráfico territorializou vários casebres das ruas próximas à Providência. É comum observarmos agora, a qualquer hora do dia, o ritmo acelerado de pessoas entrando e saindo de algumas casas que foram transformadas em novas “bocas de fumo”. O chamado tráfico do “estica” ganhou muita força com a “pacificação”, já que o comércio da droga no interior do morro foi prejudicado. O mais interessante é que no mesmo quarteirão onde o comércio de drogas é mais dinâmico, funcionam a Secretaria de Segurança Pública, o Comando Militar do Leste e a 4ª DP, conforme aponta o mapa anteriormente mostrado na página 125. Nossa hipótese inicial era de que após o fenômeno do “crack” e da “pacificação”, o fortalecimento da dinâmica do tráfico nas imediações da Providência tenderia a aumentar a apreensão de drogas no entorno, dado o suposto papel da polícia em reprimir o comércio de entorpecentes. A não confirmação da tendência criou uma segunda hipótese, construída a partir das constatações *in loco* do autor e dos relatos de alguns moradores. A hipótese levava em conta o fato da polícia (tanto a UPP quanto os praças lotados no 5º BPM) fazer “vista grossa” quanto ao comércio de drogas mediante o pagamento do “arrêgo” para os policiais corruptos. A fala de uma moradora entrevistada ilustra bem o que estamos querendo dizer:

“Tá certo que muita gente sobe pra comprar drogas, porque ainda tem. Porque é descarado o acordo que a UPP fez com o 'movimento'. É descarado, descarado mesmo! (...) A venda [de drogas] continua a ser feita, mas as 'bocas' [de fumo] hoje já não são fixas. Algumas são, mas se, por exemplo, aqui tinha uma, ali tinha outra e mais ali tinha outra. Vamos supor que num perímetro tinham quatro, uma em cada esquina. Hoje em dia vai ter uma que é fixa e as outras foram para as adjacências. Elas desceram, foram pra alguns pontos que não sejam fixos, fica 'rodando'. Fica aquela coisa meio de 'gato e rato': no lugar que a UPP tá a 'boca' não tá. Eles fingem que não estão lá, e a gente finge que não está aqui.” Y. - moradora da Providência.

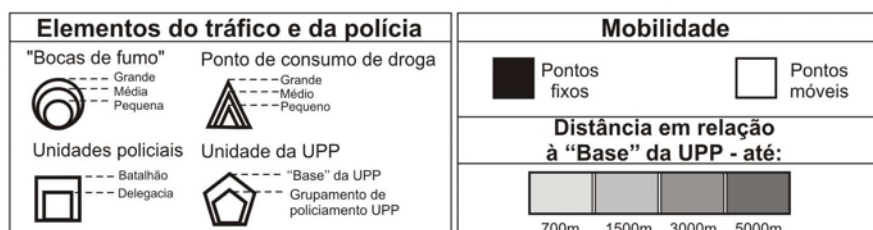
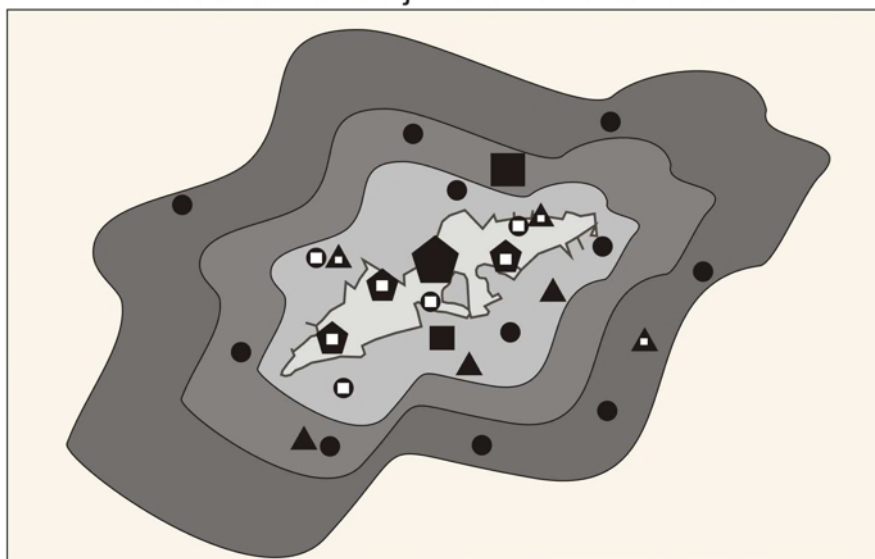
A segunda hipótese se confirmou meses depois com a já citada operação “Fortaleza” da Polícia Civil, que culminou com a prisão de quase 50 pessoas incluindo traficantes e policiais da UPP e do 5º BPM. Baseado em tudo isso, tentamos elaborar um esquema gráfico que representa uma comparação entre a dinâmica do tráfico de drogas de varejo antes e depois da instalação da UPP na Providência e no seu entorno. Não sabemos até que ponto o esquema pode ser replicado para outras favelas no âmbito da “pacificação”. Entretanto, nosso objetivo, ao esquematizá-lo, foi o de trazer uma pequena contribuição sobre os possíveis impactos da ocupação policial sobre dinâmica da droga no varejo, assim como alguns problemas correlacionados:

Dinâmica do tráfico de drogas de varejo no Morro da Providência e no seu entorno

Antes da instalação da UPP: atuação mais expressiva do tráfico de varejo no interior da favela



Depois da instalação da UPP: atuação mais expressiva do tráfico de varejo no entorno da favela



Fonte: Baseado em anotações de campo
 Elaboração: Eduardo de Oliveira Rodrigues, janeiro 2013

O esquema gráfico enfatiza que após a instalação da UPP, a dinâmica do tráfico de varejo irá ao mesmo tempo se “periferizar” pelo entorno do morro, assim como tornar-se-á mais fluida – seja pela mobilidade dos pontos de venda e consumo de drogas, assim como pela pulverização dos mesmos em pequenas “bocas de fumo” espalhadas pela região. Sobre este fato, o próprio capitão Glauco Schorcht admitiu que um dos principais problemas enfrentados pela UPP até hoje é o controle do seu “entorno”:

“O maior problema que eu tenho aqui, eu falo pela Providência, é o entorno. Nós temos a Central do Brasil que tem uma estimativa de circulação de 500 mil pessoas por dia. E a dificuldade que eu tenho hoje de seduzir o jovem da comunidade a desenvolver um trabalho na UPP, a fazer um trabalho com os nossos parceiros é por conta do entorno. Como no entorno existe uma procura muito grande, por pessoas que não são da região, que vem pra cá pra trabalhar e nessa ida e volta ele procura comprar entorpecentes, alguém vai querer vender. E normalmente quem é? O jovem da Providência”. Capitão Glauco Schorcht – chefe do policiamento da UPP providência

O processo de periferização do tráfico trouxe ainda alguns problemas correlacionados para todos aqueles que moram, trabalham, estudam ou simplesmente “circulam” pelo entorno da Providência. Houve um aumento generalizado da sensação de insegurança, dada a circulação de pessoas portando armas de pequeno calibre nas imediações do morro (mais visíveis durante altas horas da noite) e, principalmente, pelo aumento no número de usuários de drogas que cometem pequenos roubos e furtos ligados à dinâmica do consumo principalmente de “crack”. Os dados sobre esses dois índices (apesar de poucos confiáveis, uma vez que o índice de sub-notificação nos registros é altíssimo¹³³), revelam que no entorno da Providência o aumento dos furtos foi maior do que no conjunto do município do Rio de Janeiro (aumento de 31,19% para o entorno contra aumento de 6,77% para o conjunto do município), assim como os “roubos a transeunte” diminuíram num ritmo mais lento para o entorno do que para a cidade como um todo (redução de 8,17% para o entorno contra redução de 26,20% para o município). Ademais, o crime “roubo a residência” experimentou um aumento de 60% no entorno da Providência, enquanto no restante da cidade ele obteve redução de 4,03%. Todas as taxas acima referidas dizem respeito à sua variação na comparação entre os períodos de 2007-2009 e 2010-2012.

Para além das estatísticas, se no interior das favelas “pacificadas” a presença permanente da polícia junto ao tráfico nos parece um novo desafio aos ativismos sociais presentes, a maior

¹³³ A título de ilustração, alguns dados da base do NUPEVI/CRISP 2006 trabalhados por BEATO (2012:107) mostram informações preciosas. De acordo com tal estudo, o percentual de pessoas que não acionam a polícia em casos de roubos e furtos é de 72,4% e 77,2% respectivamente para o Rio de Janeiro.

periferização da venda de entorpecentes, por outro lado, é desafio igualmente complexo para os ativismos presentes no entorno de tais áreas, pelo menos no que diz respeito à Zona Portuária carioca. O leitor pôde verificar, a partir da leitura do “mapa 4” da página 125, que nossa área de estudo compreende três ocupações importantes para o movimento dos “sem-teto” da cidade do Rio de Janeiro: a ocupação Chiquinha Gonzaga, a ocupação Quilombo das Guerreiras e a ocupação Machado de Assis¹³⁴. No parágrafo abaixo, relataremos brevemente algumas experiências referentes a cada ocupação anteriormente citada. Das três, a Machado de Assis foi despejada em 2011, mas seu ícone foi mantido no mapa por ela ter relação direta com o tema da nossa discussão. As outras duas ocupações ainda existem no local indicado na carta.

Não é de hoje que o movimento dos sem-teto carioca sofre com as ingerências do tráfico de drogas de varejo. Em 2004, logo nas primeiras semanas após o estabelecimento da ocupação Chiquinha Gonzaga, traficantes da Providência tentaram territorializar o prédio ocupado, localizado nas imediações do morro. Na época do imbróglio, os moradores conseguiram “dissuadir” os criminosos da ideia ao alegar que o prédio não seria um bom entreposto comercial para o tráfico, uma vez que a ocupação tinha chamado enorme atenção da mídia e isso atrapalharia as atividades dos próprios traficantes. A ocupação, após a ação dos moradores, foi deixada de lado pelos criminosos.

Alguns anos depois, em 2008, uma outra ocupação – a Machado de Assis, passou por um processo semelhante. Houve uma intensa disputa pelo exercício do poder entre ativistas e parte dos moradores contra um grupo de traficantes também da Providência, que insistiam em utilizar o prédio como uma “boca de fumo” avançada do Comando Vermelho no “asfalto”. Anos antes do seu despejo, o tráfico acabou por conseguir finalmente territorializar o local, expulsando não só todos os ativistas presentes, como também os moradores que não aceitaram a imposição dos traficantes no prédio.

Já mais recentemente, dentro do contexto da instalação da UPP na Providência, traficantes da favela investiram novamente contra a ocupação Chiquinha Gonzaga. Alguns sobrados e casas da rua Barão de São Félix – logradouro muito próximo da entrada da favela, foram territorializados pelo tráfico e passaram a funcionar como pontos de venda e consumo de drogas. A referida ocupação, localizada na mesma rua, passa por um momento extremamente delicado, dada a latente ameaça de “invasão” do prédio pelos traficantes que foram parcialmente desterritorializados do morro. A pressão do tráfico sobre a “Chiquinha”, todavia, diminuiu temporariamente a partir de março de 2013, em decorrência da desarticulação de alguns “nós” da rede de comércio de drogas na

¹³⁴ Outra ocupação importante é a Zumbi dos Palmares, despejada em fevereiro de 2011. Por conta do despejo, e por ela não se relacionar diretamente com nossa discussão, ela não foi “plotada” no mapa.

região, conseguida pela ação da Polícia Civil na já citada operação “Fortaleza”.

Todavia, o que nos parece igualmente chocante, é que na semana seguinte à operação foi a vez da Quilombo das Guerreiras sofrer com os mesmos problemas. Na segunda semana de março de 2013, um grupo de traficantes expulso do entorno mais imediato da Providência tentou invadir a referida ocupação, sendo prontamente impedido pelo coletivo de moradores. A ação do tráfico levou os residentes da “Quilombo” a formar uma comissão para ir até à Providência, no intuito de negociar com os traficantes a permanência da ocupação sem a presença ostensiva do tráfico. A estratégia do “coletivo” foi a de ressaltar a enorme visibilidade do prédio da ocupação – localizado ao lado da rodoviária “Novo Rio”, que levaria os traficantes a serem importunados por diferentes viaturas da polícia (obrigando-os a pagar considerável quantia de “propina” para diferentes policiais), além da área ser palco de obras de infraestrutura urbana em decorrência do projeto “Porto Maravilha”. Felizmente, desde então os moradores não foram mais ameaçados por ninguém.

Os dois últimos exemplos acima, que fecham o nosso terceiro capítulo, mostram que o tráfico de drogas, apesar de ter sofrido um relativo enfraquecimento no tocante ao controle territorial da Providência, continua ainda plenamente operacional através de uma dinâmica diferente daquela existente antes da “pacificação”. O advento da UPP na Providência, longe de acabar com a territorialização do tráfico, não só mostrou-se incapaz de abrir novas possibilidades para a cena associativa nas favelas, como também trouxe novos desafios para os ativismos sociais que vivem na tênue linha que separa o poder formal do Estado e uma das faces mais perversas do “capitalismo criminal-informal”: o tráfico de drogas de varejo (SOUZA, 2008). Se o tráfico e as milícias já se mostravam poderosos empecilhos para a mobilização política de moradores e ativistas atuantes em favelas, a presença de uma polícia que é, ao mesmo tempo, permanente e corrupta, aponta para um possível horizonte ainda mais delicado nos locais já “pacificados” pelo Estado. Como procuramos demonstrar, a proximidade policial para com os favelados potencializa e cria novos mecanismos de controle sócio-espacial sobre eles. Só que, para além dos problemas associados ao domínio e gestão autoritária das favelas, a emergência de um corpo policial *corrupto* que se *territorializa* sobre tais áreas é um ingrediente até então inédito na metrópole carioca. Tal fato pode nos levar, caso novos mecanismos mais efetivos de controle sobre o trabalho policial e *accountability* não forem criados, a um cenário de possível “miliciação” das UPPs, ou ainda de uma “paz armada” forjada no costuramento das velhas relações de promiscuidade entre o tráfico de drogas e a polícia. O desdobramento deste cenário é algo a ser acompanhado nos próximos anos, em especial após a diminuição da exposição midiática da cidade do Rio de Janeiro no período posterior aos “megaeventos” esportivos.

Capítulo IV – A “paz” enquanto categoria geopolítica:

a caserna onde a segurança interna e externa se encontram e a dissertação finalmente termina

*“Treinamento do exército para matar pobre
Modelo Camboja mas é o Haiti
É o Vietnã, que está por aqui
Nessas favelas que estão por aí
(...)
Preciso lembrar dos índios daqui
Preciso lembrar do povo do Haiti
Preciso lembrar dessa Providência
O medo daqui e a agonia de lá”¹³⁵*

Tornou-se “lugar comum” nas discussões que envolvem as UPPs a afirmação, repetida exaustivamente pelo Estado e por alguns intelectuais, de que o objetivo do programa é o fim do controle territorial armado que o tráfico exerce sobre as favelas cariocas. Alguns responsáveis pelo projeto, como o secretário de segurança, José Mariano Beltrame, já afirmaram inúmeras vezes que o foco da ocupação policial é o término do “desfile de armas” por parte dos traficantes¹³⁶. Em outras ocasiões, figuras igualmente importantes dos quadros da polícia como o major Eliezer de Oliveira – responsável pela formação dos policiais “pacificadores”, corroboram com a opinião do secretário, ao apontar que o objetivo das UPP não é acabar com o tráfico, mas sim “afastar a influência dos narcotraficantes sobre as comunidades”¹³⁷.

Da mesma forma, o discurso do Poder Público encontrou, com surpreendente rapidez, importantes reverberações entre alguns intelectuais ligados diretamente ou não ao desenvolvimento do projeto. Em recente artigo assinado por FERREIRA (2011), o autor, que é membro da equipe que tomou a frente do projeto “UPP Social” na sua passagem para a prefeitura, argumenta que a “pacificação” foi pensada fundamentalmente como um programa para acabar com o domínio territorial dos traficantes. O fim do controle do tráfico é visto como caminho para que, a partir daí, acabe-se também com um modelo regulatório dual existente na cidade do Rio de Janeiro, que permitia a existência de uma gestão “informal” do espaço das favelas até então (*idem*, p. 93). De maneira complementar, RODRIGUES & SIQUEIRA (2012) reforçam que o foco da repressão da polícia “pacificadora” é o controle territorial armado do tráfico e não o comércio de drogas. Os autores argumentam, inclusive, que a passagem da repressão das drogas para as armas é uma

¹³⁵ Trecho da música “PAC 2 – Processo de Aceleração de Chacinas” do grupo de rap “Anarcofunk”. O autor da música, que é também integrante do grupo, mora no Morro da Providência. A música pode ser escutada gratuitamente em <http://www.myspace.com/music/player?sid=81055508&ac=now>

¹³⁶ <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/Beltrame+UPP+nao+existe+para+por+fim+a+tráfico+de+drogas.html>

¹³⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/978058-upp-nao-tem-objetivo-de-acabar-com-tráfico-diz-major.shtml>

“novidade” importante do projeto, uma vez que a principal estratégia das ações da polícia anteriormente era o combate aos entorpecentes. Já em outro estudo organizado por CANO (2012), os autores, além de ressaltarem o discurso “oficial” do Poder Público, argumentam que o objetivo principal das UPPs é percebido pelos próprios moradores de favelas “pacificadas”, uma vez que, entre os entrevistados, prevalece a percepção da continuidade do tráfico sem a presença ostensiva de armas.

Como mostrado anteriormente, todas essas características da nova dinâmica do tráfico se repetem também no Morro da Providência, principal referencial empírico do nosso trabalho. Todavia, a assertiva desferida sem maiores preocupações sobre a mudança do foco das drogas para as armas nos parece encobrir parte do problema, ao dificultar, de certa forma, uma visão mais ampla sobre os desdobramentos do programa de “pacificação”. É largamente sabido que a dinâmica do tráfico de drogas mantém uma íntima relação com a dinâmica do tráfico de armas. Em todo o mundo, mas notadamente em países como o Brasil, o binômio “armas + drogas” terá uma particularidade perversa sobre o espaço das cidades, já que ele enreda o desenvolvimento de uma geopolítica urbana dada, em parte, pelas disputas territoriais entre diferentes grupos criminosos. Os traficantes dependem do uso de armas para o comércio de drogas. Isso faz com que o próprio tráfico, neste sentido, seja também um dos maiores mercados consumidores de armas e munição do mundo contemporâneo¹³⁸. Acreditamos não ser assim possível dissociar, ao tomarmos a escala intraurbana como a escala privilegiada de análise, a dinâmica destas duas tipologias *complementares* de tráfico. O projeto das UPPs, mesmo não objetivando *explicitamente* o combate aos entorpecentes, fará com que a desterritorialização parcial de alguns traficantes traga novos impactos para os conflitos territoriais na cidade do Rio de Janeiro. O cenário é hoje mais complexo do que num passado recente, pois não só traficantes, milicianos e firmas de “segurança privada” tomam parte da geopolítica urbana carioca, como também o Poder Público, ao propor uma estratégia de “retomada” territorial de antigos domínios do tráfico de drogas.

Uma questão a ser observada com cautela, diz respeito ao fato da “marcha” das forças policiais possuir algumas características peculiares. Em primeiro lugar, ela se restringe a um perímetro restrito da cidade, embora o Estado venha procurando expandi-la nos últimos anos a ritmo lento. Em segundo lugar, porque propositalmente ou não, os alvos privilegiados pelas UPPs

¹³⁸ De acordo com matéria publicada pelo jornal “O Globo” em 25/11/07, os traficantes de drogas cariocas se transformaram no maior mercado consumidor do tráfico internacional de armas da América Latina, se excluídas as cidades que estão “oficialmente” em guerra civil. Para o ex-delegado titular da Delegacia de Repressão a Armas e Explosivos (DRAE), delegado Carlos Oliveira, “as quadrilhas do Rio (...), por sua característica *beligerante* e *expansionista*, tornaram-se um grande mercado consumidor para o tráfico de armas e munição. Sabendo do interesse dos traficantes por armamento, os atravessadores compram as armas e vêm oferecer nos morros cariocas. É muito mais comum a oferta do que a procura” (grifos nossos).

foram favelas dominadas pelo tráfico, em especial nas áreas de uma das três facções criminosas que dominam o comércio de drogas na cidade. E, finalmente, um outro fator importante é o fato da proximidade dos “megaeventos” esportivos, assim como outras atividades a exemplo da “Jornada Mundial da Juventude Católica”, darem uma visibilidade ainda maior ao Rio de Janeiro e aos seus problemas ligados à “segurança”. A “pacificação” de favelas não é uma iniciativa isolada. Ela será flanqueada, de maneira complementar, por manobras das Forças Armadas no intuito de garantir a “lei e a ordem” ao decorrer de tais eventos, assim como pela tentativa de fomentar novos dispositivos jurídico-legais repressivos, através da criação de uma lei “anti-terrorismo” durante os “megaeventos”. Esses são apenas alguns outros elementos que colocam-se justapostos ao mote da “reconquista territorial” por parte do Poder Público, nas estreitas relações estabelecidas entre “segurança pública” e “segurança nacional” responsáveis por emoldurar o quadro da geopolítica urbana em curso no Rio de Janeiro¹³⁹.

O último capítulo de nossa dissertação objetiva dar conta da seguinte pergunta: *de que maneira o Estado, através do programa de “pacificação” de favelas, se insere na atual geopolítica urbana em curso no Rio de Janeiro?* Para responder tal questionamento, dividimos o presente capítulo em três seções. Primeiramente, propomos um resgate sobre os pressupostos da geopolítica carioca atual, ao centrarmos nossa análise sobre dois dos três atores envolvidos: o tráfico de drogas de varejo e as milícias. O problema da “segurança privada”, apesar de contribuir para o quadro de militarização do cotidiano das cidades, não será trabalhado pormenorizadamente, por julgarmos que ele, diferentemente do tráfico e das milícias, não se relaciona tão direta e intensamente com a problemática das UPPs¹⁴⁰. Em seguida, na segunda seção, nosso objetivo é analisar a inserção do Poder Público na geopolítica urbana através da análise de alguns impactos, sentidos em curto prazo, das UPPs sobre a violência urbana no Rio. Daremos especial atenção aos desdobramentos do projeto na dinâmica dos conflitos territoriais pelos pontos de vendas de droga fora das áreas já “pacificadas”¹⁴¹. Por fim, a sessão final do capítulo busca retomar a dimensão cada vez mais

¹³⁹ A PLS 728 de 2011 define crimes e infrações administrativas com o intuito de aumentar a “segurança” da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014. O projeto aguarda ainda aprovação do Senado para ser oficializada. Voltaremos a análise da referida lei mais adiante.

¹⁴⁰ Em todo caso, indicamos aqui algumas obras que tratam de questões ligadas ao tema. Um estudo pioneiro sobre a militarização da sociedade e do problema da “segurança privada” está contido em BRIGAGÃO (1985). Para uma “radiografia” dos serviços de “segurança privada” no Brasil de 1985 até 1995, de acordo com os dados da PNAD, ver MUSUMECI (1998). Para informações sobre a expansão recente dos serviços de vigilância, assim como dos seus marcos regulatórios, ver ZANETIC (2005). Para a crítica de outros problemas quanto ao controle sobre os serviços de vigilância, ver KAHN (2001). Sobre a problemática dos “condomínios exclusivos” ver CALDEIRA (2000), KOWARICK (2001) e principalmente SOUZA (2000, 2006, 2008, entre outros).

¹⁴¹ Devido ao tempo para a redação da dissertação, não foi possível aprofundar as análises fora da nossa área de estudos. Foi-nos, da mesma forma, bastante tentador ampliar nosso recorte de análise do quarto capítulo para além da cidade do Rio de Janeiro, em especial para a região da “Baixada Fluminense” e “Grande Niterói”, uma vez que o acompanhamento de matérias de jornal e das taxas de alguns crimes apontavam para indícios, percebidos nos últimos três anos, de mudanças que poderiam estar ligadas às UPPs. Tal escolha seria, todavia, descabida, dada a escassez de recursos da

supralocal que as políticas de “segurança pública” vêm adquirindo no Brasil, ao tomar as cidades como áreas de crescente “tensionamento social” para a “segurança nacional”. A partir disso, nossa proposta é o apontamento de uma agenda de pesquisa futura (a ser desenvolvida, se possível, durante o nosso “Doutorado”), que busque problematizar melhor as relações e intercâmbios estabelecidos entre questões de “segurança” interna e externa às fronteiras nacionais brasileiras.

4.1 – Os pressupostos da geopolítica urbana carioca

Bem antes do Poder Público iniciar sua proposta de “retomada” de antigos territórios do tráfico, uma série de atores passaram a disputar entre si e com o Estado a legitimidade quanto ao exercício do poder na metrópole carioca. Tal processo não é novo. Inúmeros autores como ZALUAR (1985, 1994), BARBOSA (1998), SOUZA (2000, 2006, 2008), MISSE (2011), entre outros, apontam a década de 1980 como um marco importantíssimo deste processo. O referido período foi importante não só por ele marcar o desenvolvimento mais acentuado do lucro, organização e militarização das quadrilhas de traficantes de drogas de varejo, como também ações de resposta de policiais corruptos organizados em grupamentos de “polícia mineira” nas periferias pobres e favelas cariocas. Não obstante, em meio a um clima de crescente “insegurança” (ainda distante, todavia, dos dias atuais), houve também, paralelamente a esse processo, o alavancamento da auto-segregação das elites econômicas em condomínios exclusivos localizados em bairros de alto padrão, como a Barra da Tijuca¹⁴².

Seja como for, o parágrafo acima nos remonta ao crescimento significativo, experimentado simultaneamente na metrópole carioca, entre os “mercados da violência” e da “segurança”, que possuem, como principais vetores, os três referidos atores na escala intraurbana. Vejamos nos próximos parágrafos algumas considerações sobre o histórico e as estratégias de territorialização no Rio de Janeiro do tráfico das milícias.

pesquisa e pelo brevíssimo tempo para concluir nossos estudos. Mas, mesmo assim, acreditamos que a análise realizada possa contribuir com os estudos já feitos e, principalmente, a serem feitos sobre os desdobramentos da “pacificação” para a metrópole carioca como um todo.

¹⁴² Os “grupos de extermínio” formados por policiais corruptos que vendiam “proteção” nas periferias pobres do Rio irão com o tempo ampliar sua gama de atividades econômicas. Eles são uma espécie de “semente” de um estágio mais complexo de crime hoje chamado de milícia. Por outro lado, se as milícias e o tráfico terão como principais áreas de atuação o espaço de moradia e trabalho dos mais pobres, a expansão dos espaços da auto-segregação foi acompanhada da expansão do mercado da “segurança privada”, voltada para residências de alto padrão e principalmente empresas. Ver sobre isso SOUZA (2000, 2006, 2008, entre outros).

4.1.1 – O papel do tráfico de drogas de varejo

Na metrópole carioca atual, basicamente três facções criminosas dominam o comércio de drogas de varejo. Atuantes principalmente nas favelas cariocas, o Comando Vermelho (C.V), o Amigos dos Amigos (A.D.A) e o Terceiro Comando Puro (T.C.P) disputam entre si a hegemonia sobre o tráfico de entorpecentes¹⁴³. O surgimento e expansão de cada grupo, todavia, segue uma lógica bastante peculiar. Ela varia desde a organização dos presos dentro das penitenciárias brasileiras durante os anos de ditadura civil-militar, como também de desacordos internos que levaram a diversas cisões entre os criminosos ao longo do tempo.

O maior grupo que comercializa drogas no varejo na metrópole carioca ainda é o C.V. De acordo com dados trabalhados por ZALUAR (2012) e atualizados pelo autor, a facção domina ainda hoje, mesmo sofrendo duríssimos golpes pela ocupação policial dos seus principais domínios pelas UPPs, aproximadamente 25% das favelas cariocas. De acordo com LIMA (1991), o surgimento da facção remonta às penitenciárias brasileiras durante o regime militar. No final dos anos 1960, diversos grupos de esquerda lançaram mão da estratégia da “luta armada” contra a ditadura. Tais grupos praticavam, no intuito de angariar fundos para o financiamento da guerrilha urbana, sequestros de figuras importantes como embaixadores e políticos, assim como principalmente assaltos a bancos¹⁴⁴. A radicalização da resistência aos “anos de chumbo” foi usada como justificativa pelo governo para sancionar a Lei de Segurança Nacional (LSN) em 1969. A lei versava, entre outros pontos, sobre a “despolitização” dos crimes cometidos pelos grupos revolucionários de esquerda. A partir daquele momento, todas as ações da guerrilha eram consideradas como criminalidade ordinária, o que significava, na prática, um nivelamento entre os delitos cometidos por guerrilheiros e assaltantes de banco “comuns”.

Ativistas políticos e assaltantes de banco passaram assim a conviver lado a lado nas penitenciárias dentro das sanções previstas pela LSN. Os ativistas logo passaram a se organizar e fazer denúncias contra as condições desumanas das cadeias. A denúncia, aliada à mobilização política dos ativistas, proporcionaram importantes vitórias ao longo da primeira década dos anos 1970 para os presos. O exemplo de organização e disciplina iniciado pelos militantes impactou na maneira como os outros presos – também condenados pela mesma LSN, lutavam para reivindicar seus direitos. Não tardou para que eles se organizassem também e passassem a reivindicar não só

¹⁴³ Nunca é demais ressaltar que os pontos de apoio logístico ao tráfico de varejo não se limitam às favelas. Já é sabido que inúmeros conjuntos habitacionais e outras moradias de baixa renda, assim como apartamentos “acima de qualquer suspeita” das classes média e alta, servem de apoio para comércio e distribuição das drogas dentro dos circuitos do “subsistema varejo”. Sobre esta discussão em referência ao Rio de Janeiro, ver o subcapítulo 1.2 de SOUZA (2000) p. 57 e segs.

¹⁴⁴ Sobre isso ver PAZ (1997) e SIRKIS (1998)

melhorias nas condições das prisões, como também a imposição de uma série de códigos de conduta para os outros presos como a proibição de assassinatos por motivo fútil, roubos, furtos, estupros, etc. A organização do “coletivo” serviu em especial, todavia, para desenvolver uma rede de solidariedade entre os criminosos presos e aqueles que conseguiam sua liberdade, através de ajuda às famílias dos detentos e até o financiamento para fuga dos que ainda continuavam atrás das grades. Muitos desses presos, como salienta LIMA (1991), reivindicavam símbolos e valores ligados ao campo da esquerda, embora, como o próprio autor admita, muitos deles sofressem um certo “desdém” por parte dos próprios “presos políticos”.

Seja como for, a forma de organização e as redes de solidariedade dos militantes abriram caminho para que o modelo fosse incorporado também na dinâmica de parte dos outros presos condenados pela mesma LSN. Dada a influência das ideias de esquerda entre eles, o coletivo formado no ex-presídio Cândido Mendes na Ilha Grande passou a designar-se primeiramente como “Falange Vermelha” e, posteriormente, como “Comando Vermelho”. De acordo novamente com LIMA (1991), o primeiro relatório que mencionava o nome da organização data de 1979, designando-o como um grupo de presos condenados por assalto a bancos que haviam criado um coletivo dentro da prisão. Ainda neste mesmo ano, que marca o surgimento, nas fontes “oficiais”, do C.V, os militantes de esquerda presos foram beneficiados pela “lei da anistia” e ganharam sua liberdade. Só que, não obstante, o restante dos presos condenados pela LSN não obtiveram os mesmos benefícios. Parte deles eram quadros constituintes do então C.V, que sentiram-se abandonados dos seus direitos e vilipendiados em prol dos ativistas políticos. Daí origina-se, de acordo com MISSE (2011), o lema da facção que até hoje é visível tanto nas pichações nos muros das favelas “vermelhas”, como nos versos de funks “proibições” que fazem alusão aos criminosos: “Paz, Justiça e Liberdade”.

Mas dentro dos presídios nem todos os presos eram ligados à referida facção. Hoje eles não são e nem tão pouco eram no passado. Alguns autores que experienciaram diretamente ou que estudaram o contexto de surgimento do C.V como LIMA (1991), LINS (1997) e AMORIM (2004) apontam para a existência de outros grupos que disputavam com o C.V o controle sobre os presos dentro do presídio de Ilha Grande. Essa disputa, mesmo não havendo muitas informações precisas sobre sua dinâmica, parece ter extrapolado o ambiente prisional da ilha e ganhado outras prisões e principalmente favelas ao longo dos anos 1980. Elas foram tornando-se mais intensas na medida em que tais espaços eram territorializados entre duas facções ligadas ao tráfico de drogas: o já referido C.V e o Terceiro Comando (T.C), ligado possivelmente a algum grupo rival do C.V. nas prisões. A militarização das facções acabou sendo o resultado prático das disputas territoriais entre diferentes grupos ligados ao tráfico (não só o C.V e o T.C, mas outras pequenas quadrilhas que acabaram

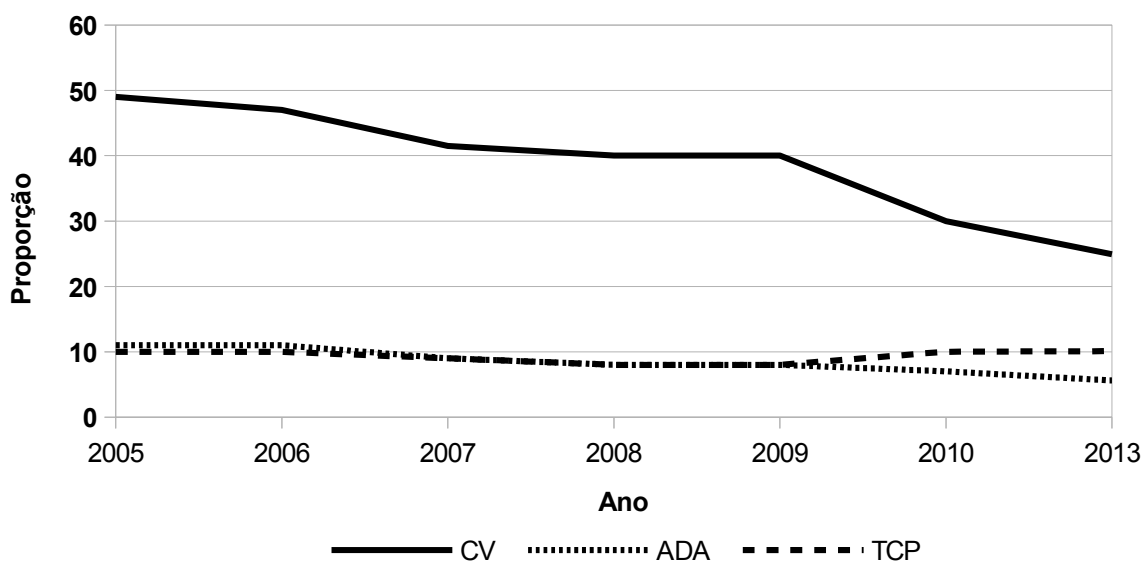
sendo incorporadas pelos “comandos”), como também para defender os pontos de venda de droga de cada facção da polícia. Na visão de ZALUAR (1985), a entrada da cocaína em larga escala no subsistema varejo carioca abriu caminho para o aumento exponencial dos lucros auferidos com a venda de drogas. Se antes, como nos lembra SOUZA (2000), as pequenas quadrilhas que controlavam o comércio de drogas funcionavam a partir do par associativo “revólver + maconha”, a partir dos anos 1980 elas passam a agir sob a égide do binômio “fuzil + cocaína” nas favelas.

O Comando Vermelho experimentou um crescimento fantástico quanto à territorialização das favelas até meados dos anos 90. A facção era responsável por controlar a grande maioria das “comunidades” espalhadas por todo o tecido urbano, em especial nos setores geográficos “Sul” e “Centro” – mercados consumidores mais dinâmicos de drogas no varejo. A chamada “Zona Norte” e “Zona Oeste” experimentaram um processo de significativa territorialização por parte do C.V também, mas lá a referida facção esbarrou em alguns redutos do T.C e em áreas de “polícia mineira”, como veremos na próxima sessão. A expansão do C.V só foi parada em meados dos anos 1990, quando um “racha” interno na facção levou ao surgimento de outro grupo, o A.D.A, fundado por dissidentes do C.V. de algumas favelas da “Zona Norte” do Rio de Janeiro.

A divisão interna no C.V levou o A.D.A a estabelecer uma aliança tática com o T.C a partir de então. A aliança possibilitou a nova facção crescer seus domínios consideravelmente ao longo da segunda metade dos anos 90, ao aumentar sua base de apoio pela “unificação” das favelas dominadas pelo T.C e A.D.A. Além disso, a referida coalizão aproveitou o relativo enfraquecimento do C.V. – tendo em vista a dissidência de alguns membros e a “perda” de algumas favelas, para “conquistar” importantes áreas antes sob a hegemonia “vermelha” na “Zona Norte” e “Oeste” carioca. Esse cenário, todavia, sofreu nova mudança no início da década seguinte, a partir dos desdobramentos de uma rebelião no complexo penitenciário de Bangu I em setembro de 2002. Na ocasião, alguns líderes do C.V. assassinaram quatro importantes traficantes rivais, incluindo, entre as vítimas, o próprio fundador do A.D.A. O massacre levou a uma acirrada disputa por pontos de venda de drogas entre os próprios membros da coalizão T.C.-A.D.A em liberdade, gerando seguidas crises internas e o fim da união entre as duas facções. O novo “racha” isolou o A.D.A. em algumas favelas e abriu caminho para a formação de outra facção, o atual T.C.P. De lá para cá, o novo grupo conseguiu se estabelecer como a segunda força do subsistema varejo carioca, ao avançar sobre antigas áreas outrora dominadas pela antiga coalizão do tráfico. Abaixo, reproduzimos um gráfico contido em ZALUAR (2012:353) sobre a evolução da proporção de favelas dominadas por cada facção no período 2005-2010. O autor do presente trabalho atualizou os dados para o ano de 2013¹⁴⁵.

¹⁴⁵ É importante ressaltarmos a falta de maior rigor quanto às informações contidas nos gráficos a seguir. A base de

Gráfico 5 – Evolução da porcentagem de favelas por facção do tráfico de drogas de varejo (2005-2013)



Fonte: ZALUAR (2012), matérias de jornal, notas de campo

Apesar de distintas entre si, as facções do tráfico no subsistema varejo seguem uma organização semelhante tanto do ponto de vista da sua estrutura interna, quanto da sua lógica territorial. Em estudo etnográfico sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, BARBOSA (1998 p. 86 e segs.) descreve minuciosamente a estrutura interna de uma quadrilha atuante no tráfico de varejo. Segundo o autor, a “estrutura do movimento” é marcada por uma hierarquia entre diferentes funções que passam pela preparação e distribuição da droga, até ao aspecto organizativo “militar” de defesa do território de cada quadrilha. A função e a posição de cada indivíduo pode se dar tanto pela relação pessoal do membro com o “dono do morro” (o que quer dizer, em outras palavras, que o irmão ou parente próximo de um traficante importante, por exemplo, normalmente não inicia suas atividades nos postos mais baixos da hierarquia do tráfico), ou ainda pela “ficha criminal” do indivíduo (os crimes já cometidos, que podem dar a ele ou ela maior “prestígio” junto aos outros criminosos em sua passagem de um posto a outro). Abaixo, reproduzimos um quadro-síntese baseado na já referida obra de BARBOSA (1998, p. 84 e segs.) sobre o *modus operandi* organizativo de uma quadrilha atuante no comércio de tóxicos no varejo:

dados trabalhada em ZALUAR (2012) partiu de pesquisas de campo feitas pela equipe coordenada pela autora entre os anos de 2005 e 2010. Para o ano de 2013, as informações foram atualizadas pelo autor do presente trabalho a partir principalmente dos impactos que as UPPs causaram nos domínios territoriais de cada facção. Sabemos, no entanto, o quão fluida é a dinâmica de territorialização e desterritorialização de traficantes e milicianos. Uma mesma favela pode mudar de “dono” em um período de tempo extremamente curto, o que gera possíveis distorções nas informações expostas acima. Não obstante, a construção do gráfico – mesmo que imprecisa, nos pareceu válida como auxílio na compreensão da evolução dos conflitos territoriais entre as quadrilhas, em especial quanto ao nítido declínio no poderio do C.V. e a expansão das milícias e das UPPs.

Quadro 2 - síntese da organização de uma quadrilha ligada ao tráfico de drogas de varejo

Matuto - é aquele que distribui a droga, transportando-a até determinada área, morro ou favela. É responsável por vender a droga no “atacado”, por abastecer as bocas-de-fumo controladas por uma respectiva quadrilha. Um matuto pode fornecer drogas para mais de uma quadrilha, assim como uma mesma quadrilha pode ter diferentes fornecedores de drogas. Ele é o penúltimo vínculo de uma rede produtiva que começa nos centros produtores e refinadores até o consumidor de drogas de varejo local.

Endolador - indivíduo responsável por “misturar” a droga com outras substâncias, no intuito de aumentar seu rendimento. É na “endolação” também que a droga é embalada e pronta para ser vendida. Muitas vezes, os indivíduos que trabalham nesta função não se vinculam diretamente à quadrilha, sendo uma atividade de renda complementar para muitos moradores de favelas.

Olheiros ou fogueteiros - sem usar armas, a função básica dos olheiros ou fogueteiros é avisar a entrada na favela de traficantes rivais ou da polícia. A segurança do “movimento” depende em primeiro lugar deles, já que seu aviso evita que os traficantes sejam pegos de surpresa.

Vapor - Portando geralmente arma leve, ele é responsável por vender a droga. Seu pagamento geralmente é uma comissão variável sobre o comércio realizado.

Soldado - faz a segurança do vapor e da própria “boca-de-fumo”. Alguns “soldados” desempenham ainda outras funções estratégicas de defesa, como a vigilância do morro como um todo, ou ainda a segurança especificamente dos próprios líderes do “movimento”. Sempre andam fortemente e ostensivamente armados. São o principal grupo responsável pela segurança do território da quadrilha.

Gerentes - como o próprio nome diz, eles fazem o controle do comércio da droga no subsistema varejo, além da alocação dos homens responsáveis pela segurança armada do *business*. Em favelas maiores, normalmente as bocas-de-fumo são divididas entre sub-gerentes que, por sua vez, estão subordinados ao comando e supervisão de um gerente geral.

Braço-direito - mais do que um cargo, é uma posição de inteira confiança do “dono” do morro. É ele quem responde pelo comércio de drogas local na ausência do “chefete”. Uma vez que parte dos “donos” não encontram-se mais nas favelas (por estarem presos ou, simplesmente, por morarem em residências em outras partes da cidade), o braço-direito assume uma função importantíssima na linha de comando local.

“Dono” do morro - é o principal responsável pelo *business* local. Muitas vezes, exerce o controle não só sobre uma, mas sobre várias favelas controladas por uma mesma facção criminosa.

Elaborado por Eduardo de Oliveira Rodrigues, março 2013, com base em informações contidas em BARBOSA (1998 p. 84 e segs.)

Dentro das favelas, os trabalhadores regularmente vinculados ao tráfico irão desenvolver uma complexa rede de interrelações com outros indivíduos que moram e/ou trabalham nesses locais. De acordo com classificação desenvolvida por SOUZA (2000 p. 61 e segs.), poderíamos identificar, de maneira didática, alguns grupos básicos de indivíduos que de algum modo são beneficiados pelas atividades do subsistema varejo dentro das favelas. Os atores acima expostos (com exceção do “matuto”, um atacadista de drogas que não reside nas favelas) constituiriam aquilo que o autor chamou doravante de “grupo *A*”, ou seja, o grupo de atores remunerados regularmente pelos seus serviços prestados ao “dono” da quadrilha. Já um segundo grupo (*B*) se refere aqueles que recebem algum benefício pontual dos traficantes. O benefício pode ser bastante variável, como dinheiro para compra de remédios, cestas básicas, material esportivo para um time de futebol local, churrascos, etc. A ação parte de uma estratégia dos traficantes em estabelecer relações de “amistosidade” para com a população local, no intuito de fortalecer sua base de apoio entre a

população favelada¹⁴⁶. Existem ainda os incluídos em um terceiro grupo (*C*), que são todos os familiares e dependentes diretos dos atores do grupo *A* que não atuam diretamente em nenhuma atividade criminosa. O próximo grupo (*D*), por sua vez, diz respeito aos beneficiados pelo dinamismo econômico da economia da droga em escala local, mas que não trabalham, todavia, diretamente no tráfico. O grupo engloba pessoas envolvidas em situações como donos de biroskas que servem bebidas e quentinhas aos traficantes, moto-taxistas que levam usuários de drogas até as “bocas-de-fumo”, etc. Finalmente, o último grupo (*E*) corresponde a todos os familiares e dependentes da renda auferida pela atividades dos atores do grupo *D*.

A referida classificação nos serve para relativizar, em primeira instância, que o número de pessoas beneficiadas direta e indiretamente pela dinâmica do tráfico de drogas não é nada desprezível. Mesmo que uma relativa minoria da população favelada figure dentro dos cinco grupos descritos acima, o somatório de pessoas beneficiadas pelo tráfico dentro das 965 favelas oficialmente cadastradas pelo Instituto Pereira Passos não é nada desprezível¹⁴⁷. Sendo assim, o autor do presente trabalho é partidário da crítica feita por SOUZA (2000) a ZALUAR (1985, 1994), no que diz respeito à divisão feita pela autora, sem maiores cuidados, entre uma população de “bandidos” e “trabalhadores” nas favelas cariocas. Longe de serem categorias “estanques”, traficantes de drogas e moradores mantêm relações complexas do ponto de vista econômico, simbólico, político e afetivo nesses locais, que não podem ser vistas através do amálgama *moral* da associação entre pobreza e criminalidade, nem pela divisão simplória entre as duas populações. A maioria dos moradores, sem dúvida, sofre um processo de opressão brutal do tráfico, e acabam sendo obrigados a conviver com a criminalidade armada. Só que, diante do presente quadro, é óbvio que uma atividade lucrativa como o comércio de drogas, que gera emprego e renda para as favelas, irá beneficiar uma gama considerável de pessoas que não necessariamente estão ligadas ao “movimento”. Além disso, como procuramos mostrar no capítulo anterior, tal problema ganha outros matizes na atualidade dado o impacto econômico das UPPs nas favelas. Se a “pacificação”, por um lado, enfraqueceu a economia da droga em escala local e elevou o “custo de vida” do morador, ela não foi acompanhada, até o presente momento, por políticas públicas mais consistentes de geração de renda para os favelados. Cursos de capacitação para vagas em “salão de beleza” ou

¹⁴⁶ Esse tipo de realidade, no entanto, dada a ferocidade das guerras entre facções rivais e a enorme “rotatividade” entre os “chefetes” locais, é cada vez mais uma exceção do que regra. Atualmente, muitos “donos do morro” e grande parte do “grupo A” não foram nascidos e criados nas favelas onde exercem sua territorialidade. A imposição da “lei e da ordem” do tráfico, dado o referido contexto, se dá muito mais através da instrumentalização da violência do que pela construção de uma relação “amistosa” para com os favelados. Os “chefes”, “gerentes”, “soldados” e até mesmo “vapores” não possuem hoje, via de regra, nenhum vínculo afetivo com o local. Em tempos de “pacificação” de favelas, pelo processo de desterritorialização *parcial* de traficantes e uma possível “migração” destes para outras localidades, tal tendência pode ser ainda mais reforçada. Voltaremos a esse ponto mais a frente.

¹⁴⁷ Dados do IPP com base no censo do IBGE 2010.

“corte-costura”, aliadas à ofertas de emprego precarizados que pagam salários ínfimos, estão longe de algo que, porventura, possa parecer uma política séria de geração de renda. Os problemas derivados a partir daí podem ser graves, como o cenário de gentrificação exposto anteriormente.

Por fim, se a ação das quadrilhas promove relações complexas com o *local* onde ocorrem tais atividades, a territorialização do tráfico no espaço urbano, por sua vez, pode ser clarificada pela aproximação entre os conceitos de *território* e *rede*. Retomando SOUZA (1995:93), a aproximação entre os dois conceitos é de grande valia, uma vez que sua articulação permite vislumbrar melhor a maneira como as redes entre os diferentes territórios do tráfico são constituídas, mesmo tratando-se de territórios que não são contíguos. Dentro de uma rede, temos um conjunto de pontos (nós) que são interligados por segmentos (arcos). Os pontos da rede são conectados por fluxos materiais e imateriais trocados entre si – como capitais, informações, mercadorias, etc., ou ainda por elementos de infraestrutura que permitem o deslocamento físico dos fluxos entre os “nós” – rodovias, ferrovias, entre outros. A formação de um território em rede parte, antes de mais nada, da formação de um *território descontínuo*, ou seja, de determinados espaços territorializados por um ou mais grupos que embora mantenham relações entre si, não possuem contiguidade espacial. O Comando Vermelho, por exemplo, territorializava no passado favelas espalhadas por todos os setores geográficos da metrópole carioca. Só que esses territórios não tinham contiguidade, uma vez que a grande maioria era cortada por áreas pertencentes à facções rivais, ou divididas pelas chamadas “áreas neutras” – espaços da cidade que não estavam, pelo menos explicitamente, sob o jugo do tráfico, a exemplo dos bairros do “asfalto”. A conceitualização exige a consideração de diferentes escalas de análise, uma vez que cada ponto de um território descontínuo, em relação a sua estrutura interna, é um *território contínuo*. Uma determinada favela *A* controlada pelo C.V. é um território contínuo desta facção, ou seja, do ponto de vista do exercício do poder no seu espaço interno. Da mesma forma, existe ao lado dela a favela *A'* controlada pelo A.D.A e a favela *A''* controlada pelo T.C.P., ambas territórios contínuos de cada facção supracitada. No entanto, se tomarmos uma escala de análise mais abrangente, que englobe a cidade como um todo, teremos um mosaico de diferentes territórios sem contiguidade espacial, já que uma favela do C.V., muitas vezes, não está *fisicamente* ligada a outra, embora elas possam manter fortes relações entre si. Como esclarece o próprio SOUZA (1995:93), “cada território descontínuo é, na realidade, uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos”.

É importante sublinhar ainda que cada “comando” não possui uma estrutura rígida e vertical de poder, onde somente um indivíduo é responsável pela operacionalização de toda a dinâmica do tráfico de varejo de sua respectiva facção. Existe sim uma hierarquia rígida e vertical em cada território contínuo da quadrilha. Em outras palavras, cada favela possui um “chefete” local que, na

maioria das vezes, exerce o seu poder pela instrumentalização da violência sobre os seus comparsas e sobre os favelados. Os pequenos “exércitos” do tráfico comportam-se de acordo com uma lógica fortemente *militar*, tanto de ponto de vista da organização hierárquica quanto dos armamentos. Mas ao transitarmos da escala do “microterritório” da favela para a escala intraurbana da metrópole, veremos que não existe um “chefete” soberano de cada facção. A dinâmica entre favelas aliadas é marcada por relações de “cooperação” que envolvem diferentes contextos, que vão desde o empréstimo de armamentos e “homens” para realizar uma invasão e “conquista” de uma área rival, passando pelo empréstimo de dinheiro ou até drogas para um “dono” que enfrenta dificuldades financeiras, ou até mesmo oferecendo refúgio para aliados que foram desterritorializados por rivais ou pela própria polícia. Já outras vezes, dependendo da situação, a relação de “cooperação” pode se transformar em um ato de insolidariedade, através de traições entre membros de uma mesma facção que causam disputas internas pelo controle de determinados territórios, haja visto a história recente das quadrilhas do tráfico no Rio de Janeiro. Seja como for, é importante esclarecermos o funcionamento do território descontínuo ligado ao subsistema varejo, já que o aprofundamento do processo de “pacificação” de favelas, nos últimos anos, trouxe importantes mudanças para ele, como veremos mais adiante.

4.1.2 – O papel das milícias

Assim como o tráfico de drogas de varejo, as milícias estruturam-se internamente de acordo com um modelo dotado de características militares: forte hierarquia organizativa e uso de armamento “pesado”. No plano externo, elas também possuem algumas características semelhantes à dinâmica do tráfico, ao estabelecerem suas bases de apoio logístico urbano através de territórios descontínuos – em sua grande maioria favelas e conjuntos habitacionais de baixa renda. No entanto, apesar de alguns pontos em comum, milicianos e traficantes possuem diferenças importantes, em especial no tocante à sua forma de atuação local e na organização dos seus territórios em rede. A maneira como as milícias se inserem na geopolítica urbana carioca nos parece lançar, em certo sentido, um desafio ainda maior ao Estado, principalmente no que diz respeito à disputa pela legitimidade do exercício do poder em algumas áreas da cidade. O desafio é maior não só pela relação ainda mais promíscua que milicianos e o próprio Poder Público estabelecem, como por algumas ações do Estado, nos últimos anos, terem favorecido direta e indiretamente a transformação das milícias no maior problema dentro do quadro de (in)segurança pública da cidade.

O referido contexto, todavia, é algo que vem sendo gerenciado já há algum tempo. Apesar do fortalecimento das milícias ser um fenômeno relativamente recente, o seu surgimento remonta

aos “grupos de extermínio” formados por policiais atuantes na Baixada Fluminense e na “Zona Oeste” carioca durante os anos 1960, 70 e 80. Inicialmente, tais grupos agiam na “venda” de segurança para comerciantes locais, ao “eliminar” todos aqueles vistos como indesejáveis na sua área de atuação. Matava-se mediante pagamento possíveis assaltantes, usuários de droga, estupradores, “vadios”, entre inúmeras outras categorias. Já na atualidade, a atuação da milícias, em comparação com os antigos “grupos de extermínio”, trouxe inovações importantes em três pontos de acordo com ZALUAR & CONCEIÇÃO (2007). Inicialmente, houve a ampliação dos negócios dos criminosos para além da questão da “segurança” – com a comercialização de produtos, oferecimento de serviços ilegais e extorsões. Em segundo lugar, pela presença hoje, entre os milicianos, não só de policiais como também de bombeiros, militares e agentes penitenciários. Finalmente, uma terceira mudança importantíssima que, ao mesmo tempo, possibilitou inclusive a ampliação da gama de atividades dos milicianos, foi o seu objetivo em controlar militarmente determinados territórios. É através do domínio territorial que serão realizadas todas as atividades comerciais (como transporte alternativo, venda de botijão de gás, ágio sobre compra e venda de imóveis, sinal pirata de TV a cabo e internet, etc.) e a venda de “segurança” mediante extorsão. Como observam as autoras, os “grupos de extermínio” do passado agiam mais como “pistoleiros” que matavam sob encomenda algum desafeto, sem haver, até então, um processo de territorialização mais efetivo de tais grupos em espaços do Rio e de sua região metropolitana.

O termo “milícia”, todavia, traz algumas dificuldades quanto à conceitualização, dada a enorme gama de diferentes situações e atores que podem ser classificados enquanto tal. Os problemas não se limitam somente ao conceito, como também à confusão feita por existirem outras designações para certos crimes cometidos por agentes de segurança como “grupos de extermínio” ou “polícia mineira”¹⁴⁸. De qualquer modo, um primeiro estudo exploratório mais sistemático feito sobre o fenômeno, e que procurou delimitar, com maior precisão, o que seriam as “milícias”, nos diz que elas são o somatório de alguns eixos de atividades que devem necessariamente acontecer simultaneamente para caracterizar determinado grupo enquanto tal. Os cinco eixos de atividades, segundo CANO (2008:59), são:

1. O controle de um território e da população que nele habita por parte de um grupo armado irregular.
2. O caráter em alguma medida coativo desse controle dos moradores do território

¹⁴⁸ Os referidos termos eram anteriormente usados para designar práticas criminosas, por parte de agentes de segurança, como venda de “segurança privada” mediante extorsão ou assassinatos de pessoas sob “encomenda”. Somente após 2006 que o termo “milícia” se popularizou e substituiu os demais.

3. O ânimo de lucro individual como motivação principal dos integrantes desses grupos
4. Um discurso de legitimação referido à proteção dos habitantes e à instauração de uma ordem que, como toda ordem, garante certos direitos e exclui outros, mas permite gerar regras e expectativas de normatização da conduta.
5. A participação ativa e reconhecida de agentes do estado como integrantes dos grupos

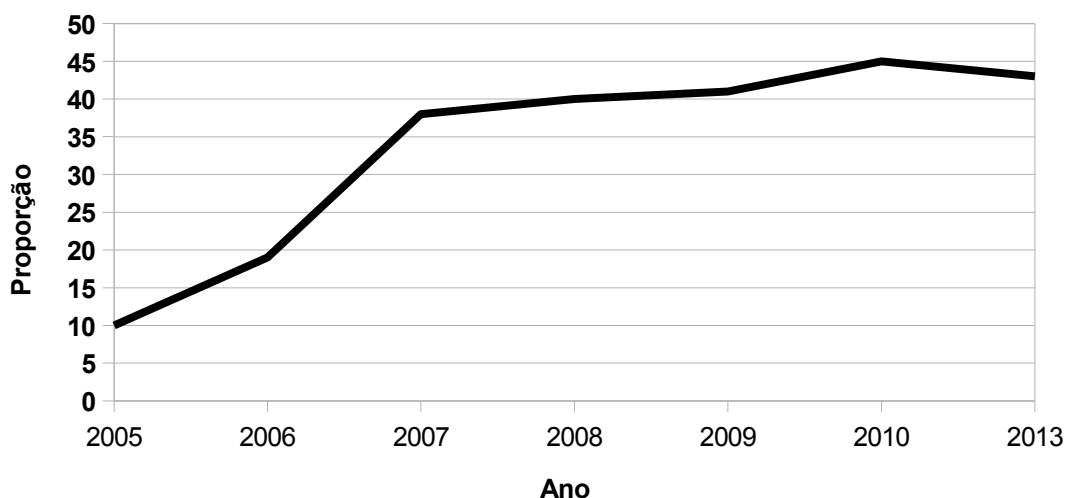
Definir com maior precisão do que se trata as milícias é importante para evitar que se confunda milicianos e agentes de “segurança privada”. Nem todas as situações de “vigilantismo” nas áreas pobres têm o formato “milícia”. Existem casos de “vigilantes” ligados à empresas de segurança (legais e ilegais) que, por exemplo, oferecem seus serviços em ruas ou em bairros por toda a cidade mediante a contratação de “clientes”. Como nos esclarece ZALUAR & CONCEIÇÃO (2007:92), existe maior liberdade no contrato entre os agentes de “segurança privada” e os moradores ou comerciantes locais. As milícias se baseiam fundamentalmente na coerção para controlar determinado território, não obedecendo a qualquer legislação vigente. Diferentemente das firmas de “segurança”, não existe escolha pela contratação ou não da “segurança” vendida pelos milicianos: ela é imposta aos residentes das áreas controladas pelos criminosos.

O modelo “atual” de milícia exposto acima parece ter surgido na favela de “Rio das Pedras”, de acordo com estudo pioneiro sobre o local organizado por BURGOS (2002). Na referida favela, localizada na “Zona Oeste” da metrópole carioca, desde os anos 80 o tráfico não conseguira territorializar-se dada a presença ostensiva da “polícia mineira” no local. Na década seguinte, um outro grupo assumiu o controle da favela sob a liderança do ex-inspetor da Polícia Civil Félix Tostes, que posteriormente se tornaria um dos maiores milicianos da cidade até sua morte, em 2007. O grupo, a partir da expulsão dos rivais, procurou estabelecer um código de conduta com regras claras de comportamento para os moradores. Atividades como roubo, furtos, desordem pública, estupro, entre outros, não seriam mais tolerados, assim como os moradores e comerciantes deveriam pagar pela “proteção” recebida. Ainda ao longo dos anos 90, enquanto o tráfico de drogas se expandia pelos setores geográficos “Sul”, “Centro” e “Norte” do Rio de Janeiro, o modelo miliciano de “gestão do território” foi adotado em outras favelas próximas no bairro de Jacarepaguá, localizado também “Zona Oeste” da cidade. Como observa novamente ZALUAR & CONCEIÇÃO (2007), junto aos milicianos surgiram algumas lideranças que realizavam práticas “assistencialistas” nas comunidades controladas por milícia. Tais líderes comunitários, através das associações de moradores, mantinham íntima relação com os criminosos locais, o que abriu caminho, via “assistencialismo”, para que os milicianos comesçassem a aspirar pretensões políticas mais ousadas, dada a enorme popularidade do modelo iniciado em Rio das Pedras e que se

espalhava rapidamente pelas favelas vizinhas.

Já no final dos anos 90, algumas dessas lideranças – apoiadas pelo hibridismo entre o novo modelo de “segurança” e políticas “assistencialistas”, se lançaram como candidatos a diferentes cargos do legislativo, sob o discurso da necessidade em “representar a comunidade” em prol de melhorias no local. Mesmo não obtendo sucesso inicialmente, os candidatos “milicianos” receberam apoio de importantes figuras do cenário político carioca nos anos seguintes, como o ex-prefeito do Rio – César Maia, e o atual prefeito da cidade – Eduardo Paes. César Maia chegou inclusive, em 2004, a afirmar que tal fenômeno era uma reação “natural” dos habitantes dessas áreas ao tráfico, criando o infeliz slogan de “autodefesas comunitárias” para as milícias, nome semelhante à maior organização paramilitar colombiana: as *Autodefensas Unidas de Colômbia* (AUC). Não tardou para que, a partir daí, as milícias conseguissem estender mais um tentáculo sobre uma atividade até então inédita (pelo menos explicitamente) na cena da criminalidade carioca: a política institucional. Em 2000, o miliciano “Jerominho” se elege vereador e é reeleito em 2004 com sua base de votos em favelas controladas por milícias em Campo Grande; “Nadinho” se elege vereador em 2004 com o apoio de Rio das Pedras; já “Natalino”, irmão de “Jerominho”, chega à câmara dos deputados fluminense em 2006 e “Carminha Jerominho”, sua sobrinha e filha de “Jerominho”, é eleita vereadora em 2008.

O fortalecimento político das milícias, as relações de promiscuidade estabelecidas entre os milicianos e o Poder Público, além dos altos lucros auferidos pela gama de atividades controladas pelas quadrilhas, fomentaram uma agressiva expansão do chamado “comando azul” (em referência à farda azul da PMERJ) por boa parte da “Zona Oeste”, além do seu avanço para áreas até então sob a hegemonia do tráfico de drogas: a “Zona Norte”. As disputas territoriais entre traficantes e milicianos muitas vezes foram mediadas pela própria polícia, que realizava operações em favelas territorializadas por traficantes no intuito de enfraquecê-los e abrir caminho para seus “companheiros” milicianos (CANO, 2008:71). No gráfico abaixo, baseado em informações contidas em ZALUAR (2012:353) e atualizadas pelo autor, o leitor pode acompanhar a evolução do território controlado pelas milícias entre 2005 e 2013:

Gráfico 6 – Evolução da porcentagem de favelas controladas por milícias (2005-2013)

Fonte: ZALUAR (2012), matérias de jornal, notas de campo

Os territórios em rede dos milicianos, apesar de partirem de um mesmo princípio belicista e expansionista do tráfico, possuem algumas diferenças do ponto de vista organizativo e operativo. Em primeiro lugar, não há uma divisão clara entre três grandes quadrilhas que disputam entre si o comércio de drogas. A forma de operação dos milicianos não é tão clara como no caso do tráfico. Existem, a título de exemplo, algumas milícias que se destacam pela extensão e poderio dos seus territórios. Em Campo Grande, a quadrilha denominada “Liga da Justiça”, apesar dos duros golpes sofridos pela prisão dos seus principais líderes (“Natalino” e “Jerominho”) através da “CPI das milícias”, ainda é apontada como uma dos principais grupos criminosos da metrópole carioca, inclusive com forte atuação em bairros vizinhos à Campo Grande. Em Rio das Pedras, a milícia local já não conta com seus dois principais nomes (Félix Tostes e Nadinho, ambos assassinados em 2007 e 2009 respectivamente), mas ainda sim controla a respectiva favela. Mais recentemente, a polícia desarticulou parcialmente a milícia “Águia de Mirra”, que atuava em alguns bairros da “Zona Norte” como Anchieta e Del Castilho. Não obstante, para além dos três grupos supracitados, existe uma gama muito diversificada de diferentes quadrilhas agindo de maneira atomizada por todo o tecido urbano carioca (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2008 p. 127 e segs.).

Dada a falta de maior clareza sobre a organização dos seus territórios descontínuos, uma das conclusões mais importantes do estudo realizado por CANO (2008) é que as milícias carecem de uma certa “padronização” como acontece mais claramente com as quadrilhas de traficantes. Embora

haja características em comum entre os diferentes grupos de milicianos, não existe uma organização relativamente integrada e com uma identidade clara, como no caso do tráfico. As milícias, aos olhos do autor do presente trabalho, operam a partir de redes ainda mais difusas e fragmentadas do que o tráfico, levando em conta, principalmente, iniciativas locais e não uma possível relação de solidariedade explícita entre territórios pertencentes a uma mesma facção. Em todo caso, a falta de uma coordenação catalizada por um modelo claramente “cooperativo” entre favelas – a exemplo do que ocorre com o tráfico, não fomenta a iniciativa da “guerra” entre milicianos nos mesmos moldes do que entre traficantes. Nas áreas territorializadas pela milícia, é raro testemunhos de tiroteios e invasões de rivais – sejam traficantes, outros milicianos ou policiais (ZALUAR & CONCEIÇÃO, 2007; CANO, 2008; CANO & DUARTE, 2012). Em seu estudo mais recente sobre o fenômeno, CANO & DUARTE (2012) apontam para uma possibilidade, verificada após 2008, de que as milícias maiores tenham passado a incorporar quadrilhas menores de criminosos, de maneira a centralizar o poder em uma única organização. O autor, no entanto, deixa claro que não existe ainda maiores indícios de um aprofundamento na estrutura organizativa deste agente. Ao que parece, os conflitos travados entre milicianos se dão muito mais por “rachas” internos numa determinada quadrilha do que por disputas territoriais entre grupos rivais, a exemplo do tráfico de varejo (*idem*, p. 111).

A aparente maior “tranquilidade” sentida nas áreas de milícia, assim como o fato das quadrilhas adotarem uma estratégia de territorialização mais “silenciosa” e “discreta” que o tráfico, são outros desafios importantes a serem considerados na análise da geopolítica urbana carioca. Além do caráter difuso que emoldura a dinâmica dos seus territórios descontínuos, as milícias experimentaram uma mudança substancial na sua forma de agir nos últimos anos. Como vimos anteriormente, CANO (2008) afirmava que duas das características comuns aos milicianos eram o discurso de “legitimação” quanto à proteção dos moradores, assim como a participação ativa e reconhecida de agentes do estado como integrantes dos grupos. A enorme visibilidade que as milícias ganharam na mídia e na opinião pública a partir de 2007, levou o Estado a tomar algumas iniciativas importantes para sua repressão. A principal delas, sem dúvida, foi a chamada “CPI das milícias”, presidida pelo deputado estadual Marcelo Freixo em 2008¹⁴⁹. Através da iniciativa, foram

¹⁴⁹ O documento oficial da CPI foi a resolução nº 433/2008 publicada no Diário Oficial do estado em 11 de junho de 2008. Em complemento à CPI, foi feita recomendação à DRACO (Delegacia de Repressão às ações Criminosas Organizadas) para uma investigação específica sobre as milícias, algo que até então não havia sido feito. O Ministério Público criou também, em 2010, o Grupo Especializado de Combate ao Crime Organizado (GAECO/RJ), que desempenhou papel de denúncia aos milicianos. Mais recentemente, outra ação importantíssima realizada na esteira das iniciativas de combate às milícias foi a definição jurídico-legal precisa do crime. Até julho de 2012, os milicianos eram enquadrados no código penal brasileiro sob a acusação de “formação de quadrilha”, acusação esta bastante inconsistente, que acabava por abrir caminho para diversas “brechas” legais em benefício dos acusados. Dado o problema, a Câmara dos Deputados aprovou em 5 de julho de 2012 um projeto de lei que tipifica a formação de milícias ou grupos de extermínio. A pena prevista é de quatro a oito anos de prisão para quem “constituir, organizar, integrar,

identificadas as principais áreas de atuação dos criminosos, suas estratégias para manutenção do território e auferimento de lucros, além da acusação formal contra inúmeros agentes públicos de segurança e políticos envolvidos diretamente com as quadrilhas. Através do trabalho em conjunto da CPI e de outras iniciativas do Estado, as milícias sofreram um duro golpe ao perder o seu “braço político”, uma vez que parte dos parlamentares “milicianos” eleitos tiveram seus mandatos cassados e foram presos. Policiais civis e militares, bombeiros e agentes penitenciários foram afastados do cargo e expulsos de suas respectivas corporações. A publicização do problema, amplificada, em grande parte, pelo já citado caso de tortura de jornalistas do jornal “O Dia” e pela CPI, obrigou o Estado a mudar seu posicionamento quanto ao problema, uma vez que, anteriormente, as milícias funcionavam quase como uma espécie de “política de governo” durante os anos “Garotinho-Rosinha” (1998-2005). No referido período, os criminosos contavam com apoio de pessoas do alto escalão da Secretaria de Segurança Pública, dentro de esquemas de favorecimento a milicianos que envolviam até mesmo o chefe da Polícia Civil na época – o ex-deputado Álvaro Lins.

O problema é que assim como o posicionamento do Estado para com as milícias mudou, a forma de atuação dos milicianos acabou por adaptar-se ao “novo” contexto. Como observa novamente CANO & DUARTE (2012), as milícias atuais parecem ter passado a atuar de maneira mais “discreta” em comparação ao período anterior a 2008. Se antes os milicianos faziam questão de explicitar seu envolvimento com o aparato público de “segurança”, portando, ao mesmo tempo, armamento ostensivo nos mesmos moldes do tráfico de varejo, agora a atuação é quase imperceptível, embora sua territorialidade continue a ser exercida. Até as próprias demonstrações de “força” dos milicianos, pautadas em espancamentos e assassinatos públicos, não figuram mais entre suas práticas correntes. Um ponto interessante observado pelos autores, diz respeito ao aumento no número de “desaparecidos” nas áreas de milícia desde meados da década passada. Tal fato poderia indicar, apesar dos autores admitirem não haver elementos suficientes para sustentar categoricamente a assertiva, que os milicianos estariam “sumindo” com os corpos de suas vítimas, no intuito de não chamar atenção da mídia e da polícia quanto à ocorrência de “homicídios” (CANO & DUARTE, 2012:125). A experiência da morte ganharia assim um valor muito mais qualitativo do que quantitativo para os criminosos, já que os milicianos “estariam matando menos, mas matando melhor”.

Por outro lado, o antigo discurso de “legitimação” de proteção das milícias parece ter sido demolido diante das denúncias de assassinatos, espancamentos e extorsões praticados contra os

mantiver ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão” com a finalidade de praticar crimes. A pena de “homicídio” é aumentada ainda em um terço se for praticada por “milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio”. Para uma descrição detalhada das ações de repressão do Estado contra os milicianos ver o capítulo 8 de CANO & DUARTE (2012).

próprios moradores de tais localidades. Em vez de pagar por “proteção”, a relação que os milicianos estabelecem para com os residentes de seus territórios é bastante diferente. No filme “Tropa de Elite 2”, uma das falas do controverso “Capitão Nascimento” nos parece captar com perfeição o que estamos querendo dizer: “Na prática, milícia é máfia. Você paga pra ela te proteger dela mesma.”

Diante do quadro de mudanças, as práticas que caracterizam uma quadrilha como milícia foram readaptadas em parte para os seguintes eixos de ação (CANO & DUARTE, 2012:132):

1. Controle de pequenos territórios e das suas respectivas populações por parte de grupos armados irregulares que fazem uso efetivo ou potencial da violência
2. Coação contra moradores e comerciantes locais. Embora exista sempre um grau parcial de legitimação e de tolerância dos moradores, se a intimidação estiver ausente, estaríamos falando em segurança privada
3. Motivação de lucro individual dos componentes desses grupos. Na ausência do antigo discurso de legitimação público, o objetivo das milícias ficou mais escancarado. Isso não exclui, em alguns casos, a tentativa de implantar, em paralelo, agendas ou projetos morais (luta contra o consumo de drogas etc.), mas essas motivações são sempre secundárias em relação ao lucro
4. Posições de comando ocupadas por parte de agentes de segurança pública do Estado que agem de forma privada
5. Imposição de taxas obrigatórias a moradores ou comerciantes em troca da suposta proteção e/ou aplicação de monopólios coativos sobre certos produtos e serviços consumidos na comunidade. Como no segundo ponto, a coerção é essencial, caso contrário estaríamos perante grupos de segurança privada ou monopólios com base econômica

Não obstante a referida mudança, a prisão dos principais líderes da milícias trouxe um enfraquecimento que nos parece apenas “relativo” quanto ao seu poderio. A ação recente do Estado não conseguiu desarticular as quadrilhas, promovendo, quando muito, uma reestruturação organizativa dos criminosos e mudanças relativas à “descrição” dos seus processos de territorialização:

“De qualquer forma, o dia a dia das milícias depende agora muito mais de civis, recrutados localmente, que preenchem posições subalternas e que, segundo muitos moradores, não são propriamente milicianos. São eles que exercem as funções de vigilância e de cobrança de taxas, procedendo a chamar os membros mais graduados quando a ocasião assim o requer. (...) Esse processo está relacionado à mudança no tipo de controle exercido sobre o território, menos dependente agora da ostensividade e do controle de acessos, e mais inclinado a uma intervenção relativa quando são chamados pelos moradores. Nesse sentido, é interessante observar que as milícias talvez estejam se afastando *do modelo de domínio territorial exercido pelo tráfico, baseado na ostensividade, e evoluindo na direção do controle social aplicado pelos grupos de extermínio, que não controla os acessos e intervém de forma discreta, embora extremamente violenta.*” (CANO & DUARTE, 2012:131, grifos nossos)

Isso nos mostra não só uma mudança, mas o desenvolvimento de mecanismos de controle, por parte dos milicianos, mais *sofisticados* que os do tráfico de drogas e das próprias milícias que agiam antes da repressão mais enérgica do Poder Público. Ao nosso ver, não obstante a significativa expansão do “comando azul” observada nos últimos oito anos, duas questões correlacionadas parecem corroborar para as milícias serem hoje o maior problema do quadro de (in)segurança pública carioca. Em primeiro lugar, antes de qualquer iniciativa do Estado em “pacificar” favelas, já era observado um relativo enfraquecimento do poderio dos traficantes de varejo no Rio de Janeiro. Como nos lembra SOUZA (2008:63), desde fins dos anos 90 o tráfico enfrenta um processo de queda dos lucros auferidos pela droga. Inúmeros motivos explicam o quadro. Entre os principais, destacamos o decréscimo constante, desde os anos 90, do preço da cocaína no mercado internacional; o aparecimento de outras drogas sintéticas no mercado brasileiro (como o *ecstasy* e o LSD, que se popularizam crescentemente entre a classe média e a elite), cujo comércio de varejo é feito majoritariamente fora das favelas; as crescentes disputas territoriais entre as facções e o crescimento das milícias (que obrigaram os traficantes a investirem grande parte dos lucros em uma “corrida armamentista” sem fim); a queda dos salários pagos aos jovens empregados no tráfico (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2006 p. 30 e segs.), entre outros. Aliado a tudo isso, temos uma *relativa* melhora das condições de vida da população brasileira dos estratos de renda mais baixos, o que abre novas possibilidades de rendimento (mesmo que pouco) para os mais pobres, ou até mesmo novas possibilidades de atividades criminosas mais lucrativas, dado o contexto de crescimento econômico experimentado pelo país desde a última década.

Além do enfraquecimento do tráfico, e apesar de algumas iniciativas importantes para a desarticulação das milícias, o Poder Público ainda centra seus esforços, via de regra, na repressão ao subsistema varejo da droga em detrimento dos milicianos. O programa da UPP segue esta mesma lógica, que toma o traficante como o “inimigo interno” principal a ser combatido pela polícia. Ao “pacificar” quase exclusivamente áreas anteriormente sob a hegemonia do tráfico, o Estado não só acelerou um processo de já latente decadência dos “comandos”, como, indiretamente, fortaleceu as milícias, uma vez que seu território descontínuo permaneceu praticamente intacto desde o início do programa de “pacificação”. Em termos quantitativos, enquanto as três facções do tráfico controlam hoje aproximadamente 40,6% das favelas cariocas em conjunto, só as milícias são responsáveis por 42,5% do controle. Em termos qualitativos, a situação é ainda mais favorável para os milicianos, uma vez que as áreas ainda sob forte hegemonia do tráfico são os mercados consumidores menos dinâmicos da cidade, localizados em bairros de poder aquisitivo relativamente baixo¹⁵⁰. Como os milicianos em geral não usam o tráfico como principal fonte de lucro (embora já existam relatos de milícias que também comercializem drogas¹⁵¹), os ganhos das quadrilhas mantiveram-se estáveis mesmo com a “pacificação” – não obstante a significativa queda sofrida pela repressão do Estado desde a CPI, em 2008. De qualquer modo, além das milícias, por todos os motivos apontados anteriormente, se constituírem hoje num problema ainda maior e mais perigoso do que o tráfico, as ações do Poder Público que privilegiam o combate aos traficantes podem acabar, indiretamente, a fortalecer ainda mais os milicianos em médio e longo prazos. Tal fato, aliado ao já referido cenário de possível “miliciação” das UPPs, não nos permite crer em vitórias fáceis pautadas numa “paz” que pode deixar Campo Grande e Copacabana mais próximos do que nunca¹⁵².

¹⁵⁰ É importante ressaltar tal aspecto qualitativo das redes de apoio logístico ao tráfico de varejo. O A.D.A, apesar de possuir menos favelas que as outras duas facções, controlava o comércio de drogas da Rocinha, principal ponto de distribuição na Zona Sul da cidade e que, segundo cifras aproximadas de um oficial da UPP entrevistado pelo autor, tinha faturamento médio de R\$ dois milhões por semana. O próprio C.V., no período anterior à “pacificação”, detinha o controle da maioria das favelas da Zona Sul e da Tijuca, dois mercados consumidores dinâmicos dentro do subsistema varejo. Como veremos, as três facções agora disputam territórios principalmente fora dos espaços da “pacificação”, em bairros mais humildes como Madureira, Pavuna, Costa Barros, Santa Cruz, entre outros. Não que não haja disputas entre facções nas próprias favelas “pacificadas”, a exemplo do Morro da Babilônia e do Morro do Adeus (Fonte da Babilônia: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/mesmo-com-upp-favela-da-zona-sul-do-rio-de-janeiro-muda-de-facao-20110219.html> / Fonte do Adeus: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/2012-08-23/mesmo-com-upp-controle-de-favela-muda-de-facao-no-rio.html>). Mas, com a polícia presente permanentemente, o lucro pela venda de entorpecentes é significativamente menor.

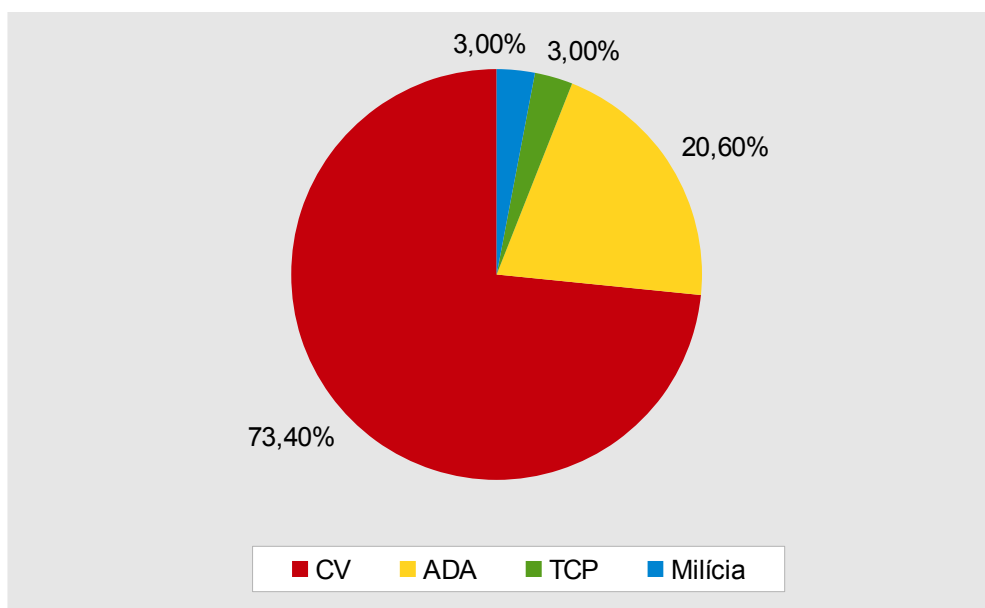
¹⁵¹ <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/policia-civil-admite-pela-1-vez-que-milicia-vende-drogas-20120121.html>

¹⁵² Bairros sob a hegemonia das milícias e das UPPs respectivamente.

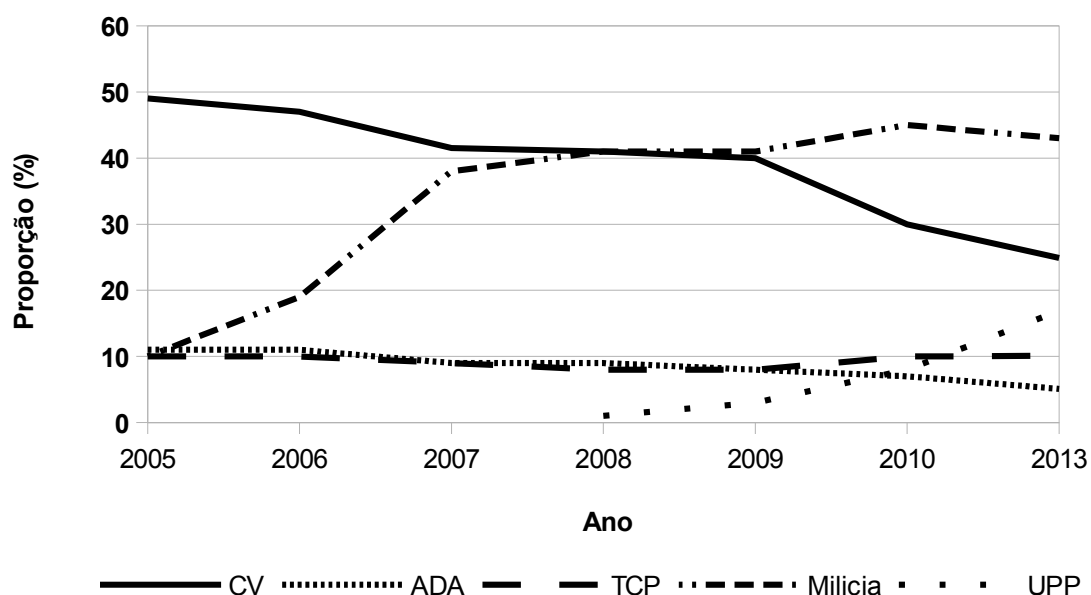
4.2 - O Estado e sua “guerra interna”: os impactos das UPPs sobre a dinâmica da violência urbana carioca

Vimos até aqui algumas considerações sobre o papel que traficantes e milicianos desempenham no quadro da geopolítica urbana do Rio. Nos dias atuais, o Estado marcará sua entrada definitiva neste contexto beligerante, ao propor uma estratégia de enfrentamento da criminalidade que passa pela retomada de territórios antes dominados, principalmente, por quadrilhas ligadas ao tráfico de drogas de varejo. Não queremos aqui, todavia, levar o leitor a pensar que o Poder Público antes já não disputasse com cada um desses dois atores o controle sobre determinadas áreas da cidade. Muito pelo contrário. A diferença é que, antes de 2008, esse enfrentamento se dava em outros moldes, a partir de intervenções belicistas pontuais da polícia ou das Forças Armadas nas favelas cariocas. As UPPs nos parecem assinalar um salto *qualitativo* deste quadro, dada a atual presença militar permanente do Estado nos espaços de moradia e trabalho de parte dos pobres urbanos.

Os desdobramentos do programa de “pacificação” atingem, seletivamente, diferentes dimensões da dinâmica da violência urbana. Eles passam pelo agravamento da já decadente dinâmica entre os territórios descontínuos do tráfico de drogas de varejo, pelo fortalecimento indireto dos grupos de milícia, pela periferação dos conflitos por território entre os “comandos”, pelo indício de uma mudança, ainda deveras incipiente, na forma e no conteúdo da criminalidade urbana, e, de modo geral, no agravamento da militarização do cotidiano de todos aqueles que vivem na cidade, em especial os moradores de favelas. Como vimos anteriormente, os locais privilegiados pelo Poder Público para instalar UPPs seguem, de modo geral, dois raciocínios complementares. As favelas “pacificadas” estão encravadas nos bairros de maior poder aquisitivo da cidade, e/ou em áreas estratégicas do ponto de vista da realização de atividades ligadas aos “megaeventos” esportivos. Estes locais, em sua grande maioria, encontravam-se até bem pouco tempo sob o controle hegemônico do tráfico de drogas, com destaque para as favelas controladas pelo “Comando Vermelho”. Nos gráficos abaixo, podemos analisar melhor quais grupos da criminalidade armada perderam mais territórios desde o início do programa de “pacificação”, assim como a evolução do controle territorial de cada um dos atores que participam da geopolítica urbana ao longo dos últimos nove anos:

Gráfico 8 – Favelas “pacificadas” segundo grupo armado

criminoso atuante na cidade do Rio de Janeiro (2013) Fonte: notas de campo, matérias de jornal

Gráfico 9 – Evolução da porcentagem de favelas segundo grupo armado atuante na cidade do Rio de Janeiro (2005 - 2013)

Fonte: ZALUAR (2012), notas de campo, matérias de jornal

Os gráficos trazem alguns elementos importantes sobre o impacto das UPPs na escala intraurbana, seja do ponto de vista espacial, seja do ponto de vista temporal. De acordo com o primeiro, percebemos que a maioria das favelas já “pacificadas” pertenciam ao C.V. Das 30 UPPs instaladas até agora, mais de 70% encontram-se em áreas antes dominadas por este grupo. Em

segundo lugar – mas com uma margem considerável de distância, temos a facção A.D.A., que “perdeu” aproximadamente 20% dos seus domínios territoriais para o Estado desde 2008. Por fim, as milícias e o T.C.P perderam cada qual uma única favela: o Jardim Batan estava sob o jugo da milícia na “Zona Oeste” e o Morro da Babilônia era território do T.C.P na “Zona Sul” da cidade¹⁵³. Quanto ao segundo gráfico, percebemos claramente como a expansão dos territórios da UPP se deu através do avanço sobre as áreas do tráfico, notadamente aquelas dominadas pelo C.V. O enfraquecimento da referida facção, que até meados da década passada aparecia como o principal grupo a dominar o tráfico de drogas de varejo no Rio, vai ter início pela expansão das milícias principalmente a partir de 2006, assim como pela intensificação do projeto das UPPs a partir de 2010.

O fato do programa da “pacificação” privilegiar territórios outrora dominados por traficantes parece partir de dois fatores correlacionados. Em primeiro lugar, as favelas compreendidas nos bairros que estão no caminho das atividades ligadas aos “megaeventos” eram todas territórios de diferentes facções do tráfico. A “Zona Sul” e a área do entorno do estádio do Maracanã – que compreende boa parte das favelas dentro da região da “Grande Tijuca”, eram ambas palco de disputas ferrenhas entre os diferentes “comandos”. Não obstante, as principais vias de acesso à cidade – responsáveis pela ligação de importantes rotas de circulação interna de toda a região metropolitana, eram território de traficantes também. É previsível assim que se, em curto prazo, os “megaeventos” ocupam um papel importantíssimo na agenda da “pacificação”, as favelas a serem ocupadas pela polícia seriam aquelas localizadas em setores estratégicos para a realização de tais atividades, sejam elas dominadas por qualquer um dos principais grupos criminosos do Rio de Janeiro.

Mas um outro ponto, igualmente importante, diz respeito à maneira como o perfil de cada grupo criminoso se encaixa na velha construção do “inimigo interno” a ser combatido pelas forças policiais. Ao analisar os desdobramentos que levaram à ocupação militar permanente do Complexo do Alemão, o ex-comandante geral da PM, Mário Sérgio Duarte, afirma:

¹⁵³ Para melhor situar o leitor dentro dos domínios territoriais de cada facção no período anterior à “pacificação”, pedimos que o mapa da página 94 seja tomado como referência. Das 30 UPPs plotadas na carta, a “3” era controlada anteriormente por milícia, as de número “13”, “17”, “19” e “28” eram controladas pelo A.D.A, as UPPs de número “4”, “6”, “10” e “15” englobam favelas dominadas por duas ou mais facções criminosas e, conseqüentemente, todas as outras UPPs estão em áreas anteriormente sob a hegemonia do C.V.

“Não há facção [do crime] menos violenta, sendo todas igualmente assassinas e cruéis. As diferenças ficam por conta dos objetivos e representações que as colocam em patamares diferentes: a ADA, por exemplo, tem seu foco no lucro. Na medida do possível evita confrontos com as forças policiais. Já o Comando Vermelho se preocupa em *ser* e *parecer* poder; uma *subnação*, um *subestado* criminoso exteriorizado pelo “é *nóis*” que seus integrantes proclamam, que verbalizam na afirmação do ethos. Há tempos o Comando Vermelho incorporou o valor de domínio de território. Fez do enfrentamento ao Estado e a sua potência armada – as polícias – um marco simbólico de sua existência e tem buscado afirmar como entidade soberana e invencível. Dada a sua capacidade bélica, permitiu-se afrontar a ordem, promovendo combates que só encontramos semelhantes em países que vivenciam situação revolucionária ou insurrecional. (DUARTE, 2012:11, grifos do autor)

Já outro quadro importante da PMERJ, o ex-comandante geral das UPPs – o coronel Rogério Seabra, parece concordar com seu companheiro de farda: “[Tem milícia que] está muito próxima de uma facção criminosa, o ADA. São muito próximos, negociam e renegociam. O C.V não. O C.V com milícia é morte. Milícia com ADA tem negócio”¹⁵⁴.

A visão dos coronéis, que encontra eco no corpo da PMERJ como um todo, nos mostra como a *estética da guerra* é algo deveras caro ao Comando Vermelho. Além da lógica empresarial atrelada ao tráfico, o C.V conseguiu construir uma base identitária que prima pelo enfrentamento direto ao Estado, ao desafiar sua soberania de maneira mais explícita e agressiva do que qualquer outro grupo armado. O maior exemplo do comportamento beligerante da referida facção ocorreu em novembro de 2010, quando uma série de pequenos atentados cometidos pelo C.V levou o Poder Público a “adiantar” a ocupação militar do Complexo do Alemão – o então maior reduto dos quadros da facção no Rio de Janeiro. A incineração de carros e ônibus em diferentes pontos da cidade, operada de maneira a levar pânico à população e pressionar o Estado a mudar o foco das favelas “pacificadas”, acabou por agravar o já latente quadro de enfraquecimento da quadrilha, dada a subsequente “pacificação” dos seus principais redutos também na “Zona Norte” carioca. A encarnação da facção como o principal “inimigo interno” a ser combatido pelas forças policiais parte, em princípio, da identificação do grupo como a principal e mais agressiva facção do tráfico de entorpecentes na cidade. A agenda dos “megaeventos”, de maneira decisiva, acabou por servir como um catalizador importantíssimo de recursos e esforços para que o Estado procedesse a uma iniciativa militar para enfraquecer o C.V, a partir da desterritorialização parcial dos seus traficantes

¹⁵⁴ Trecho retirado da entrevista concedido pelo coronel em Comunicações do ISER, nº 67 p. 140.

mediante o uso das Forças Armadas e da polícia. O fato das favelas “vermelhas” estarem localizadas em setores estratégicos para os “megaeventos” só corroborou para um velho desejo da polícia carioca: o extermínio de um grupo que desde o final dos anos 70 desafia a soberania do Estado sobre o espaço urbano do Rio de Janeiro.

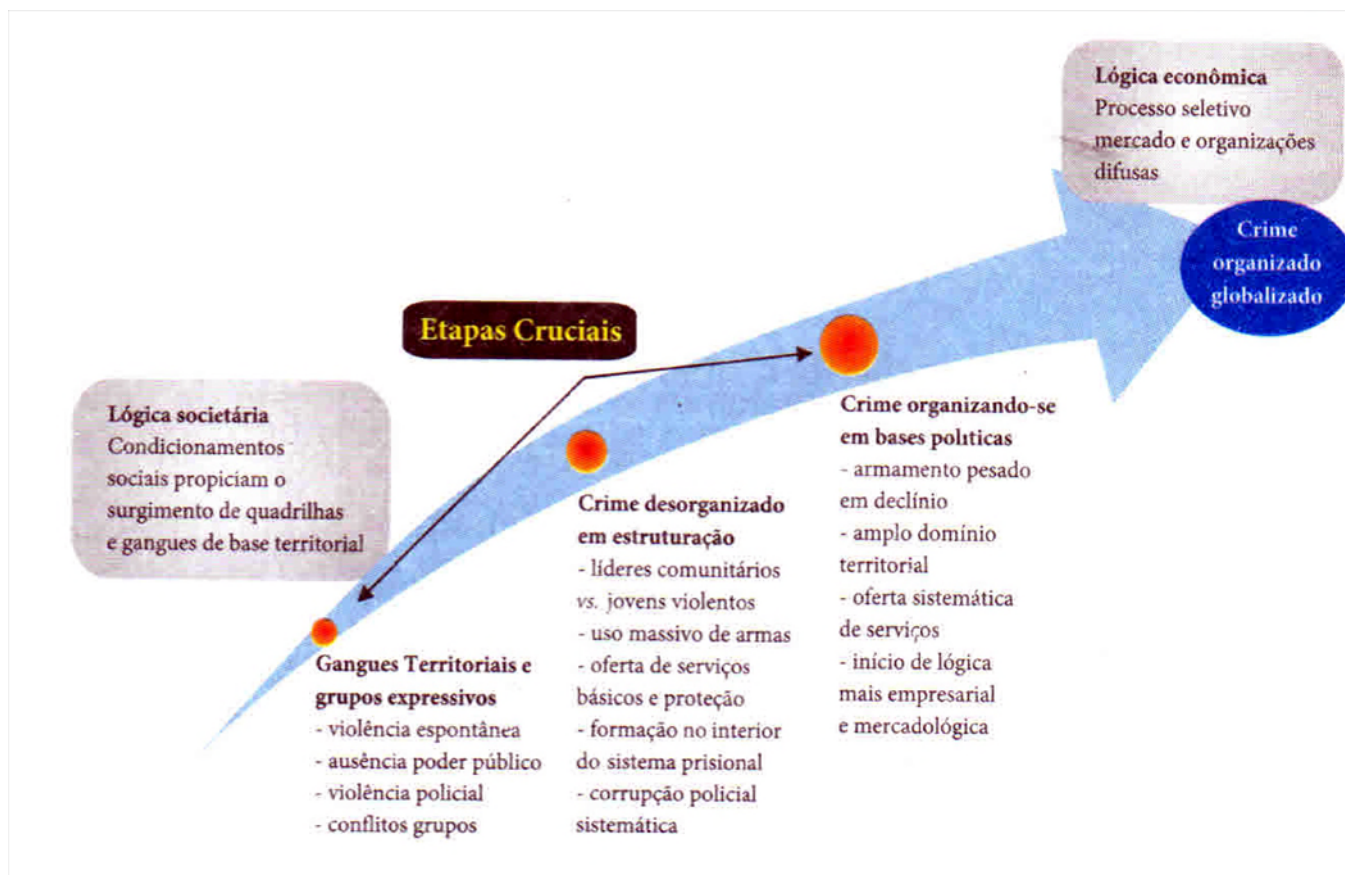
Uma outra fala, proferida novamente pelo coronel Rogério Seabra, nos mostra um outro problema ligado à opção pela “pacificação” dos territórios do tráfico. Ao falar sobre a falta de UPPs em áreas da cidade territorializadas pelas milícias (como a “Zona Oeste”), o coronel afirma que¹⁵⁵:

“Tem que ver lá se encaixa [a instalação de uma UPP]. É violento, mas tem letalidade? Você tem que priorizar. Prioridade é a preservação de vidas e liberdade. Não são as mil, óbvio que não são as mil [favelas do município do Rio de Janeiro]. *Em certos lugares você entra a hora que quiser fardado ou não, ninguém vai me colocar um fuzil na cabeça.* Não tem fuzil lá. Então eu não sei se em determinados locais vai ter [instalação de UPPs].”
Coronel Rogério Seabra – ex-comandante geral das UPPs, grifos nossos.

O destaque feito na fala do coronel revela uma dimensão problemática do projeto. Se, por um lado, a “pacificação” ajudou a acelerar o processo do já latente enfraquecimento das quadrilhas ligadas ao tráfico de drogas de varejo, por outro ela sinaliza para o possível fortalecimento indireto do território das milícias em médio e longo prazos. Ao frisar que a UPP preza pela “preservação de vidas e da liberdade”, tendo como base o argumento de que em algumas favelas os limites à circulação de pessoas e o número de homicídios é relativamente menor, o coronel parece não perceber que estas características, simultaneamente, estão em profundo acordo com o novo perfil das milícias visto anteriormente no trabalho de CANO & DUARTE (2012). Se hoje os milicianos já não territorializam favelas através do uso de armamento ostensivo e do controle rígido dos seus acessos, e se o próprio discurso do Poder Público se mostra claramente tolerante com tal dinâmica, o que esperar dos futuros desdobramentos das UPPs num contexto de decadência do tráfico e fortalecimento das milícias? O projeto da “pacificação” pode, já no médio prazo, corroborar para complexificar a estrutura de atividades criminosas na área urbana do Rio de Janeiro, dentro do esquema elaborado por BEATO (2012):

¹⁵⁵ Trecho retirado da entrevista concedido pelo coronel em Comunicações do ISER, nº 67 p. 139.

Esquema 4 – Modelo seletivo de organização de redes criminosas



Fonte: BEATO (2012:189)

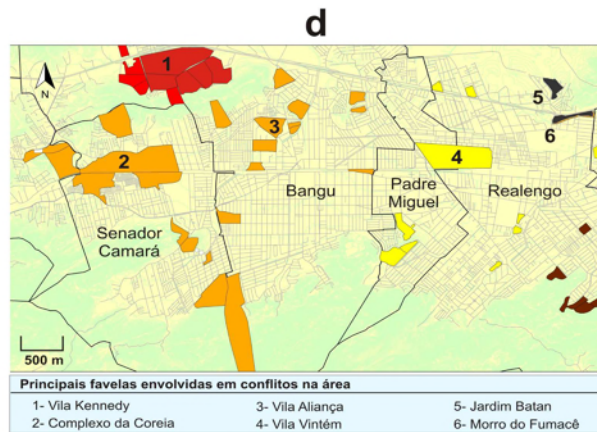
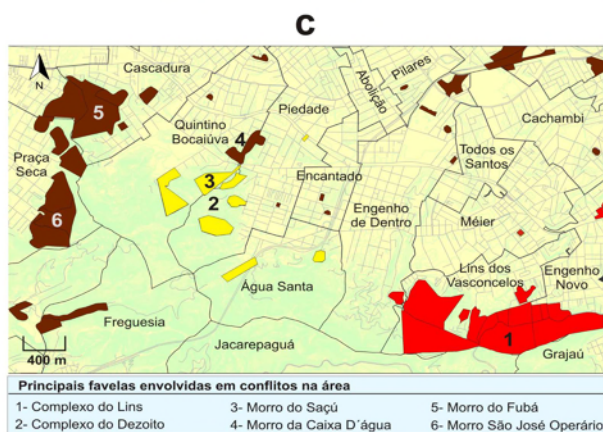
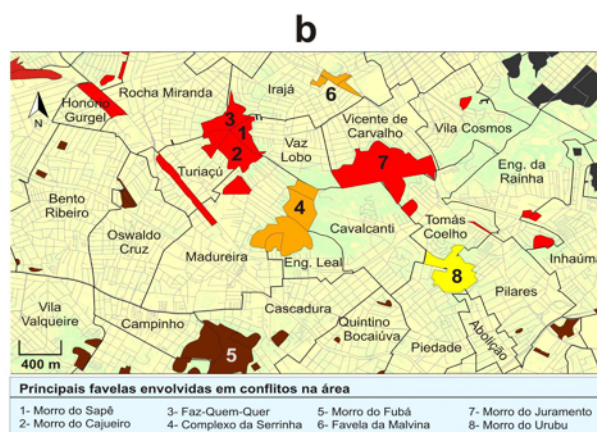
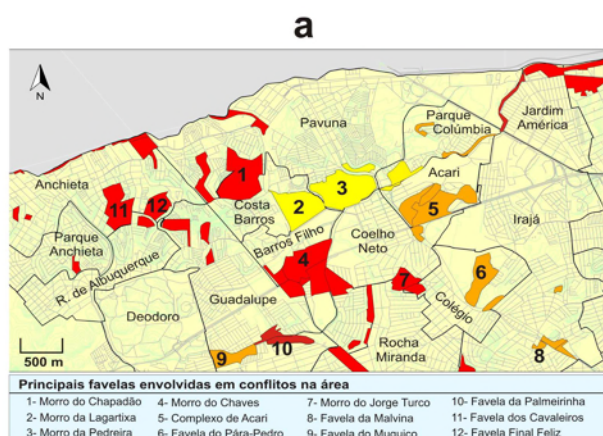
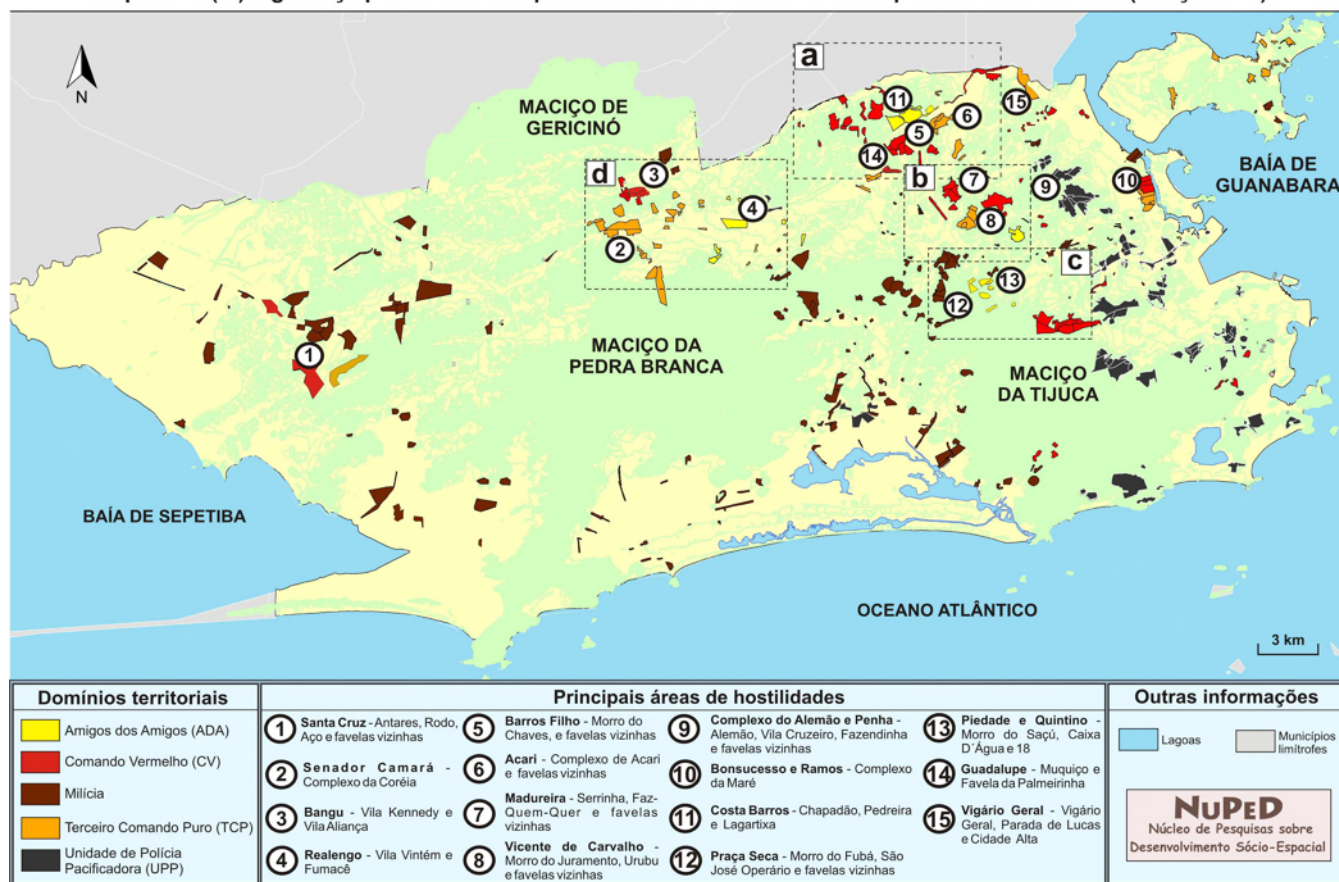
O autor salienta que as atividades criminosas ocorridas em áreas urbanas tendem a seguir uma lógica que vai de uma fase de menor organização dos grupos criminosos – pautada pelo uso indiscriminado da violência na disputa por territórios, até um momento de maior organização das quadrilhas – com o desenvolvimento de acordos entre grupos em busca da diversificação e controle de mercados. Na 3ª etapa do modelo, ocorre o enfraquecimento de determinados grupos e predomínio de outros, através da iniciação do processo de monopolização de determinados mercados pela eliminação e/ou incorporação de oponentes. Além disso, nesta etapa é percebida uma ampliação das atividades econômicas para além do tráfico de drogas de varejo, com a incorporação de venda informal e ilegal de bens e serviços. A característica principal desta fase é o particionamento de produtos e territórios, de forma a minimizar os conflitos entre diferentes quadrilhas que eram comuns nas etapas predecessoras. Outro ponto fundamental é a organização política de tais grupos, através do avanço da representação política das quadrilhas na Assembleia Legislativa e nas Câmeras Municipais locais (BEATO, 2012 p. 188 e segs.).

Todos esses elementos nos mostram como os crimes praticados pela milícias estão dentro de uma outra lógica organizacional, muito mais elaborada do que a do tráfico de drogas. As UPPs, pelo

que o programa mostrou até agora, não possuem objetivos e mesmo mecanismos claros para coibir formas mais sofisticadas de criminalidade. Muito pelo contrário. Se levarmos em consideração a fala do coronel Rogério Seabra, formas mais fluidas e difusas de organização do crime são até toleradas pelo programa, dado que o uso de armamento e controle territorial ostensivo mudam de forma e de conteúdo nos territórios milicianos. Neste sentido, o que nos parece é que a opção por coibir determinado padrão organizacional do crime – que justamente, por ser menos sofisticado, é mais facilmente percebido como “problema” pelo Poder Público e pela opinião pública, pode abrir uma nova “caixa de pandora” com males ainda mais perversos sobre uma população carioca amedrontada, que enxerga a militarização das favelas como a nova “panaceia” para seus problemas de “segurança”. Em outras palavras, queremos dizer que podemos estar diante de uma nova tendência no que diz respeito à dinâmica da criminalidade violenta no Rio de Janeiro, que deriva não só do fortalecimento das milícias, como também pelo desenvolvimento de outras iniciativas por parte das facções ligadas ao tráfico de drogas na cidade.

Tomando como ponto de partida as reflexões acima, o autor do presente trabalho mapeou, nos últimos três anos, alguns possíveis desdobramentos que a desarticulação parcial das redes do tráfico de drogas de varejo poderia trazer para o quadro de (in)segurança pública da metrópole carioca. No mapa abaixo, procuramos mostrar o agravamento do quadro de violência em algumas áreas da cidade, confeccionado a partir de notas de campo, conversas informais com moradores de áreas distantes das UPPs, leitura de alguns documentos oficiais, análise de trabalhos científicos, acompanhamento das estatísticas de criminalidade disponibilizadas pelo ISP, além da leitura sistemática da parte “policial” de jornais de grande circulação da cidade do Rio de Janeiro:

Mapa 6 - A (in)segurança pública e a luta pelo controle territorial no município do Rio de Janeiro (março 2013)



Todos os mapas elaborados por Eduardo de Oliveira Rodrigues, fevereiro de 2013
Fontes: Relatório da CPI das "milícias"; matérias de jornal; notas de campo; ZALUAR (2012)

O mapa nos mostra um outro impacto gerado pela “pacificação”, que diz respeito ao processo de maior periferização dos conflitos territoriais entre os diferentes “comandos”. Nos bairros fora da área de atuação das UPPs – notadamente em algumas partes da “Zona Norte” e “Zona Oeste”, percebe-se, em curto prazo, o arrefecimento das disputas territoriais ligadas à venda de entorpecentes e outros crimes relacionados. Os territórios descontínuos da droga sofreram uma reorganização no espaço, de maneira a sobrepor diferentes redes logísticas do tráfico numa extensão territorial relativamente menor. Não queremos dizer com isso, todavia, que nas áreas ocupadas pela polícia não haja tais problemas. Existem dezenas de casos amplamente divulgados pela mídia de ataques pontuais de traficantes a policiais em diversas favelas supostamente “pacificadas”. Em pelo menos duas ocasiões, traficantes ainda presentes nessas áreas mataram policiais da UPP, a exemplo dos enfrentamentos na favela da Rocinha e do Complexo do Alemão¹⁵⁶. Da mesma forma, o que estamos discutindo aqui são apenas indícios, que deverão continuar a ser verificados em médio e longo prazos para a construção de tendências mais sólidas. Seria deveras temeroso fazer qualquer afirmação categórica acerca dos possíveis impactos das UPPs, dado o curto tempo entre o início do projeto e a redação da presente dissertação. Em todo caso, a análise dos indicadores disponibilizados pelo ISP em pelo menos quatro Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) nos mostram alguns indícios que não poderiam deixar de ser aqui trabalhados¹⁵⁷. Pela enorme extensão territorial de algumas AISPs, os bairros que compreendem cada uma delas acabaram aparecendo, algumas vezes, em mapas diferentes, a exemplo das cartas “b” e “c”. Outras vezes, nem toda a AISP foi representada no mapa, mas somente suas porções que continham as áreas de maior conflito, a exemplo da carta “d”. Optamos por privilegiar a representação cartográfica das disputas territoriais entre os diferentes grupos da criminalidade armada, colocando, em segundo plano, a divisão estanque das AISPs proposta pela Secretaria de Segurança Pública. De qualquer forma, as áreas que apresentaram mudanças mais claras quanto à dinâmica da criminalidade violenta, de acordo com o nosso levantamento, foram:

- AISP 41 – representada pela letra “a”, que engloba os bairros de Vila Cosmos, Vila da Penha, Vista Alegre, Irajá, Vicente de Carvalho, Acari, Barros Filho, Costa Barros, Pavuna, Parque Colúmbia, Colégio (porção “norte”), Ricardo de Albuquerque, Anchieta, Guadalupe

¹⁵⁶ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/12/morre-policial-militar-baleado-no-alemao-no-rio.html>

¹⁵⁷ De acordo com texto contido no sítio do ISP (www.isp.gov.br): “As **Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP** foram criadas através da Resolução SSP nº263 de 27 de julho de 1999, como parte de uma política de segurança pública que tinha por objetivo estreitar a ligação entre as Polícias Civil e Militar, bem como destas com as comunidades abrangidas pelas AISP através da gestão participativa na identificação e resolução dos problemas locais de segurança pública. Nesse sentido, cada AISP foi estruturada com base nas áreas geográficas de atuação das Polícias Civil e Militar. Dessa maneira, o contorno geográfico de cada AISP foi estabelecido a partir da área de atuação de um batalhão de Polícia Militar e as circunscrições das delegacias de Polícia Civil contidas na área de cada batalhão.”

e Parque Anchieta

- AISP 9 – representada pela letra “b”, que engloba os bairros de Colégio (porção “sul”), Oswaldo Cruz, Campinho, Cascadura, Quintino Bocaiúva, Marechal Hermes, Bento Ribeiro, Coelho Neto, Honório Gurgel, Rocha Miranda, Praça Seca, Vila Valqueire, Cavalcanti, Engenheiro Leal, Madureira, Turiaçu e Vaz Lobo
- AISP 3 – representada pela letra “c”, que engloba os bairros de Méier, Lins dos Vasconcelos, Cachambi, Maria da Graça, Del Castilho, Engenho de Dentro, Pilares, Abolição, Encantado, Piedade, Água Santa, Inhaúma, Engenho da Rainha e Tomáz Coelho
- AISP 14 – representada pela letra “d”, que engloba os bairros de Deodoro, Vila Militar, Magalhães Bastos, Campos dos Afonsos, Realengo, Jardim Sulacap, Padre Miguel, Bangu e Senador Camará

A AISP 41 é a região da cidade que parece sofrer mais intensamente os “efeitos colaterais” da “pacificação” de favelas. Englobando bairros que contam com favelas territorializadas pelas três facções do tráfico de drogas de varejo, a área ganhou o *status* de nova “Faixa de Gaza” carioca, dada a magnitude dos conflitos pelo pontos de venda de entorpecentes. Alguns indícios sobre a suposta “migração” de traficantes de outras favelas para lá foram inclusive confirmados pelo chefe do 41º BPM – o tenente-coronel Carlos Eduardo Sarmento, lotado no batalhão responsável pelo policiamento do local: “Aqui temos redutos importantes das três facções criminosas do Rio, que receberam traficantes da Rocinha, Macacos, Mangueira e de outras favelas”. O quadro de violência no local pode ser melhor compreendido pela análise dos dados abaixo, que foram escolhidos e trabalhados mediante a mesma metodologia dos dados analisados no capítulo anterior, referente aos impactos da UPP na Providência e no seu “entorno”:

Tabela 5 – Variação das taxas de ocorrência de crimes na jurisdição da AISP 41 por 100 mil/hab – 2007-2012

Crimes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	07-09 (x)	10-12 (x)	Variação (%)
Homicídios dolosos	42,47	44,81	41,93	41,39	32,57	35,81	43,07	36,59	-15,04
Lesão corporal dolosa	334,91	305,93	359,92	389,07	449,54	447,20	333,59	428,61	+28,48
Apreensão drogas	28,25	18,72	33,11	29,33	25,37	34,55	26,69	29,75	+11,46
Apreensão armas	73,78	51,47	50,39	43,19	46,07	59,39	58,55	49,55	-15,37
Totais furtos	592,97	660,46	722,18	704,37	844,56	894,40	658,54	814,44	+23,67
Roubo a estabelecimento comercial	31,49	27,17	25,91	29,33	37,25	46,43	28,19	37,67	+33,62
Roubo a residência	6,12	5,40	5,94	5,40	5,58	7,74	5,82	6,24	+7,22
Roubo de veículo	592,97	431,01	389,61	366,76	342,65	422,73	471,20	377,38	-19,91
Roubo de carga	28,07	58,31	47,33	35,45	52,91	88,36	44,57	58,91	+32,17
Roubo a transeunte	616,73	650,74	664,95	558,78	623,02	598,55	644,14	593,45	-7,87
Roubo em coletivo	72,34	104,74	103,84	78,82	74,14	57,05	93,64	70,00	-25,24
Roubo de aparelho celular	49,49	60,29	73,60	50,21	46,07	45,53	61,13	47,27	-22,67
Autos de resistência	17,10	2,16	10,26	18,54	12,24	12,42	9,84	14,40	+46,34
Pessoas desaparecidas	32,21	27,17	31,13	25,55	37,97	38,69	30,17	34,07	+12,92

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP), janeiro 2013

De acordo com os dados, a AISP 41 experimentou um aumento considerável de alguns crimes, em especial nos últimos três anos – período que compreende a maior expansão do projeto das UPPs. A variação das taxas no período 2010-12, quando comparada ao período 2007-09, mostra um aumento significativo para os crimes “lesão corporal dolosa”, “apreensão de drogas”, “furtos”, “roubo a estabelecimento comercial”, “roubo a residência” e “roubo de carga”. O índice “roubo de veículo”, apesar de ter uma variação negativa quando as médias das duas séries históricas são comparadas, apresenta uma tendência de significativo crescimento quando a segunda série histórica é analisada separadamente. Houve também um sensível incremento na letalidade policial através dos “autos de resistência”, além de um pequeno aumento no número de “pessoas desaparecidas”. Se comprarmos os dados com o conjunto do município do Rio de Janeiro (tabela já mostrada na página 191), veremos que somente em três variáveis (“lesão corporal dolosa”, “furtos” e “pessoas desaparecidas”) ocorre um comportamento consoante entre os dois recortes espaciais. A área da AISP 41 não segue a tendência geral da criminalidade carioca, o que nos mostra, em princípio, indícios de que o aumento da violência em tais bairros deriva de condições da conjuntura local. Os elementos que explicarão a espiral de violência letal, dos crimes contra o patrimônio e da apreensão de tóxicos, nos parecem ter certa relação com o advento das UPPs, dado que as taxas incrementam-se justamente nos anos subsequentes à expansão do projeto. A fala do Poder Público reproduzida no parágrafo anterior, aliada à conversas informais com pessoas próximas do autor que moram na região, reforçam os indícios da AISP 41 estar sofrendo “efeitos colaterais” pela desterritorialização parcial do tráfico em outras áreas da cidade.

O contexto da AISP 9, representado pelo mapa “b”, é um pouco diferente. A comparação das duas séries históricas (2007-09 e 2010-12) nos mostra que a variação para quase todas as taxas (com

exceção dos “furtos” e “roubo a residência”) foi negativa:

Tabela 6 – Variação das taxas de ocorrência de crimes na jurisdição da AISP 9 por 100 mil/hab – 2007-2012

Crimes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	07-09 (x)	10-12 (x)	Variação (%)
Homicídios dolosos	49,47	43,57	54,41	40,72	35,39	27,21	49,15	34,44	-29,94
Lesão corporal dolosa	482,12	496,39	526,07	510,47	512,75	564,50	501,52	529,24	+5,53
Apreensão drogas	32,34	20,55	29,68	16,93	18,65	31,96	27,52	22,51	-18,20
Apreensão armas	57,46	48,14	43,19	33,68	43,76	47,76	49,59	41,73	-15,86
Totais furtos	1046,24	1254,57	1313,17	1274,74	1307,28	1308,80	1204,66	1296,94	+7,66
Roubo a estabelecimento comercial	43,95	46,04	46,80	34,44	38,24	46,61	45,60	39,76	-12,80
Roubo a residência	4,00	7,23	5,52	5,14	5,52	6,66	5,58	5,77	+3,41
Roubo de veículo	427,32	347,41	295,85	247,15	251,71	311,65	356,86	270,17	-24,29
Roubo de carga	17,31	36,34	24,73	16,36	25,30	27,21	26,13	22,96	-12,14
Roubo a transeunte	752,10	854,46	970,52	798,71	728,89	682,46	859,02	736,69	-14,24
Roubo em coletivo	105,97	107,12	164,38	162,10	78,77	67,16	125,83	102,68	-18,40
Roubo de aparelho celular	91,13	105,78	122,15	119,86	123,48	59,55	106,36	100,96	-5,07
Autos de resistência	26,07	35,20	16,74	11,42	5,52	7,42	26,00	8,12	-68,78
Pessoas desaparecidas	33,68	39,38	41,29	37,10	32,15	33,68	38,12	34,31	-9,98

Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP), janeiro 2013
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Isso poderia sugerir, num primeiro momento, que os bairros que compõem a AISP 9 tornaram-se relativamente mais “tranquilos” nos últimos três anos em comparação ao período anterior. Só que, uma análise mais cuidadosa da segunda série histórica em separado (2010-12), nos revela que, assim como na AISP 41, os índices dos crimes “apreensão de drogas”, “apreensão de armas”, “roubo a estabelecimento comercial”, “roubo a residência”, “roubo de veículo” e “roubo de carga” apresentam tendência de crescimento constante nos últimos três anos, diferentemente das taxas para o conjunto do município do Rio de Janeiro. De maneira geral, o que ocorre é uma *inflexão* nos referidos índices de criminalidade justamente a partir de 2010, em consonância com o período de maior alavancamento do número de UPPs na metrópole carioca. O comportamento dissonante entre a referida AISP e o restante da cidade sugere, novamente, que fatores locais podem estar influenciando o relativo aumento da violência. Tal problema contou com uma razoável cobertura de parte da mídia, que inclusive aponta para a tendência de crescimento das milícias na região¹⁵⁸. Por conter territórios descontínuos justapostos de facções rivais do tráfico de drogas, as milícias de bairros próximos podem aproveitar o possível enfraquecimento dos traficantes locais – derivado, em parte, dos constantes enfrentamentos entre as quadrilhas, para expandir o território dos paramilitares, uma vez que a “fronteira” entre os domínios de traficantes e milicianos encontra na AISP 9 uma de suas principais “zonas quentes”. A localização da área é estratégica para milicianos e traficantes, uma vez que ela é um dos principais “corredores” de ligação entre a “Zona Norte” e

¹⁵⁸ <http://odia.ig.com.br/porta/rio/em-meio-%C3%A0-guerra-do-tr%C3%A1fico-madureira-sofre-com-a-%C3%A7%C3%A3o-de-paramilitares-1.474931>

“Zona Oeste” carioca. Se, para os traficantes, o controle da região é de fundamental importância para garantir o acesso aos mercados consumidores de droga de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca, para os milicianos o seu controle é igualmente importante para abrir mais uma “frente” de expansão dos paramilitares rumo à “Zona Norte”. A disputa pelos territórios no local se agravou ainda mais no período pós-UPP, uma vez que houve significativa queda na oferta de drogas no varejo em Jacarepaguá e na Barra pela “pacificação” da Cidade de Deus¹⁵⁹. Como a maioria das favelas controladas por milicianos ainda não participam do comércio de drogas (CANO, 2008 e CANO & DUARTE, 2012), controlar territórios compreendidos dentro da AISP 9 passou a ser uma necessidade de sobrevivência para o tráfico local, dada a posição geográfica privilegiada da região em relação aos bairros de classe média e classe média alta da “Zona Oeste” carioca.

Já os dados referentes à AISP 3 (representada, em parte, pelo mapa “c”) acompanham o comportamento dos exemplos anteriores. Assim como na AISP 41 e na AISP 9, alguns índices de criminalidade – em especial os classificados sob o rótulo de “crimes contra o patrimônio”, sofreram um aumento significativo no referido período:

Tabela 7 – Variação das taxas de ocorrência de crimes na jurisdição da AISP 3 por 100 mil/hab – 2007-2012

Crimes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	07-09 (x)	10-12 (x)	Variação (%)
Homicídios dolosos	35,25	30,47	32,42	21,61	21,08	19,84	32,71	20,84	-36,28
Lesão corporal dolosa	331,61	329,66	383,16	388,30	413,80	435,59	348,14	412,56	+18,50
Apreensão drogas	81,49	40,21	35,61	22,85	28,70	58,28	52,43	36,61	-30,18
Apreensão armas	120,10	93,18	54,56	35,07	40,57	40,21	89,28	38,62	-56,75
Totais furtos	1075,97	1245,67	1358,51	1365,06	1458,06	1497,02	1226,71	1440,05	+17,39
Roubo a estabelecimento comercial	45,70	40,21	36,49	45,53	54,91	55,27	40,80	51,90	+27,21
Roubo a residência	6,73	10,63	7,97	9,39	7,79	16,12	8,44	11,10	+31,47
Roubo de veículo	586,70	509,64	370,76	317,79	230,11	254,02	489,03	267,31	-45,34
Roubo de carga	21,61	46,77	21,08	21,79	18,42	21,08	29,82	20,43	-31,49
Roubo a transeunte	860,03	1011,66	838,77	739,75	630,27	590,59	903,49	653,54	-27,67
Roubo em coletivo	94,77	87,69	81,31	86,62	57,22	36,85	87,92	60,23	-31,50
Roubo de aparelho celular	117,62	122,23	146,32	135,69	100,97	66,96	128,72	101,21	-21,38
Autos de resistência	14,17	10,45	10,63	9,39	5,67	6,91	11,75	7,32	-37,69
Pessoas desaparecidas	30,65	29,58	37,55	33,30	30,82	32,42	32,59	32,18	-1,27

Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP), janeiro 2013
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A comparação entre as duas séries históricas nos mostram, da mesma forma que nas outras duas AISPs, uma variação dissonante de algumas taxas com relação ao comportamento geral da criminalidade no município do Rio de Janeiro. Percebemos tal comportamento, de maneira explícita, para os crimes “roubo a estabelecimento comercial” e “roubo a residência”. Se analisarmos a segunda série histórica separadamente (que engloba o período de intensificação do

¹⁵⁹ <http://noticias.r7.com/cidades/noticias/favelas-sem-previsao-de-ganhar-postos-pacificadores-sao-alvo-do-trafico-no-rio-20100604.html>

processo de “pacificação” de favelas), adicionaríamos aos crimes já citados as categorias “apreensão de drogas” e “apreensão de armas”. A referida AISP passou a chamar atenção do autor por uma peculiaridade. Após pouco mais de quatro anos do início do programa de “pacificação”, ela engloba hoje o último reduto do C.V na parte da “Zona Norte” mais próxima aos bairros centrais do Rio de Janeiro: o Complexo do Lins. Sendo morador de um dos bairros da referida AISP, o autor, em seu cotidiano, percebeu o aumento de roubos nos bairros que compreendem tal área, principalmente a partir da desterritorialização parcial do tráfico nas favelas do Jacarezinho e Mangueiras, ocorrida em outubro de 2012. Tanto o enclausuramento de quadros do C.V oriundos de outras favelas no Lins, assim como alguns crimes oriundos da problemática da suposta “migração” do tráfico, receberam ampla cobertura da mídia nos últimos meses de 2012¹⁶⁰. Tal fato colocou o Estado sob pressão, levando o secretário de segurança – José Mariano Beltrame, a anunciar que a referida área seria “pacificada” ainda em 2013¹⁶¹. A proposta do Estado é coerente com a estratégia de consolidar o “arco da pacificação” iniciado em dezembro de 2008, que “protegerá” os principais bairros e vias de circulação interna da metrópole carioca no contexto das atividades ligadas aos “megaeventos” esportivos.

Finalmente, a região da AISP 14 parece sofrer também alguns “efeitos colaterais” da expansão do projeto das UPPs, embora ela englobe bairros ainda mais distantes da maioria das favelas hoje ocupadas pela polícia. No gráfico abaixo, observamos o comportamento de alguns crimes na série histórica de 2007-12:

Tabela 8 – Variação das taxas de ocorrência de crimes na jurisdição da AISP 14 por 100 mil/hab – 2007-2012

Crimes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	07-09 (x)	10-12 (x)	Variação (%)
Homicídios dolosos	43,51	40,43	51,71	22,56	32,52	22,85	45,22	25,98	-42,55
Lesão corporal dolosa	387,48	435,82	455,16	457,50	482,70	494,57	426,15	478,26	+12,23
Apreensão drogas	23,00	15,24	26,96	23,88	20,66	28,13	21,73	24,22	+11,46
Apreensão armas	60,06	41,90	41,02	35,16	37,50	48,34	47,66	40,33	-15,37
Totais furtos	482,70	537,64	587,88	573,38	687,50	728,08	536,07	662,99	+23,67
Roubo a estabelecimento comercial	25,64	22,12	21,10	23,88	30,32	37,80	22,95	30,67	+33,62
Roubo a residência	4,98	4,39	4,83	4,39	4,54	6,30	4,74	5,08	+7,22
Roubo de veículo	482,70	350,85	317,16	298,56	278,93	344,12	383,57	307,20	-19,91
Roubo de carga	22,85	47,46	38,53	28,86	43,07	71,93	36,28	47,95	+32,17
Roubo a transeunte	502,04	529,72	541,30	454,87	507,16	487,24	524,35	483,09	-7,87
Roubo em coletivo	58,89	85,26	84,53	64,16	60,36	46,44	76,23	56,99	-25,24
Roubo de aparelho celular	40,29	49,08	59,92	40,87	37,50	37,06	49,76	38,48	-22,67
Autos de resistência	15,38	10,69	14,94	13,04	7,32	6,30	13,67	8,89	-35,00
Pessoas desaparecidas	18,90	32,96	38,97	38,53	35,01	47,61	30,28	40,38	+33,39

Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP), janeiro 2013
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

¹⁶⁰ <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/impunidade-agora-em-video>

¹⁶¹ <http://odia.ig.com.br/porta/rio/grande-m%C3%A9rio-fura-fila-da-pacifica%C3%A7%C3%A3o-e-ter%C3%A1-upp-at%C3%A9-junho-1.534839>

Se compararmos a média entre as duas séries históricas, percebemos que alguns crimes aumentaram sua incidência de maneira destoante do conjunto do município do Rio de Janeiro. Destacamos as categorias “apreensão de drogas”, “roubo a estabelecimento comercial”, “roubo a residência”, “roubo de carga” e “pessoas desaparecidas”. Se analisarmos novamente a série histórica 2010-12 separadamente, percebemos que outros crimes como “apreensão de armas” e “roubo de veículo” apresentaram *inflexão* de suas respectivas taxas a partir de 2010. Curiosamente, o aumento da violência nesta parte da “Zona Oeste” parece passar despercebido pela grande mídia. O autor do presente trabalho desconhece reportagens divulgadas pela imprensa sobre o fenômeno. O que possibilitou perceber o aumento da violência na área foi nossa vivência durante os últimos dois anos no local, através de nossas atividades como professor de Geografia no Colégio Pedro II de Realengo. Ao longo de todo este tempo, o contato semanal com alunos e alunas – todos eles moradores de bairros da referida AISP, abriu novas possibilidades de análise sobre os “efeitos colaterais” da UPP em bairros mais distantes dos espaços da “pacificação”. Em inúmeras vezes foi relatado ao autor o problema da “migração” do tráfico para as favelas do local, em especial nos bairros de Realengo, Padre Miguel, Bangu e Senador Camará – todos eles retalhados entre as três facções que disputam a hegemonia sobre o tráfico de drogas no local. A entrada de novos traficantes não só acirrou as disputas por territórios, como também agravou a dinâmica da violência no local, dado o aumento de outros crimes.

Toda a discussão travada até aqui nos permite um esforço de construção, em caráter preliminar, quanto à elaboração de uma hipótese a ser colocada em prova em médio e longo prazos. Como discutido anteriormente, o tráfico de drogas já apresentava sinais de desgaste em decorrência da conjugação de uma série de fatores, mesmo antes do início do programa das UPPs. A “pacificação” de favelas e os fortes indícios de “migração” de traficantes nos indicam uma mudança significativa na dinâmica da violência no Rio – não só do ponto de vista quantitativo como também qualitativo dos crimes. Embora haja uma relativa redução geral dos índices de criminalidade violenta nos bairros com UPPs, acompanhado, simultaneamente, pelo aumento relativo da violência em locais fora dos espaços “pacificados”, esse incremento opera-se, principalmente, em decorrência da intensificação dos chamados “crimes contra o patrimônio”. Em todas as AISPs analisadas os “roubos” é que sempre aparecem na vanguarda da nova dinâmica da violência imposta nas áreas sem UPPs.

Como argumenta MISSE (2011:21), existe uma íntima relação entre o comércio de entorpecentes e outros tipos de crime. Segundo o autor, quando a repressão ao tráfico aumenta, parte dos seus homens “migra” para outras atividades criminosas como assalto a mão armada, a estabelecimentos comerciais, meios de transporte e transeuntes, etc. Muitas vezes, mesmo sem

aumento da repressão, as duas atividades tornam-se complementares para uma parcela dos traficantes de drogas. Tal fato parece ocorrer atualmente na cidade do Rio de Janeiro, em decorrência da desterritorialização parcial dos traficantes de drogas das favelas já “pacificadas”. Com base nos dados expostos acima e em relatos de pessoas que moram nas referidas AISP, os traficantes que “migram” de outras favelas são levados, em princípio, a diversificar suas atividades de geração de renda nos seus respectivos novos destinos, uma vez que a força de trabalho do tráfico em tais áreas já encontra-se “saturada”. Cada respectiva facção fornece apoio logístico ao traficante desterritorializado, para que, a partir daí, ele tente restabelecer suas redes do comércio de entorpecentes em outras áreas, ou realizar uma série de outras atividades para auferir renda – a exemplo dos “crimes contra o patrimônio”.

Um bom exemplo do que estamos tentando mostrar se passou no momento em que as presentes linhas foram escritas. Um dos chefetes do tráfico do Morro dos Macacos – favela “pacificada” em novembro de 2010, foi morto em confronto direto com seguranças privados de um carro forte em abril de 2013¹⁶². O referido traficante, ligado à facção A.D.A, foi atingido nas proximidades do bairro de Costa Barros, um dos principais redutos da referida facção no período pós-UPP. De acordo com relatos dos moradores da AISP 41, o tráfico local recebeu muitos criminosos de outras favelas, obrigando os chefetes do A.D.A e C.V. locais a “liberar” os traficantes desterritorializados a praticarem crimes no “asfalto” no intuito de auferir renda. Dentro deste contexto, o traficante “Bebezão” passou a utilizar o Morro da Pedreira como ponto de apoio logístico para tentar invadir favelas rivais, assim como, de maneira complementar, praticar outros crimes como o assalto ao carro-forte que resultou na sua morte. Seria inútil e cansativo citar outros exemplos semelhantes, mas relatos de moradores de outras áreas ouvidos pelo autor apontam para o mesmo procedimento em favelas como o Complexo do Lins, Vila Kennedy, Morro do Cajueiro e Vila Vintém.

Neste sentido, todos os indícios apontados até aqui nos levam a construir a hipótese de que as UPPs, em médio e longo prazos, podem provocar uma modificação mais profunda na dinâmica da violência na metrópole carioca. Se o tráfico já apresentava sinais de desgaste antes da “pacificação”, a desterritorialização parcial das quadrilhas obriga os traficantes a diversificarem suas atividades de geração de renda. Podemos estar sendo testemunhas da passagem de um tipo de dinâmica da violência antes pautado pela letalidade (seja ela policial ou dos “comandos”), para uma dinâmica da violência que segue a linha de uma maior diversificação das atividades econômicas – seja pelos traficantes que agora apostam nos “crimes contra o patrimônio”, seja pelo

¹⁶² <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/traficante-bebezao-morre-em-assalto-a-carro-forte-e-comercio-fecha-as-portas-em-vila-isabel-20130417.html>

aprofundamento do modelo organizativo mais sofisticado das milícias. É no mínimo temerário acreditar que as parcas políticas ditas “sociais” de geração de renda, articuladas através de parcerias público-privadas pela UPP Social, sejam realmente suficientes para levar traficantes a saírem do “caminho do crime”. Não obstante, acreditamos que os indícios apresentados aqui não são algo gratuito, sendo necessário o acompanhamento dos futuros desdobramentos das UPPs para a verificação dos pressupostos expostos na presente sessão. Nossa hipótese, é importante ressaltar, ainda carece de maiores embasamentos empíricos dado o curto tempo do projeto da “pacificação” e da limitação do recorte espacial de análise. Mas, em todo caso, a complexificação da dinâmica da violência carioca, a partir da atuação dos criminosos em redes logísticas mais difusas, deve ser acompanhado atentamente nos próximos anos.

4.3 - Por uma abordagem geopolítica da “segurança”: breves apontamentos para uma agenda de pesquisa futura

O quadro da geopolítica urbana carioca estaria incompleto se o significado da ocupação militar de favelas não fosse colocado em perspectiva com questões de “segurança nacional” mais amplas. Antes de iniciar a presente sessão, é necessária, no entanto, uma ressalva. Não desejamos esgotar aqui tal problemática, dada a complexa trama de questões que fornecem um caráter cada vez mais supralocal aos tensionamentos sócio-espaciais urbanos. Na verdade, seria impossível dar conta do tema por agora, uma vez que ele vai além dos limites de tempo e recursos do presente trabalho. Esta última sessão deve ser encarada como um esforço inicial em elencar alguns elementos sobre algo que nos parece relevante: a dimensão crescentemente geopolítica dos problemas de “segurança” das cidades brasileiras. As UPPs, neste contexto, nos parecem um dos desdobramentos de um processo mais amplo, que vem sendo gerenciado e desenvolvido em nosso país ao longo das últimas décadas. A diferença é que, na atualidade, ele ganha uma nova dinâmica pelo contexto que o Brasil vive tanto no cenário político nacional, quando na inserção do país na geopolítica internacional.

O papel das cidades nas preocupações relativas às “segurança nacional” não é algo novo. Como pioneiramente salientou SOUZA (1993), o engenheiro civil Everardo Backheuser, já nas primeiras décadas do século XX, enxergava os tensionamentos sociais na cidade Rio de Janeiro com certa consternação. O “relatório Backheuser” de 1906 irá procurar apresentar soluções para a questão habitacional na então capital federal, dentro de uma perspectiva que via os problemas urbanos como “ameaças” à integridade do espaço geográfico brasileiro. O estudo de Backheuser, aliado a outras obras do autor, marcarão o início de toda uma linhagem de intelectuais que

procuraram desenvolver o pensamento geopolítico brasileiro posterior. Na visão de MIYAMOTO (1995), tal linhagem é iniciada ainda no início do século XX através dos trabalhos de Backheuser, Delgado de Carvalho, Mário Travassos e Paula Cidade. Nos anos 1940, ela ganhará maior legitimidade e organização a partir da fundação da Escola Superior de Guerra (ESG). Dentro do contexto da “Guerra Fria”, os intelectuais brasileiros que debruçavam-se sobre questões de “segurança nacional” estavam alinhados com a ideologia anticomunista do período, que espelhava, por sua vez, o sistema geopolítico vigente polarizado pelos EUA no Ocidente. Esse momento foi importante para a criação de um “inimigo externo” brasileiro, que fora gerenciado à sombra dos interesses estadunidenses em consolidar sua área de influência na América Latina.

Mas é sem dúvida com o golpe de 1964 que a escola geopolítica brasileira ganhará força, a partir da incorporação de novos temas ao seu corolário de preocupações. Questões ligadas à integração regional do país e “desenvolvimento” econômico passam a se articular intimamente com problemas de “segurança nacional”. No momento da construção do ideário do “Brasil Potência”, autores como CASTRO (1999) desenvolvem teorias sobre a importância estratégica da presença brasileira no Atlântico Sul, de maneira a promover, simultaneamente, a elevação do país à posição de maior “protagonismo” no cenário internacional, além de garantir interesses geopolíticos brasileiros referentes à questões de “segurança nacional”. Não obstante, é durante o referido período que os tensionamentos sociais decorrentes do amplo processo de urbanização do país começam a tornar-se tema dentro dos quadros da ESG. Como apontado anteriormente, o II PND de 1975 – lançado durante o governo do general Geisel e elaborado pela equipe encabeçada pelo general Golbery do Couto e Silva, já demonstrava sinais de consternação com os possíveis “tensionamentos sociais” decorrentes do binômio metropolização + pauperização no tocante à “estabilidade” política do país.

Contudo, é também na época da ditadura civil-militar que ocorre o início de uma espécie de *transição* do então principal “inimigo externo” brasileiro – o Comunismo, para questões referentes à “segurança” interna do país. Durante os períodos de maior agudização do regime – através da promulgação do AI-5 em 1968 e da LSN em 1969, a articulação entre as facetas “interna” e “externa” da “segurança” serviu não só como base jurídico-legal para desbaratar a guerrilha rural e urbana brasileira, como também para criminalizar os diversos militantes da FAFEG presos durante a resistência às remoções de favelas no final dos anos 60. A ideia de “inimigo” ligado ao ideário do Comunismo, tão comum no discurso e nas estratégias de contra-insurgência dos militares durante todo o período de exceção, vai passar gradativamente para o lado da criminalidade ordinária posteriormente. Essa tendência será reforçada principalmente pela importância que o tráfico de drogas assumiu no Brasil nos anos 80, através do seu processo de crescente territorialização em

inúmeras favelas e periferias pobres das cidades. Se antes siglas como VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), VAR – Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares), ALN (Ação Libertadora Nacional) ou MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) faziam parte do horizonte de preocupações das agências de inteligência nacional, novas siglas como C.V, A.D.A, T.C.P ou P.C.C (Primeiro Comando da Capital) irão assumir essa posição gradualmente. Da mesma forma, se no passado as ações da polícia se centravam, via de regra, na descoberta e destruição de “aparelhos” da guerrilha¹⁶³, agora elas serão direcionadas para a violação de barracos nas favelas das grandes cidades em busca de traficantes de drogas. Não é exagero afirmar que na visão das atuais instituições policiais, que ainda se encontram imbuídas do espírito da antiga “Doutrina da Segurança Nacional”, cada favela se transforme em um novo e potencial “Araguaia”:

“A militarização da segurança pública (...) se dá ao influxo principalmente de dois fatores: em primeiro lugar, a reinvenção do 'inimigo interno', e em segundo lugar a *questão das drogas*. Como se sabe, o conceito de 'inimigo interno' integrava a doutrina da segurança nacional, importada dos Estados Unidos da América do Norte e desenvolvida entre nós na Escola Superior de Guerra, diante do alinhamento geopolítico do Brasil no quadro da chamada 'guerra fria' (...). O conceito de inimigo interno sobreviveria à ditadura, sendo recuperado em documentos militares, já em pleno processo de redemocratização, deslocado da criminalidade política para a criminalidade comum, para a compreensão da violência urbana. Sua utilidade para um sistema penal interligado a um projeto econômico com taxas crescentes de marginalização social, estruturalmente apartador, dispensa comentários: os excluídos que caminham por certas aleias do Código Penal *são os novos inimigos internos*”. (BATISTA, 1997 p.151, grifos nossos)

A “questão das drogas” ressaltada na citação acima não é um problema local. Sua operacionalização ocorre de acordo com a simbiose de diferentes atores, que atuam por sua vez em diferentes escalas, indo desde o pequeno traficante de varejo presente no microterritório de uma favela, até o grande atacadista responsável pelo fornecimento de drogas e armas que atua em escala global. Para SOUZA (2000), existe uma relação direta entre as diferentes escalas de operacionalização do comércio de drogas. A complementariedade do comércio ocorre entre o

¹⁶³ Denominação comum a apartamentos que eram usados pela guerrilha no Brasil como pontos de apoio logístico de suas redes de ação, em especial nas grandes cidades. Dois bons relatos das ações da guerrilha urbana no Brasil no período da ditadura civil-militar são encontrados em SIRKIS (1998) e PAZ (1997).

chamado “subsistema importação/exportação/atacado” (subsistema I-E-A) e o “subsistema varejo”¹⁶⁴. O grau de complexidade que o caráter multiescalar do fenômeno das drogas apresenta, obriga, por sua vez, que as ações pensadas no seu combate venham a assumir também um caráter cada vez mais supralocal. Não é à toa que desde o começo do século XX já se tenha começado a pensar políticas comuns de controle entre os Estados-nação, expressas nos tratados internacionais sobre a proibição de produção, comercialização e consumo de drogas. Para se ter uma ideia, entre 1912 e 1972, foram contabilizados doze tratados multilaterais de fiscalização de drogas em todo mundo (DEL OLMO, 1995:48).

Apesar do impressionante número de tratados, a intensidade no combate às drogas vêm aumentando de maneira exponencial desde os anos 80. O aumento da repressão se deve principalmente ao desenvolvimento da chamada “guerra às drogas”, que se constitui, ao mesmo tempo, como um dos principais “nortes” da política externa estadunidense, além de ser um poderoso mecanismo de pressão para que os países adotem uma postura estritamente proibicionista quanto aos entorpecentes. Na visão de RODRIGUES (2003:42), essa guerra tem como principal intenção o aprofundamento das medidas repressivas no combate aos traficantes, através do recrudescimento das ações policiais de busca e apreensão de drogas ilegais e do combate a grupos clandestinos e redes de tráfico. A questão central da política externa anti-drogas dos EUA parte da seguinte premissa: a existência simultânea de um grupo de países *produtores* de drogas ilícitas por um lado, assim como a existência de um outro grupo de países *consumidores* de tóxicos por outro. Essa divisão estanque, que opõe o consumo e a produção de drogas, acaba por forjar uma espécie de “Divisão Internacional do Trabalho” dos tóxicos, com os países centrais assumindo a posição de consumidores e os países periféricos e semi-periféricos de produtores. Além da premissa simplificar excessivamente um quadro complexo de consumo-produção global de drogas, ela serve a um propósito fundamentalmente geopolítico, pois é tomada, via de regra, como justificativa para as ações repressivas estadunidenses fora de suas fronteiras nacionais. *Exteriorizar* o problema das drogas, tomando os estrangeiros como o “bode expiatório” da situação, é uma estratégia que articula a construção do “inimigo interno” estadunidense (o traficante negro, asiático ou latino) com sua política externa de combate ao tráfico internacional. Em outras palavras, ela justifica ações preventivas nos chamados “países produtores”, a partir de tratados bilaterais de cooperação entre os

¹⁶⁴ De maneira bastante sintética, o subsistema I-E-A diz respeito aos grandes traficantes de drogas que operam no comércio de importação, exportação e vendas no atacado para o abastecimento interno dos países. Junto a eles, encontram-se seus “sócios” e “facilitadores”, que promovem as atividades de apoio que possibilitam operacionalizar o funcionamento do subsistema I-E-A como lavagem de dinheiro, transporte das drogas até os traficantes de varejo, os funcionários de aeroportos, portos e estradas que fazem “vista grossa” ao transporte das drogas, policiais corruptos, etc. Já o “subsistema varejo” compreende toda a heterogeneidade do comércio de drogas de pequeno e médio porte, no tocante ao poder aquisitivo do mercado consumidor, maior ou menor nível de organização dos traficantes, etc. Para uma discussão detalhada dos dois subsistemas, ver SOUZA (2000) p. 53 e segs.

EUA e governos de outros Estados. É o caso, por exemplo, da Declaração de Cartagena em 1990, que colocou a região andina como o principal campo de batalha na guerra contra as drogas. Mais recentemente foi a vez do “Plano Colômbia”, firmado em parceria entre o governo colombiano e estadunidense a partir do ano 2000.

A “guerra às drogas” vai entrar na agenda da política externa estadunidense ao mesmo tempo em que ela passa a ser tratada como questão de “segurança nacional” por este país. Durante a administração Reagan (1981-1989), as drogas passaram a ser tratadas, em conjunto com outras questões como “comunismo”, “terrorismo” ou “insurgência”, dentro da doutrina chamada de “conflitos de baixa intensidade” (DEL OLMO, 1994). A doutrina apontava para a ação militar preventiva dos EUA em situações que potencialmente pudessem afetar a sua “segurança nacional”, quando o conflito fosse “mais brando do que em uma guerra tradicional, mas acima da rotina de competição pacífica entre Estados”¹⁶⁵. O termo “conflitos de baixa intensidade” pode ser entendido, inicialmente, como um eufemismo que surgiu logo após o final da Guerra do Vietnã (1955-1975). De acordo com KLINGAMAN (1988), ele foi usado para substituir a terminologia tradicional para contenção de “guerra revolucionária”, uma terminologia que sofreu profundo desgaste depois da derrota dos EUA no sudeste asiático. Da mesma forma, termos associados à “guerra revolucionária” como “insurgência”, “contra-insurgência” ou “guerra de guerrilhas” poderiam suscitar reações adversas dos norte-americanos, em decorrência do trauma gerado pelo fracasso no Vietnã. A doutrina dos “conflitos de baixa intensidade”, além do referido ponto, nos mostra também algumas diferenças importantes quanto à ação do Estado numa situação beligerante. Ela diz respeito primeiramente ao uso diferenciado da força em comparação à guerra convencional. As retaliações podem variar, indo desde sanções diplomáticas e econômicas, até o uso direto do aparato militar. Situações como coerções diplomáticas, chantagem, contra-informação, “terrorismo”, tráfico de drogas ilícitas ou apropriação de recursos naturais são todas vistas sob o corolário de problemas enfrentados dentro dos “conflitos de baixa intensidade”. De maneira geral, a doutrina objetiva garantir os interesses da política externa estadunidense, possibilitando, ao mesmo tempo, a ampliação de sua área de influência em escala global.

No caso brasileiro, o foco de ação da doutrina foi a partir dos anos 90 a guerra total às drogas. Tal situação, na visão de SOUZA (2000:95), deriva da conjunção de dois fatores. Além das drogas terem se tornado, ao longo dos anos 80, um dos principais pontos de pauta da agenda da “segurança nacional” norte-americana, o final da “Guerra Fria” marcou também o fim do “perigo comunista” para o país, aumentando ainda mais a importância do combate aos tóxicos no escopo da doutrina dos “conflitos de baixa intensidade”. Dentro da conjuntura da ordem mundial pós-Guerra

¹⁶⁵ Trecho contido no “National Security Strategy of the United States”, 1987 p. 32.

Fria, os EUA procuraram pressionar o Brasil pela diminuição de sua capacidade militar, com a gradual transformação das Forças Armadas em meras “polícias nacionais” destinadas a ocupar-se, primordialmente, do combate ao tráfico de drogas e da “segurança pública” (OLIVEIRA, 1994). Em certa medida, a substituição do comunismo pelos traficantes de drogas é um exercício de sobrevivência para as Forças Armadas, fundado na necessidade constante de construção de um “inimigo” a ser combatido. Sem ele, o braço armado do Estado perde sentido em existir. Essa mudança, como observa mais uma vez SOUZA (2000), parece ter sido internalizada por alguns setores dentro das Forças Armadas já no final da “Guerra Fria”, através das preocupações expressas pelo ex-comandante da Escola Superior de Guerra, o general de Exército Oswaldo Muniz Oliva:

“A dimensão prospectiva da problemática social de nossas cidades é, portanto, assustadora. Com que realidade urbana haveremos de nos deparar, em futuro próximo, se nada ou pouco fizermos para alterar essas tendências? Quantos marginalizados e quantos marginais teremos? Como será o caos de convulsões sociais atizadas por bandos rivais de criminosos? Quantas serão as crianças desassistidas e submetidas a uma vida de expedientes ilícitos? Que qualidade de vida será a do nosso povo? Que terá sido feito do futuro grandioso almejado por gerações como sendo o destino natural do Brasil?” (OLIVA, 1988:13 apud SOUZA, 2000:97)

A adaptação das Forças Armadas para uma guerra do tipo não-convencional parece alinhar-se perfeitamente com a doutrina dos “conflitos de baixa intensidade”. Ela foi criada no âmbito da administração Reagan e desenvolvida nas décadas seguintes, através da política externa estadunidense nos quatro cantos do mundo. No caso latino-americano em geral, e no Brasil especificamente, a doutrina teve, como vimos, o enfoque sobre o combate às drogas. Talvez o ponto crítico que ela tenha atingido seja o episódio ocorrido na cidade do Rio de Janeiro na virada do ano de 1994 para 1995, quando o Exército assumiu por quatro meses seguidos a responsabilidade direta sobre a “segurança pública” da cidade. As Operações Rio I e II, que perduraram entre os meses de novembro de 94 até fevereiro de 95, deslocaram um contingente de aproximadamente 85.000 militares (30.000 do Exército, 40.000 da Marinha e 15.000 da Aeronáutica) para a ocupação de dezenas de favelas do Rio, além do patrulhamento ostensivo das ruas. O saldo da operação, após quase quatro meses, foi um aumento do número de homicídios, o relato de centenas de abusos cometidos pelos militares na ocupação das favelas (em especial no Borel e Complexo do Alemão), além do desaparecimento de um funcionário público – Marcos Antônio Rufino Cruz, parado em

uma blitz do Exército e nunca mais visto depois de então¹⁶⁶.

No Rio de Janeiro atual, o projeto das UPPs não foge a essa regra. Seu caráter enquanto política de contra-insurgência se inscreve na mesma linhagem das estratégias de “conflitos de baixa intensidade” vistas anteriormente. Como identificou corretamente TEIXEIRA (2011), a “pacificação” se assemelha em muito às estratégias de combate às guerrilhas urbanas levadas a cabo pelos EUA no Afeganistão e no Iraque, que mesclam, simultaneamente, estratégias de policiamento ostensivo de proximidade e controle social mais flexíveis sobre os “insurgentes”. Em setembro de 2009, a embaixada dos EUA no Rio enviou um documento para o Departamento de Estado do seu governo intitulado “A doutrina da contra-insurgência chega às favelas do Rio”¹⁶⁷. Posteriormente publicado pelo sítio Wikileaks, o texto trazia uma apresentação geral do projeto das UPPs, ressaltando sua semelhança com a política de segurança dos EUA nas cidades afegãs e iraquianas no contexto da “guerra ao terror”. O documento concluía que o sucesso do projeto das UPPs iria depender da capacidade dos favelados em enxergar a “legitimidade do Estado”, ou seja, convencer os moradores dos benefícios de se sujeitar ao Poder Público. O domínio dos “corações e mentes” proposto para os favelados cariocas ter forte inspiração na contra-insurgência estadunidense só corrobora a tese, ao nosso ver, do caráter cada vez mais supralocal dos tensionamentos sócio-espaciais urbanos.

Diante do quadro acima, nos parece claro que o combate ao tráfico de drogas e o “terrorismo” não passam somente por manobras militares nas fronteiras nacionais. As medidas repressivas são operadas em diversas escalas, sendo que, cada vez mais, as grandes cidades são tomadas como o espaço preferencial da repressão. O caso brasileiro, que espelha uma estratégia de “conflitos de baixa intensidade” desenvolvida pelos EUA, alinha os dois países dentro da geopolítica das drogas em curso na escala global. Mas é sempre bom lembrar que a geopolítica possui também uma dimensão interna, que no caso brasileiro passou pela transformação do combate às drogas em uma questão de suma importância para a “segurança nacional”. O uso cada vez maior das Forças Armadas no combate aos traficantes nas favelas, dentro do contexto de militarização das políticas de “segurança pública”, acaba por criar um canal de permanente diálogo com o problema. A própria END promulgada em 2008, como vimos no segundo capítulo, prevê um intercâmbio cada vez maior entre as ações das Forças Armadas brasileiras no exterior e o papel desempenhado por elas nas ações de garantia da “lei e da ordem”. O aprofundamento da política da “pacificação”,

¹⁶⁶ Os casos de abusos, violências, torturas e humilhações relatados ao longo das Operações Rio I e II é imenso. Para um relato jornalístico das operações dos militares, assim como das denúncias sobre violação de Direitos Humanos, ver RESENDE (1995). Para uma análise crítica das estratégias e dos resultados da “Operação Rio” ver CERQUEIRA (1996).

¹⁶⁷ <http://cables.mrkva.eu/cable.php?id=227728>

aliado a outras medidas militares repressivas, pode nos indicar, portanto, a construção de um importante “laboratório” geopolítico na cidade do Rio de Janeiro, no intuito de abrir possibilidades para um intercâmbio militar mais amplo entre questões de “segurança” interna e externa no país¹⁶⁸.

Sobre esse ponto, é importante percebermos como alguns desdobramentos recentes nos indicam o fortalecimento de tal tendência. Em primeiro lugar, a utilização de soldados do Exército na ocupação do Complexo do Alemão, em 2010, não nos parece algo gratuito, mas sim um fator que reforça a dimensão geopolítica que as cidades brasileiras possuem. Nunca é demais ressaltar que estes mesmos soldados, treinados para ações de guerrilha em cidades, haviam participado previamente da campanha de ocupação de favelas em Porto Príncipe, no Haiti. Da mesma forma, a formação da 11ª Brigada de Infantaria Blindada de Campinas – hoje a força militar brasileira melhor preparada para operações de “Garantias da Lei e da Ordem” (GLO) no país, parece estar inserida dentro deste mesmo quadro. Um outro ponto diz respeito à criação, em 2004, da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) – um agrupamento de polícia da União que assume o papel de polícia militar em distúrbios sociais ou em situações excepcionais nos estados brasileiros. A FNSP já participou inclusive de operações militares em favelas cariocas: durante os Jogos Pan-Americanos em 2007, e atualmente como força militar de ocupação permanente no Morro Santo Amaro, na “Zona Sul” da cidade. Mais recentemente, desde 2011, tramita no senado o projeto de lei nº 728, que prevê sanções para os crimes de “terrorismo” durante a Copa do Mundo de 2014. O artigo 4º da sessão II do segundo capítulo aponta para pena de reclusão de 15 a 30 para quem “Provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa à integridade física ou privação da liberdade de pessoa, por motivo ideológico, religioso, político ou de preconceito racial, étnico ou xenóforo”. O artigo, ao deixar deveras vago o que seria infundir “terror ou pânico generalizado”, abre caminho para que a lei reprima não só atos de “terror” praticados durante a Copa, como também possíveis manifestações contestatórias a serem realizadas por movimentos sociais insurgentes. Vale a pena lembrar que a definição do o que é “ordem”, “desordem” ou mesmo “terrorismo” envolve uma ponderação de cunho ideológico, que está sujeita a estereótipos e preconceitos sobre aquilo que seria o comportamento desejável/indesejável de determinados indivíduos. A definição de “ordem” é um conceito deveras fluído, que se relaciona diretamente com a categoria “inimigo interno”. A promulgação da referida lei, não obstante sua imprecisão, cria

¹⁶⁸ Vale a pena ressaltar que embora o contexto de militarização na metrópole carioca seja talvez o exemplo mais espetacular no Brasil, ele não se limita, de forma alguma, ao nosso campo de estudos. De modo geral, as ações das Forças Armadas dentro do contexto da “garantia da lei e da ordem” ocorrem em praticamente todo o país. O problema não se limita ao uso das tropas militares, mas aos próprios padrões de “segurança” que se impõem às cidades. A título de exemplo, desde março de 2011 a cidade de Salvador conta com uma UPP na favela do Calabar, localizada em área nobre da capital baiana. Não nos causará espanto se, nos próximos anos, o modelo de ocupação militar de favelas, iniciado no Rio de Janeiro, ganhar “versões” em outras localidades brasileiras, dado o clima de insegurança que toma conta de outras cidades e o forte discurso hegemônico sobre as benfeitorias da “pacificação” carioca.

assim um outro dispositivo jurídico-legal que alinha questões de segurança “nacional” e “pública” no contexto do desenvolvimento de uma geopolítica urbana *à lá* brasileira.

Toda essa discussão parece ganhar uma justificativa mais forte na atualidade, dada a maneira como o Brasil parece retomar o antigo projeto geopolítico de expansão de sua área de influência no Atlântico Sul. Vivendo na última década um contexto de relativa prosperidade, o Brasil, na aurora do século XXI, passa a praticar esforços no intuito de “reaparelhar” suas Forças Armadas. Na visão de TEIXEIRA DA SILVA (2009), a necessidade de aumento do poderio bélico brasileiro parte do entrelaçamento de diferentes fatores. Em primeiro lugar, o Atlântico Sul é visto de maneira metafórica pela própria Marinha do Brasil como uma espécie de “Amazônia Azul”, dada a imensa extensão sob responsabilidade nacional e por suas riquezas naturais. Além da produção de alimentos, o domínio geopolítico desta região é de fundamental importância, uma vez que a grande maioria do petróleo brasileiro (ainda mais após as descobertas do “pré-sal”) encontra-se *off-shore*. De maneira igualmente importante, o Brasil possui hoje posicionamento diferente dentro da geopolítica internacional. A presença do país em fóruns internacionais formais e informais como o G-20 ou os BRICs, aliado a existência abundante de alguns recursos naturais estratégicos (como água, petróleo, energia, biodiversidade, etc.), aponta para um possível “novo protagonismo” do país no atual cenário político global. O próprio ministro da defesa – Celso Amorim, já afirmou publicamente a noção de “redistribuição de poder” entre os países na nova ordem mundial, obrigando o Brasil a assumir maiores tarefas nas suas relações internacionais¹⁶⁹. São um bom exemplo disso a tendência de crescente envolvimento do país em forças internacionais de manutenção da “paz e da ordem” – ou mesmo como país observador para o cumprimento das decisões da ONU a exemplo da “Missão das Nações Unidas na Libéria” (UNMIL), a “Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim” (UNOCI), a “Missão nas Nações Unidas para a Estabilização no Haiti” (MINUSTAH), entre outras.

O intercâmbio entre questões de “segurança” interna e externa no caso brasileiro, que alimentam, por sua vez, a problemática inerente à dimensão geopolítica das cidades, parte de um princípio que enxerga sob um outro prisma a emergência de novas ameaças ao Estado-nação contemporâneo. A *guerra*, para resgatarmos o conceito trabalhado anteriormente por ENZENSBERGER (1995), possui um perfil cada vez mais *molecular*. Ela é travada agora em trincheiras imaginárias nas ruas das grandes cidades, que fazem das questões inerentes à “segurança pública” problemas cada vez mais tratados no âmbito da “segurança nacional”. O uso crescente do

¹⁶⁹ Fala do ministro Celso Amorim no “Seminário Política de Defesa e Projeto Nacional de Desenvolvimento”, realizado em Brasília no dia 4 de junho de 2012.

aparato militar para “pacificar” favelas, ou na estabilização de conflitos sociais, ou ainda para garantir, de modo geral, a manutenção da “lei e da ordem”, são todos quadros que formam um mesmo mosaico de cores, cuja tonalidade segue o ordenamento cromático da geopolítica em sua dimensão urbana. É através da justificativa de busca por maior “segurança” que observamos o fortalecimento da presença brasileira em intervenções militares no plano externo, aliada ainda ao processo de militarização das políticas de “segurança” no plano interno. Diante disso, nos parece correto afirmar que encontra-se em curso hoje no Brasil o desenvolvimento de uma “geopolítica da segurança”, que compreende o alinhamento entre questões recorrentes no plano interno e externo de nossas fronteiras nacionais. A intensificação desta tendência, percebida por todos os elementos expostos nos parágrafos anteriores, abre novas possibilidades para uma problematização diferente da “violência urbana” no Brasil contemporâneo, ao tomarmos tal problema segundo uma perspectiva fundamentalmente *geopolítica*. O desenvolvimento deste estudo, neste sentido, se insere dentro da agenda de pesquisa que o autor do presente trabalho pretende se ocupar nos próximos anos.

Considerações Finais

O presente trabalho não poderia deixar de realizar, de maneira parcial, um balanço da política de “pacificação” à luz do horizonte político que procurou direcionar as reflexões contidas até aqui. Ressaltamos o caráter “parcial” entre vírgulas, uma vez que a presente pesquisa não esgota nossa problemática. O projeto das UPPs é ainda deveras recente, seus objetivos são mais ambiciosos do que a garantia de “segurança” para os “megaeventos”, e a presente dissertação, no entanto, obrigatoriamente teve que ser concluída em pouco mais de dois anos – período de tempo que não permite um estudo mais aprofundado das questões que foram apontadas ao longo do texto. Mesmo assim, ao centrarmos a análise sobre três problemas correlacionados – que nos parecem, dada sua relação, pontos importantíssimos do funcionamento do programa de “pacificação”, procuramos esclarecer algumas dimensões do projeto que parecem ficar em grande medida esquecidas diante do contexto de forte discurso hegemônico (midiático e acadêmico) sobre as benfeitorias das UPPs.

Numa primeira aproximação, é importante pensar a “pacificação” como ferramenta em prol de uma determinada *concepção* de cidade. Vivemos na metrópole carioca um contexto de extrema violência e militarização do seu cotidiano. O mesmo governo que ocupa militarmente favelas é aquele que, simultaneamente, promove a regularização e higienização autoritária dos espaços públicos do Rio. O programa “Choque de Ordem”, mesmo sendo operado em outra esfera administrativa do Estado, possui, em conjunto com as UPPs, um viés fortemente disciplinador e biopolítico das ruas e favelas da cidade. Este mesmo governo que “pacifica” é aquele que, após mais de três décadas, resgata a velha perspectiva “remocionista” de favelas por conta de obras de infraestrutura (ou mesmo sem motivo justificável, a exemplo do Morro da Providência) ligadas aos grandes projetos de “revitalização” urbana ou aos “megaeventos”. O mesmo governo responsável pela UPP formata e articula o projeto dentro de uma perspectiva neoliberal de governabilidade urbana, ao prever diferentes parcerias “público-privadas” para o financiamento de políticas de “segurança” e ações “sociais” nas favelas. Em sua grande maioria, tais ações se operam a partir de parcas políticas de geração de renda, através de empregos precarizados e cursos que prezam pela formação de uma mão-de-obra miserável de baixa qualificação. Este mesmo governo ainda, ao colocar sob jugo do militarismo mais de uma centena de favelas, abrirá caminho para o desenvolvimento de uma política preventiva de “segurança” espelhada nos moldes de táticas de contra-insurgência – que são aplicadas, como vimos, em diferentes favelas e periferias pobres pelo mundo. Dentro deste quadro beligerante, a dimensão supralocal de cidades como o Rio de Janeiro, Kandahar, Bagdá, Porto Príncipe, Medellín e tantas outras se entrelaçam na esteira de geopolíticas

urbanas complementares, quando o tratamento de problemas de “segurança pública” passam a figurar no escopo do ideário da “segurança nacional” dos Estados. Poderíamos tecer uma trama muito maior de exemplos para ilustrar nossa afirmação. Na verdade, procuramos realizar tal esforço ao longo de todo o trabalho. As linhas acima são apenas um pequeno exercício, que versa sobre a interlocução do projeto das UPPs com processos recorrentes em escalas muito mais amplas do que o simples território das favelas já “pacificadas”.

Se transitarmos um pouco mais além do referido quadro, as UPPs pode ser tomadas, numa segunda aproximação, como uma diretriz articulada com o próprio modelo de “desenvolvimento” que o Brasil e o Rio de Janeiro parecem ter escolhido para si. Para brasileiros e principalmente cariocas, a última década marcou a retomada de um contexto de relativa prosperidade econômica, com a recuperação da auto-estima geral da cidade após décadas de estagnação. Nesse “novo tempo”, as UPPs aparecem no Rio como a iniciativa capaz de, simultaneamente, trazer maior “tranquilidade” para uma população amedrontada, garantir a realização dos “megaventos” esportivos, assim como permitir que todo o crescente dinamismo econômico das favelas se insira nos mecanismos formais de regulação do Estado. O problema, todavia, que merece ser formulado diante disso, repousa precisamente sobre o seguinte questionamento: *a qual tipo de desenvolvimento as UPPs servem?*

Procuramos mostrar, logo no primeiro capítulo do nosso trabalho, a crítica endereçada por SOUZA (1996, 1997, 2002, 2006, entre outros) a uma concepção teleológica e economicista da ideia de “desenvolvimento”. Mesmo nos dias de hoje, tal ideia continua a ser apropriada ideologicamente enquanto “desenvolvimento econômico” das forças produtivas capitalistas, através da mera conjugação do binômio crescimento do PIB com modernização tecnológica (SOUZA, 1997). Ao nosso ver, o modelo de “desenvolvimento” em curso no Rio e no Brasil está atrelado fundamentalmente a esses dois fatores. O “sucesso” da política econômica brasileira parte não só da ampliação do consumo interno – devido, principalmente, a um aumento relativo da renda média do país e da alta oferta de crédito, como também por vultuosos investimentos em obras de infraestrutura urbana, nas redes de energia, na malha de transportes, nas telecomunicações, na ampliação do agronegócio, no reaparelhamento do arsenal bélico, etc. Acrescente-se a tais fatores algumas políticas “sociais” compensatórias, que ajudaram a elevar o poder de compra dos estratos mais humildes da população nos últimos dez anos. Isto em nenhum momento significou, no entanto, a superação do processo de fortalecimento das forças produtivas capitalistas.

A “pacificação” de favelas, como procuramos mostrar, terá papel fundamental na inserção mais plena dos pobres urbanos nos processos de acumulação formais da economia urbana. A regularização de todo o setor terciário favelado, assim como dos serviços públicos oferecidos, abre

caminho para o aumento substancial na arrecadação de tributos pelo Estado. A integração via mercado vai exigir, da mesma forma, que toda a massa de trabalhadores favelados mal remunerados e com baixíssimo nível de instrução receba melhor qualificação, de maneira a corroborar com o modelo de “desenvolvimento” proposto para a cidade e agora para as favelas. Isto não significa, todavia, que as políticas de geração de renda flangeadoras da “pacificação” possam ser encaradas como uma proposta séria de empregabilidade. Trabalhos de baixíssima remuneração, sob regime de contrato temporário, criados a partir de parceria com empresas privadas são o mote das iniciativas. Como se não bastasse, a qualificação de mão-de-obra segue a linha geral da formação de um exército de trabalhadores dotados de parca qualificação técnica, que podem assumir, quando muito, os postos de trabalho precarizados oferecidos pelo setor secundário e terciário da economia. Não é à toa que cursos técnicos de cabeleiro, corte e costura, hotelaria, cozinha, ajudante de pedreiro, entre outros sejam a gama de “oportunidades” para os pobres, dentro da velha dicotomia que credita aos mais humildes a opção por uma formação técnica em detrimento de uma educação voltada para valores políticos mais profundos. As UPPs não escapam do par associativo formado entre pobreza e criminalidade, ao tomar tais iniciativas como uma política fundamentalmente preventiva de “segurança” nas favelas. Longe de oferecer uma opção viável de vida para os pobres urbanos, essas políticas sociais compensatórias aprumam-se com o exercício de “policição” da vida de todos aqueles que participam do cotidiano de centenas de favelas cariocas atualmente.

Como pano de fundo deste quadro, a “pacificação” marca ainda a continuidade de um tratamento militar para as tensões sociais urbanas do dia a dia. O que nos parece mudar é o “verniz” que envolve o projeto, que cria uma espécie simulacro de “policiamento comunitário” em oposição ao velho tratamento dispensado pela PMERJ aos favelados. Na prática, a UPP funciona de maneira ambígua como uma “polícia dentro da polícia”, dada a existência de dois quadros distintos dentro de uma mesma organização com formação, remuneração e objetivos diferentes. De um lado, temos a PMERJ “convencional”, ainda refém de toda tradição do policiamento militarista dos tempos da caserna. Do outro, os recém-empossados policiais da UPP representam o “braço comunitário” do policiamento do Estado. Entretanto, diversos autores como TROJANOWICZ & BUCQUEROUX (1994), MOORE (2003), CERQUEIRA, (2001a), SKOLNICK & BAYLEY (2002), entre outros, são unânimes em afirmar que as iniciativas do “policiamento comunitário” devem ser avaliadas como *estratégias organizacionais* a serem incorporadas pelos quadros da polícia, mais do que programas operacionais, ou mesmo atividades eventualmente executadas por policiais. Em outras palavras, os autores falam de uma organização própria do “policiamento comunitário”, capaz de produzir uma nova forma de pensar e abordar o policiamento. Daí surge uma questão fundamental: *como o Poder Público pretende propor uma abordagem comunitária para a PM, se a estrutura*

organizativa, os métodos de abordagem e os objetivos da corporação ainda estão completamente imersos na abordagem de policiamento profissional, pautado pelo caráter militar da “guerra ao crime”?

Por outro lado, MOORE (2003:152) apresenta uma dificuldade na abordagem do “policiamento comunitário” que se relaciona com o questionamento anterior. O autor ressalta o problema de se colocar a perspectiva “comunitária” de maneira setorizada dentro dos quadros gerais da polícia. Para ele, o isolamento da unidade transforma a abordagem num regime de exceção e não na regra, às vezes com regulamentos e objetivos conflitantes com o restante da corporação. Além disso, a formação de uma divisão especial pode acabar por “livrar” da responsabilidade comunitária o restante da corporação, uma vez que ela é função específica de uma determinada divisão. Mais uma vez somos obrigados a pensar no caso da “pacificação” carioca. Dado o problema de “setorização” das UPPs, *o que podemos esperar do projeto, no tocante ao relacionamento entre a polícia “convencional” e a polícia “pacificadora”?* A capa do jornal “O Dia” de 29 de outubro de 2012 trouxe estampada na capa a manchete “Quem pacifica a polícia?”. Ela fazia menção ao assassinato, na cidade do Rio de Janeiro, de um menor em Cordovil por um PM do 16º BPM (Olaria), que abriu fogo contra o veículo dirigido pela vítima porque o policial “confundiu” o estouro do pneu do carro com um tiro. Isso evidencia que o método do “atira primeiro e pergunta depois” encontra-se ainda bastante vivo no imaginário e na maneira de operar da PMERJ. O problema é inclusive admitido pela própria Secretaria de Segurança, quando ela tenta apartar os dois tipos de polícias pelo receio da PMERJ tradicional “contaminar” a UPP com suas práticas de violência.

Tal estratégia, no entanto, parece ter um efeito deveras limitado, uma vez que os casos de corrupção e brutalidade policial são um problema crescente na grande maioria das favelas “pacificadas”. Ao longo do trabalho, procuramos focalizar os casos referentes ao Morro da Providência, nosso principal referencial empírico. Mas a Providência é apenas uma dentro de um universo de centenas de favelas, que experimentam, de maneira maior ou menor, o mesmo problema de violência policial com a UPP. Por esses motivos, alguns autores como BATISTA (2011) insistem em criticar a problemática associação entre o tipo de policiamento proposto pela UPP e a abordagem de “policiamento comunitário” presente em trabalhos como de (CERQUEIRA, 2001a). De fato, diante de todos esses elementos, a atual proposta do governo Sérgio Cabral Filho se afasta bastante da proposta anterior de Brizola, já que ali nos pareceu haver uma iniciativa de reformar a polícia como um todo, de maneira mais profunda. No frígido dos ovos, temos ainda a

mesma polícia de outros tempos, só que com um pequeno braço supostamente “comunitário” na forma da UPP¹⁷⁰.

Apesar dos elementos elencados acima, gostaríamos de acrescentar – não mais uma crítica mas sim um importante lembrete, que um julgamento de valor sobre o caráter “bom” ou “mau”, “certo” ou “errado” e mesmo “funcional” ou “disfuncional” das UPPs nos parece um gritante falso problema. O que queremos dizer é que do ponto de vista do modelo de “desenvolvimento” exposto anteriormente, a “pacificação” apresenta resultados significativamente positivos. É bem verdade que decorridos pouco mais de quatro anos de projeto, os índices gerais de criminalidade violenta nos bairros e favelas dentro das áreas “pacificadas” diminuíram, o recolhimento de tributos por parte do Estado aumentou, a intensa especulação imobiliária elevou o valor dos imóveis da classe média e dos pobres, empresas privadas estão espraçando novos “tentáculos” sobre as favelas cariocas, as firmas de construção civil prosperam mediante as obras de infraestrutura promovidas pelo “Morar Carioca” e pelo “PAC”, a oferta de mão-de-obra parcamente (mas suficientemente) qualificada para determinados segmentos de empregos aumentou, a produção de informações sobre o universo das favelas tem se tornado mais consistente, entre outras coisas. Todavia, se antes perguntamos “*a qual tipo de desenvolvimento as UPPs servem?*”, chega o momento de perguntar se este tipo de “desenvolvimento” está em consonância com o horizonte político de ação do autor do presente trabalho. Nos parece que a UPP, antes de ser um problema ou uma solução, é na verdade um dos desdobramentos – dentro do campo da “segurança pública”, de uma maneira específica de conceber a cidade num sentido mais estrito, assim como do próprio modelo de “desenvolvimento” escolhido pelo Rio e pelo Brasil em sentido amplo. Desta forma, uma discussão que busque compreender os diferentes papéis da “pacificação” de favelas deverá estar atrelada, necessariamente, a uma visão que leve em conta processos desenvolvidos em diferentes escalas de análise.

* * * * *

¹⁷⁰ Nunca é demais lembrar que o próprio governador Cabral e o seu secretário de segurança – José Mariano Beltrame, foram responsáveis por uma doutrina de “segurança pública” extremamente autoritária e violenta nos seus dois primeiros anos de mandato (2007-2008). Como apontam RIBEIRO *et. Alli* (2008), os discursos do Estado sobre “segurança” constituíram uma estratégia prático-discursiva para legitimar uma política baseada no “enfrentamento ou confronto” ao crime. Para os autores, os efeitos concretos deste momento foram a disseminação das “mega-operações” em favelas cariocas e o aumento significativo dos “autos de resistência” durante o ano de 2007. Curiosamente, a partir do implemento da UPP no Santa Marta – no final de 2008, o discurso do governo sobre “segurança” sofreu uma mudança abrupta, ao abandonar o discurso do “confronto ao crime”. Seja como for, a própria trajetória pessoal dos quadros do governo que pensam e executam o projeto nos dão algumas pistas sobre o seu caráter, muito distante, como dito anteriormente, da proposta pensada pelo coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira nos dois governos de Leonel Brizola (1983 – 1986 / 1991 – 1994).

Uma pergunta que nos foi colocada ao longo de todo trabalho é a seguinte: *até que ponto as UPPs podem contribuir para a superação da heteronomia constituída?* Sabemos que a superação de uma sociedade heterônoma é uma tarefa árdua, a ser conquistada diante de avanços e revéses em longo prazo. Mas a construção do projeto de autonomia – a pedra angular da abordagem do desenvolvimento sócio-espacial, parte também da valorização, na medida certa, de conquistas táticas conseguidas em curto e médio prazos dentro dos limites de uma sociedade heterônoma como a nossa. Logo de início, a “pacificação” promove um ganho que não pode ser desconsiderado em cada favela: a drástica redução da letalidade, em especial aquela gerada pela polícia. As milhares de vítimas dos constantes tiroteios entre quadrilhas de traficantes de drogas, assim como das incursões policiais belicistas de outrora, praticamente desapareceram do cotidiano dos espaços com UPP. Isso irá, em curto prazo, promover uma sensação de maior segurança para todos os moradores e aqueles que, de alguma forma, participam da vida dos favelados em algumas comunidades do Rio. Qualquer um que viveu o período anterior e posterior à “pacificação”, como no caso do autor, que há quatro anos realiza um trabalho de militância na Providência, sente a referida mudança.

Só que as coisas não são tão simples assim. A relativa diminuição da letalidade policial vai ser acompanhada por todos os inúmeros problemas que tentamos analisar ao longo de todo o trabalho. Além disso, as UPPs, como procuramos mostrar, se desdobram para além dos limites territoriais das favelas “pacificadas”, articulando-se a processos muitos mais amplos e que passam ao largo dos esforços para a construção de uma sociedade autônoma. Em escala local, o esforço em “integrar” favelas parte de um princípio pautado por leis e regras, ou seja, por um *nómos* fundamentalmente exterior a elas. A título de exemplo, não existe qualquer tipo de participação efetiva dos moradores nos destinos das obras do “Morar Carioca” na Providência. Da mesma forma, em nenhum momento o Estado procurou criar canais de interlocução com os favelados, no intuito de discutir as políticas “sociais” flanqueadoras à “pacificação”. Além disso, se no âmbito dos impactos da infraestrutura urbana e da oferta de serviços os moradores são colocados como entes passivos no processo, a suposta proposta de um “policiamento comunitário” simplesmente não existe dentro do programa. O próprio chefe da UPP Providência – o capitão Glauco Schrocht, admitiu que não há ainda qualquer iniciativa de diálogo para com os favelados. A maneira de operar da UPP e de todas as iniciativas que se seguem vão ser delineadas segundo o velho padrão “de cima para baixo”. Não é por acaso que as obras de infraestrutura nas favelas, assim como os padrões de policiamento da UPP causem estranheza e diferentes conflitos nas áreas “pacificadas”. Procuramos centrar nossa análise na Providência, mas o problema não se limita ao nosso principal referencial empírico. Uma rápida olhadela em diferentes matérias de jornal na internet pode mostrar a qualquer leitor interessado o que estamos falando.

A maneira como flui o poder é um parâmetro fundamental na construção de uma sociedade autônoma. Na verdade, como o próprio SOUZA (2000, 2002, 2006) ressalta, a sociedade autônoma plena deve ser encarada como um horizonte de ação estratégico, um “norte” que irá direcionar as ações do presente para sua conquista no futuro. Neste trajeto, a teoria do desenvolvimento sócio-espacial servirá como um importante aporte e parâmetro avaliativo, ao colocar a *justiça social* e ganhos de *qualidade de vida* como parâmetros subordinados ao projeto de autonomia. O que torna o problema deveras complexo é que, muitas vezes, ganhos relativos, em curto prazo, nos mecanismos de maior justiça social ou mesmo na melhoria das condições materiais de uma determinada população, podem levar, em longo prazo, à sua tutela ou ao aprimoramento do controle social heterônomo sobre ela. Mesmo em curto prazo, o comportamento dos parâmetros subordinados não é sincrônico. Isto não garante melhorias no parâmetro subordinador (autonomia) através do ganho de justiça social ou qualidade de vida isoladamente.

Ao discutir providências que podem ser tomadas, sob o ângulo de uma visão crítica da segurança pública, como estratégias para a promoção do desenvolvimento sócio-espacial, SOUZA (2008 p. 190 e segs.) aponta para cinco grandes blocos de medidas: 1) a regularização fundiária principalmente em favelas e periferias pobres, de maneira a garantir a segurança jurídica da posse para tal segmento da população; 2) melhorias de infraestrutura e facilitação de acesso a moradias dignas, de acordo com as especificidades de cada local através de amplo diálogo com os beneficiados pela iniciativa; 3) programas de geração de ocupações e renda, de forma a criarem-se alternativas para o problema da gentrificação – tão comum em áreas pobres que passaram por processos de melhorias de infraestrutura; 4) iniciativas educacionais voltadas para o exercício da cidadania e ampliação da consciência de direitos, uma vez que abordagens críticas como a “pedagogia da autonomia” (FREIRE, 2002) são fundamentais para a mobilização social, luta por maior justiça e ganhos de autonomia em médio e longo prazos; 5) esquemas de segurança pública “cidadã”, que prezem por estratégias de policiamento preventivo através do diálogo entre especialistas, quadros da segurança pública, planejadores urbanos e, principalmente, com moradores e organizações dos movimentos sociais. De maneira geral, as propostas apontam não só para uma maior integração entre diferentes agentes institucionais de diferentes níveis do governo. Elas apontam também para a necessidade de um envolvimento mais efetivo dos moradores e movimentos sociais nos temas ligados ao escopo da segurança pública, através de uma economia de poder que flua “de baixo para cima”, ou seja, que permita a participação popular *efetiva* e *deliberativa* no processo. Tal envolvimento pode se dar através da mobilização política para pressionar e fiscalizar o Poder Público na formulação de iniciativas que garantam uma segurança *de fato* pública (e não a segurança do próprio Estado e da propriedade privada – apanágio das democracias liberais representativas), assim como iniciativas de ação direta que busquem soluções e avanços para além do aparelho de Estado.

A grande questão é que as UPPs parecem agir no sentido diametralmente aposto a qualquer providência que busque, no campo da segurança pública, a construção de um desenvolvimento sócio-espacial em longo prazo. A “integração” de favelas proposta pelo governo mostra uma face simultaneamente exclusiva, dada a possibilidade de expulsão direta dos favelados pela retomada do programa de remoção de casas, ou ainda o problema da gentrificação – ligado diretamente ao aumento do custo de vida nos espaços da “pacificação”. Acrescente-se a este quadro o “rosário” de políticas de geração de renda esdrúxulas, programas educacionais pautados por uma pedagogia tecnicista de baixa qualidade, e ainda um suposto “policiamento comunitário” marcado pelas velhas práticas brutalizadoras e corruptas da polícia carioca. A situação nos parece tão complicada, que as próprias reivindicações dos moradores da Providência – no que diz respeito à luta pelo direito à moradia, vem sendo reprimidas por um Estado que supostamente, de acordo com o discurso oficial do projeto da UPP Social, deveria tentar encontrar soluções em conjunto com os favelados. Aí reside precisamente, como vimos, os indícios de um novo mecanismo de controle disciplinar e biopolítico trazido pela “pacificação”. Apesar dos ganhos relativos à diminuição da letalidade no cotidiano das favelas, valores democráticos mais profundos como a capacidade de autodeterminação política dos moradores, maior justiça social, respeito aos direitos humanos, entre outros, encontram-se ainda distantes dos ganhos já conseguidos, em especial em relação ao nosso principal referencial empírico, o Morro da Providência.

Por tudo isso que foi colocado, o programa das UPPs nos parece incompatível com uma abordagem crítica da segurança pública, que se constrói dentro de um horizonte estratégico de luta em prol do projeto de autonomia. Obviamente, não devemos encarar a superação da heteronomia instituída como uma batalha de “tudo ou nada”. Assim como existe a autonomia em sentido fraco e forte (SOUZA, 2006), atrelado a um escopo tático e estratégico de luta, existem diferentes *níveis* de heteronomia constituída. A situação política do Brasil em dezembro de 1968 não é a mesma, por exemplo, do caso de Porto Alegre no final dos anos 80 ou da democracia representativa sueca da atualidade. Ambos os casos se inserem dentro de um horizonte heterônomo, mas as margens de manobra para ganhos não desprezíveis de autonomia em sentido fraco são diferentes. Da mesma forma, a situação das favelas “pacificadas” – no momento em que tais linhas são escritas, é diferente da época quando, em meados dos anos 90, a letalidade policial era premiada com um adicional de salário – a chamada “premiação faroeste”, criada pelo então secretário de segurança, o general do exército Nilton Cerqueira. As UPPs parecem ter modificado relativamente a condição heterônoma das favelas, ao garantir uma limitada melhora da “segurança” pelo fim dos tiroteios e por algumas iniciativas “sociais” pontuais. De qualquer forma, se alguns cenários construídos ao longo do trabalho se confirmarem, a situação pode sofrer um revés ainda pior que a situação anterior, não só nos

espaços da “pacificação”, como também em outras áreas da cidade que sofrem os “efeitos colaterais” da desterritorialização do tráfico.

Para arrematar, é importante refletir sobre uma frase proferida pelo então subchefe operacional da Polícia Civil, o delegado Rodrigo Oliveira, logo após a ocupação militar da Vila Cruzeiro, em novembro de 2010. Em alto e bom som, o delegado bradou em frente a dezenas de jornalistas que “a comunidade hoje pertence ao Estado”. Como observa SOUZA (2011), a comunidade nunca se pertenceu de fato. Historicamente, as favelas enfrentaram processos de tutela por parte do Estado a partir da corriqueira brutalidade policial do seu cotidiano, ou ainda pela sua transformação em espaços privilegiados para o clientelismo político. Além do Poder Público, uma das esferas do capitalismo criminal-informal – o tráfico de drogas de varejo, exerceu um poder soberano durante décadas sobre as favelas através da opressão direta aos seus moradores. Mais recentemente, as milícias ganharam força e aparecem hoje como um problema ainda maior do que o tráfico de outrora. De qualquer forma, Estado, tráfico e milícias agindo algumas vezes de maneira complementar, outras vezes de maneira discordante, propiciaram uma espécie de “alienação do lugar” dos favelados, ao recorrer a processos de territorialização instrumentalizados pela violência brutal sobre tais espaços. Com as UPPs, o cenário se complexifica através da presença militar permanente da polícia e da desterritorialização parcial do tráfico. Mas a “nova polícia” continua mantendo relações espúrias com este mesmo agente, dentro do velho quadro da (in)segurança pública que marca a metrópole carioca. Tal quadro foi e continua sendo desenhado por linhas que ligam a todo o momento o legal ao ilegal, o formal ao informal, a ordem à desordem, o Estado ao tráfico e às milícias. Resta-nos saber quando a comunidade pertencerá finalmente àqueles que, desde o final do século XIX, resistem para manter o traço da favela na paisagem urbana do Rio de Janeiro: os seus próprios moradores.

Bibliografia

ABREU, Maurício de A (1994): . Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. ESPACO & DEBATES, v. 14, n.37, p. 34-46.

_____ (2006): Evolução Urbana do Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, v. 1. 156p

AGAMBEN, Giorgio (2002): Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG.

AGNEW, John (2003): Geopolitics: re-visioning world politics. New York: Routledge.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de (2011): A “microfísica” do poder instituinte e sua espacialidade: “campos”, territórios e redes no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia /UFRJ, Rio de Janeiro.

AMMANN, Safira (1987): Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. São Paulo: Cortez.

AMORIM, Carlos (2004): CV_PCC : A irmandade do crime. 4. Ed. Rio de Janeiro: Record.

AMOROSO, Mauro (2010): Ação política e convivência tática: os grupos de esquerda no Borel durante a reabertura. O Social em Questão – Ano XIII – n24 – Jul-Dez. p. 135-158.

ARENDT, Hannah (2009) [1994]: Sobre a Violência. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará.

ARMITAGE, Rachel (2002): To CCTV or not to CCTV? – A Review of Current Research into the Effectiveness of CCTV Systems in Reducing Crime. Nacro Community Safety Practice Briefing, London: Nacro. Disponível em: <http://epic.org/privacy/surveillance/.../nacro02.pdf>. Acesso em 18/07/2011.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2008): Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.marcelofreixo.com.br/site/upload/relatoriofinalportugues.pdf>. Acesso em: 18/03/2012

BAKUNIN, Michail (1971) [1871]: Man, society and freedom. Disponível em: http://theanarchistlibrary.org/HTML/Michail_Bakunin_Man_Society_and_Freedom.html. Acesso em 10/01/2012.

BARBOSA, Antônio Rafael (1998): Um Abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF.

BATISTA, Nilo (1997): A violência do estado e os aparelhos policiais. In: Discursos Sediciosos (Rio de Janeiro), v. 4, p. 145-154.

BATISTA, Vera Malaguti (2003): O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 272p.

_____ (2011): O Alemão é muito mais complexo. Disponível em: <http://www.anf.org.br/2011/09/o-alemao-e-muito-mais-complexo/> Acesso em 02/02/2012

BEATO, Claudio (2012): Crime e cidades. Belo Horizonte: Editora UFMG

BENTHAM, Jeremy (2000): O Panóptico. Belo Horizonte: Autêntica.

BORDA, Orlando Fals (1999) [1981]: Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense. BEZERRA, Aída (1978) As atividades em educação popular. In: A questão política da educação popular. 1ª. ed. São Paulo: Brasiliense.

BRETAS, Marcos (1997a): Polícia e Polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 1920. Arquivo História Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 3, p. 25-34, 1997.

_____. (1997b): Ordem na Cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997. v. 1. 221p .

BRIGAGÃO, Clóvis (1985): A militarização da sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BUENO, J.C.C.; CASARIN, L.O.B. (2011): Os recursos do petróleo e as perspectivas para os investimentos no Estado do Rio de Janeiro. In: Rio a hora da virada. Rio de Janeiro: Campus Elsevier.

BURGOS, Marcelo (1998): Dos Parques Proletários ao Favela Bairro: As Políticas Públicas nas Favelas do Rio de Janeiro. In: Alba Zaluar; Marcos Alvito. (Org.). Um Século de Favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, v. , p. 25-60.

_____. (2002): A utopia da comunidade: Rio das Pedras uma favela carioca. São Paulo: Editora Loyola.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (2000): Cidade de Muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 / Edusp.

CAMPOS, Andreilino. (2005): Do quilombo à favela: A produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil., 210p.

CANCELLI, Elizabeth (1994): O mundo da violência: a polícia na Era Vargas. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

CANO, Ignácio (1997): Análise Territorial da Violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER.

_____. (1998): Uso da força letal pela polícia do Rio de Janeiro: os fatos e o debate. Archê Interdisciplinar, Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Cândido Mendes – Ipanema nº 19.

_____. (2008): Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas 'milícias' no Rio de Janeiro, In: Segurança, Tráfico e Milícia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

_____. (org.). (2012): Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das unidades de polícia pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2012/RelatUPP.pdf>. Acesso em: 02/10/2012

CANO, Ignácio & DUARTE, Thaís (orgs.) (2012): “No sapatinho”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008 – 2011]. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

CARVALHO, Monique B. (2012): A experiência da pacificação em um conjunto de favelas da Tijuca: rupturas e contradições na gestão da ordem pública. In: Comunicações do Instituto de Estudos sobre a Religião ISER. Nº 67.

CASTORIADIS, Cornelius (1982) [1975]: A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e terra.

_____. (1983) [1979]: Introdução: socialismo e sociedade autônoma. In: Socialismo ou barbárie. O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1992) [1990]: Poder, política e autonomia. In: As encruzilhadas do labirinto III – O mundo fragmentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra

_____. (2002) [1996]: A democracia como procedimento e como regime. In: As encruzilhadas do labirinto IV – A ascensão da insignificância. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2005) [1999]: Que democracia? In: As encruzilhadas do labirinto IV – Figuras do pensável. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CASTRO, Therezinha de (1999): Geopolítica. Princípios, meios e fins. Rio de Janeiro: Bibliex.

CASTRO, Iná (2005): Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CASTRO, Demian Garcia (2012): Megaeventos esportivos e empreendedorismo urbano: os Jogos Olímpicos de 2016 e a produção do espaço urbano no Rio de Janeiro, RJ. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Programa de Engenharia Urbana, Rio de Janeiro.

CERQUEIRA, Carlos N. (1988): Questões preliminares para a discussão de uma proposta de diretrizes constitucionais sobre segurança pública. Revista brasileira de ciências criminais, VI (22). p. 139-182.

_____. (1996): Remilitarização da segurança pública: a operação Rio. Discursos Sediciosos, n1, p.141-168.

_____. (2001a): Do patrulhamento ao policiamento comunitário. (Coleção polícia amanhã; textos fundamentais de polícia nº 2). Rio de Janeiro: Freitas Bastos

_____. (2001b): As políticas de segurança pública do Governo Leonel Brizola. In: O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia. (Coleção polícia amanhã; textos fundamentais de polícia nº 6). Rio de Janeiro: Freitas Bastos

CHALHOUB, Sidney (1996): Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250p

CINEP & JUSTICIA Y PAZ (2003): Comuna 13, la otra version. Bogotá: Banco de datos de Derechos Humanos y Violencia Política.

CLAUSEWITZ, Carl von (1979): Da Guerra. Brasília: Editora UnB.

COELHO, Edmundo Campos (1978): A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.139-161, abr-jun.

COIMBRA, C. (2000): Discursos sobre segurança pública e produção de subjetividades. In: Discursos Sediciosos. Ano 5, n. 9 e 10. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora.

CORRÊA, R. L. (1995): O espaço urbano. São Paulo: Editora Ática.

CUNHA, Neiva & MELLO, Marco Antônio da S. (2011): Novos conflitos na cidade: a UPP e a urbanização da favela. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 – nº 3 - JUL/AGO/SET 2011 - pp. 371-401

DEFRAGES, Philipe Moreau (1994): Introuction à la géopolitique Paris: Éditions du Seuil.

DEL OLMO, Rosa (1994): Drogas y conflictos de baja intensidad em America Latina. Bogotá: Forum Pacis.

_____. (1995): Políticas de control de la demanda em America Latina. Memorias del Simposio Internacional de Coca y Cocaína. Santa Fé de Bogotá, 26 a 28 de outubro de 1995, p. 48-61.

DINIZ, Clélio Campolina & DINIZ, Bernardo Palhares Campolina. (2007): A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. EURE (Santiago), Santiago (Chile), v. XXXIII, p. 27-43.

DONATO, Hernâni (1996): Dicionário das batalhas brasileiras. 2ª ed, IBRASA, 1996

DUARTE, Mario Sérgio (2012): Liberdade para o Alemão: o resgate de Canudos. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna.

DUPUY, Pablo Casa & CEPERO, Paola González (2004): Políticas de seguridad y reducción del homicidio em Bogotá: mito y realidad. Disponível em: <http://pdpa.georgetown.edu/.../políticasBogota.pdf>. Acesso em: 22/05/12

ENZENSBERGER, Mangus H. (1995): Guerra Civil. São Paulo: Companhia das Letras

ESPERANÇA, Vinicius (2012): “Aviso: não dê dinheiro ao falso profeta, ligue para a UPP”: religião e segurança pública no Batan. In: Comunicações do Instituto de Estudos sobre a Religião ISER. Nº 67.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA (2008): Ministério da Defesa. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf Acesso em 01/09/12.

FERREIRA, Sérgio Guimarães (2011): Segurança pública no Rio de Janeiro: caminho das pedras e dos espinhos. In: Rio a hora da virada. Rio de Janeiro: Campus Elsevier. pp. 73-99

FLORENTINO, Manolo (2002): Alforrias e Etnicidade no Rio de Janeiro Oitocentista (Notas de Pesquisa). Topoi, Rio de Janeiro, v. 5, p. 9-40.

FREIRE, Paulo (2002): Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa - 21ª Edição- São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, Pedro Mascarenhas (2011): Porto dos destierros: morte e vida de uma habitação coletiva na área portuária do Rio. Dissertação de mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói.

FREITAS, R. (2003): O Ministério público militar na defesa da ordem jurídica e do regime democrático. In: MOURA JR., F. P. et al. (orgs.) Ministério Público e ordem social justa. Belo Horizonte: Del Rey, p. 227-244.

FOUCAULT, Michel (1977): História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (1981) [1979]: O olho do poder. In: A microfísica do poder. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal. pp. 209-229

_____. (2005): Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2008): Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2008a): O nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2010) [1975]: Vigiar e punir: nascimento da prisão. 38ª ed. Petrópolis: Vozes.

GIL, Antônio Carlos (2002): Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas.

GOMES, Flávio. S. (1994): Para Matar a Hidra – uma história de quilombolas no recôncavo da Guanabara – Séc. XIX. Textos de História, Universidade de Brasília, v. 2, n.3, p. 1-31.

GRAHAM, Stephen (org.) (2010): Cities, War, and Terrorism: Towards an Urban Geopolitics. Malden: Blackwell

GRANDI, Matheus da Silveira (2010): Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação: Espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia /UFRJ, Rio de Janeiro.

GROSSMAN, Zoltán (2011): From wounded knee to Libya: a century of U.S. Military interventions. Disponível em: <http://academic.evergreen.edu/g/grossmaz/interventions.html> Acesso em: 04/11/2011.

GUATTARI, Félix (2004) [1989]: As três ecologias. 15ª edição. Campinas: Editora Papirus.

HOLLANDA, Cristina Buarque de (2005): Polícia e Direitos Humanos – Política de Segurança Pública no Primeiro Governo Brizola (Rio de Janeiro:1983 – 1986). Rio de Janeiro: Revan.

HENRIQUES, Ricardo & RAMOS, Sílvia (2011): UPPs sociais: ações sociais para consolidar a pacificação. In: Rio a hora da virada. Rio de Janeiro: Campus Elsevier.

HOLLOWAY, Thomas H (1997): Polícia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 343p.

KAHN, Túlio (2001): Cidades Blindadas – ensaios de criminologia. Conjuntura Criminal, São Paulo.

KIDDER, Louise et al. (1987a): Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. I – Delineamentos de pesquisa. São Paulo: D.P.U.

_____ (1987b): Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. II – Medidas na pesquisa social. São Paulo: D.P.U.

KLINGAMAN, Jerome W. (1989): US Policy and Strategic Planning For Low-Intensity Conflict. In: Low-Intensity Conflicts in Third World. Alabama: Air Unkiversity Press, p.161-178

KOWARICK, Lúcio (2001): "Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano". São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, n. 63, pp. 9-30.

LACOSTE, Yves (2008): Geopolitiqué: la longue histoire d'aujourd'hui. Paris: Larousse.

LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth (1978): A sociologia do Brasil urbano. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

LEEDS, Elizabeth (1998): Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira In: Alba Zaluar; Marcos Alvito. (Org.). Um Século de Favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

LIMA, William Silva (1991): Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho. Rio de Janeiro: ISER.

LIMA, Roberto Kant de (1994): A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. 1ªed. Rio e Janeiro: Forense, v. 1. 164p.

LINS, Paulo (1997): Cidade de Deus. São Paulo: Companhia das Letras.

MARTÍN, G. e CEBALLON, M. (2004): Bogotá: Anatomía de uma Transformación - Políticas de Seguridad Ciudadana 1995 – 2003. Bogotá: Javeriana.

MIYAMOTO, Shiguenoli (1995): Geopolítica e Poder no Brasil. Campinas: Papirus.

MILLER, Byron (2006): The globalization of fear – Fear as rechnology of governance. In: CONWAY Dennis & HEYEN Nik. Globalization's Contradictions: Geographies of discipline, destruction and transformation. London and New York: Routhledge

MISSE, Michel (1995): Cinco Teses Equivocadas Sobre A Criminalidade Urbana No Brasil. ESTUDOS, v. 91, p. 23-40.

_____ (2011): Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. In: Rev. Sociologia Política, Curitiba, v.19, n.40, pp. 13-25, out.

MOTA, Carlos Guilherme (1995): História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864 – 1870) 130 anos depois. Estud. av., São Paulo, v. 9, n. 24,. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23/12/2010.

MOORE, Mark H. (2003): Policiamento comunitário e policiamento para a solução de problemas. In: TONRY, Michael & MORRIS, Norval (orgs.). Policiamento Moderno. São Paulo: Ed. USP. pp. 115-176.

MORAES, Pedro R. B (2010): Juventude, medo e violência. In: BAQUERO, Rute; NAZZARI, Rosana Katia.. (Org.). Formas de (ex)pressão juvenil e (in)visibilidade social. Formas de (ex)pressão juvenil e (in)visibilidade social. Cascavel - PR: Coluna do Saber.

MUNIZ, Jaqueline de O. (1999): Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de doutorado em ciência política. IUPERJ.

MUSUMECI, Leonarda (1998): Serviços privados de vigilância e guarda no Brasil. Um estudo a partir de informações da PNAD – 1985/95. Textos para discussão n. 560. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0560.pdf>. Acesso em: 04/04/2012.

NATAL, J. ; OLIVEIRA, Alberto de; MENDONÇA, Luciano ; SILVA, Maurício. (2005): O Estado do Rio de Janeiro Pós 95: Dinâmica Econômica, Rede Urbana e Questão Social. 1. ed. Rio de Janeiro - RJ: Publicati Editora. v. 1. 284p .

NATAL, J. ; SILVA, Maurício; MENDONÇA, Luciano da Cruz; SANTOS, Mariana Minhava dos. (2009): Conjuntura Fluminense Recente (2004-08): memórias selecionadas. Petrópolis: Livros & Livros. v. 1. 315p .

NERI, Marcelo Cortês (org.) (2010): Desigualdades e favelas cariocas: a Cidade Partida está se integrando? Rio de Janeiro: FGV, CPS.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. (2010): A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira. In: Rev. De Sociologia Política. Curitiba, v.18 n 35 p. 119-130.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS (2006): Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006. SUMÁRIO EXECUTIVO. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas. Mimeo.

OLIVEIRA, Eliézer R. (1994): A revisão da República – seminários a UNICAMP e a revisão constitucional. Campinas: UNICAMP.

ORTIZ, Elkin R. (2008): Memoria Historica de la comuna trece de Medellín. Disponível em: http://www.cjlibertad.org/index.php?option=com_content&view=article&id=132:memoriahistorica-de-la-comuna-trece-de-medellin&catid=62:memoria&Itemid=97. Acesso em 14/06/2012

PAIXÃO, Antônio L (1990): A violência urbana e a sociologia: sobre crenças e fatos, mitos e teorias. Religião e Sociedade, vol. 15 n1, p. 68-81.

- PARISSE, Luciano (1969): Favelas do Rio de Janeiro: Evolução-sentido. Rio de Janeiro: CENPHA, 231p.
- PAZ, Carlos Eugênio (1997): Viagem à luta armada: memórias romanceadas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PERLMAN, Janice. E. (1981): O mito da marginalidade - favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 377p.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (1991): Autoritarismo e Transição. In: Revista USP, Dossiê Violência, n.9.
- PINTO, Paulo Gabriel (1995): O estigma do pecado: a lepra durante a Idade Média. *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 131-144.
- POMER, León (1968): La Guerra del Paraguai. Buenos Aires: Caldén
- RAFFESTIN, Claude (1993): Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática.
- RESENDE, Juliana (1995): Operação Rio: Relato de uma guerra brasileira. São Paulo: Scritta.
- RATZEL, Friedrich (1974) [1923]: Politische Geographie. 3ª ed. Osnabrück: Otto Zeller Verlag.
- RIBEIRO, Camilla et. alli (2008): Discursos e práticas na construção de uma política de segurança: o caso do governo Sérgio Cabral Filho (2007–2008). In: Segurança, Tráfico e Milícia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- ROCQUE, Eduarda C. & SOUZA, Alessandra Augusta (2011): Finanças do município do Rio de Janeiro: o desafio de preparar a cidade para um salto dos investimentos e para o crescimento sustentável. In: Rio a hora da virada. Rio de Janeiro: Campus Elsevier.
- RODRIGUES, José Augusto (1996): A economia política do medo. In: Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade. n. 2. Rio de Janeiro: ICC, p. 269-276.
- RODRIGUES, Thiago (2003): Narcotráfico: uma guerra na guerra. São Paulo: Desatino.
- RODRIGUES, André & SIQUEIRA, Raíssa (2012): As unidades de polícia pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro. In: Comunicações do Instituto de Estudos sobre a Religião ISER. Nº 67.
- RODRIGUES, André et. Alli. (2012): Pensando as associações de moradores no contexto das UPPs. In: Comunicações do Instituto de Estudos sobre a Religião ISER. Nº 67.
- SACK, Robert (1983): Human Territoriality: a theory. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 73, No. 1, pp. 55-74.
- _____. (1986): Human Territoriality. Cambridge: Cambridge University Press.
- SAGMACS (1960): Aspectos humanos da favela carioca. 13 e 15 de abril. Suplemento Especial.

SANTOS, Carlos Nélson Ferreira (1981): Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar.

SCIAMMARELLA, Ana Paula & TAYLOR, Alice (2012): (in)segurança das mulheres em comunidades cariocas com UPP. In: Comunicações do Instituto de Estudos sobre a Religião ISER. Nº 67.

SENTO-SÉ, João Trajano (1998): Imagens da ordem e vertigem do caos. O debate sobre as políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, nos anos 80 e 90. Archê Interdisciplinar, Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Cândido Mendes – Ipanema nº 19.

_____ (1999): Brizolismo: estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

SIEBEL, Walter & WEHRHEIM, Jan (2003): Öffentlichkeit und Privatheit in der überwachten Stadt. In: DISP 153, pp.4-12. Disponível em: http://www.orl.arch.ethz.ch/disp/pdf/153/153_1.pdf. Acesso em 08/07/2011.

SILBERMAN, Charles (1980) [1978]: Criminal Violence, Criminal Justice. 2nd Edition. MW Books publisher.

SILVA, Jorge da.(1990): Controle da Criminalidade e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro: Forense.

SILVA, Edna Lúcia da (2001): Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. ed. rev. Atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC.

SILVA, Luiz Antônio Machado da (2008): Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: Silva, Luiz Antonio Machado da. (Org.). Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008, v. , p. 35-45.

_____ (2010): Afinal, qual é das UPPs? Disponível em <http://www.observatoriodasmetrolopes.ufjf.br> Acesso em 04/05/2010 SIRKIS, Alfredo (1998): Os Carbonários. Rio de Janeiro: Record.

SILVA, Luiz Antônio Machado & LEITE, Márcia P. (2008): Violência, crime e polícia: o que favelados dizem quando falam desses temas?. In: Silva, Luiz Antônio Machado. (Org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, v. , p. 47-76.

SIQUEIRA et alli. (2012): O funk está “pacificado” ? In: Comunicações do Instituto de Estudos sobre a Religião ISER. Nº 67.

SKOLNICK, Jerome H. & David H. Bayley (2001) Nova Polícia: Inovações nas Polícias de Seis Cidades Norte-Americanas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (série Polícia e Sociedade nº 2).

_____ (2002): Policiamento Comunitário: Questões e Práticas através do mundo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (série Polícia e Sociedade nº 6).

SOARES, Luiz Eduardo et alli (1996). Violência e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER.

_____. (2002a): Novas políticas de segurança pública: alguns exemplos recentes. Disponível em: www.observatoriodeseguranca.org/files/novas_politicas.pdf. Acesso em: 01/07/2011.

_____. (2002b): Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras.

SOARES et. alli (2012): O que pensam os policiais das UPPs? In: Revista Ciência Hoje nº 49. Disponível em: http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/2012/294/pdf_aberto/policiaisdasUPPs294.pdf. Acesso em: 12/09/2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de (1993): Armut, sozialräumliche Segregation und sozialer Konflikt in der Metropolitanregion von Rio de Janeiro. Ein Beitrag zur Analyse der “Stadtfrage” in Brasilien. Selbstverlag des Geographischen Instituts der Universität Tübingen: Tübingen.

_____. (1995): O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et. al. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (1996): A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. Território, nº1, pp. 5-22.

_____. (1996a): As drogas e a “questão urbana” no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, Iná et al. (orgs.): Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil

_____. (1997): Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. Território, nº3, pp. 13-35.

_____. (2000): O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial das metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2002): Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2006): A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2008): Fobópole: medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2009): “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular.

_____. (2010): A reconquista do território, ou: um novo capítulo na militarização da questão urbana. Disponível em: <http://http://passapalavra.info/?p=32598>. Acesso em: 05/12/2010

_____. (2011): A geopolítica urbana da “guerra à criminalidade”: a militarização da questão urbana e suas várias possíveis implicações. Mimeo.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine (2010): Unidades de Polícia Pacificadora: O que são, a que anseios respondem e quais desafios colocam aos ativismos urbanos? Disponível em <http://passapalavra.info/?p=25554> . Acesso em 22/07/2010

_____. (2011): A doutrina da pacificação. Disponível em <http://passapalavra.info/?p=34214> . Acesso em 04/05/2011

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. (2009): O Programa de Reaparelhamento das Forças Armadas do Brasil. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, Nº35.

THIOLLENT, Michel (2008) [1985]: Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva (1990): Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.

TROJANOWICZ, Robert e BUCQUEROUX, Bonnie (1994): Policiamento Comunitário: como começar. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

TUAN, Yi-Fu (2005): Paisagens do medo. São Paulo: Editora UNESP.

VALLA, Victor V. (1986): Educação e favela. Petrópolis: Vozes.

VALLADARES, Licia do Prado (1978): Passa-se uma casa. Análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro.. Rio de Janeiro: Zahar Editores, v. 1. 142p.

_____. (2005): A Invenção da Favela. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, v. 1. 204p.

VALLE, Willian A. (2006): A problemática da interferência do tráfico de drogas nos projetos do Programa Favela-Bairro (Rio de Janeiro). Monografia de bacharelado em Geografia pela UFRJ. Rio de Janeiro: mimeo.

VAZ, Lilian F. (1994): Dos Cortiços às Favelas e aos Edifícios de Apartamentos - A Modernização da Moradia no Rio. ANALISE SOCIAL, LISBOA, v. 3, n.127, p. 581-598.

VENTURA, Zuenir (1994): Cidade partida. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

WACQUANT, Loïc (2002a): A tentação penal na Europa. In: Discursos Sediciosos (crime, direito e sociedade), n. 11.

_____. (2002b): A ascensão do estado penal nos EUA. In: Discursos Sediciosos (crime, direito e sociedade), n. 11.

WASELFISZ, Jacobo (2012): Mapa da violência: anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari. Disponível em <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2010/MapaViolencia2010.pdf>. Acesso em 04/11/2011.

WALLERSTEIN, Immanuel (1991): *Unthinking. Social Science. The Limits of Nineteenth-Century. Paradigms*. Cambridge, UK: Polity Press, 1991. 286 pp.

WILSON, J.Q. & KELLING, G. (1982). “Broken Windows, The Police and Neighborhood Safety” *The Atlantic Monthly*, 249 (3): 29-38

ZALUAR, Alba (1985): *A máquina e a revolta*. São Paulo: Ed. Brasiliense.

_____ (1994): *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ.

_____ (2012): Juventude Violenta: Processos, Retrocessos e Novos Percursos. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, n 2, pp. 327 – 365.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. (2007): Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz? São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 22/12/2012.

ZANETIC, A. (2005): *A questão da segurança privada: estudo do marco regulatório dos serviços particulares de segurança*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo. Mimeo.

ZAVERUCHA, Jorge (1998): A Constituição brasileira de 1988 e seu legado autoritário: formalizando a democracia, mas retirando sua essência. In: ZAVERUCHA, J. *Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XX*. Recife: Bagaço, p. 113-147.

_____ (2003): (Des)controle civil sobre os militares no governo Fernando Henrique Cardoso. *Lusotopie*, França, v. 3, p. 399-418.

_____ (2006): A militarização da Abin. *Folha de São Paulo*, 9 jan.

_____ (2010): A doutrina da garantia da lei e da ordem e o crescente envolvimento das Forças Armadas em atividades de segurança pública. In: Roberto Kant de Lima; Lucía Eilbaum; Lenin Pires. (Org.). *Conflitos, Direitos e Moralidades em Perspectiva Comparada*. Conflitos, Direitos e Moralidades em Perspectiva Comparada. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, v. II, p. 11-49.

ZYLBERBERG, Sônia (1992): *O Morro da Providência: memórias da favela*. Rio de Janeiro: Prefeitura, Secr. Municipal de Cultura, Turismo e Esportes.

Anexos

Anexo 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Moradores da Providência – população “a”)

Data da entrevista:

Local:

Entrevistador:

Nome do entrevistado:

Idade:

Local de moradia na Providência:

1. Você poderia me falar um pouco em como você veio morar na Providência? Há quanto tempo você mora aqui?
2. Durante o seu tempo de moradia na Providência, como você avaliaria a relação entre os moradores e a polícia? Por quê?
3. Além do policiamento “regular”, a Providência já foi palco de outras iniciativas do governo quanto ao seu “policiamento”, a exemplo da ocupação do Exército pelas obras do “Cimento Social” de Marcelo Crivella, em 2009. Com relação aos militares, a postura deles dentro da favela era de alguma forma diferente da postura da polícia?
4. Como era a relação os militares com os moradores da Providência?
5. Além do Exército, a Providência foi durante alguns anos uma das favelas que contavam com uma unidade do GPAE, que tinha na comunidade a figura do capitão Leonardo Zuma como comandante. Como você avaliaria a experiência do GPAE na Providência? Os policiais do GPAE se diferenciavam de alguma maneira dos policiais da “PM regular”?
6. A partir de abril de 2010 a Providência começou a contar com a presença de uma UPP. Quais as principais mudanças que ocorrem para você desde a ocupação da polícia? Você avalia o projeto de maneira positiva ou negativa?
7. Você percebe alguma mudança na relação que a polícia vem estabelecendo com os moradores a partir da UPP? Se sim, quais mudanças?
8. A UPP pretende estabelecer uma relação de maior “proximidade” e “participação” da comunidade nas estratégias que o Poder Público propõe para a Providência. Essa participação existe de fato? Você já participou de alguma reunião com os policiais da UPP ou com os gestores da UPP Social? Como foi?

8. Se você pudesse dizer entre um antes/depois da UPP, quem você apontaria como aquele que “mandava” e que “manda” agora na Providência? Era e agora é o tráfico, a polícia, a associação de moradores, os próprios moradores?
9. Com a UPP, a sua sensação de “segurança” dentro da Providência aumentou? Por que?
10. Você acredita que a presença permanente da polícia pode tirar (ou já tira) uma maior liberdade e espontaneidade dos moradores?
11. A existência hoje dentro da Providência de dois “poderes” como o tráfico e a UPP trouxe alguma diferença para a sua vida em relação ao período anterior à “pacificação”?
12. Como você avalia as “ações sociais” que estão chegando na Providência depois da UPP? Elas são a prioridade da comunidade? Alguém perguntou a vocês, por parte do governo, que tipos de ações vocês achavam mais importantes?
13. Com a proposta de “integrar” a Providência ao restante da cidade, o Poder Público vem iniciando uma série de obras na comunidade, além de regularizar e oferecer alguns serviços até então ausentes e/ou precários. Isso pode ocasionar em um aumento no custo de vida dos moradores da Providência. Isso já ocorre? Se sim, isso de alguma forma preocupa você no médio/longo prazo?
14. Existe alguma outra observação sobre a UPP, ou sobre a relação geral entre a Providência e a polícia que você gostaria de fazer? Algum assunto que você considere importante que não foi perguntado, ou alguma história?

Anexo 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Gestores Upp Social/Territórios da Paz – população “b”)

Data da entrevista:

Local:

Entrevistador:

Nome do entrevistado:

Idade:

1. Qual sua trajetória profissional antes de trabalhar na UPP?
2. Quais motivações fizeram você querer vir a trabalhar com o projeto?
3. Você poderia me explicar que tipo de formação o estado/município fornece aos gestores do projeto para sua atuação na Providência?
4. Quantos membros formam a equipe da UPP Social/Territórios da Paz na Providência? Qual a formação deles?
5. Como você descreveria os principais objetivos do projeto da UPP Social/Territórios da Paz?
6. Existe alguma relação entre o Territórios da Paz e a UPP Social? Quais as diferenças/semelhanças entre os projetos? Vocês planejam alguma ação para a Providência em conjunto?
7. De que maneira as ações da UPP Social/Territórios da Paz se articulam com a ocupação da polícia e outros projetos, como o “Porto Maravilha”?
8. Como são escolhidas as iniciativas sociais propostas pela UPP? Elas contam com a participação dos moradores para decidir quais são as prioridades e o formato das políticas? Quem decide isso?
9. Sabemos que um dos pontos do projeto da UPP Social/Territórios da Paz é a integração de diferentes iniciativas da iniciativa pública/privada, aliada às atividades já iniciadas nas favelas por ONGs, ativismos sociais, etc, de maneira a não haver a sobreposição de projetos na comunidade. Quais os principais projetos hoje coordenados pela UPP Social/Territórios da Paz na Providência?
10. Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelo projeto até agora na Providência?

11. A retirada da esfera “armada” do tráfico de drogas trouxe algumas incertezas para os moradores da Providência, no sentido da regularização de diversos âmbitos da vida pública e privada na comunidade. Como você enxerga a proposta de regularização de serviços, regras de conduta, comércio, etc que a UPP propõe? Como os moradores vêm reagindo a essa proposta?

12. As ações do Poder Público dentro das favelas sempre enfrentaram um obstáculo na presença ostensiva do tráfico armado, a exemplo do programa “favela-bairro”. Na atualidade sabemos que mesmo com a presença da UPP o tráfico ainda continua presente na comunidade de alguma maneira. Em alguma ocasião a equipe da UPP Social/Territórios da Paz teve que negociar com o tráfico o andamento de algum projeto na Providência, ou alguma ação desenvolvida por vocês teve interferência do tráfico?

13. Talvez o maior problema enfrentado pelos moradores nesse período pós-UPP venha sendo as remoções de casas que o programa “Morar Carioca” está propondo. Já há quase 2 anos os moradores se articulam junto a alguns ativismos sociais no intuito de fomentar estratégias de resistência ao processo de remoção. Junto a isso, os moradores falam na ausência de políticas sociais mais consistentes na comunidade, como nas áreas de saúde e educação, enquanto muitos investimentos são feitos em obras que não são vistos como prioridade por eles, como o teleférico ou o plano inclinado. Como você enxerga essa disparidade entre a demanda dos moradores e as ações do Estado, tendo em vista que a UPP Social/Territórios da Paz tem como função justamente ser esse espaço de diálogo e elaboração conjunta de estratégias entre o governo e a comunidade?

14. Com a proposta de “integrar” a Providência ao restante da cidade, o Poder Público iniciou uma série de obras na comunidade, além de regularizar e oferecer alguns serviços até então ausentes e/ou precários. Isso pode ocasionar em um aumento no custo de vida dos moradores. Existe alguma ação concreta do Estado para evitar a possibilidade do problema da gentrificação?

15. Existe alguma outra observação sobre a UPP, ou sobre a relação geral entre a Providência e a polícia que você gostaria de fazer? Algum assunto que você considere importante que não foi perguntado, ou alguma história?

Anexo 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(“Oficiais” da UPP – população “c”)

Data da entrevista:

Local:

Entrevistador:

Nome do entrevistado:

Idade:

1. Qual sua trajetória profissional antes de trabalhar na UPP?
2. Quais motivações fizeram você querer vir a trabalhar com o projeto?
3. Você poderia me explicar que tipo de formação o policial da UPP recebe e como ela se diferencia dos policiais “regulares”?
4. Qual o formato da equipe de oficiais da UPP na Providência (capitão, sargento)? Ela é a mesma para outras unidades?
5. Quais são os principais objetivos do projeto da UPP na sua opinião?
6. O projeto da UPP vem sendo classificado pelo Poder Público como uma experiência de “policimento comunitário” ou de “proximidade”. Nesta modalidade, a participação da comunidade é bastante importante dentro das estratégias de policiamento. Como se dá o diálogo com a comunidade? Existe algum fórum de discussão e de interlocução entre a comunidade e a UPP?
7. Para promover uma maior aproximação com os moradores, a UPP procura estabelecer contato com quais atores que já atuam dentro da comunidade? (associação de moradores, igreja, etc.) Em outras palavras, quem são os maiores “parceiros” do projeto dentro da Providência?
8. Como tem sido a relação com a comunidade nesses quase 3 anos de projeto?
9. Quais as principais ocorrências atendidas pelos policiais na Providência?
10. Junto com a ocupação policial chegam os serviços oferecidos pelo Estado, articulados através da UPP Social/Territórios da Paz. Como se dá a relação entre vocês e os gestores da UPP Social/Territórios da Paz? Como esses dois projetos são integrados?
11. Mesmo com a UPP Social/Territórios da Paz, observamos que os próprios policiais oferecem

uma série de atividades na Providência, como aquelas ligadas ao esporte. Além disso, a polícia acaba hoje sendo responsável por regular uma série de atividades na favela que não seriam, pelo menos a princípio, função da polícia, como questões referentes ao ordenamento do trânsito (motoboys), realização de festas, volume do som, problemas de infraestrutura, etc. A atribuição de uma série de responsabilidades para a polícia que não são especificamente da polícia para você é um problema? Você concorda com a afirmação que a UPP acaba se transformando numa espécie de “sindica” da favela após a ocupação?

12. Quais os serviços passaram a ser regularizados após a ocupação policial?

13. Atualmente, quais os mecanismos existentes de controle sobre os desvios de conduta policial na UPP? Quais são os procedimentos tomados? Esses mecanismos são internos ou externos à corporação?

14. Sabemos que a UPP é um projeto que prevê uma atuação diferente no policiamento em relação aos padrões de policiamento tradicional. No entanto, os policiais da UPP irão, de alguma maneira, se relacionar com os do “batalhão” convencional. Você enxerga algum tipo de “rixa” por parte desses dois quadros de policiais dentro da PMERJ?

15. Na sua visão, quais os maiores problemas enfrentados até agora no processo de “pacificação” da Providência?

14. Na sua visão, quais os principais desafios do projeto na Providência para os próximos anos?

15. Você acredita que o projeto das UPPs está ligado à ocorrência da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, ou que ele é algo que realmente vai ter uma continuidade após os “megaeventos” esportivos?

16. Existe alguma outra observação sobre a UPP, ou sobre a relação geral entre a Providência e a polícia que você gostaria de fazer? Algum assunto que você considere importante que não foi perguntado, ou alguma história?

Anexo 4

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(“Praças” da UPP – população “d”)

Data da entrevista:

Local:

Entrevistador:

Nome do entrevistado:

Idade:

1. O que fez você querer trabalhar na PMERJ?
2. Você escolheu trabalhar especificamente com a UPP? Se sim, por quê?
3. Você poderia me explicar que tipo de formação o policial da UPP recebe e como ela se diferencia dos policiais “regulares”?
4. Qual sua avaliação sobre o treinamento recebido por você?
5. Quais são os principais objetivos do projeto da UPP na sua opinião?
6. Como você avaliaria a relação dos policiais da UPP com os moradores da Providência?
7. Quais as principais ocorrências atendidas pelos policiais na Providência?
8. Você acredita que o uso do fuzil é necessário para o policiamento na Providência?
9. Qual a relação que vocês da UPP têm com os policiais da 5º Batalhão? Você diria que existe algum tipo de “rixa” ou “rivalidade” entre esses dois “tipos” de policiais?
10. Quais os maiores problemas encontrados pela UPP até agora na Providência na sua opinião?
11. Você acredita que o projeto das UPPs está ligado à ocorrência da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, ou que ele é algo que realmente vai ter uma continuidade após os “megaeventos” esportivos?
12. Você está satisfeito no seu cargo de policial da UPP? Por quê?

13. Se fosse possível, você gostaria de continuar sempre trabalhando na UPP ou ser transferido para algum batalhão “regular”?

14. Existe alguma outra observação sobre a UPP, ou sobre a relação geral entre a Providência e a polícia que você gostaria de fazer? Algum assunto que você considere importante que não foi perguntado, ou alguma história?